

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

**CLEBER AUGUSTO GONÇALVES DIAS**

---

---

**HISTÓRIA DO LAZER NA NATUREZA NO  
RIO DE JANEIRO ENTRE 1779 E 1838:  
um estudo de caso**

---

---

**Campinas**

**2011**

**CLEBER AUGUSTO GONÇALVES DIAS**

---

---

**HISTÓRIA DO LAZER NA NATUREZA NO  
RIO DE JANEIRO ENTRE 1779 E 1838:  
um estudo de caso**

---

---

Tese de Doutorado apresentada à Pós-Graduação da Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Doutor em Educação Física na Área de Concentração Educação Física e Sociedade.

**Orientador:** Lino Castellani Filho

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA  
PELA BIBLIOTECA FEF - UNICAMP**

Dias, Cleber Augusto Gonçalves.

D543h      História do lazer na natureza no Rio de Janeiro entre 1779 e 1838:  
um estudo de caso / Cleber Augusto Gonçalves Dias. - Campinas, SP:  
[s.n], 2010.

Orientador: Lino Castellani Filho.

Tese (doutorado) – Faculdade de Educação Física, Universidade  
Estadual de Campinas.

1. História. 2. Lazer. 3. Modernidade. 4. Rio de Janeiro. I. Castellani  
Filho, Lino. II. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de  
Educação Física. III. Título.

(asm/fef)

**Título em inglês:** History of leisure in environment in the Rio de Janeiro  
between 1779 and 1838: a case study.

**Palavras-chaves em inglês (Keywords):** History. Leisure. Modernity.

**Área de Concentração:** Educação Física e Sociedade.

**Titulação:** Doutorado em Educação Física.

**Banca Examinadora:** Lino Castellani Filho. Cesar Nunes. Silvio Gamboa.  
Luciana Pedrosa Marcassa. Edson Marcelo Húngaro.

**Data da defesa:** 22/11/2010.

**Programa de Pós-Graduação:** Educação Física.

**CLEBER AUGUSTO GONÇALVES DIAS**

---

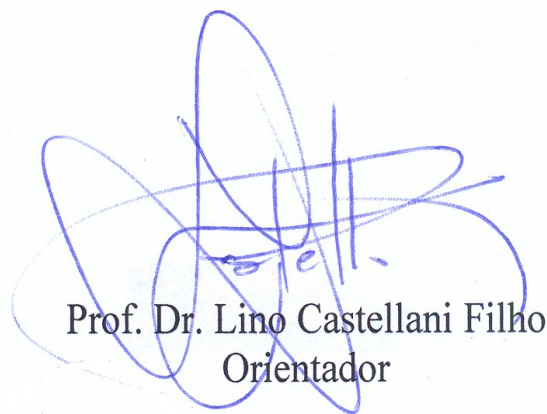
---

**HISTÓRIA DO LAZER NA NATUREZA NO RIO DE  
JANEIRO ENTRE 1779 E 1838:  
um estudo de caso**

---

---

Este exemplar corresponde à redação final  
da Tese de Doutorado defendida por Cleber  
Augusto Gonçalves Dias e aprovada pela  
Comissão julgadora em: 22/11/2010.

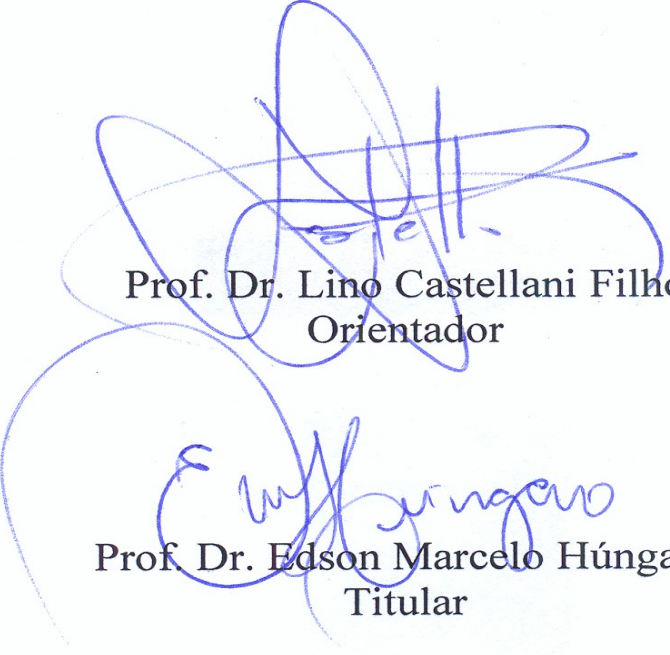


Prof. Dr. Lino Castellani Filho  
Orientador

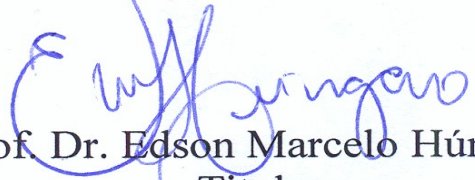
Campinas  
2011



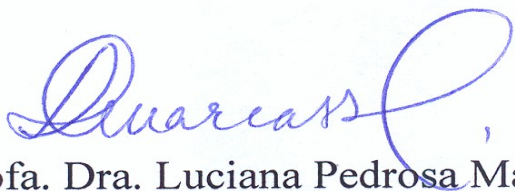
## COMISSÃO JULGADORA



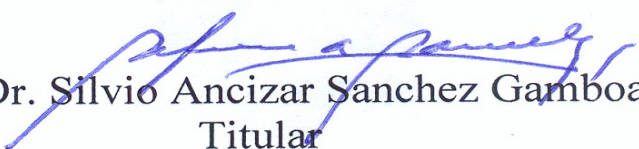
Prof. Dr. Lino Castellani Filho  
Orientador



Prof. Dr. Edson Marcelo Húngaro  
Titular



Profa. Dra. Luciana Pedrosa Marcassa  
Titular



Prof. Dr. Silvio Ancizar Sanchez Gamboa  
Titular



Prof. Dr. Cesar Aparecido Nunes  
Titular

Para Bruna, minha estrela derradeira

## AGRADECIMENTOS

Depois de tudo, os agradecimentos. Embora a seção se apresente antes mesmo de iniciar-se o trabalho, na realidade, o ato de escrevê-lo marca simbolicamente o fim de mais uma pequena jornada. Como de costume, atormenta o receio de ser injusto, esquecendo-se de mencionar pessoas que seguramente foram indispensáveis para a empresa. Mesmo assim é preciso arriscar.

De início, devo citar o nome de Lino Castellani, que assumiu a orientação desse trabalho já em processo relativamente avançado de sua elaboração, mas que nem por isso se absteve de supervisioná-lo com rigor e compromisso, aportando muitas contribuições. Sua postura profissional e hombridade pessoal foram lições de inestimável valia a um jovem professor.

Aos professores Edson Marcelo Húngaro, Cesar Nunes e Silvio Gamboa, devo agradecer pela disponibilidade de participarem da banca de qualificação e defesa, onde puderam colaborar para a construção dessa pesquisa.

Institucionalmente, agradecimentos ao CNPq, cuja bolsa de estudo durante os três primeiros semestres do curso de doutorado, me permitiram uma saborosa vida ociosa pelas bibliotecas da Unicamp.

Nesse período, contei ainda com a colaboração da professora Carmen Soares, que acolheu a discussão desse trabalho em seu grupo de pesquisa quando ele ainda era um projeto bastante hesitante. Além dela, os colegas do Grupo de Pesquisa em Política Pública e Lazer, coordenado pela professora Silvia Amaral, onde pude fazer grandes amigos, como é o caso de Ana Paula Cunha Pereira, Henrique Nakamoto, José Roberto Cantorini, Olívia Ribeiro, Paulo Cesar Nunes Junior e especialmente Flávia da Cruz Santos, com quem desde então compartilho muitas interrogações e a esperança por outra dinâmica de trabalho universitário, diferente do tedioso modelo que às vezes predomina entre nós.

No Rio de Janeiro, contei novamente com os parceiros do Laboratório de História do Esporte: Álvaro do Cabo, Andre Schetino, Mauricio Drumond, Rafael Fortes e Ricardo dos Santos, que discutiram o projeto logo no seu início, antecipando problemas e prevenindo dificuldades. Além desses, Victor Melo, líder do bando e um irmão que a vida me

deu, acompanhou sua elaboração durante todo o período; inabalável como cúmplice dos seus eventuais acertos e crítico implacável dos seus equívocos e limites, confirmando nossa firme convicção de fazer conviver crítica e fidelidade. Não é de agora, portanto, que seus comentários me servem de bússola intelectual. “Entre as idéias que proponho sustentar, mais de uma, seguramente, vem diretamente de você. Muitas outras, não saberia decidir em toda consciência se são suas, minhas ou de nós ambos. Você aprovará, gabo-me disso, muitas vezes. Em outras me repreenderá. E tudo isto criará, entre nós, um vínculo a mais”.

Da Universidade Federal Fluminense, devo mais uma vez – não será demais – agradecer a Edmundo de Drummond Alves Junior, de quem tenho soberbo orgulho de ser amigo e ter sido aluno. As idéias que essa tese se esforçou em desenvolver são resultados direto do nosso convívio de alguns anos ao redor do estudo dos esportes na natureza. Espero que estejam à altura.

Em Goiânia, os colegas do Gepelc se dedicaram muito carinhosamente à leitura e discussão de parte desse trabalho. Mais particularmente, à camarada Luciana Marcassa, em quem encontrei insubstituível interlocutora. Sua argumentação lúcida e firme tentou me alertar para excessos de toda sorte. As páginas seguintes terão sido melhores caso tenho obtido sucesso. Humberto Inácio foi irrepreensível na arte do bem receber. Com o ítalo-brasileiro Ari Lazarotti Filho, pude compartilhar inquietações típicas à vida de um doutorando. Aos amigos Wilson Lino e Roberto Furtado, agradeço pelo empenho em exhibir-me certas peculiaridades do marxismo.

Aos companheiros e companheiras da Faculdade de Educação Física da UFG, em geral, também um salve, pois neles encontrei verdadeiramente uma família. Os amigos Vicente e Vanessa, do clã Dalla Déa, escancararam às portas da sua casa antes mesmo de nos conhecermos pessoalmente. Jéssica Felix, Marlini de Lima, Renata Silva e Ana Paula Salles, animam a rotina da instituição com suas radiantes presenças. O malungo e mestre José Luiz Falcão é alguém com que se aprende rápido as gingas para ter café no bule. Ana Márcia Silva é amiga disposta a compartilhar experiências com os mais jovens de maneira sempre paciente e fraterna. À Aline Nicolino, gratidão pela generosidade de ter me emprestado por meses a fio seu computador pessoal depois que fui subtraído por larápios que, além do equipamento, ainda levaram junto dois capítulos da tese. Faço votos que tenham gostado daquela versão.

Meus pais e irmãos torceram à distância. Como singela retribuição a toda uma vida de apoio e incentivo, espero ao menos tê-los dado algo de que se orgulhar. À pequena Luisa, agradeço por ter compreendido o comportamento extravagante de um padrasto que dedica tantas horas diárias ao estudo, além de ter cumprido rigorosamente suas obrigações de criança, me interrompendo para amamentar suas bonecas ou então para mostrar a última coreografia dos *Backyardigans*, enchendo assim a casa de alegria.

Uma tese é resultado de uma relação de entrega e de amor. Entrega ao trabalho de pesquisa e amor pelo conhecimento; entrega as exigentes demandas da escrita e amor sincero pelo assunto que se estuda. Uma esposa tem então todo o direito de sentir-se enciumada. A minha, no entanto, o fez de maneira muito comedida e parcimoniosa. Na maior parte do tempo, suportou solidariamente toda a reclusão que as minhas próprias exigências me impunham. Protestos e reivindicações, se os houve por ventura, se estenderam quase que exclusivamente ao trabalho nas madrugadas, que de acordo com a empolgação do espírito ou disposição do corpo, varavam-na às vezes de cabo a rabo. O restante de sua postura resume-se a compreensão, apoio e incentivo. Não é pouco. Seu companheirismo certamente tornou tudo menos solitário e bem menos tortuoso. Por isso dedico-lhe cada linha, com a firme promessa de não lançar-me em outro empreendimento do tipo – ao menos não até a próxima tese...

“Diz-se que a paisagem é um estado de alma, que a paisagem de fora a vemos com os olhos de dentro”.

José Saramago

DIAS, Cleber Augusto Gonçalves. História do lazer na natureza no Rio de Janeiro entre 1779 e 1838: um estudo de caso. Tese (Doutorado em Educação Física – banca de qualificação). Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

## RESUMO

O objetivo dessa tese é investigar a história do lazer na natureza. Mais especificamente, pretende-se identificar o período no qual se inicia o processo de formação do hábito de visitar à natureza com finalidades de divertimento, dentro de um espaço social concebido já como relativamente bem demarcado dos momentos de trabalho. Com esse intuito, o estudo esteve circunscrito geograficamente à cidade do Rio de Janeiro e a um período compreendido entre os anos de 1779 e 1838. Nessa época, surgiam na cidade novos modelos de organização dos divertimentos, entre os quais inovadoras atividades de lazer na natureza, tais como passeios, excursões, piqueniques ou fins de semana em casas de campo, que pouco a pouco passavam a configurar entre os hábitos de parte da população carioca. É esse o período também em que se registram iniciativas como a construção do Passeio Público ou o início de excursões às cercanias da Tijuca, ao Corcovado, ao Pão de Açúcar, às ilhas da baía de Guanabara ou a fazendas na Serra dos Órgãos. Cada um desses lugares ou atividades destinava-se, em última instância, a promoção de novos padrões de sociabilidade, afeitos às noções de modernidade e civilidade. A hipótese, portanto, é que o início da formação histórica do lazer na natureza, visto como fenômeno que se processa de maneira gradual, paulatina e cumulativa, remonta aos fins do século XVIII. Como recurso para reconstituição de todo esse processo, a chamada “literatura de viagem” foi a principal fonte utilizada. A ela somam-se imagens de artistas do período, e bem mais ocasionalmente obras literárias e decretos.

**Palavras-Chaves:** História; lazer; modernidade.

DIAS, Cleber Augusto Gonçalves. **History of leisure in environmental in the Rio de Janeiro between 1779 and 1838: a case study**. (Doctorate in Physical Education), Faculty of Physical Education. State University Campinas, 2010.

## **ABSTRACT**

The objective of this thesis is to investigate the history of the leisure in the environment. More specifically, her objective is to identify the period in which beginning the process of formation of habit of visit the nature with amusement purposes, inside of a conceived social space already as demarcated relatively well of the work moments. With this intention, the study was circumscribed geographically to the city of Rio de Janeiro and to period between the years of 1779 and 1838. At this time, new organization models of the amusements appeared in the city, nominated innovative activities of leisure in the environment, such as strolls, excursions, picnics or weekends in field houses, which started to configure as habits of part of the carioca population. This period register also the construction of the Passeio Público or the beginning of excursions to the environs of the Tijuca, the Corcovado, the Pão de Açucar, the islands of the Baía de Guanabara or the farms in the Serra dos Órgãos. These places or activities were destined, in last instance, the promotion of new standards of sociability typically of modernity. The hypothesis, therefore, is that the beginning of the historical formation of the leisure in the environment, seen as processes gradual and cumulative, retraces to the ends of century XVIII. As resource for reconstitution of all this process, the call travel book was the main used source. It adds images of artists of the period, and well more occasionally literature and laws.

**Keywords:** history; leisure; modernity.



## LISTA DE FIGURAS

- |          |  |     |
|----------|--|-----|
| FIGURA 1 | Giorgine, <i>A tempestade</i> , óleo sobre tela (1505). Disponível em: <a href="http://img371.imageshack.us/i/tempest2mt.jpg/">http://img371.imageshack.us/i/tempest2mt.jpg/</a> . Acesso em 01 fev. 2010.   | 93  |
| FIGURA 2 | Alfred Martinet, <i>Cascata pequena da Tijuca</i> , Gravura. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro (sem data). Fonte: Biblioteca Nacional. Disponível em: <a href="http://bndigital.bn.br/pesquisa.htm">http://bndigital.bn.br/pesquisa.htm</a> . Acesso em 12 jan. 2010.  | 104 |
| FIGURA 3 | Johann Moritz Rugendas, <i>Cascade de Tijuca</i> , Gravura. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro (1835). Fonte: Biblioteca Nacional. Disponível em: <a href="http://bndigital.bn.br/pesquisa.htm">http://bndigital.bn.br/pesquisa.htm</a> . Acesso em 12 jan. 2010.   | 104 |
| FIGURA 4 | Jacques Arago. <i>Cascatinha da Tijuca</i> (1823). Fonte: ARAGO, Jacques. <i>Promenade autour du monde</i> . London: Treuttel & Wurtz, Jun. and Ritcher, 1823 apud. SCHWARCZ, Lilia. <i>O sol do Brasil</i> . São Paulo: Companhia das letras, 2008, p. 261.   | 104 |
| FIGURA 5 | Tomas Ender, <i>Vista do local de banho na ilha das cobras</i> . Academia de Belas Artes de Viena, Viena (1817-1818). Fonte: WAGNER, Robert. <i>Viagem ao Brasil nas aquarelas de Thomas Ender: 1817-1818</i> . Petrópolis: Kapa Editorial, 2000, tomo II, p. 481.   | 105 |
| FIGURA 6 | Eugene Cicére, <i>Rio de Janeiro, da ilha das cobras</i> , litografia, 54 x 84,5 cm. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro (1852). Fonte: Biblioteca Nacional. Disponível em: <a href="http://bndigital.bn.br/pesquisa.htm">http://bndigital.bn.br/pesquisa.htm</a> . Acesso em 12 jan. 2010.                        | 105 |
| FIGURA 7 | Alfred Martinet, <i>Vista do Rio de Janeiro tomada da ilha das cobras</i> , litografia colorida, 33,5 x 50,1 cm (1847). Fonte: MARTINET, Alfred. <i>O Brasil pitoresco, histórico e monumental</i> . Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1847.  | 105 |
| FIGURA 8 | Jean-Baptiste Debret, <i>Negros voltando da caçada – escravos de um naturalista</i> . Litografia (1816-1831). In: DEBRET, Jean-Baptiste. <i>Viagem pitoresca e histórica ao Brasil</i> . Belo Horizonte, MG / São Paulo: Ed. Itatiaia / Editora da Universidade de São Paulo, 1978, prancha n. 19, tomo 1, vol. 2. | 106 |

- FIGURA 9 Jean-Baptiste Debret, *Mulata a caminho do sítio para as festas de natal*. Litografia (1816-1831). In: DEBRET, J-B. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Belo Horizonte / São Paulo: Itatiaia / Ed. USP, 1978, prancha n. 7, tomo 2, vol. 3. 106
- FIGURA 10 Johann Moritz Rugendas, *Porto de Estrela*, Gravura. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro (1835). Fonte: Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/pesquisa.htm>. Acesso em 12 jan. 2010. 120
- FIGURA 11 Tomas Ender, *Veículo de passeio na baía do Rio de Janeiro*. Lápis, aquarela. 167 x 282 mm. Academia de Belas Artes de Viena, Viena (1817-1818). Fonte: WAGNER, Robert. *Viagem ao Brasil nas aquarelas de Thomas Ender: 1817-1818*. Petrópolis: Kapa Editorial, 2000, tomo II, p. 379. 121
- FIGURA 12 Anônimo. *Hotel at Piedade*. Aquarela, 148 x 232 mm (1839). Fonte: FERREZ, Gilberto. *Colonização de Teresópolis: à sombra do Dedo de Deus (1700-1900) – da fazenda March à Teresópolis*. Rio de Janeiro: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1970, estampa n. 1. 121
- FIGURA 13 Tomas Ender. Parte de trás da casa de campo do Sr. Conde da Barca. Aquarela, lápis, 195 x 318 mm (1817-1818). Academia de Belas Artes de Viena, Viena. Fonte: WAGNER, Robert. *Viagem ao Brasil nas aquarelas de Thomas Ender: 1817-1818*. Petrópolis: Kapa Editorial, 2000, tomo II, p. 407. 144
- FIGURA 14 Tomas Ender, *Moradia do Sr. v. Langsdorff na Mandioca*. Aquarela sobre lápis, 192 X 317 mm. Academia de Belas Artes de Viena, Viena (1817-1818). Fonte: WAGNER, Robert. *Viagem ao Brasil nas aquarelas de Thomas Ender: 1817-1818*. Petrópolis: Kapa Editorial, 2000, tomo III, p. 768. 144
- FIGURA 15 Edward Fry, *The Araras*, gravura, 110 x 185 mm, 1827. Fonte: FERREZ, Gilberto. *Colonização de Teresópolis: à sombra do Dedo de Deus (1700-1900) – da fazenda March à Teresópolis*. Rio de Janeiro: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1970, estampa n. 22. 144
- FIGURA 16 Alfred Martinet, *Rio de Janeiro e seus arredores (do Corcovado) n. 1*, Gravura, 54 x 82,5 cm. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro (sem data). Fonte: Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/pesquisa.htm>. Acesso em 12 jan. 2010. 157

- FIGURA 17 Alfred Martinet, *Rio de Janeiro e seus arredores (do Corcovado)* n. 2, Gravura, 54 x 82,5 cm. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro (sem data). Fonte: Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/pesquisa.htm>. Acesso em 12 jan. 2010. 157
- FIGURA 18 Alfred Martinet, *Rio de Janeiro e seus arredores (do Corcovado)* n. 3, Gravura, 54 x 82,5 cm. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro (sem data). Fonte: Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/pesquisa.htm>. Acesso em 12 jan. 2010. 157
- FIGURA 19 Jean-Baptiste Debret, *Panoramas do interior da baía do Rio de Janeiro*. Litografia (1816-1831). In: DEBRET, Jean-Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Belo Horizonte, MG / São Paulo: Ed. Itatiaia / Editora da Universidade de São Paulo, 1978, prancha n. 52, tomo 2, v. 3. 158
- FIGURA 20 Tomas Ender, *Uma excursão ao Corcovado*. Pena, lápis, sépia, aquarelado, 455 x 326 mm. Academia de Belas Artes de Viena, Viena (1817-1818). Fonte: WAGNER, Roberto. *Tomas Ender no Brasil* (1817-1818): aquarelas pertencentes à Academia de Belas Artes em Viena. Austria: Akademische Druck- u. Verlagsanstalt, 1997, gravura n. 32. 158
- FIGURA 21 Tomas Ender, *Café da manhã no Corcovado*. Lápis. 275 x 375 mm. Academia de Belas Artes de Viena, Viena (1817-1818). Fonte: WAGNER, Robert. *Viagem ao Brasil nas aquarelas de Thomas Ender: 1817-1818*. Petrópolis: Kapa Editorial, 2000, tomo II, p. 489. 158
- FIGURA 22 Nicolas-Antoine Taunay. *Vista da baía do Rio tomada das montanhas da Tijuca e do Alto da Boa Vista*. Óleo sobre tela, 52 x 64 cm. Museu Castro Maia, Rio de Janeiro (1816-1821). Fonte: SCHWARCZ, Lilia. *O sol do Brasil*. São Paulo: Companhia das letras, 2008, caderno cor 2, imagem 13. 159
- FIGURA 23 Tomas Ender, *Grande cachoeira da Tijuca*, Lápis, 262 x 200 mm. Academia de Belas Artes de Viena, Viena. Fonte: WAGNER, Robert. *Viagem ao Brasil nas aquarelas de Thomas Ender: 1817-1818*. Petrópolis: Kapa Editorial, 2000, tomo II, p. 306. 159
- FIGURA 24 Jan Frederik Schutz, *Cascata da Tijuca*, litografia, 22,5 X 34 cm. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro (sem data). Fonte: SCHUTZ, Jan Frederik. *Album pittoresco do Rio de Janeiro: doze vista brasileiras escolhidas*. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, sem data. 159

- FIGURA 25 Anônimo. *D. Luis de Vasconcelos e Souza*, (sem data). Fonte: 167  
Coleção do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro In:  
EDMUNDO, Luis. *O Rio de Janeiro no tempo dos vice-reis*.  
Brasília: Senado Federal, 2000, p. 47.
- FIGURA 26 Leandro Joaquim, *Lagoa do Boqueirão da Ajuda*, óleo sobre tela, 168  
112 x 131 cm. Museu Nacional de Belas-Artes, Rio de Janeiro  
(1789). Fonte: MONTEIRO DE CARVALHO, Ana Maria Fausto.  
*Mestre Valentim*. 1. reimp. São Paulo: Cosac & Naif, 2003, p. 19.
- FIGURA 27 Richard Bates, *Terraço do Passeio Público visto da Igreja de N. S.* 168  
*da Glória*, Aquarela (1809). Fonte: MONTEIRO DE  
CARVALHO, Ana Maria Fausto. *Mestre Valentim*. 1. reimp. São  
Paulo: Cosac & Naif, 2003, p. 33.
- FIGURA 28 Franz Fruhbeck, *Passeio Público*, guache sobre papel. Coleção 168  
particular, São Paulo (1817). Fonte: SEVCENKO, Nicolau. O  
front brasileiro na guerra verde: vegetais, colonialismo e cultura.  
*Revista USP*, São Paulo, n. 30, p. 108-1119, 1996, p. 113.
- FIGURA 29 Tomas Ender. *Grupo no chafariz no passeio público*. Lápis, 169  
aquarelado, 176 x 280 mm. Academia de Belas Artes de Viena,  
Viena (1817-1818). Fonte: WAGNER, Robert. *Viagem ao Brasil  
nas aquarelas de Thomas Ender: 1817-1818*. Petrópolis: Kapa  
Editorial, 2000, tomo II, p. 577
- FIGURA 30 Alfred Martinet, *O Passeio público*, Litografia (1847). Fonte: 169  
MARTINET, Alfred. *O Brasil pitoresco, histórico e monumental*.  
Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1847.
- FIGURA 31 Alfred Martinet, *Passeo Publico*, Litografia, 10,3 x 19,1 cm. 169  
Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro (sem data). Fonte: Biblioteca  
Nacional. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/pesquisa.htm>.  
Acesso em 12 jan. 2010.
- FIGURA 32 K. Loeillot de Mars, *O Passeio Público – entrada*, Aquarela, 48 x 170  
30,5 cm. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro (1835). Fonte:  
Biblioteca Nacional. Disponível em:  
<http://bndigital.bn.br/pesquisa.htm>. Acesso em 12 jan. 2010
- FIGURA 33 Eugene Cicére, *Panorama do Rio de Janeiro tomada do Passeio* 170  
*Público*, Litografia. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro (1854).  
Fonte: Biblioteca Nacional. Disponível em:  
<http://bndigital.bn.br/pesquisa.htm>. Acesso em 12 jan. 2010.

## SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	9
RESUMO.....	17
ABSTRACT.....	19
LISTA DE FIGURAS.....	21
INTRODUÇÃO.....	31
Periodização.....	36
Fontes.....	39
Estrutura do trabalho.....	41
CAPÍTULO 1 – REFERENCIAL TEÓRICO METODOLÓGICO.....	43
CAPÍTULO 2 – REVISÃO DE LITEATURA.....	67
CAPÍTULO 3 – A INVENÇÃO DA PAISAGEM E O LAZER NA NATUREZA.....	87
CAPITULO 4 – NOVAS COUSAS MARAVILHOSAS PARA SE VER .....	97
CAPÍTULO 5 – A REINVENÇÃO DO LAZER.....	115
CAPÍTULO 6 – CASAS DE CAMPO, CHÁCARAS E QUINTAS.....	137
CAPITULO 7 – EPOPÉIAS EM DIAS DE PRAZER.....	149
CAPÍTULO 8 – SER ÚTIL AINDA QUE BRINCANDO.....	165
CONCLUSÃO.....	185
REFERÊNCIAS.....	195

## INTRODUÇÃO

Toda a argumentação que vai se desenrolar neste trabalho segue, por caminhos às vezes tortuosos, um roteiro temático e uma trajetória intelectual. Convém participá-los ao leitor. Há alguns anos venho me dedicando a estudar práticas esportivas e de lazer desenvolvidas em ambientes naturais. Ao menos por duas vezes participei e desenvolvi pesquisas sobre o assunto, onde pude acompanhar as discussões que se desenrolavam a esse respeito.<sup>1</sup> De tudo que se diz, um aspecto, particularmente, tem chamado minha atenção. Trata-se do entendimento que relaciona o surgimento dessas práticas a um contexto social específico chamado, genericamente, de pós-moderno. Segundo se argumenta, essas atividades se originaram e se desenvolveram como resultado mais ou menos direto de dinâmicas sociais recentes, datadas, quando muito, do período pós-segunda guerra mundial. As reflexões de Javier Bétran estão entre as mais exemplares nesse sentido. De acordo com ele, atividades na natureza “correspondem a uma nova era que se tem denominado majoritariamente como pós-modernidade”, isto é, são práticas “animadas por uma série de valores e conceitos que pertencem às novas tendências culturais características da sociedade pós-industrial”. Trata-se, enfim, de “inegáveis práticas pós-modernas”; “símbolos atuais dos valores mais genuínos do presente social”.<sup>2</sup>

Alcyane Marinho, comungando com parte dessas conclusões, adapta à sua maneira tais idéias ao contexto nacional. Para a autora, atividades de aventura na natureza estão “imbuídas por uma série de valores e conceitos que pertencem às novas tendências culturais características das sociedades contemporâneas”.<sup>3</sup> Aqui também são os objetivos, a motivação e os meios utilizados para o desenvolvimento dessas práticas que a diferenciam de práticas modernas, do passado, singularizando-as no limite. “A busca pela aventura

---

<sup>1</sup>. DIAS, Cleber; ALVES JUNIOR, Edmundo. *Entre o mar e a montanha: esporte, aventura e natureza no Rio de Janeiro*. Niterói, RJ: EdUFF, 2007; DIAS, Cleber. *Urbanidades da natureza: o montanhismo, o surfe e as novas configurações do esporte no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

<sup>2</sup>. BETRAN, Javier. Dossier las actividades físicas de aventura em la naturaleza: análisis sociocultural. *Apunts: Barcelona*, n. 41, p. 5-8, jul. 1995, *passim*.

<sup>3</sup>. MARINHO, Alcyane. Lazer, meio ambiente e turismo: reflexões sobre a busca pela aventura. *Licere: Belo Horizonte*, vol. 10, n. 1, abril de 2007, p. 7. Disponível em: <<http://www.lazer.eefd.ufrj.br/licere>>.

caracteriza-se pela emergência histórica de imagens, valores, conhecimentos, metáforas e paradoxos, intimamente atrelados à condição humana na sociedade contemporânea”.<sup>4</sup>

Nessas argumentações, o mundo contemporâneo (ou a pós-modernidade) é tomado como uma época histórica marcada pela ruptura radical com quase todos os preceitos inaugurados pelos modos de vida da modernidade, “uma nova era que supõe uma nova civilização”.<sup>5</sup> Mais que isso, a modernidade seria então como o tempo-espço da ordem e do controle, da domesticação e da homogeneidade, enquanto a pós-modernidade, diferentemente, seria o lugar da liberdade, da construção de um *ethos* que se define pela espontaneidade e pela re-valorização de aspectos que o antigo paradigma epistemológico da modernidade teria tentado diluir.

A despeito do inevitável esquematismo didático desta minha interpretação, até injusta para com o esforço compreensivo dos trabalhos citados, pode-se dizer, assim mesmo, que modernidade e pós-modernidade estão, aqui, implicitamente, concebidas a partir de um rígido dualismo, onde a primeira é controladora e a segunda libertária. Para o estudo do lazer na natureza, a consequência de tais aplicações teóricas tem induzido, no meu ponto de vista, a análises por vezes caricaturais. Para Jean-Pierre Augustin, por exemplo, assim como para muitos outros, o modo de organização dessas práticas destaca – uma vez que ligadas à pós-modernidade – a articulação livre de redes de convivência, a não submissão às regras, a ausência de regularizações, enfim, a convicção que nessas atividades há uma completa fuga do controle e da normatização. Tais atividades, nas suas palavras, são:

Redes sociais que se articulam livremente [...] que compartilham interesses e valores em torno das chamadas “aventuras ecológicas” e que não se submetem a regras estabelecidas por organizações que pudessem regularizar a atividade [...] estamos, portanto, diante de um fenômeno que tem escapado completamente ao controle.<sup>6</sup>

<sup>4</sup> MARINHO, Alcyane; INÁCIO, Humberto. Educação física, meio ambiente e aventura: um percurso por vias instigantes. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Campinas, v. 28, n. 3, p. 55-70, maio 2007, p. 60.

<sup>5</sup> BETRAN, Javier; BETRÁN, Albert. La crisis de la modernidad y el advenimiento de la posmodernidad: el deporte y las prácticas físicas alternativas em el tiempo de ocio ativo. *Apunts*: Barcelona, n. 41, p. 10-29, jul. 1995, p. 14.

<sup>6</sup> AUGUSTIN, Jean-Pierre. Les territoires émergents du sport. *Le revue de la communication*, v. 34, p. 129-140, 1998, p. 130, *apud*. MASCARENHAS, Gilmar. A leviana territorialidade dos esportes de aventura: um desafio à gestão do ecoturismo. In: BRHUNS, Heloísa; MARINHO, Alcyane (Orgs.). *Turismo, lazer e natureza*. Campinas, SP: Manole, 2002, p. 92.

Não será o objetivo aqui discutir a pertinência de tais descrições. Primeiro porque já tentei fazer isso em outras oportunidades<sup>7</sup>, segundo porque não é esse exatamente o objeto desta pesquisa. Dessa vez, nosso alvo é a história do lazer na natureza, onde a apresentação dessa discussão tem por finalidade apenas contextualizar as circunstâncias teóricas nas quais este trabalho se inscreve. Pois foi diante e a partir de reflexões como essas que passei a me perguntar o que diferenciaria, de fato, as práticas modernas das pós-modernas? O que haveria, afinal, de tão original e inovador nesse novo contexto histórico contemporâneo, bem como nas práticas que lhe correspondem?

Partindo dessas motivações iniciais, o objetivo dessa tese foi o de analisar historicamente os hábitos de lazer na natureza, a fim de identificar suas gêneses. Mais do que tentar identificar um momento histórico preciso para o advento deste fenômeno, a pretensão foi a de descrever esse processo de formação que, como muitos outros, se desdobra de maneira lenta, paulatina, gradual e cumulativa. O ponto de partida foi a correspondência entre o lazer e a modernidade.<sup>8</sup> Ao mesmo tempo, a modernidade esteve entendida como um processo social complexo, multi-determinado e de longa duração, que pode ser subsumido a formas de sociabilidade definidas com base em princípios universalistas, fundadas em valores com alto grau de generalidade e tidas como fruto da elaboração racional, em contraste e até oposição

<sup>7</sup>. Em Dias e Alves Junior (op.cit.), opondo-se explicitamente àquelas compreensões que falam de “um fenômeno que tem escapado completamente ao controle”, as dimensões propriamente institucionais dos esportes na natureza, no que isso pode ter de mais rígido e regulamentado, são apresentadas como “instâncias privilegiadas onde a ação esportiva desses atores se inscreve [...] um meio de efetivação histórica dessas subculturas esportivas; lugar onde um emaranhado de idéias e convicções se organiza e ganha corpo palpável” (p. 86). Em Dias (2008), a análise histórica do surfe e do montanhismo destaca, na mesma direção, “a força exercida pela comunidade ou pelas estruturas do esporte”, “as interdições”, ou seja, “o código de conduta, que emite juízos sobre a boa e a má maneira de se relacionar com o esporte” (p. 144). Por último, mais recentemente, uma pesquisa nossa entre montanhistas mostrou que 69% deles possuem algum tipo de vínculo institucional. Esses dados, de acordo com as nossas conclusões, “corroboram um entendimento que vínhamos apontando em outras reflexões no sentido de indicar a importância da vida associativa e dos canais institucionais formais dentro deste esporte” [DIAS, Cleber; ALVES JUNIOR, Edmundo; MARIANO, Zenaide. Quem é quem no montanhismo brasileiro? In: DIAS, Cleber; ALVES JUNIOR, Edmundo (Orgs.). *Em busca da aventura: múltiplos olhares sobre esporte, lazer e natureza*. Niterói, RJ: EdUFF, 2009, p. 102].

<sup>8</sup>. Sob este aspecto existem ainda controvérsias. De um lado, famosas interpretações como a de Sebastian De Grazia, para quem o lazer é um fenômeno universal, que aconteceu em todas as épocas e culturas; de outro, posições não menos conhecidas como as de Joffre Dumazedier, para quem o lazer é uma especificidade moderna, ligada à Revolução Industrial [ver, respectivamente, DE GRAZIA, Sebastian. *Tiempo, trabajo y ocio*. Madrid: Tecnos, 1994; DUMAZEDIER, Joffre. *Sociologia empírica do lazer*. São Paulo: Perspectiva / SESC, 1999]. No Brasil, especificamente, recente trabalho de Leôncio Reis, Fernando Cavichioli e Fernando Starepravo resumiram o estado atual dessas controvérsias no contexto nacional. Segundo eles, “entre os teóricos do lazer, do ponto de vista conceitual e interpretativo, a discussão sobre quando surgiu o lazer é ainda uma questão polêmica” [REIS, Leôncio; CAVICHIOI, Fernando; STAREPRAVO, Fernando. A ocorrência histórica do lazer: reflexões a partir da perspectiva configuracional. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Campinas, vol. 30, n. 3, mai. 2009, p. 64].



aos arranjos percebidos como fruto da emanção divina.<sup>9</sup> Trata-se, em outras palavras, da descrição de um conjunto de amplas transformações históricas cujos primórdios remontam ao século XVI, mas que encontra ao longo do século XVIII o início do seu apogeu.<sup>10</sup> A hipótese, assim, é que o processo de emergência histórica do lazer pode se remeter aos fins do século XVIII. Mais especificamente, o argumento do trabalho é que o processo de formação do lazer na natureza iniciou-se no Brasil no quartel final do século XVIII. Este o argumento central que esse trabalho pretendeu sustentar.

Em segundo lugar, as práticas edificadas a partir de então forneceram o modelo para muitas das atividades lúdicas na natureza que apareceram e se desenvolveram depois. A permanência de estruturas discursivas semelhantes na maneira de narrá-las denuncia a continuidade e a herança histórica. Isso não quer dizer, contudo, que haja uma espécie de linha de continuidade ininterrupta. Definitivamente não é esse o caso. Tampouco se trata de compreender as práticas nos dois contextos como idênticas. A questão é que experiências contemporâneas em meio à natureza são informadas e concebidas nos termos sugeridos por uma longa tradição discursiva, fartamente alimentada por mais de dois séculos de textos e imagens, consagraram repertórios e sentimentos que animavam e animam até hoje o imaginário de aventureiros e amantes da natureza de toda sorte.

Ao longo do trabalho, dois grupos de reflexões serviram de interlocução, ainda que ora mais, ora menos explicitamente. Primeiro, os trabalhos que explicam as práticas de lazer na natureza à luz de um cenário social mais contemporâneo, citados acima. Sob este aspecto, minha sugestão é que a compreensão dos significados mais profundos dessas

<sup>9</sup>. PARSONS, Talcott. *O sistema das sociedades modernas*. São Paulo: Pioneira, 1974.

<sup>10</sup>. Nesse trabalho, o conceito de modernidade está associado ao de era moderna, atribuindo-lhe, assim, sentidos mais abrangentes (ver GUMBRECHT, Hans U. *Modernização dos sentidos*. São Paulo: Ed. 34, 1998). Nessa perspectiva, as origens do espírito moderno, nas palavras de Lucien Febvre, não teria sido um nascimento ao estilo de Minerva, isto é, o “surgimento repentino de doutrinas que brotam por geração espontânea do cérebro de um só homem”. Ao invés disso, tratar-se-ia do resultado de um extenso e eclético conjunto de experiências que se acumularam em um processo de longa duração. [Los orígenes del espíritu moderno: libertinaje, naturalismo y mecanicismo. In: FEBVRE, Lucien. *Erasmus, la contrareforma y el espíritu moderno*. Barcelona: Martinez Roca, 1970, p. 254]. Mas a ampliação do escopo conceitual da modernidade não significa, necessariamente, a negação de uma condição social singular inaugurada por rupturas históricas excepcionais, como dizia a esse respeito Octavio Ianni (*Enigmas da modernidade-mundo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003). Nesse sentido, poder-se-ia qualificar de modernas as sociabilidades definidas com base em princípios universalistas, fundadas em valores com alto grau de generalidade e tidas como fruto da elaboração racional, em contraste aos arranjos percebidos como fruto da emanção divina (PARSONS, Talcott. *Sociedades: perspectivas evolutivas e comparativas*. São Paulo: Pioneira, 1969; e também *O sistema das sociedades modernas*. São Paulo: Pioneira, 1974).

atividades se faz de maneira mais adequada quando situada no contexto do alvorecer de uma sociedade moderna, não pós-moderna.

O segundo grupo de reflexões diz respeito às teses sobre a descontinuidade histórica que o advento do lazer moderno teria processado. Nesse caso, mais especificamente, o esforço foi para o estabelecimento de um diálogo crítico com essas formulações, ao mesmo tempo em que se apropria de argumentos desenvolvidos mais recentemente no âmbito dos estudos do lazer. Conforme já havia formulado em outra oportunidade, o problema não era tanto o de afirmar que o lazer é um fenômeno social especificamente moderno, senão o de especificar em que medida exatamente ele o é.<sup>11</sup> De uma perspectiva tipicamente sociológica, afirma-se apenas que o lazer “possui traços específicos, características da civilização nascida da Revolução Industrial”, como fizera Joffre Dumazedier ainda nos idos de 1970, sem muita preocupação de demonstrar mais minuciosamente o fundamento empírico de tais proposições.<sup>12</sup>

Nesse quadro, meu intuito foi o de tentar destacar que a equação teórica que estabelece uma relação entre o lazer e a modernidade, talvez esteja simplesmente bloqueando a possibilidade de estudarmos historicamente períodos anteriores à segunda metade do século XIX, ainda que seja para, no limite, confirmar as teses da descontinuidade. O propósito, portanto, não era o de afirmar que inexistem diferenças entre os diversos modos de organização do comportamento lúdico ao longo da história. Não se trata mesmo de repetir o já conhecido argumento – equivocado, no meu ponto de vista – de que o lazer seria um fenômeno presente em todas as épocas e culturas. Para longe disso, tentei explicitamente destacar que, de um ponto de vista teórico, a finalidade da periodização adotada aqui era a de tentar deslocar ligeiramente o debate sobre o período de “invenção do lazer”, sem abrir mão de parte dos seus fundamentos, que geralmente adotam a modernidade como referencia para sua análise.

Recentemente, outros temas bastante caros às teorias do lazer vêm sendo problematizados nesses termos. Linton Johnson, discutindo sobre as relações entre trabalho e lazer, afirmou que, nesse particular, muitas conclusões correntes nessa esfera de estudos não seriam mais que a repetição de ortodoxias.<sup>13</sup> É possível que a localização cronológica da

<sup>11</sup>. DIAS, Cleber. Teorias do lazer e modernidade: problemas e definições. *Licere*, Belo Horizonte, vol. 12, n. 2, jun. 2009. Disponível em: [http://www.anima.eefd.ufjf.br/licere/pdf/licereV12N03\\_ar1.pdf](http://www.anima.eefd.ufjf.br/licere/pdf/licereV12N03_ar1.pdf). Acesso em 30 set. 2010.

<sup>12</sup>. DUMAZEDIER, Joffre. *Sociologia empírica do lazer*. São Paulo: Perspectiva; SESC, 1999, p. 26.

<sup>13</sup>. JOHNSON, Linton K. Introduction: rethinking labour and leisure. *Leisure studies*, vol. 27, n. 4, p. 369-374, 2008.

emergência do lazer talvez seja mais um aspecto dessa mesma postura. Pois como poderemos saber a justa medida das diferenças entre as práticas de ontem e de hoje sem as estudarmos em detalhes? Como poderemos avaliar a natureza dessas diferenças antes mesmo de as investigarmos comparativamente? Assim, sem ao menos saber exatamente as características dos costumes anteriores a Revolução Industrial, supõe-se, *a priori*, que eles dramatizariam uma descontinuidade radical com o que mais tarde chamar-se-ia lazer.

Todavia, seria perfeitamente possível conjecturar, como hipótese pelo menos, que essas diferenças estejam baseadas mais no grau que na substância. Aqui também – não custa insistir – não estou afirmando que assim o seja de fato, mas apenas sublinhando que antes da multiplicação de estudos monográficos sobre o assunto, qualquer generalização a esse respeito seria mais ou menos precipitada. De certo modo, esse é um programa de pesquisa que essa tese esforçou-se em anunciar, na expectativa de, quem sabe, ajudar a persegui-lo nos próximos anos.

### ***Periodização***

À luz dessas considerações, a periodização adotada nesse trabalho situa-se entre 1779 e 1838, dentro de um recorte geográfico confinado à cidade do Rio de Janeiro.<sup>14</sup> A primeira data me pareceu conveniente, pois marca o início das obras de construção do Passeio Público; iniciativa que materializou um empenho para a difusão de novas regras de sociabilidade e fruição do tempo livre. Tratava-se, em outras palavras, da construção de um

<sup>14</sup>. O recorte cronológico relativamente longo atravessa momentos em que mudanças bastante profundas se operaram no Brasil, especialmente no Rio de Janeiro. As transformações iniciaram-se antes mesmo desse período, quando a cidade foi elevada à condição de sede do Vice-Reinado, em 1763, o que inaugurou um novo circuito mercantil com a expansão do estoque e circulação de capitais provenientes, sobretudo, do controle fiscal sobre o minério das Minas Gerais e da centralização do rentável tráfico negreiro. Depois, em 1808, a cidade se tornou sede da Corte Portuguesa, testemunhou a elevação do Brasil à condição de Reino do Império Português em 1815, a coroação de D. João VI em 1818, a proclamação da Independência em 1822, a abdicação de D. Pedro I em 1831, além do início do Segundo Reinado. No entanto, todos esses fatos, em que pese sua importância, estão circunscritos à esfera política. A proposta desse estudo, em caminho mais ou menos contrário, é abordar o lazer como um campo relativamente autônomo, cujo desenvolvimento não está subordinado aos desenlaces da política. Bem entendido, não se trata de argumentar que os acontecimentos da política não interferem nos rumos do lazer. O que se está destacando é que o estudo do lazer, ou talvez de qualquer outro aspecto da cultura, não pode ser reduzido à condição de mero reflexo dos acontecimentos políticos. Nesse sentido, a periodização adotada aqui pode ser apreendida como uma tentativa de destacar uma temporalidade própria para o processo de formação do lazer.

espaço idealizado e construído, precisamente, para permitir o deleite e a contemplação; uma nova forma de se observar à fauna e a flora, codificando uma estrutura de sentimentos que serviria de móvel para o desenvolvimento do lazer na natureza, ainda que tivesse também uma finalidade científica, sanitária e até mesmo civilizadora, na medida em que se inseria em um conjunto de esforços que pretendia introduzir práticas ilustradas no espaço da colônia. “Sou útil ainda que brincando”, dizia não por acaso a placa de uma estátua de bronze do Passeio Publico.

No outro extremo, 1838, é a época da promulgação do Decreto 20, que regulamentava, na perspectiva policial, os usos do Jardim Botânico da Lagoa Rodrigo de Freitas, também no Rio de Janeiro. Bernardo Pereira de Vasconcelos, ministro da Justiça na ocasião, fixou um regulamento que determinava horários de funcionamento do Jardim Botânico, designando-lhe ainda um guarda para “vedar o ingresso dos notoriamente embriagados ou loucos”, além de outras providencias, como a proibição de almoçar, jantar, merendar ou tomar qualquer comida ou bebida espirituosa dentro do Jardim; ou ainda, “fazer vozerias, alaridos e dar gritos sem ser para o objecto de necessidade”.<sup>15</sup> Tratava-se, dessa vez, de uma ação que pretendia, literalmente, regulamentar o comportamento da população durante uma das suas atividades de lazer, denunciando, nas entrelinhas, a existência de um costume, mas que ainda se conformava mal aos padrões de intenção planejados pelas elites.

Depois desse período, de acordo com a interpretação que estou sugerindo, o lazer na natureza não estaria mais em formação, mas sim devidamente formado já; em algumas circunstancias, inclusive, até em pleno desenvolvimento, amadurecido, em condições, de todo modo, de disseminar-se. Isto quer dizer, em outras palavras, que ao longo desse período de quase cinquenta anos, comportamentos lúdicos pouco a pouco foram se conformando às prescrições normativas encerradas pelo conceito de lazer. Práticas como a caça de borboletas e passarinhos, piqueniques nas ilhas da Baía de Guanabara, excursões pelas cercanias da Tijuca, fins de semana em casas de campo ou viagens para “fazer botânica”, como se dizia na época, organizariam novas sensibilidades sobre o uso do tempo livre, que são essas que atualmente reconhecemos como lazer.

---

<sup>15</sup>. O decreto 20 promulgado em 06 de setembro de 1838, consta no *site* do Instituto de Pesquisa Jardim Botânico do Rio de Janeiro “sem identificação de localização do original”. Apenas o “Regulamento para o Jardim Botânico da Lagoa de Rodrigo de Freitas, ao qual se refere o decreto desta data” está disponível no mesmo endereço: <http://www.jbrj.gov.br/jabot/legislacao/mosaico.php?ficha=13>

Assim, o recorte temporal tenta distinguir as histórias das origens do lazer, das histórias do lazer propriamente dito, preocupando-se, nesse trabalho, apenas com a primeira. De um ponto de vista teórico, a finalidade dessa periodização, em última instância, é a de tentar deslocar ligeiramente o debate sobre o período de “invenção do lazer”, sem abrir mão de parte dos seus fundamentos, que geralmente adotam a modernidade como referencia para sua análise. Não é outro o motivo pelo qual o período a que se dedica este estudo esteja concentrado, justamente, no momento em que o Brasil experimentava os primeiros impulsos de modernização.

O chamado reformismo ilustrado luso-brasileiro, iniciado em Portugal e capitaneado pelo marquês de Pombal a partir da década de 1750, quando este era secretário de Estado do Reino no governo do rei D. José I, procurou, literalmente, modernizar a Coroa e seus domínios através de uma ampla reforma político-administrativa baseada no pensamento iluminista. Persistências do passado feudal passaram a ser acusadas pela decadência e atraso econômico de Portugal em relação à Europa das Luzes.<sup>16</sup> A Coroa, então, reorientava os modos de ocupação e exploração das suas colônias, entre as quais o Brasil. Nesse sentido, criavam-se novas vilas, povoações e freguesias; elegiam-se juizes de fora; nomeavam-se ouvidores; empossavam-se engenheiros para demarcar melhor as fronteiras e incentivavam-se certos ramos de atividades, como é o caso da agricultura, do comércio e dos negócios em geral.

A partir do reinado de Maria I, em 1777, essa orientação política sofreu algumas mudanças, mas sem alterar radicalmente seus princípios. O esforço pelo desenvolvimento manufatureiro – uma das esferas privilegiadas na política do antigo consulado – manteve-se praticamente inabalável.<sup>17</sup> Todas essas mudanças teriam repercussões no Brasil, especialmente a partir do quartel final do século XVIII. A nova cosmologia

---

<sup>16</sup>. FALCON, Francisco. *A época pombalina: política econômica e monarquia ilustrada*. São Paulo: Ática, 1982.

<sup>17</sup>. NOVAIS, Fernando. O reformismo ilustrado luso-brasileiro: alguns aspectos. *Revista Brasileira de História*, n. 7, p. 105-118, 1984. A efetiva influência de um novo ideário iluminista em Portugal é problematizada em MARQUES, A. H. de Oliveira. *Breve história de Portugal*. Queluz de Baixo: Presença, 2005. Por outro lado, trabalhos como os de Ana Rosa Cloclet tem, em linhas gerais, reafirmado as teses centrais de Fernando Novais, ou seja, de que o despotismo esclarecido do reinado josefino e a “Monarquia Temperada” do reinado mariano foram capazes de dinamizar a Coroa na direção de uma modernização política, econômica e também cultural. Segundo a autora, foi a dialética entre tradição e modernidade o que dera o tom do reformismo ilustrado, destinado a emendar o Velho Reino [CLOCLET, Ana Rosa. *Inventando a nação: intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros na crise do Antigo Regime Português (1750-1822)*. São Paulo: Hucitec, 2006, p. 24]. Nesse sentido, ver também CALAFATE, Pedro. *A idéia de natureza no século XVIII em Portugal (1740-1800)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1994, além de outros trabalhos sobre história natural citados ao longo deste trabalho.

mobilizada pelos estudantes brasileiros egressos da reformada Universidade de Coimbra ou ações desencadeadas pelo próprio poder estatal, como vimos, seriam exemplos nesse sentido.

### ***Fontes***

Outro aspecto a ser comentado preliminarmente é a característica das fontes utilizadas, que se valeu fundamentalmente do relato de viajantes estrangeiros. Esse tipo de material tem sido bastante utilizado em análises históricas, onde se destacam tanto suas possibilidades, quanto seus limites. A chamada “literatura de viagem” refere-se a um gênero bastante diversificado, que experimentou considerável sucesso entre os séculos XVIII e XIX – sobretudo entre o público europeu, a quem eram endereçadas na grande maioria. Seus livros podiam conter algumas poucas páginas ou até muitos volumes; suas motivações iam da carta aos parentes até o relatório científico; seus autores eram diplomatas ou comerciantes, piratas ou soldados. Porém, grandes ou pequenos, de cientistas ou aventureiros, esse tipo de registro tinha em comum o fato de ter sido produzido por personagens geralmente bastante identificadas com os padrões de pensamento europeu, por mais sensíveis que eventualmente fossem à alteridade de uma cultura desconhecida. Suas categorias de percepção, dessa maneira, eram tacitamente informadas por valores, cosmologias e concepções morais tipicamente européias. Sua postura, às vezes, supunha tão rigorosamente um padrão ideal de comportamento, que toda a diferença que o contrariasse era logo avaliado negativamente. Com certa facilidade, caricaturavam o estranho, depreciando-o em exótico. Talvez por isso, não poucas vezes, distorceram o sentido de certos costumes, se equivocaram quanto à ordem dos acontecimentos, mostraram-se mal-informados a respeito das notícias ou julgaram inadequadamente o caráter do povo brasileiro. Eram, enfim, estrangeiros que representavam a natureza paisagística e social do Brasil por meio de cânones que se originavam de elementos mais ou menos estranhos àquele meio, relativamente incapazes, portanto, de apreender-lhes a lógica, o nexos e a racionalidade.

Todavia, os aparentes inconvenientes desse estado de coisas são inerentes a qualquer vestígio que se preste a testemunhar sobre o passado. Nesse sentido, os problemas

que afetam o uso historiográfico do relato de viajantes estrangeiros, afetam também o uso de jornais, fotografias, entrevistas, documentos governamentais ou qualquer outra série documental que se possa eventualmente utilizar. Todos eles estão “contaminados” por valores e pontos de vista afeitos aos lugares sociais ocupados por quem os produziu. Aqui, a fim de tentar atenuar possíveis erros, omissões ou distorções dessas obras, o trabalho de crítica, além de levar em consideração suas circunstâncias de produção e recepção, se esforçou também em confrontá-los entre si, com a esperança de depurar um pouco melhor sua verossimilhança. Além disso, a condição de estrangeiro não está sendo apreendida aqui apenas como exterioridade, quer dizer, como algo totalmente estranho, excluído e antinômico àquela realidade. Trata-se, ao invés disso, de um tipo específico de participação, resultante de uma estrutura particular de convívio que sintetiza e unifica, simultaneamente, proximidade e distância, de acordo com a famosa formulação de George Simmel, para quem “a despeito de não estar organicamente anexado ao grupo, o estrangeiro ainda é um membro orgânico do mesmo”.<sup>18</sup> Isto talvez seja particularmente verdadeiro para o Rio de Janeiro do século XIX, cuja população em certos períodos dessa época chegou a ser composta por quase 50% de pessoas nascidas fora da cidade, como o foi por volta de 1840. Assim, se essas obras vez por outra parecem falhar em falar do contexto que retratam, é certo, por outro lado, que falam com propriedade do contexto de quem retrata. Nesse caso, entretanto, as duas posições coincidem, pois, no limite, quem retrata não está inteiramente alheio daquilo que é retratado. Esses estrangeiros no Brasil faziam parte, afinal, ainda que à sua maneira, da vida social da terra de que tanto falaram.<sup>19</sup> Isto é, para além dessas dificuldades, insisto, presente em qualquer vestígio sobre o passado, o relato de viajantes oferece a expressão dos pontos de vista de quem estava pouco familiarizado com os códigos sociais locais. Em outras palavras, o viajante estrangeiro

<sup>18</sup>. SIMMEL, George. O estrangeiro. In: MORAES FILHO, Evaristo de (org.). *Simmel: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983, p.188.

<sup>19</sup>. Para uma discussão teórica sobre o assunto, ver CABRAL, João de Pina. Semelhança e verossimilhança: horizontes da narrativa etnográfica. *Mana*, vol. 9, n. 1, p. 109-122, 2003 e mais especialmente PRATT, Mary. *Os olhos do império*. Bauru, SP: Edusc, 1999. Nesse último, a autora desenvolve uma análise da literatura de viagem enfatizando as dimensões interativas do contexto de produção dessas obras através do conceito de “transculturação”. Nesse sentido, ela destaca o processo de apropriação dos materiais nativos pelos europeus, mas também o contrário, isto é, à maneira pela qual os coloniais se apropriaram dos discursos imperiais, construindo, eles próprios, modos de representação que, uma vez absorvidos pelo olhar do europeu, constituíram um universo cognitivo que passou a ser considerado e apresentado como “originariamente europeu”. Em outras palavras, Pratt aventava a hipótese de que as construções européias a respeito da cultura colonial e subalterna podem ter sido moldadas pelos próprios subordinados. Nesse caso, ela destaca um complexo jogo de interação por meio do qual os próprios subordinados poderiam controlar o modo de auto-apresentação aos estrangeiros, determinando, em última instância, os sentidos discursivos enunciados pelo colonizador a respeito deles mesmos.

observava a vida social da época com considerável nível de estranhamento, o que lhe permitia problematizar coisas que para um nativo estariam mais “naturalizadas”. Seus relatos, assim, assumem feições semelhantes à de um etnógrafo, atento aos pormenores da vida cotidiana.

### ***Estrutura do trabalho***

Com esses propósitos, o trabalho foi dividido em 8 capítulos. O primeiro apresenta o contexto teórico geral no qual se insere o trabalho. Nomeadamente, o capítulo pretendeu sintetizar os principais traços da “nova história cultural”. Em segundo lugar, pretendeu-se também associar esse ramo historiográfico a uma tradição de pensamento ligada à Escola Histórica Alemã. Em particular, o nome de Max Weber e sua “sociologia compreensiva” foram tomados como fontes teóricas a orientarem o trabalho empírico.

O segundo capítulo empreende uma incursão pelos principais argumentos correntes nas “teorias do lazer”, especialmente no que diz respeito à compreensão histórica deste fenômeno. Nesse sentido, foram apresentadas as conclusões mais usuais sob este aspecto, que destacam, regra geral, a associação do advento histórico do lazer à Revolução Industrial. Em segundo lugar, compreensões históricas alternativas foram então apresentadas. Trata-se, nomeadamente, de pesquisas históricas desenvolvidas a partir dos anos 1990 que vêm criticando esse posicionamento mais corrente.

O terceiro e o quarto capítulo tratam de apresentar o processo simbólico através do qual paisagens naturais pouco a pouco começaram a ser percebidas como lugares belos, pitorescos e potencialmente ricos à contemplação e ao divertimento. Uma nova maneira de olhar à natureza, inaugurado pela combinação de elementos estéticos e cientificistas, mudavam a apreensão de ambientes naturais, com implicações para a re-configuração do lazer, uma vez que depois disso, tais espaços tornar-se-iam espaços potenciais para o lazer.

O quinto capítulo apresenta alguns dos principais elementos que definiam as formas de ocupação do tempo livre no período ao qual se refere este trabalho. Nomeadamente, citam-se, nesse sentido, uma vida cotidiana e cultural consideravelmente agitada, contrariando a idéia de que o período entre o fim do século XVIII e início do XIX seria pouco dinâmico.



Estabelecimentos comerciais de reputação e toda uma rede comercial de serviços, desde restaurantes e padarias, até hotéis, albergues, pensões, tabernas, cantinas, empórios, teatros ou cafés eram alguns deles. Ao mesmo tempo, esse estado de coisas é analisado à luz de considerações teóricas críticas as definições mais usuais de modernidade. Nomeadamente, a noção de modernidades múltiplas e sua crítica ao etnocentrismo das definições correntes de modernidade são utilizadas como interlocutores.

O sexto capítulo trata das casas de campo, chácaras e quintas; lugares privilegiados para a fruição do lazer na natureza. Passar o domingo no campo ou fazer patuscadas eram alguns dos hábitos no período de que trata este trabalho. O bairro do Andaraí, Botafogo, a Quinta da Boa Vista, as frondosas cercanias da Tijuca, os arredores do Porto de Estrela e o caminho para a Serra dos Órgãos eram alguns dos lugares preferidos para a construção desses sítios e fazendas.

O sétimo capítulo aborda os passeios e excursões pelos arrabaldes do Rio de Janeiro. Passeios a pé, a cavalo ou de barco eram a preferência geral dos que participavam desse tipo de atividade. Particularmente, pequenas viagens até as ilhas da baía de Guanabara, ao Corcovado, à Tijuca, ao Morro de Santa Tereza ou ao Pão de Açúcar eram os preferidos, embora excursões para além do subúrbio, como os bairros de Irajá, Campo Grande ou Itaguaí fossem possíveis também.

O oitavo e último capítulo trata do Passeio Público. Este foi um dos primeiros espaços concebidos especificamente ao lazer da população. Conformado a um conjunto de novos ideais de civilização, o Passeio, como logo passaria a ser identificado, foi um lugar que encarnava todo um novo modo de uso e ocupação do espaço público. Ali, pretendia-se encenar outra sociabilidade, que se pretendia, literalmente, “mais moderna”. Nesse sentido, comportamentos que escapassem a essas idealizações tenderiam a ser criticados ou às vezes até inviabilizados.

Por último, apresenta-se as conclusões, em que as idéias centrais perseguidas pelo trabalho são retomadas e implicações teóricas possíveis são inferidas. Sob este aspecto, os conceitos e definições mais usuais acerca do fenômeno do lazer são problematizados.

## CAPÍTULO 1

### REFERENCIAL TEORICO-METODOLÓGICO

“Nada há decerto de mais perigoso que a confusão entre teoria e história”

Max Weber

Nem sempre é fácil a conciliação da teoria com a pesquisa histórica. Por um lado, tradições historiográficas bastante influentes se definiram e se definem ainda hoje pelo apego àquilo que Paul Veyne certa vez chamara de “singularidade histórica”, ou seja, à idéia de que “nenhum acontecimento é redutível a uma abstração”. Nesses termos, qualquer Teoria da História pareceria uma postura que desabriga a “originalidade infável” e o “sabor original e único de cada fato histórico específico”, como dizia com essas palavras o próprio Paul Veyne.<sup>20</sup>

Por outro lado, parte considerável da Teoria Social desenvolveu-se, se não com desprezo, ao menos com certa animosidade pelos fatos e acontecimentos históricos em si. Comte, por exemplo, naquela que é provavelmente uma das formulações mais paradigmáticas sobre o assunto, referia-se ao trabalho de historiadores como “detalhes sem importância recolhidos de forma tão infantil pela curiosidade irracional dos compiladores míopes de casos estéreis”.<sup>21</sup> Até hoje ouvem-se ecos de perspectivas desse tipo, pois algumas escolas de pensamento ainda não cansaram de bradar hostilidade contra aquilo que elas chamam de caráter excessivamente descritivo e pouco analítico dos estudos históricos.

Nesses termos, a combinação entre a Teoria e o interesse pelos detalhes das situações históricas concretas, típico às pesquisas propriamente históricas, permaneceu “relativamente raro”, conforme avalia e qualifica Peter Burke em um de seus trabalhos que comenta esses diálogos entre a História e a Teoria Social. Segundo ele, a lista dos que se mostraram dispostos a estabelecer esse vínculo seria muito pequena e restrita a nomes de fato excepcionais.<sup>22</sup>

---

<sup>20</sup>. VEYNE, Paul. *O inventário das diferenças*. São Paulo: Brasiliense, 1983, p. 38.

<sup>21</sup>. COMTE, Augusto. *Cours de philosophie positive*. Paris, 1864, v. S, conferência 54, apud. BURKE, Peter. *História e teoria social*. São Paulo: Ed. da Unesp, 2002, p. 20.

<sup>22</sup>. Burke, op.cit.

Todavia, nesse trabalho, o reconhecimento da dificuldade de se conciliar Teoria e História não pretende negar a teoria, mas sim mobilizá-la de uma maneira teoricamente particular. Trata-se, mais especificamente, não de uma tentativa de negar a teorização em si, mas sim o de rechaçar a pretensão de uma teorização geral da qual a história seja apenas uma dedução. Em outras palavras, isto quer dizer, na prática, que esse trabalho não pretendeu se orientar por formulações mais recentes que decretam o eclipse de qualquer possibilidade de explicação teórica, ao mesmo tempo em que também não pretendeu se orientar por apreensões teóricas mais generalistas, inclinadas a busca de conclusões de validade geral ou universal.

Nesse sentido, o objetivo desse capítulo é o de apresentar os fundamentos desse referencial, que pretende guiar o estudo que irá se desenvolver nos capítulos seguintes. Mas antes de abordar os elementos teóricos mais gerais (que será o motivo da próxima seção desse capítulo), vale também posicioná-lo dentro do contexto propriamente historiográfico, afinal, este é um estudo, antes de tudo, histórico.

No âmbito dos estudos históricos, especificamente, a chamada “história cultural”, em seus desenvolvimentos mais recentes, isto é, da “nova história cultural”, talvez seja a melhor expressão para resumir e descrever essa posição que se quer intermediária entre a História e a Teoria. Tem-se definido “nova história cultural” por um modo de relacionar-se com o fazer histórico marcado mais pelo estudo de caso do que pela teorização global; mais pela escala de observação reduzida do que pela análise de macro-tendências. Assim, ao invés da busca de leis causais de explicação geral, importaria, nesse sentido, a “decifração do significado” de acontecimentos mais pontuais; temporal e geograficamente mais reduzidos e circunscritos. Em certa medida, é o ceticismo mesmo diante de grandes explicações – mas não da própria ou qualquer possibilidade de explicação – que motiva essa tomada de posição. Influenciada de diferentes maneiras pelos trabalhos de antropólogos como Victor Turner e Clifford Geertz, que faziam questão de distinguir a explicação como interpretação, da explicação como enumeração de causas gerais<sup>23</sup>, a “nova história cultural” tende, de maneira geral, ao estudo de períodos de curta duração, às vezes concentrada em um único evento, capaz de exhibir, em tese, a maneira pela qual as pessoas atribuem significado a sua própria

---

<sup>23</sup>. Para os dois principais e mais explícitos trabalhos nesse sentido, ver, respectivamente, TURNER, Victor. *A floresta de símbolos: aspectos do ritual Ndembu*. Niterói, RJ: EdUFF, 2005; GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

realidade, embora importantes trabalhos nessa perspectiva às vezes fujam a alguns desses princípios. De todo modo, essas são as características que, grosso modo, orientam essa forma de fazer histórico. Não é por acaso que Lynn Hunt, uma das principais referências dentro dessa perspectiva, afirmara que “a ascensão da nova história cultural foi marcada por um declínio dos intensos debates acerca do papel da teoria sociológica no âmbito da história”.<sup>24</sup>

A passagem de um modelo historiográfico para outro – de uma história global para uma “história em migalhas”, mais fragmentada, que de certo modo renuncia as grandes sínteses teóricas em favor da especialização empirista – encerra perdas e ganhos relativos, conforme comenta José Carlos Reis. Segundo ele, “as características dessa transição podem ser vistas ou como uma perda ou como um ganho, dependendo de quem avalia”.<sup>25</sup> Para quem considera a história (ou as ciências sociais, de maneira geral) como guia para ação política, provavelmente essa mudança representou irreparável retrocesso. Nesse caso, julga-se necessário o estabelecimento de todas as relações entre as partes a fim de permitir uma ação global capaz de promover uma mudança social profunda. De outro lado, encontram-se os que acreditam na prática historiográfica como exercício analítico-interpretativo, orientado, portanto, por postulados de cientificidade, valorizando, por conseguinte, a observação em escala micro, já que não se poderia apreender a realidade como um todo.

A transição entre os anos 1960 e 1970 são os momentos que definiram com mais clareza as formas que essa última tendência assumiria. Era a época em que a disciplina História desviava-se simultaneamente em algumas partes da Europa e dos Estados Unidos para os caminhos da cultura, segundo a famosa expressão de Lynn Hunt.<sup>26</sup> A partir de então, no lugar da história econômica ou social, que três ou quatro décadas antes havia minguado a capacidade de influência da história política nesses grandes centros, consolidava-se cada vez mais o interesse do trabalho histórico pelo que os métodos etnográficos da antropologia chamavam de cultura. Os tipos de artigos que pouco a pouco começavam a prevalecer nos periódicos mais prestigiados, bem como a natureza dos estudos monográficos mais influentes nessa época, denunciam a progressiva importância dessa abordagem.<sup>27</sup>

<sup>24</sup>. HUNT, Lynn. Apresentação: história, cultura e texto. In: HUNT, Lynn (org.). *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1995, p. 14.

<sup>25</sup>. REIS, José Carlos. *História e teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade*. E ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005, p. 91.

<sup>26</sup>. Hunt, op.cit.

<sup>27</sup>. Ibid.

Na Inglaterra, a publicação do estudo de Eduard Thompson sobre *A formação da classe operária inglesa*, em 1963, foi uma das fontes que inaugurou – e de certo modo antecipou – uma nova forma de apreender a cultura como dimensão fundamental da estruturação histórica da sociedade. O projeto thompsoniano destacava a maneira cultural como as pessoas lidavam com as experiências materiais de sua existência. Thompson, dito de outro modo, interessava-se por saber a maneira pela qual as classes populares inglesas na transição do século XVIII para o XIX manipulavam as experiências decorrentes das relações produtivas em termos culturais, isto é, através da sua incorporação em tradições, idéias e sistema de valores.

Apesar de operar dentro de uma perspectiva fundamentalmente marxista, sua relativa rejeição ao esquema base-superestrutura, no mais das vezes implícitas no seu trabalho, animou críticas de toda sorte.<sup>28</sup> Entre os historiadores marxistas, seu trabalho foi acusado de propugnar um voluntarismo idealista, ainda que o próprio Thompson tenha afirmado as experiências de classe como sendo, “em grande medida”, nas suas palavras, “determinadas pelas relações produtivas dentro das quais os homens nascem – ou entram involuntariamente”.

<sup>29</sup> Nem sequer suas credenciais, autorizadas por uma longa trajetória de militância no Partido Comunista e depois em tantas outras frentes de mobilização trabalhista foram capazes de aplacar os ânimos.<sup>30</sup> Richard Jhonson, por exemplo, afirmava que o trabalho de Thompson, com sua veia excessivamente culturalista, havia se descuidado de categorias econômicas estruturais.<sup>31</sup> De fato, Thompson desenvolveu todo seu trabalho à luz do conceito de classe (no singular), mas definindo-o por meio da consciência pessoal dos próprios integrantes da classe, e não por meio da posição do sujeito com relação à propriedade ou aos meios de produção. Para Thompson:

---

<sup>28</sup>. Para um balanço das críticas ao trabalho de Thompson, ver TRIMBERGER, Ellen K. E. P. Thompson: understanding the process of history. In: SKOCPOL, Theda (ed.). *Vision and method in historical sociology*. Cambridge, 1984, p. 211-243.

<sup>29</sup>. THOMPSON, Edward P. Prefácio. In: THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2004, vol. 1, *A árvore da liberdade*, p. 10.

<sup>30</sup>. Em 1946, ao lado de Christopher Hill, Eric Hobsbawm e outros, Thompson faria parte da fundação do grupo de historiadores do partido comunista inglês. Alguns anos depois, em 1956, parte desse grupo iniciara a publicação do até hoje influente *Past and Present*, na mesma época que se iniciava a dissensão do grupo por causa, fundamentalmente, do alinhamento do Partido às lideranças de Moscou, a despeito dos já inegáveis crimes cometidos pelo governo stalinista. É nessa época também que ganha forma a *New Left*, um movimento informal de intelectuais militantes de esquerda, do qual Thompson seria uma das principais referências e lideranças.

<sup>31</sup>. JHONSON, Richard. Against absolutism. In: SAMUEL, Raphael (ed.). *People's history and socialist theory*. London: Routledge & Kegan Paul, 1981, p. 386-396.

A noção de classe traz consigo a noção de relação histórica. Como qualquer outra relação, é algo fluido que escapa à análise ao tentarmos imobilizá-la num dado momento e dissecar sua estrutura. A mais fina rede sociológica não consegue nos oferecer um exemplar puro de classe, como tampouco um do amor ou da submissão. A pessoa precisa estar sempre encarnada em pessoas e contextos reais [...] Não podemos ter amor sem amantes, nem submissão sem senhores rurais e camponeses. A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõe) dos seus.<sup>32</sup>

Assim, Thompson ia atribuindo importância a dimensões mais subjetivas, como a consciência ou as sensibilidades, além de conferir estatuto diferenciado ao indivíduo, através da referência à necessidade da luta de classes se materializar em pessoas [não podemos ter amor sem amantes...].

Na França, uma novíssima geração dos *Annales* apontava para as *mentalités* não mais como um nível terciário da explicação histórica, como quisera Fernand Braudel ao afirmar a prevalência de “estruturas de longa duração”, mas como determinante básico da estruturação da realidade social. Para esse grupo, que a essa altura encontrava nos trabalhos de Roger Chartier e Jacques Revel seus principais representantes, as estruturas mentais não mantêm relação de dependência para com as determinações materiais. Em sentido diverso, essas estruturas mentais, ou melhor, essas representações, segundo se argumentava, seriam componentes fundamentais da estruturação da própria realidade social. Assim, relações econômicas e sociais não seriam, segundo eles, anteriores à cultura, nem tampouco as determinariam. De outra forma, economia e sociedade seriam, eles próprios, campos de prática e de produção cultural.

Nos Estados Unidos, os estudos de Robert Darnton sobre diferentes episódios do século XVIII estão entre os que podem ser tomados como emblemas da “nova história cultural” naquele contexto.<sup>33</sup> Particularmente, *O grande massacre dos gatos e outros episódios da história francesa*, publicado originalmente em 1984, é um dos trabalhos que bem sintetiza algumas das tendências dessa abordagem. O livro toma como ponto de partida o relato de um operário de nome Nicolas Contat, que narrou seu estágio em uma gráfica da Rua Saint-Séverin, em Paris, no final da década de 1730. O relato de Contat descrevia uma série de dificuldades da vida de um aprendiz: dormiam em instalações indecentes, acordavam cedo,

<sup>32</sup>. Thompson, op.cit., p. 9-10.

<sup>33</sup>. WEINSTEIN, Barbara. História sem causa? A nova história cultural, a grande narrativa e o dilema pós-colonial. *História*, vol. 22, n. 2, p. 185-210, 2003.

submetiam-se a insultos, além de terem que comer as sobras do patrão. Enquanto isso, uma paixão pelos gatos desenvolvia-se entre os burgueses, que lhe davam com frequência comida boa e de qualidade. Indignados, os trabalhadores da gráfica na Rua Saint-Séverin elaboraram um plano para vingar-se: durante noites a fio, subiram no telhado e imitaram o miado de gatos para impedir os patrões de dormir. Sem desconfiar de nada, os patrões então ordenaram que os gatos fossem mortos, pois imaginavam que estes estavam sob efeito de algum feitiço.<sup>34</sup>

A matança de gatos, segundo interpretação de Robert Darnton, além de dramatizar a oposição social entre patrão e empregados, teria sido vivida pelos operários de maneira ritualística, relacionando-se com temas solidamente arraigados no simbolismo popular Setencista francês, como as re-encenações burlescas. Com isso, a análise de Darnton vai tentando destacar que a compreensão de episódios aparentemente insignificantes revela aspectos simbólicos, cosmológicos e culturais profundamente relevantes nos respectivos contextos sociais onde eles se desenrolam. Nesse sentido, a compreensão das ações sociais nesses contextos deve ser iluminada pela identificação e interpretação da maneira como as pessoas daquele próprio contexto pensavam suas próprias ações. É um esforço de se assumir “um ponto de vista nativo”, para usar um famoso jargão antropológico, o que está em tela nesse tipo de trabalho.

Embora esses autores não sejam os únicos responsáveis pela conformação dessa nova abordagem historiográfica, que contou com a ativa participação de muitos outros protagonistas, certamente eles são, assim mesmo, os mais conhecidos e reconhecidos atualmente pela sua consolidação. Seus trabalhos inauguraram uma forma original dos historiadores se relacionarem com o passado, impelindo-os a considerarem com seriedade novos problemas de pesquisa, especialmente aqueles ligados aos costumes cotidianos, a cultura e as representações.

Evidentemente, muitas sutilezas separam cada uma dessas formas de se praticar o que se convencionou chamar de “nova história cultural”, embora à primeira vista elas possam às vezes parecer comuns e unificadas. Roger Chartier, por exemplo, que apesar de se inserir nessa perspectiva historiográfica, não se furta de indagar-se sobre suas pertinências e limites, a começar pela sua caracterização ou até mesmo pela sua viabilidade conceitual.<sup>35</sup> Para

<sup>34</sup>. DARNTON, Robert. *O grande massacre dos gatos e outros episódios da história francesa*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

<sup>35</sup>. CHARTIER, Roger. A “nova” história cultural existe? In: LOPES, Antonio H.; VELLOSO, Monica P.; PESAVENTO, Sandra J. *História e linguagens: texto, imagem, oralidade e representações*. Rio de Janeiro: 7

além disso, Chartier critica certas tendências no interior desse ramo historiográfico, nomeadamente aquelas mais claramente conformadas às prerrogativas da antropologia cultural norte-americana. Mais especificamente, Chartier acha que não deve se considerar os símbolos como fixo em seus significados. Para ele, o sentido de todas as práticas, econômicas ou culturais, depende de representações utilizadas cotidianamente pelos indivíduos para atribuírem sentido ao seu próprio mundo ordinário. Nesse sentido, debatendo o livro de Robert Darton, ele critica, por sua vez, o modelo teórico de Clifford Geertz por supor, na sua avaliação, que formas simbólicas são organizadas através de um sistema coerente e coeso. Isto é, se a realidade é um texto, não se pode perder de vista que os textos afetam os leitores de diferentes maneiras.<sup>36</sup>

Dessa forma, embora certas vertentes da “nova história cultural” tenha afinidades mais óbvias com o modelo teórico que poderíamos chamar de “lingüístico”, que em última instância tende a tomar o texto fora do contexto e despojar a cultura de toda relação com o universo social mais amplo, algumas sutilezas separam essas diferentes abordagens, o que, inclusive, tem servido de motivação para questionar-se a pertinência de identificar em todas elas uma unidade historiográfica comum, como o fez Chartier.<sup>37</sup> Em primeiro lugar, o modelo “lingüístico”, diferente da “nova história cultural”, como um todo, não admite nenhum tipo de busca de origens. O trabalho de Foucault, aliás, tido como arauto desse modelo, notabilizou-se, precisamente, pela defesa de um projeto “arqueológico” que nega o “esquema linear” e a “cronologia contínua da razão”, que, segundo ele, “se fazia remontar invariavelmente à inacessível origem”.<sup>38</sup>

A “nova história cultural”, por outro lado, não necessariamente se fecha a essa possibilidade. Sua peculiaridade, tal como suas próprias definições já sugerem, está na adoção da cultura como um dos principais fatores que desencadeiam a transformação histórica. A atribuição de “origens culturais” para a Revolução Francesa, por exemplo, como o fez Roger Chartier em um de seus trabalhos, caminha nessa direção. Dessa perspectiva, postula-se uma conexão entre o progresso de novas visões de mundo e a emergência de transformações históricas propriamente ditas. No caso da Revolução Francesa discutida por Chartier, ele diz: “Os motivos da Revolução não estavam, é claro, inteiramente contidos na

letras / Casa Rui Barbosa, 2006, p. 29-44.

<sup>36</sup>. CHARTIER, Roger. Text, symbols, and Frenchness. *Journal of modern history*, vol. 57, p. 682-695, 1985.

<sup>37</sup>. Ver Chartier, 2006.

<sup>38</sup>. FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007, p. 9.



filosofia, mas sem transformações no ‘pensamento público’ geradas ‘pela inteligência’, tal evento poderia não ter ocorrido quando ocorreu”. Ou seja, a cultura, definida de modo amplo e geral, isto é, em suas acepções mais antropológicas, funciona como uma espécie de pré-condição do processo revolucionário nesse caso. “Uma verdadeira revolução precisa de idéias para abastecê-las – sem idéias existe apenas uma rebelião”.<sup>39</sup>

Aqui, nessa tese, concordando que idéias, valores, sensibilidades ou disposições intelectuais são importantes móveis da história, e não apenas reflexos da ordenação material do mundo, destacou-se uma nova estrutura de sentimentos com relação ao mundo natural como um dos principais elementos responsáveis pela configuração dos hábitos de lazer na natureza. Da mesma forma, uma nova escala de valores morais foi apreendida como importante elemento na re-organização e regulamentação das disciplinas do trabalho, algo indispensável para a fundação do lazer como tempo e espaço socialmente demarcado. De acordo com esses princípios, o início de um amplo esforço pela regulamentação do trabalho não foi resultado do re-ordenamento das forças produtivas, mas justamente o contrário, quer dizer, este re-ordenamento das forças produtivas é que ocorreu em razão de novas crenças e nova escala de valores, de honra e de virtude, que passavam então a orientar o modo de organização do trabalho e das próprias relações de produção. “Qualquer ordenação cultural produzida pelas forças materiais pressupõe uma ordenação cultural dessas forças”.<sup>40</sup>

Outro aspecto que distancia a “nova história cultural” das tendências “lingüísticas” é a possibilidade de enfatizar-se a continuidade histórica, ao invés da ruptura. Não têm sido tão raras pesquisas históricas nessa perspectiva, tentando capturar a permanência de velhos hábitos ao longo da história. Não o fazem, entretanto, da mesma forma que outrora, de maneira dicotômica, como se essas duas noções estivessem em permanente oposição. Continuidade e ruptura, agora, se articulam e se complementam reciprocamente. Monique Scheer, por exemplo, quando analisou as formas de atribuição de significado a um grupo de madonas pretas entre os séculos XVI e XIX, exibiu a forma como as práticas a esse respeito permaneceram aparentemente iguais, ao mesmo tempo em que as percepções sobre elas

<sup>39</sup>. CHARTIER, Roger. *As origens culturais da Revolução Francesa*. São Paulo: Ed. da Unesp, 2009, p. 27 e 245, respectivamente.

<sup>40</sup>. SAHLINS, Marshall. *Cultura e razão prática*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003, p. 46.

mudaram em função de duas grandes transformações culturais que operaram no período: a construção de categorias raciais e a secularização da sociedade européia.<sup>41</sup>

Entre as tendências “lingüísticas”, diferentemente, os “períodos de longa duração”, os “equilíbrios estáveis”, os “processos irreversíveis”, as “regulações constantes”, as “continuidades seculares” foram substituídas “por um jogo de interrupções em profundidade”, pela “descrição intrínseca do monumento”, pela “multiplicação das rupturas”, como dizia Foucault.<sup>42</sup>

Por tudo, vincular-se à “nova história cultural” não necessariamente implica assumir espectros teóricos ligados às tendências teóricas “lingüísticas”. Primeiro porque existem muitas formas de se praticar a “nova história cultural”; segundo porque mesmo naquelas abordagens que mais se assemelham às tendências “lingüísticas”, muitos elementos se distanciam dessas proposições. Assim, mesmo quando elementos teóricos “lingüísticos” informam a “nova história cultural” e estabelecem com ela algumas semelhanças, esta última certamente não incorpora todas aquelas reflexões. É nesse sentido, portanto, que a admissão de um vínculo teórico para com a “nova história cultura” não implica, necessariamente, a aceitação de teses ligadas ao “giro lingüístico” ou às idéias pós-modernistas.

Balances mais recentes a esse respeito têm destacado um forte movimento revisionista. Gabrielle Spiegel é uma das que comenta o processo sublinhando, justamente, que as implicações do “giro lingüístico” sobre a prática historiográfica tem sido radicalmente re-pensadas. Segundo ela, em que pese os poderosos *insights* oferecidos pelas abordagens lingüísticas, o forte grau de insatisfação com alguns dos seus postulados básicos, tais como a noção de que “nada existe fora do texto”, tem animado esse movimento de revisão.<sup>43</sup> As acepções de cultura orientadas por tais noções tem sido avaliadas como excessivamente opressivas, expressão draconiana de um poder totalitário que governa a sociedade, conforme dissera Marshal Sallins.<sup>44</sup> Na esteira dessas críticas, historiadores declaradamente afiliados à “nova história cultural”, como Lynn Hunt, tem revisado parte de suas reflexões no sentido de afirmar a cultura como algo mais que uma representação predeterminada de uma realidade

<sup>41</sup>. SCHEER, Monique. From majesty to mystery: change in the meanings of black madonas from the 16<sup>th</sup> to the 19<sup>th</sup> centuries. *American Historical Review*, v. 107, issue 5, Dec. 2002, pp. 1.412-1.440.

<sup>42</sup>. Foucault, op.cit., *passim*.

<sup>43</sup>. SPIEGELL, Gabrielle. Introduction. In: SPIEGELL, Gabrielle. *Practicing history: new directions in historical writing after the linguistic turn*. New York: Routledge, 2005, p. 1-31.

<sup>44</sup>. SALLINS, Marshal. Introdução. In: SALLINS, Marshal. *Cultura na prática*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2004.

social dada. Nesse sentido, Hunt e Vitoria Bonnell afirmam agora a cultura como uma prática, cuja compreensão necessita de uma revitalização da dinâmica social que lhe mobiliza ordinariamente.<sup>45</sup> Ou seja, em todos esses casos, incorpora-se a provocação das abordagens lingüísticas que destacam as relações de interdependência que vinculam os textos entre si, ao mesmo tempo em que não a leva às últimas conseqüências. Nesse sentido, todo texto estaria sempre subordinado a pelo menos duas grandes forças condicionantes: de um lado, o contexto sócio-histórico no qual ela se insere, por outro, o sistema de regras discursivas que relaciona uma obra a outra, o que no vocabulário dos formalistas lingüísticos se chamaria de intertextualidade.<sup>46</sup>

Para este trabalho, o que está se retendo da “nova história cultural”, em primeiro lugar, são as representações sociais como um problema central. Nesse caso, nomeadamente, quer saber-se que papel uma determinada idéia de natureza desempenhou na configuração dos lazeres (na natureza)? Em segundo lugar, essa dimensão ideológica, superestrutural, da esfera da cultura ou dos sistemas simbólicos, enfim, está sendo tomada como estrutura que define, “em grande medida”, as relações e as formas de expressão material da sociedade. Amiúde, é também nesses termos que uma nova sensibilidade diante da natureza será tomada como um dos fatores responsáveis pela configuração dos hábitos de lazer na natureza.

É inútil procurar uma realidade que seja da ordem da cultura e que não possa ser traduzida em termos de atividade intelectual, pois os indivíduos ou os grupos sociais, ao lutarem uns contra os outros, ao transformarem a natureza, ao organizarem sua própria vida em comum, põem em jogo um sistema de conceitos que nunca é o único possível e que define a própria forma de sua ação. Nesse nível, a distinção entre infra e superestrutura se elimina, porque as relações econômicas, sociais e políticas, da mesma forma que as teorias que delas dão conta no seio de uma sociedade determinada, são também produtos do espírito.<sup>47</sup>

De um ponto de vista propriamente teórico, e já não mais apenas historiográfico, algumas das prerrogativas fundamentais mobilizadas por parte da “nova história cultural” já se encontravam em parte das Teorias Sociais clássicas. A idéia de que uma atividade social transparece dentro de uma rede de significações que só pode ser interpretada a

<sup>45</sup>. BONNELL, Vitoria; HUNT, Lynn. Introduction. In: BONNELL, Vitoria; HUNT, Lynn (ed.). *Beyond cultural turn*. California: University California Press, 1999, p. 1-34.

<sup>46</sup>. BOURDIEU, Pierre. Por uma ciência das obras. In: BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas*. Campinas, SP: Papirus, 1997, p. 53-73.

<sup>47</sup>. SEBAG, Lucien. *Marxismo y estructuralismo*. 3. ed. Madrid: Siglo XXI, 1976, p. 197.

partir da lógica e do contexto interno ao sistema cultural ao qual essas ações estão subsumidas, por exemplo, é algo que deita raízes em outras tradições teóricas, bem anteriores ao advento do debate lingüístico e pós-moderno, ainda que formulada ligeiramente em outros termos. Não é outro o motivo pelo qual a definição de cultura de Clifford Geertz presta tributo à sociologia compreensiva de Max Weber. Nas suas palavras:

O conceito de cultura que eu defendo é essencialmente semiótico. Acreditando, como Max Weber, que um homem é um animal amarrado às teias de significado que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo estas teias e sua análise, portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa a procura do significado.<sup>48</sup>

Minha interpretação, nesse sentido, é que considerável parte dos fundamentos teóricos mais gerais da “nova história cultural”, uma vez que ora mais, ora menos articulados às propostas teóricas de Clifford Geertz e outros antropólogos da mesma estirpe, podem se encontrar nas reflexões weberianas de princípios do século XX. O objetivo da próxima seção é tentar exhibir essas afinidades e expor a maneira como se pretendeu articular seus postulados ao trabalho empírico que será apresentado a partir do capítulo 3. De maneira mais abrangente, buscar-se-á também contextualizar essa orientação teórica, a sociologia compreensiva de Weber, com a chamada “Escola Histórica Alemã”, da qual ela era, em certo sentido, uma herdeira.

\* \* \*

A ambição de se compreender a realidade social interpretativamente era a pedra angular de toda a sociologia compreensiva de Max Weber, que ganhou esse nome justamente por isso: a interpretação da ação social deveria conduzir a uma compreensão da realidade social; e só o faria a partir do ponto de vista das intenções dos próprios agentes envolvidos, isto é, a partir da compreensão da percepção cosmológica ou existencial que animava o ator envolvido na ação. Segundo o próprio Weber, “a sociologia é uma ciência que pretende compreender interpretativamente a ação social”, onde ação social, por sua vez, seria

---

<sup>48</sup>. Geertz, op.cit., p. 15.

o momento em que o “agente individual vincula um sentido subjetivo ao seu comportamento”.

49

Assim, o objetivo principal desse projeto teórico, dito de outra maneira, era o de tentar compreender o modo como as pessoas de diferentes épocas e culturas davam sentido subjetivo às suas próprias vidas, isto é, a maneira como elas, cultural, simbólica e intelectualmente criavam sentidos e significados para explicar, justificar e ordenar a realidade que as rodeia. Tratava-se, portanto, de um tipo particular de sociologia, centrado, basicamente, nas crenças, nas “idéias de valor” e no sentido subjetivo das ações individuais dos atores sociais: o estudo dos “acontecimentos da vida humana a partir da sua *significação cultural*”.<sup>50</sup>

Destacar o caráter e a natureza individual dessas ações não significa, de acordo com as formulações weberianas, reduzir a explicação da dinâmica social ao indivíduo, *strictu sensu*. Aqui, a referência não é nunca um processo de tipo psicológico, molecular, até porque múltiplos indivíduos agem significativamente de maneira análoga, orientando-se por conteúdos e prescrições de comportamento reciprocamente compartilhados. O destaque ao indivíduo quer dizer o destaque às pessoas, ao sujeito de carne e osso com sonhos e desejos que o movimenta e o impele a fazer história em sua dimensão concreta. Não existe amor sem amantes, diria Thompson a esse respeito. Assim, o fato da ação individual dotada de sentido subjetivo ser a unidade básica de análise, quer dizer, em verdade, que a busca por ações repetidas pelos mesmos agentes, ou então por numerosos agentes do mesmo grupo ou contexto é o meio através do qual se pretende compreender a realidade social.

Os sentidos da história, segundo Weber, só poderia ser o resultado da luta das *pessoas* para construírem, conforme uma de suas famosas expressões, “vidas plenas de significado”. Nas suas palavras: “Somos homens de *cultura*, dotados da capacidade e da vontade de assumirmos uma posição consciente face ao mundo e de lhe conferirmos um sentido”.<sup>51</sup>

Com essas palavras, Weber postulava que às entidades coletivas como “classe”, não se deveria atribuir uma realidade substantiva, isto é, fora das ações efetivadas pelos agentes individuais que a rigor compõe essas entidades. Mesmo nas situações históricas

<sup>49</sup>. WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília / São Paulo: Unb / Imesp, 2004, vol. 1, p. 3.

<sup>50</sup>. WEBER, Max. A “objetividade” do conhecimento nas Ciências Sociais In: WEBER, Max. *Sociologia*. 2. Ed. São Paulo: Ática, 1982, p. 83.

<sup>51</sup>. WEBER, Max. *Metodologia das ciências sociais*. São Paulo / Campinas, SP: Cortez / Ed, da Unicamp, 1999, parte 1, p. 81.

em que as “classes” pudessem ser tomadas como atores sociais relevantes, não seria razoável explicar a dinâmica social sem antes estender a análise até os indivíduos que constituem o grupo coletivo. Essa era a convicção que caracterizou o chamado “individualismo metodológico”, cujas consequências não se limitaram a órbita da sociologia compreensiva, mas, ao contrário, se estenderam, inclusive, até o âmago da teoria marxista.<sup>52</sup> No caso desse estudo que ora se apresenta, admite-se, por conseguinte, que não é de toda a sociedade carioca que se estará tratando, senão apenas de um dos seus estratos, bastante reduzido por sinal; composto, basicamente, por suas elites, mas nem sequer de toda a elite, senão de parte dela, a saber, os estrangeiros ou pessoas em geral significativamente ricas que compartilhavam mais profundamente seus valores, cosmologias e redes de relacionamento, especialmente no que diz respeito ao modo de apreciação e valorização estética da natureza. Um movimento parcial certamente, minoritário até, mas mesmo assim perfeitamente capaz de influenciar, senão mesmo de desencadear toda uma dinâmica social de alcance maior e mais abrangente. Não é por outro motivo que essas elites, mesmo no período de que trata esse estudo, não eram os únicos grupos a participarem dessas atividades. Ao contrário, indícios sugerem a progressiva presença da “gente miúda” nos lugares utilizados para tais atividades, vivenciando tais experiências à sua maneira, provavelmente de um modo próprio, particular, atribuindo-lhes outros sentidos e significados. Não me ocupei de analisar tais experiências aqui não porque elas fossem sem importância. Não o fiz apenas porque tal empreendimento, desejável, com certeza, exigiria um tipo de estudo, um conhecimento de fontes e um nível de erudição que escapa às minhas capacidades e também aos limites deste trabalho.

Weber destacava também que a ação social seria orientada, fundamentalmente, por valores, crenças e convicções ideológicas. Não é por acaso, portanto, que Weber é costumeiramente tido como um “teórico das idéias”, um “sociólogo da cultura”. Embora isso seja em larga medida acertado, para fazer-lhe justiça, seria preciso mencionar também seu entendimento sobre o pluralismo e a heterogeneidade dos motivos da ação social. Weber recusou-se a privilegiar um único aspecto da realidade a fim de explicá-la.

Embora Weber realmente acusasse a “parcialidade” e “irrealidade” da interpretação “puramente econômica da história”, referindo-se mais à Economia Política, de

---

<sup>52</sup>. Para um comentário sobre o desenvolvimento do uso do aparato teórico do individualismo metodológico pela teoria marxista, ver REIS, Bruno W. P. O conceito de classes sociais e a lógica da ação coletiva. *Dados*, Rio de Janeiro, vol. 34, n. 3, p. 415-441, 1991.

modo geral, do que ao materialismo histórico de Marx, em particular, sua crítica, de maneira mais profunda, endereçava-se ao que ele chamava de “análise unilateral da realidade cultural”.

<sup>53</sup> Gabriel Cohn situou o significado mais geral dos posicionamentos de Weber a esse respeito, alertando, particularmente, para o equívoco de se reduzirem suas idéias a um mero contraste com o marxismo. Nas suas palavras:

A análise das relações entre protestantismo e capitalismo foi interpretada por numerosos comentaristas como uma tentativa de refutação do materialismo histórico, na medida em que Weber estaria preocupado com inverter a ordem causal e demonstrar que fatores ‘espirituais’ seriam mais importantes do que os ‘materiais’ na análise histórico-causal. Isso é totalmente equivocado e realmente não faz justiça à sofisticação do pensamento weberiano (e ao de Marx) [...] Weber estava preocupado com refutar a idéia de uma determinação das diversas esferas da vida social pela econômica, mas não com o recurso primário de uma mera inversão do problema.<sup>54</sup>

Os comentários de Raymond Aron apontam elementos análogos. Segundo ele, na obra de Weber, “não há determinação unilateral do conjunto da sociedade por um elemento, seja ele o econômico, o político ou o religioso”.<sup>55</sup> Em sentido contrário, interessava-lhe, segundo interpretação de Aron, “análises pluridimensionais”, onde tanto as “idéias”, quanto os “interesses materiais”, entre outros aspectos, combinavam-se de forma complexa na modulação final do comportamento social, desempenhando, assim, de diferentes formas, um peso causal na sua constituição.

Dessa maneira, Weber postulava que todas as relações causais eram relações parciais. Mesmo quando um comportamento público assume uma única forma exterior, Weber admitia que ele poderia, assim mesmo, estar orientado por uma variedade de motivos ou interesses. Em Weber, a identificação das origens do espírito do capitalismo nas crenças religiosas protestantes, por exemplo, corresponde a *uma das causas prováveis* para o entendimento do mundo capitalista, não a única, nem sequer a mais importante. Ele próprio sublinhara esse aspecto ao encerrar o estudo sobre *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Nesse trecho, ao mesmo tempo em que enfatizava a importância das idéias religiosas em relação à cultura e ao “caráter nacional”, afirmava também a possibilidade de uma explicação múltipla. Nas suas palavras: “não é meu intuito substituir uma explicação

<sup>53</sup>. Weber, 1982, p. 87.

<sup>54</sup>. COHN, Gabriel. Introdução. In: WEBER, Max. *Sociologia*. 2. Ed. São Paulo: Ática, 1982, p. 24-25.

<sup>55</sup>. ARON, Raymond. *As etapas do pensamento sociológico*. 6 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 753.

causal materialística unilateral da cultura e da história por outra interpretação espiritual, igualmente unilateral. Ambas são viáveis”.<sup>56</sup>

Essas escolhas conciliatórias, não-definitivas, não se tratam, evidentemente, de nenhum tipo de “ecletismo filosófico”. A questão é que Weber admitia a sociedade e seus fenômenos como complexos, da onde uma explicação monocausal não seria nunca adequada. Para ele, de outra forma, as causas de determinados fatos sociais, dotados de “inesgotável diversidade”, seriam sempre várias. Em última instância, essa postura dramatizava a incredulidade weberiana diante da idéia de “totalidade”. Weber rejeitou toda e qualquer tentativa de apreender valores “verdadeiros” ou estabelecer leis gerais. Pretender apreender a “essência” de determinados fenômenos sociais estaria para além da esfera propriamente científica. O estudo científico da sociedade, nesse sentido, deveria limitar-se a fatos observáveis, visando uma realidade bem definida, a saber, a compreensão do sentido subjetivo da ação atribuída pelos próprios atores nela envolvidos.

Todo conhecimento reflexivo da realidade infinita realizado pelo espírito humano finito baseia-se na premissa tácita de que apenas um fragmento limitado dessa realidade poderá constituir de cada vez o objeto de compreensão científica, e de que só ele será “essencial” no sentido de ser “digno de ser conhecido”.<sup>57</sup>

Weber não aceitava a noção de que as atividades humanas tivessem um sentido último, uma força motora transcendental, metafísica, universal. A tentativa de encontrar uma força explicativa única era anátema para Weber. Para ele, apenas realidades relativas eram cognoscíveis; nunca a imponente construção do todo das coisas humanas. O todo social seria algo inteiramente inacessível – dado sua enorme complexidade. As ciências sociais, por conseguinte, seriam incapazes, por princípio, de chegar a um sistema teórico hipotético-dedutivo, tendo que se limitarem, por força da própria característica da realidade com a qual se relacionam, a um conjunto de interpretações, todas elas relativas e seletivas, e de certo modo relativas porque seletivas. “Todo conhecimento da realidade cultural é sempre um conhecimento subordinado a *pontos de vista* especificamente *particulares*”.<sup>58</sup> A curiosidade histórica, nesse sentido, não deve se subordinar a investigação de generalidades macro-sociológicas. De acordo com os comentários de Stephen Kalberg:

<sup>56</sup>. WE BER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Martin Claret, 2003, p. 138.

<sup>57</sup>. Weber, 1982, p. 88

<sup>58</sup>. Ibid., p. 97.



A sociologia weberiana parte de uma crítica a todas as abordagens que tratam as sociedades como unidades quase-orgânicas, holistas, e suas “partes” como elementos perfeitamente integrados em um grande “sistema” de estruturas objetivas [...] rejeita a noção de que a melhor maneira de compreender as sociedades é tomá-las como totalidades unificadas.<sup>59</sup>

A avaliação de Karl Jaspers sobre o conjunto da obra de Weber vai também nessa direção. Segundo ele:

Ao invés de entregar-se à tentativa inexequível de dar a única forma veraz e válida ao sentido singular que fundamenta tudo o que ocorre, ou de encontrar a lei que comande todas as coisas, ou ainda de captar a totalidade do ser, ele apanhava o sentido verificável como aquele visado e produzido por homens reais, nas suas derivações e conseqüências, que sempre e somente são acessíveis ao conhecimento nas suas conexões singulares e de maneira relativa.<sup>60</sup>

Desse modo, valorizava-se a singularidade e a especificidade das ações sociais. Weber estava interessado em uma “*ciência empírica da realidade concreta*”. Nomeadamente, fitou-lhe uma quase obsessão em compreender as características e os dilemas próprios da modernidade ocidental, ou melhor, das sociedades ocidentais modernas, pois em Weber, a modernidade é um conceito que não aparece (curiosamente, pois é tido também como o “sociólogo da modernidade”). Sociedade moderna, por outro lado, é algo que aparece sempre de maneira qualificada, quer dizer, acompanhada por seus respectivos adjetivos.<sup>61</sup>

Porque o capitalismo se desenvolveu apenas e exclusivamente no Ocidente moderno, já que muitas de suas pré-condições (inovações tecnológicas, crescimento populacional, ganância material, regime de propriedade privada, expansão da produção e do comércio, entre outras) eram encontradas em outras sociedades? O que explicaria, afinal, essa especificidade? Segundo Weber, fora a construção da idéia de aumento da riqueza como dever religioso um dos principais fundamentos dessa mudança. As doutrinas protestantes, nomeadamente a Confissão de Westminster e os sermões de Richard Baxter teriam inaugurado um corolário religioso capaz de atenuar os preceitos da Doutrina da Predestinação: doravante, Baxter e outros ministros puritanos interpretavam a palavra bíblica no sentido de destacar que a condição de eleito não era uma fatalidade, até porque, a motivação da decisão divina não estaria acessível aos homens, de modo que não se saberia quem seria ou não eleito ao Reino

<sup>59</sup>. KALBERG, Stephen. *Max Weber: uma introdução*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010, p. 32.

<sup>60</sup>. JASPERS, Karl. Método e visão de mundo em Weber. In: COHN, Gabriel (org.). *Sociologia: para ler os clássicos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Azougue, 2007, p. 105.

<sup>61</sup>. Jaspers, op.cit.

dos Céus. Ao mesmo tempo, a nova interpretação destacava que Deus desejava um Reino de riqueza e prosperidade, onde a abundância entre os homens serviria à glorificação da Sua bondade e justiça. Assim, o trabalho dedicado e disciplinado era uma espécie de serviço a Deus, já que seu eventual resultado, a riqueza, era então uma forma de Louvá-lo. A riqueza, por outro lado, era um sinal de que Deus favorecera aquele trabalhador, que honrava Sua vontade e Seus desígnios. Logo, ainda que a salvação fosse sempre incerta, a condição material e financeira na terra era um indício lógico da vontade de Deus.<sup>62</sup>

Na Inglaterra, na Holanda e na Nova Inglaterra dos séculos XVI e XVII, mais expostas e susceptíveis a essas influências, valores ligados ao trabalho tornar-se-iam de grande importância. Não se tratava, de acordo com a interpretação de Weber, da prescrição para se obter bens por si mesmo, mas sim de buscar fazê-lo em nome de uma obrigação religiosa, de caráter espiritual, portanto. Entretanto, pouco a pouco esses sentidos originais iriam se esvanecer. Por volta do século XVIII, o componente propriamente religioso dessa doutrina teria se enfraquecido. Na medida em que tais ideais se alastraram por um amplo espectro da sociedade, para além das esferas propriamente religiosas, seus sentidos foram adaptados, deslocados, corrompidos. Agora, buscava-se o lucro e a riqueza como um bem em si.

Dois importantes elementos teóricos depreendem-se daí. O primeiro diz respeito à “imponderabilidade da vida social”, princípio que ficaria conhecido como o “paradoxo das consequências”. A dinâmica social é incerta e o resultado das ações sociais dos homens não necessariamente correspondem às suas intenções, de modo que uma idéia pode desenvolver-se de forma totalmente oposta às suas motivações iniciais. O rumo do desenvolvimento histórico, em outras palavras, geralmente escapa aos homens que o produzem. Em se tratando da dinâmica social, as coisas não se passam como se todos pudessem agir com plena consciência de todas as possíveis consequências dos seus atos. Por isso Weber afirmava que não se podia depreender do estudo científico da sociedade uma maneira de viver. Por isso ele opunha ciência e política às vezes tão radicalmente.<sup>63</sup> Além de toda ciência social representar um ponto de vista parcial, o desenvolvimento da sociedade não é nunca predeterminado.

---

<sup>62</sup>. Weber, 2003.

<sup>63</sup>. A esse respeito, ver WEBER, Max. *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Martin Claret, 2003.

O segundo elemento diz respeito à afirmação de idéias, crenças e valores como ordenadores possíveis da vida material. Segundo Weber, as origens do espírito do capitalismo encontram-se nos valores e crenças mobilizadas por um grupo, e não em fatores sócio-estruturais, escolhas racionais ou interesses materiais. Dito de outro modo, a sociedade, mesmo em seus aspectos econômicos, às vezes se desenvolve em razão da influência de forças não econômicas.

Este é um aspecto que se pretendeu tomar de modo particularmente presente para esse trabalho, pois, conforme já destaquei nesse capítulo mesmo, a dimensão cultural, das idéias ou de novas concepções de natureza e paisagem será apresentada, nos próximos capítulos, como *um dos principais fatores* responsáveis pela configuração dos hábitos de lazer na natureza. Entretanto, ainda na esteira da sociologia compreensiva de Weber, isto não quer dizer, contudo, que um único aspecto da realidade esteja sendo tomado como causa e fator derradeiro para a conformação explicativa do lazer ou mais particularmente do lazer na natureza. Em verdade, de acordo com essa proposta, o processo que será denominado de “invenção da paisagem” foi, amiúde, *um dos principais fatores*, deveras importante, conforme a argumentação que se vai sugerir, mas não o único e certamente não o mais importante.

Em conformidade aos postulados weberianos, deve-se considerar a multicausalidade das origens do lazer na natureza. Isto, provavelmente, seria a forma mais coerente de manter-se fiel à sua sociologia compreensiva – que ainda assim não exige fidelidade; a menos que se tome como um dogma uma forma de pensamento anti-dogmática, como bem pontua Raymond Aron. Weber afirmava que nenhum sistema de pensamento – incluindo o dele mesmo, obviamente – poderia esgotar a infinita riqueza da realidade ou a “inesgotável diversidade do curso dos fenômenos”.<sup>64</sup>

Todavia, uma empreitada desse tipo certamente estaria para além das possibilidades de um único estudo ou de um único investigador. Mesmo Weber, com toda sua monumental erudição, reconhecida por críticos e entusiastas, acabou por privilegiar certos aspectos, em detrimento de outros, apesar de reconhecer e mesmo enfatizar esses limites. Projeto desse tipo, portanto, deveria se desenvolver a muitas mãos, quem sabe como um programa de pesquisa para todo um grupo. No contexto do atual estado da arte dos estudos do lazer, porém, o desenvolvimento deste argumento quer servir ao menos para chamar atenção a

---

<sup>64</sup>. Weber, 2003, p. 88.

uma dimensão que tem sido mais ou menos relegada nesses estudos. De maneira geral, como se verá no próximo capítulo, a compreensão histórica sobre o lazer no Brasil tem se desenvolvido no sentido de privilegiar nas suas explicações uma dimensão mais material da dinâmica social, desprezando quase inteiramente às vezes outros aspectos, como o cultural, o ideológico ou, de maneira mais geral, o que de um ponto de vista marxista seriam os elementos superestruturais ou “subjetivos”.

Mas antes de encerrar esse capítulo e passar ao próximo, que tratará mais diretamente dessas questões, talvez seja pertinente dizer ainda que Weber não fora o único de sua geração a desenvolver teses desse tipo. Um de seus contemporâneos, também alemão, com quem Weber estabelecera, inclusive, uma relação de amizade, talvez o tenha feito de modo até mais radical. Werner Sombart, cujo nome ficara mais ou menos apagado pelo prestígio de Weber, desenvolveu outra original interpretação sobre as origens do capitalismo moderno, cujos preceitos apontam, em linhas gerais, para algumas dessas mesmas prerrogativas. Um dos fundadores da sociologia na Alemanha, ao lado de nomes como George Simmel e o próprio Weber, as teses de Sombart sobre as origens do capitalismo destacavam, quiçá de maneira ainda mais “idealista”, uma nova concepção de amor e a mudança na relação entre os sexos como responsáveis pela gênese desse sistema econômico. Segundo Sombart, assumindo e enveredando-se declaradamente pelas idéias dos teóricos do período histórico que ele mesmo estava analisando, isto é, tentando realmente “assumir o ponto de vista nativo”, o surgimento de uma nova sociabilidade erótica, que exaltava as amantes, as cortesãs e outras relações extraconjugais exigia também, progressivamente, o consumo de bens luxuosos – o que foi determinante, segundo ele, para a consolidação da economia capitalista. De acordo com ele, “a influência dominadora da mulher era a base na qual aquela sociedade se assentava”.<sup>65</sup>

Dessa maneira, cresciam nas cortes européias, especialmente a partir do século XVIII, as despesas com palácios, banquetes, jóias e decorações, incrementando, assim, toda uma economia voltada ao campo dos prazeres, como a indústria da seda, por exemplo. Por outro lado, os burgueses e comerciantes enriqueciam por causa dessas novas condições, aumentando suas condições de plasmar os hábitos das cortes. Os nobres, por outro lado, se sentiam obrigados a gastar e ostentar cada vez mais, a fim de manter seus símbolos de distinção, o que só aprofundava e acelerava o processo. Assim, no trabalho de Sombart, ao

---

<sup>65</sup>. Sombart, Werner. *Lujo y capitalismo*. Madrid: Guillermo Dávalos, 1958, p. 21

invés da ascese puritana, o hedonismo mercantilista; ao invés das seitas quakers, as cortes de Avignon.

Por outro lado, notam-se também importantes traços comuns nas duas explicações sobre as origens do capitalismo, como o relativismo metodológico, com sua premissa da singularidade das leis econômicas; o empirismo histórico, com seu apego pela exegese documental; ou ainda os princípios da empatia e da individualidade, que propugnavam uma análise histórica comprometida em tentar colocar-se no lugar do agente da história, além de apreender os acontecimentos a partir desses indivíduos e não das classes sociais mais gerais a que supostamente eles pertenceriam. Não por acaso, Sombart dizia que o capitalismo surgiu, nessas palavras, “dos estratos mais íntimos da alma européia”.<sup>66</sup>

Cada um desses traços, presente simultaneamente nos escritos de Sombart e de Weber, estenderia, para além deles, parte dos seus postulados até a obra de muitos outros autores subsequentes, consolidando uma verdadeira tradição de pensamento. Escola histórica alemã é provavelmente o melhor nome para descrevê-la, embora, regra geral, de maneira imprecisa e excessivamente abrangente.<sup>67</sup> Mais contemporaneamente, Reinhart Koselleck, que tem em *Crítica e crise* um dos seus mais conhecidos trabalhos, é um exemplo da vitalidade e influência estabelecida pelas formas de abordagem da Escola. Koselleck estuda a formação das bases ideológicas do mundo contemporâneo, identificando, nesse sentido, o século XVIII como a “antecâmara da época atual”. Mais especificamente, ele argumenta que o advento da filosofia da história determinou o rumo dos eventos políticos que se seguiram a essa época, nomeadamente a Revolução Francesa. Segundo ele, a filosofia iluminista condicionou a gênese da revolução. Uma nova concepção de tempo que distingue passado e futuro, bem como a abrupta separação conceitual entre moral e política são aspectos de uma transformação que, segundo Koselleck, moldaram o caráter da nova elite burguesa.

---

<sup>66</sup>. Ibid.

<sup>67</sup>. A “Escola histórica alemã” costuma ser dividida em tendências disciplinares, entre o direito e a economia, ou então em momentos cronológicos distintos: um primeiro inaugurado por volta de 1880 com o filósofo Dilthey e sua obra *Introdução às ciências do espírito*; e um segundo, depois de 1930, marcado, sobretudo, pelo trabalho de Leopold van Ranke (ver RINGER, Fritz K. O declínio dos mandarins alemães: a comunidade acadêmica alemã, 1890-1933. São Paulo: EDUSP, 2000; RINGER, Fritz K. A metodologia de Max Weber: unificação das ciências culturais e sociais. São Paulo: EDUSP, 2004). Mais ou menos da mesma forma, o momento e a justa medida em que Weber e Sombart teriam se afastado da “Escola Histórica Alemã”, se é o que fizeram, também é motivo de divergência entre os comentadores. O que se sabe ao certo é que, desde o início de suas formações, ambos foram profundamente ligados a Gustav Schmoller, reconhecido como importante representante da Escola (ver MARTINEZ, J. A. Garcia. Werner Sombart. In: Sombart, Werner. *Lujo y capitalismo*. Madrid: Guillermo Dávalos, 1958).

Idéias e publicações de grande repercussão, como as de John Locke ou as dos membros da Ordem dos Iluminados, cujas obras às vezes ultrapassavam o número de 50 edições e que rompiam com a Doutrina da Razão de Estado de Tomas Hobbes, além de revisarem a relação entre leis morais e leis políticas, teriam fornecido os conceitos que justificaram a ascensão política da burguesia. Idéias, pensamentos e “aspirações espirituais” que serviriam como alicerce de uma nova política: “armas ideológicas” que perpetuam discursos e formas de entendimento da realidade. Dali em diante, graças, sobretudo, a tal corolário, era o conjunto da sociedade, e não o soberano, quem deveria estabelecer as leis morais que governariam o Estado. O vício ou a *virtu* não deveriam mais guardar relações com a estabilidade política, mas sim com o consenso coletivo estabelecido pela própria vida comunitária. O juízo moral dos súditos (cada vez mais próximos de tornarem-se cidadãos), enfim, é o que deveria ter o caráter de lei. Tudo isso teria sido resultante de uma revolução no modo de pensar a realidade, no que Koselleck chama de “vanguarda de um progresso que se transforma em revolução”.<sup>68</sup>

Em certo sentido, a progressiva admissão desse conjunto de enunciados teóricos tende a aproximar esse trabalho daquilo que Fernando Mascarenhas, orientado por concepções marxistas, chamou, em sua tese de doutoramento, de uma “visão idealista-subjetivista” do lazer, isto é, uma compreensão que intenta aproximar-se da realidade social desse fenômeno a partir dos sentidos que as pessoas atribuem às suas respectivas experiências. É exatamente isso que pretende esse trabalho. Em Mascarenhas, contudo, tal posicionamento é tratado criticamente. Para ele, inteiramente coerente com o método dialético, tais formas de compreensão confundem aparência com essência.<sup>69</sup>

Em contraposição, poder-se-ia dizer, de acordo com o referencial teórico que está sendo assumido, que a realidade social não tem “essência”, dado que é histórica e, portanto, contingente. A crítica ao “subjetivismo”, nesse sentido, pressupõe a possibilidade de um “objetivismo”, numa postura que Weber chamaria de “teoria do conhecimento antigo e escolástico”, “cujo pressuposto é que os conceitos são cópias representativas da realidade ‘objetiva’”.<sup>70</sup>

<sup>68</sup>. KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999, p. 102.

<sup>69</sup>. MASCARENHAS, Fernando. *Entre o ócio e o negócio: teses acerca da anatomia do lazer*. Tese (doutorado): Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física, Campinas, SP, 2005.

<sup>70</sup>. Weber, 1982, p. 122. Nisso também se anotariam influências em ramos teóricos mais contemporâneos. Para Geertz (op.cit., p. 128), por exemplo: “A estranha opacidade de certos acontecimentos empíricos, a tola falta de

O objeto do conhecimento social, porém, não é algo que se impõe ao pesquisador de maneira dada, *a priori*. Ao invés disso, ele é constituído pela própria análise social. É nesse sentido que conceitos teóricos, por mais elaborados que sejam, não podem refletir uma ordem objetiva. Ao invés disso, conceitos teóricos atribuem uma ordem a aspectos selecionados do que se apresenta a experiência como uma multiplicidade infinita de fenômenos. Para usar as palavras de Weber:

O caráter de fenômeno de um evento não é algo que lhe seja objetivamente inerente. Pelo contrário, ele está condicionado pela orientação de nosso *interesse* de conhecimento, e essa orientação define-se conforme o significado cultural que atribuímos ao evento em questão em cada caso particular.<sup>71</sup>

Alguns debates no âmbito da própria Educação Física têm abordado o assunto de maneira explícita. Felipe Almeida e Alexandre Vaz, em artigo publicado recentemente, sintetizaram os problemas em torno dessas questões a partir de um ponto de vista filosófico. Eles sumariaram tanto as idéias do chamado “giro lingüístico”, quanto as que eles denominam “giro ontológico”, que diz respeito, basicamente, à crítica marxista aos últimos desenvolvimentos das teorias sociais, nomeadamente àquelas tendências conformadas ao “giro lingüístico”.

Na seqüência, os autores expõem suas posições, recomendando que se deixe de lado, nas suas palavras, “o tipo de vocabulário dualista que opõe aparência a realidade, pois pressuposto nesse tipo de oposição está a idéia de que a qualidade de uma teoria consiste em sua Objetividade, entendida como correspondência com a realidade”. Os autores estabelecem ainda uma analogia entre a crítica marxista ao “giro lingüístico” e idéias de tipo religioso, afirmando, nesse sentido, que “o afã realista da inflexão ontológica”, leia-se, marxista, é semelhante a “versão iluminista do ímpeto religioso de se curvar perante um poder não humano”. Ou seja, o estabelecimento desse paralelo entre a “reflexão ontológica” e o pensamento religioso justifica-se na crítica à busca de um fundamento de explicação do real livre da dúvida e da incerteza; na crítica à crença “na existência de algo que seja a realidade por trás das aparências, a única descrição verdadeira do que está acontecendo, o segredo

---

sentido de uma dor intensa ou inexorável e a enigmática inexplicabilidade da flagrante iniquidade, tudo isso levanta a suspeita incomfortável de que talvez o mundo, e portanto a vida do homem no mundo, não tenha de fato uma ordem genuína qualquer – nenhuma regularidade empírica, nenhuma forma emocional, nenhuma coerência moral”.

<sup>71</sup>. Ibid., p. 79.

final”. Para eles, “os defensores do giro ontológico são muito intolerantes à contingência e ambivalência da linguagem”. Terminam então por afirmar que “o conhecimento (e a atividade epistemológica) não revela ou descobre uma realidade já posta, mas constitui aquilo que tomamos como real [...] não temos acesso à coisa em si, e mais que isso, não temos nenhum instrumento que o possa produzir”.<sup>72</sup>

---

<sup>72</sup>ALMEIDA, Felipe Quintão; VAZ, Alexandre Fernandes. Do giro lingüístico ao giro ontológico na atividade epistemológica em Educação Física. *Movimento*, Porto Alegre, vol. 16, n. 3, p. 11-29, jul. / set. 2010, *passim*. Agradeço aqui ao amigo Giuliano Pimentel pela valiosa indicação do texto.



## CAPÍTULO 2

### REVISÃO DE LITERATURA

As primeiras reflexões teóricas sobre o lazer, tidas e reconhecidas como tais datam do final do século XIX, onde as obras de Paul Lafargue e de Thorstein Veblen representariam as duas principais pioneiras sob este aspecto. Ambas são recorrentemente tomadas como as primeiras a apresentar uma reflexão sistematizada sobre as concepções e os problemas sociais relacionados aos usos do tempo livre. Paul Lafargue, em *O direito à preguiça*, de 1880, denunciava que os Direitos do Homem representavam tão somente os direitos da exploração capitalista. Lafargue, criticando esse estado de coisas, conclamava então a classe operária a não mais abdicar do mundo dos prazeres.<sup>73</sup> De outra forma, o economista Thorstein Veblen, em seu conhecido livro intitulado *A teoria da classe ociosa*, de 1899, destacava uma série de atividades empregadas no tempo livre como estratégias de distinção social por intermédio do consumo improdutivo. Segundo ele, nas sociedades modernas industriais, a posse e exibição de luxo e riqueza tendia a conferir prestígio e status. Nesse contexto, a aquisição de habilidades como o conhecimento de línguas, de esportes, de músicas ou de artes serviria como prova da capacidade pecuniária de quem os exibia e os ostentava, na medida, pois, em que pressupunham a capacidade do indivíduo em dispor de tempo, energia e dinheiro para adquiri-los e desenvolvê-los.<sup>74</sup>

Depois disso, poder-se-ia citar, já em princípios do século XX, um pequeno estudo do filósofo alemão Bertrand Russel como outro importante marco na consolidação sobre reflexões nesse espectro. Em *Elogios ao ócio*, Russel, de certo modo, emprestara seu prestígio ao assunto quando argumentara que o ócio e o lazer, além de desejáveis, deveriam ser universalmente acessíveis, mencionando, nesse sentido, a capacidade tecnológica desenvolvida pelas sociedades modernas como fator capaz de garantir a redução da jornada de trabalho. Segundo ele:

A moderna técnica trouxe consigo a possibilidade de que o lazer, dentro de certos limites, deixe de ser uma prerrogativa de minorias privilegiadas e se torne um direito a ser distribuído de maneira

---

<sup>73</sup>. LAFARGUE, Paul. *O direito à preguiça*. 2. ed. São Paulo: HUCITEC / UNESP, 2000.

<sup>74</sup>. VEBLEN, Thorstein. *A teoria da classe ociosa: um estudo econômico das instituições*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

equânime por toda a coletividade. A moral do trabalho é uma moral de escravos, e o mundo moderno não precisa de escravos.<sup>75</sup>

Esses antecedentes, porém, não configuraram em seus respectivos contextos um campo de estudos especializados, em que pese toda sua importância e relevância teórica. Um processo assim só se anotaria por volta dos meados da década de 1960, quando começaria a formação de uma especialidade temática no âmbito das ciências sociais – especialmente na sociologia – dedicada, especificamente, ao estudo do lazer.<sup>76</sup> É essa a época em que se inicia a criação de periódicos, associações científicas, além de aumentarem progressivamente o número de livros e outros textos técnicos sobre o assunto, particularmente na França, Inglaterra e Estados Unidos – lugares que se tornariam também os principais centros de pesquisa desde então.

Nesse novo ambiente, o sociólogo francês Joffre Dumazedier desempenharia um dos papéis de maior destaque. Dumazedier trabalharia ativamente ao redor de todo o mundo para a consolidação da idéia de uma “sociologia do lazer”, que mais tarde seria chamada por alguns de “teorias do lazer” ou ainda de “estudos do lazer”. No Brasil, especificamente, a presença de Dumazedier a partir dos meados da década de 1960 desempenharia o papel de catalisador na formação de uma especialidade sobre o assunto. Sua obra, inaugurando todo um conjunto de formulações teóricas para o fenômeno do tempo livre, acabaria por influenciar toda a marcação teórica subsequente à esse campo de investigação.

Para os propósitos deste trabalho, interessa destacar, mais diretamente, suas reflexões acerca da natureza histórica do lazer. Minha compreensão nesse sentido é que sua abordagem – ou a abordagem da escola que ele representava – influenciou direta ou

<sup>75</sup>. RUSSELL, Bertrand. *A economia do ócio*. Rio de Janeiro: Sextante, 2001.

<sup>76</sup>. DOUGLAS, Sessoms. The 1960s: a pivotal decade for recreation research. *Journal of leisure research*, vol. 32, issue 1, p. 143-146, 2000. Para uma interessante discussão sobre as possíveis razões para a preponderância da sociologia em detrimento de outras disciplinas como a Antropologia, ver PEREZ, Léa Freitas. Do lazer à festa: em questão o solo epistêmico da modernidade ocidental. *Licere*, Belo Horizonte, vol. 12, n. 2, jun. 2009, p. 1-15. A autora começa por destacar a inexistência de uma antropologia do lazer, situação bem diferente do que ocorre no campo sociológico, onde tal especialidade não só existe como goza de relativo prestígio internacional. A situação, segundo ela, tem relação com os próprios “quadros epistêmicos do mundo ocidental moderno”, que teriam instaurado a oposição trabalho-lazer. “A noção de trabalho não somente é uma invenção recente da história da humanidade, como se associa geneticamente a uma modalidade de civilização específica que é a modernidade ocidental” (p. 4). Tal situação seria então responsável tanto pela ausência, quanto pela presença do tema lazer nas duas disciplinas, respectivamente, pois a sociologia, tradicionalmente, ocupou-se do estudo das sociedades modernas, enquanto a antropologia, em contrapartida, desde sua formação tendeu a definir-se pelo estudo de “sociedades tradicionais”, onde os sistemas classificatórios da modernidade não necessariamente operam e se fazem presente. O mesmo poder-se-ia dizer, talvez, com relação à História, ocupada, em muitos casos, na investigação de sociedades pré-modernas.

indiretamente os estudos que se seguiriam pelas três ou quatro décadas seguintes, inclusive em reflexões que pretendiam criticá-la. Assim, como um dos principais protagonistas internacionais da construção do chamado “estudos do lazer”, as idéias de Dumazedier pautaram – e continuam pautando – boa parte do desenvolvimento teórico sobre o lazer, sobretudo no Brasil. E o fazem, fundamentalmente, de duas maneiras: a primeira, mais geral, diz respeito a um modelo teórico adotado, definido e consensualmente reconhecido como abordagem funcionalista; a segunda, de maneira mais específica, diz respeito a proposição de que o lazer é produzido e engendrado nos interstícios da sociedade moderna. Segundo Dumazedier, “o lazer possui traços específicos, características da civilização nascida da Revolução Industrial”.<sup>77</sup> Trata-se de uma conclusão recorrentemente aceita por diferentes espectros teóricos até os dias de hoje.

Atualmente, em parte por causa da influência quase monopolista que as idéias de Dumazedier exerceram internacionalmente, esta afirmação constitui-se numa tradição interpretativa majoritária, pode-se dizer. É comum vermos afirmações que enfatizam tais vínculos, destacando o lazer como resultado de uma sociedade industrial moderna. Em 1976, ainda no momento de consolidação de um campo acadêmico especializado, Stanley Parker já fazia um diagnóstico nessa direção. Segundo ele, “a afirmação de que o lazer é essencialmente um produto da sociedade moderna tem sido apresentada por vários autores e pesquisadores”.<sup>78</sup> Ele próprio inseria seu trabalho nesse prisma ao postular que “o advento da *sociedade industrial* trouxe formas características de não-trabalho assim como de trabalho, a partir das quais evoluíram as atuais instituições de lazer”.<sup>79</sup>

Historicamente, esse tipo de interpretação do lazer tem recebido o adjetivo de “funcionalista”. As abordagens funcionalistas do lazer não se resumem e não se definem exclusivamente pela convicção de que o lazer é um produto das sociedades modernas industriais, embora este também seja um dos seus traços regulares (pouco discutido, aliás). Foram as abordagens funcionalistas do lazer quem inauguraram a interpretação que afirma que este fenômeno como produto das sociedades modernas. Mas para além disso, elas também afirmam que o lazer pode cumprir funções determinadas no interior da estrutura social,

---

<sup>77</sup>. DUMAZEDIER, Joffre. *Sociologia empírica do lazer*. São Paulo: Perspectiva / SESC, 1999, p. 26.

<sup>78</sup>. PARKER, Robert. *A sociologia do lazer*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, p. 33, o grifo é meu.

<sup>79</sup>. Ibid., p. 14-15.

edificando uma forma de explicação subordinada à funcionalidade desempenhada pelos fenômenos sociais – da onde inclusive justifica-se o seu próprio nome.

De outro lado, uma compreensão alternativa para o lazer começou a ser desenvolvida no Brasil por volta do final dos anos 90. Nesse sentido, cita-se o esforço de Valquíria Padilha, que depois de apresentar uma tese de doutoramento sobre os sentidos sociais do shopping center, coordenou um empreendimento coletivo com a intenção, nas suas palavras, de “ampliar ou até revolucionar os atuais quadros mentais de referência sobre o lazer”. Nomeadamente, no trabalho organizado por Padilha e publicado sob o título *Dialética do lazer*, reuniram-se várias reflexões orientadas por um referencial teórico marxista, no que serve como uma síntese do que melhor se desenvolveu no Brasil sob essa perspectiva. Sua finalidade era “pensar [o] lazer na contramão da corrente dominante do que se convencionou chamar, não ocasionalmente, de funcionalismo (que tem Dumazedier e seus seguidores como principais expoentes)”.<sup>80</sup>

Apesar desses trabalhos se apresentarem como alternativa às abordagens funcionalistas do lazer, suas formulações não conseguem escapar de uma série de prerrogativas teóricas tão caras ao próprio funcionalismo. Desse modo, essa interpretação marxista do lazer guarda semelhanças e afinidades teóricas com certos aspectos dos postulados das teorias funcionalistas, que de início elas pretendiam criticar.<sup>81</sup> Digo *certos aspectos dessa interpretação marxista do lazer*, pois certamente nenhuma delas é inteiramente funcionalista, ainda que o sejam em grande medida, segundo a leitura que estou sugerindo. Certamente muitos elementos se afastam ou se opõem diametralmente às teses, conclusões e formas de abordagem funcionalista. A própria Valquíria Padilha, ao definir sob que definições o funcionalismo foi tomado naquele contexto, expõe em que pontos precisamente os trabalhos organizados por ela se querem diferentes. Segundo ela:

Pode-se dizer de forma bastante sintética que a concepção funcionalista do lazer deve ser entendida como toda aquela compreensão organicista da sociedade como sendo um corpo ou uma máquina harmoniosa em que cada parte (ou órgão) contribui, com suas devidas funções, para seu equilíbrio. Na sociedade prevalece o

<sup>80</sup>. PADILHA, Valquíria. Introdução. In: PADILHA, Valquíria (Org.). *Dialética do lazer*. São Paulo: Cortez, 2006, p. 17 e p. 11, respectivamente

<sup>81</sup>. Em âmbito internacional, autores como Grant Jarvie e Joseph Maguire tem assumido essa mesma perspectiva na avaliação das principais abordagens das “teorias do lazer”. Para eles, pode-se compreender o marxismo, grosso modo, como uma teoria social funcionalista. Ver JARVIE, Grant; MAGUIRE, Joseph. *Sport and leisure in social thought*. London; New York: Routledge, 1994.

consenso [...] De outro lado, numa abordagem inspirada em reflexões marxistas, a sociedade não é harmônica e no lugar do equilíbrio vêem-se as contradições e conflitos.<sup>82</sup>

Sob esses aspectos, de fato, marxismo e funcionalismo configuram-se em pólos teóricos totalmente antagônicos. O primeiro destaca o conflito, a luta de classes como móvel da história e estrutura determinante da organização social; enquanto o segundo, em sentido contrário, afirma a tendência das dinâmicas sociais operarem na direção de garantirem harmonia e coesão. Todavia, eles têm em comum, talvez até de maneira mais profunda que essas divergências, o fato de admitirem que os fenômenos sociais podem ser explicados a partir das suas consequências, isto é, a partir da *função* que certo evento desempenha sobre o funcionamento da sociedade. É sob essa definição de funcionalismo que se estará trabalhando aqui. E nesse sentido, em que pese o anúncio de premissas teóricas diferentes, muitas das conclusões das abordagens marxistas do lazer serão basicamente as mesmas das abordagens funcionalistas: a utilidade, a função social, a periodização histórica atrelada ao moderno trabalho fabril são os principais aspectos da semelhança.

Jon Elster fora um dos primeiros e também um dos mais conhecidos na defesa da tese de que a análise social marxista teria assimilado os princípios da sociologia funcionalista. O que Elster criticava, na verdade, era, nas suas palavras, a “visão conspiratória do mundo, na qual todas as atividades aparentemente inocentes, desde piqueniques dominicais a serviços de saúde para idosos, são explicadas através de suas funções para o capitalismo”. Segundo ele dizia, na ciência social marxista, “o funcionalismo campeia livremente”.<sup>83</sup>

Elster criticava a tendência da teoria social marxista de explicar várias instituições modernas quase que única e exclusivamente em razão das suas supostas *funções* para a manutenção do capitalismo, de modo que, no fim, toda explicação busca estabelecer correspondências entre uma série de dinâmicas sociais e as necessidades de acumulação do capital. Tal interpretação, com críticas pontuais a alguns dos seus aspectos, foi ratificada em seus princípios por muitos outros comentadores. Gerald Cohen, por exemplo, debatendo com Jon Elster a respeito das eventuais vantagens que o marxismo teria em assumir uma conformação funcionalista, afirmou que “as explicações do materialismo histórico são de

---

<sup>82</sup>. Ibid., p. 11-12.

<sup>83</sup>. ELSTER, Jon. Marxismo, funcionalismo e teoria dos jogos. *Lua Nova*, n. 17, jun. 1989, p. 169 e 176, respectivamente.

natureza irreformavelmente funcional”. Segundo Cohen, a idéia de que a natureza das relações de produção explica o caráter da superestrutura é um tipo de explicação funcional. Ainda nas suas palavras: “as principais teses explicativas do materialismo histórico são funcionais [...] a construção funcional da doutrina não pode ser evitada [...] a explicação funcional não pode ser removida do centro do materialismo histórico”.<sup>84</sup> James Noble, por seu turno, embora discordasse da inevitabilidade do funcionalismo no âmago da teoria marxista, acabava por concordar que a adesão ao marxismo não só pode, como em geral é mesmo funcionalista.<sup>85</sup>

Não deriva daí que todos os estudos marxistas sejam necessariamente funcionalistas, alertava o próprio Jon Elster. Mesmo assim, ele continua, “a maioria dos autores marxistas parece acreditar que ‘tudo que acontece numa sociedade capitalista necessariamente corresponde às necessidades de acumulação de capital’”.<sup>86</sup> Esta afirmação me parece particularmente verdadeira para descrever o caso dos principais estudos marxistas sobre o lazer no Brasil, especialmente aqueles que podem e devem ser tomados como os melhores e mais representativos dentro dessa perspectiva, como os publicados na obra de Padilha, já citada, *Dialética do lazer*. Nesses trabalhos, valendo-se uma vez mais das críticas de Elster aos estudos marxistas de modo geral, tudo se passa como se todos os acontecimentos de uma sociedade capitalista correspondessem às necessidades de acumulação de capital. A própria Padilha, analisando o *shopping center* como espaço dedicado às formas contemporâneas de lazer, afirma que sua “origem e seu desenvolvimento estão interagindo historicamente com o desenvolvimento do espaço urbano na complexa lógica do capital”. Em outras palavras, o que a autora propõe é que o lazer – e o shopping center, mais especificamente – seria uma espécie de “espelho da organização social”, algo, enfim, capaz de “revelar a própria essência da sociedade capitalista”. Nas suas palavras: “no capitalismo, a organização social do espaço urbano é determinada pela racionalidade do capital e, sendo assim, o shopping center é apenas mais uma construção concebida e desenvolvida em harmonia com essa lógica”.<sup>87</sup> Ou seja, nesse caso, a dinâmica histórica do lazer explicar-se-ia a partir das consequências benéficas

<sup>84</sup>. COHEN, Gerald. Resposta ao artigo “Marxismo, funcionalismo e teoria dos jogos”, de Jon Elster. *Lua Nova*, maio, 1990, p. 180 e 184, respectivamente.

<sup>85</sup>. NOBLE, James. Marxian functionalism. In: BALL, Terence; FARR, James. *After Marx*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984, p. 105-119.

<sup>86</sup>. Ibid., p. 176.

<sup>87</sup>. Padilha, op.cit., p. 129.

que ele traria para as classes dominantes, isto é, a partir da *funcionalidade* que a organização desse fenômeno desempenha para a reprodução da dominação de classe.

Grosso modo, são essas mesmas linhas argumentativas que caracterizarão também outros trabalhos teoricamente orientados por uma abordagem marxista, como o de Fernando Mascarenhas, por exemplo, que não por acaso participa da obra organizada por Padilha. A tese central de Mascarenhas é que o valor das atividades de lazer no mundo contemporâneo, isto é, a partir dos anos 1990, já não estaria mais na sua eventual potencialidade de auxiliar na educação das formas de ocupação do tempo livre das classes trabalhadoras na direção da produção e reprodução da força de trabalho, como fora outrora, de acordo com seu entendimento.<sup>88</sup> Em outro sentido, Mascarenhas argumenta que nesse novo cenário o lazer já não é mais mobilizado para inculcar valores de rendimento ou disposições à produtividade. Agora, o próprio oferecimento das atividades de lazer como um produto a ser consumido, garantiria, de maneira ainda mais abrangente, a reprodução do capital, no que ele chamou então de “*refuncionalização* do lazer dada por sua subsunção à forma mercadoria”.<sup>89</sup>

Parte da crítica possível a essas formas de condução da argumentação, presente tanto em Padilha, quanto em Mascarenhas, fundamenta-se no entendimento de que o comportamento social, na realidade, não é guiado por objetivos e interesses inteiramente conscientes. Até por isso, ações sociais podem produzir resultados inesperados, às vezes, inclusive, totalmente incompatíveis às intenções iniciais dos seus protagonistas. O

---

<sup>88</sup>. Mascarenhas parte do pressuposto de que a organização do tempo livre a partir dos anos 30, aproximadamente, teria se desenvolvido no sentido de promover “a circulação de idéias e mensagens conformistas” [MASCARENHAS, Fernando. *Entre o ócio e o negocio*: teses acerca da anatomia do lazer. Tese (doutorado): Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física, Campinas, SP, 2005, p.12-13]. Entretanto, estudos históricos recentes, como os de Ângela Bretas, ao analisar a política trabalhista do governo Vargas, especialmente através da criação do Serviço de Recreação Operária, em 1943, destaca os múltiplos conflitos e divergências ao redor das formas de uso e intervenção no tempo livre dos trabalhadores no âmbito dessa instituição. De um lado, a efetiva tentativa de direcionar suas atividades culturais de acordo com ideais de ordem e disciplina; “claras intenções de controle e manipulação”, como diz a autora. De outro lado, no entanto, as formas pelas quais os operários aproveitavam tais ocasiões. Segundo Bretas, “entre a imposição de um produto e a maneira de empregá-lo, existe uma distância que é preenchida pelas práticas cotidianas dos usuários que se reapropriam do que lhes é imposto / oferecido em seu próprio benefício, segundo suas próprias leis e de acordo com suas próprias regras. Daí que a mudança da ordem lúdica pretendida pelo Regime não estava assegurada em sua imposição” [BRETAS, Ângela. O serviço de Recreação Operária: a singularidade de uma experiência (1943-1945). In: ALVES JUNIOR, Edmundo; MELO, Victor; BRETAS, Ângela (orgs.). *Lazer e cidade*: reflexões sobre o Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Shape, 2008, p. 50-51]. Práticas tidas como “problemáticas” ou “inadequadas”, como o futebol, o cinematógrafo e a música, foram sendo incorporados às programações, às vezes quase independentemente das vontades dos dirigentes. De acordo com tais achados, em suma, tanto a idéia que o lazer é puro poder positivo de transformação social, quanto a idéia que o lazer é puro poder negativo de reprodução de corolários conservadores, podem e devem ser igualmente questionadas.

<sup>89</sup>. Mascarenhas, op.cit., p. 14, grifo no original.

envolvimento intencional de certos atores em certas ações sociais, portanto, geralmente só ocorre, quando ocorre, posteriormente, isto é, no momento em que se percebe a funcionalidade dessas condutas para os seus interesses (que não são apenas de ordem econômica ou material, diga-se). Todavia, tais motivações geralmente não se encontram presentes no início da ação, dado que seus protagonistas, regra geral, não estão cientes das consequências de tais atos nesse momento, da onde não poderiam ser a causa ou a motivação principal da ação. Em parte, é disso que resultaria a infração lógica de se tomar as consequências pelas causas.

O objetivo desse estudo, contudo, não é tentar ponderar sobre os rumos das interpretações marxistas do lazer com a pretensão de corrigi-las. Não se trata de tentar substituir uma interpretação por outra, senão de tentar acrescentar novos elementos às interpretações correntes. Também não se trata de tentar desacreditar a influência da economia capitalista na formatação do lazer – pois definitivamente não é esse o caso. Seria inteiramente equivocado desprezar (ou mesmo minimizar) a influência desse aspecto na organização social contemporânea. Do mesmo modo, a questão aqui não se traduz em saber em que medida e quais aspectos funcionalistas devem ou não ser abandonados em favor de análises marxistas mais radicalmente distanciadas do funcionalismo. Provavelmente, isso se constituiria em problemas apenas para os marxistas. O objetivo também não é o de criticar abordagens funcionalistas *per se*, ou em bloco, se não apenas em alguns dos seus aspectos, nomeadamente, aqui, na sua compreensão histórica que vincula o lazer às sociedades industriais (o que se estende às abordagens marxistas, funcionalistas em última instância, bastando substituir-se, às vezes, mas não sempre, os adjetivos “industriais” por “capitalistas”). Explicações sociológicas funcionalistas, afinal, não são de todo inconvenientes para as ciências sociais. Em várias circunstâncias, conforme já assinalaram, em separado, Gerald Cohen ou Carl Hempel, análises funcionais permitem, por exemplo, a identificação de regularidades estruturais, o que por certo é importante para a análise social.<sup>90</sup>

De acordo com as finalidades desse trabalho, enfim, a reconstituição dos fundamentos por detrás das análises marxistas do lazer pretende apenas inferir as possíveis consequências de tal posicionamento teórico para a compreensão dos aspectos históricos do lazer (bastante relacionados, como se disse, às teorias funcionalistas). Deve-se dizer também que nem o trabalho de Padilha, nem nenhum dos outros que compõem o livro *Dialética do*

<sup>90</sup>. Cohen, op.cit.; HEMPEL, Carl G.. A lógica da análise funcional. In: BIRNBAUM, P; CHAZEL, F (orgs.). *Teoria sociológica*. 2. ed. São Paulo: Hucitec / Edusp, 1977, p. 232-52, respectivamente.



*lazer*, problematizam explicitamente questões de natureza propriamente histórica, de modo que criticá-los sob esse aspecto significa, inevitavelmente, interrogar-lhes sob um ponto de vista que nunca fora o deles próprios, exigindo-lhes respostas para perguntas para as quais eles mesmos não se colocaram.

Nesse sentido, é o trabalho de Luciana Marcassa o que mais direta e explicitamente se coloca questões sobre a configuração do fenômeno social do lazer no Brasil. Sua premissa principal é a de que as primeiras ocorrências históricas desse fenômeno estariam associadas à consolidação do capitalismo. Dentro dessa perspectiva, portanto, o aparecimento do lazer seria o resultado de uma nova disciplina do ritmo de trabalho, de modo que apenas quando o tempo dos homens passa a ser marcado e controlado a partir do ritmo da máquina, motivado pelos interesses do capital e transformado em mercadoria a ser vendida livremente é que iria se notar uma separação mais rígida e claramente definida entre os momentos de trabalho e de não-trabalho, caracterizando assim o lazer. Em decorrência, a periodização das pesquisas históricas sobre o lazer no Brasil deve adotar, segundo a sugestão mesmo de Marcassa, o quartel final do século XIX como época que delineia a ruptura. É somente a partir dessa época, de acordo com essa formulação, que poderia se identificar a configuração social de um fenômeno chamado lazer.

Parte dos motivos para tais conclusões tem relação direta, justamente, com a própria vinculação da emergência do lazer ao capitalismo. Segundo argumenta-se, a justificativa para a concentração nesse período dá-se porque nessa época:

[...] o país vive as primeiras experiências da produção capitalista no modelo urbano e industrial, seus primeiros ensaios manufatureiros, a federalização do Estado, a modernização dos principais centros comerciais e portuários, a organização da sociedade em classes sociais e o fortalecimento do operariado como um movimento político e social.<sup>91</sup>

Nesta perspectiva, enfim, “a emergência de novas práticas de lazer foi uma manifestação dessas amplas transformações de um tradicionalismo agrário a *uma sociedade industrial moderna*”.<sup>92</sup> Dessa maneira, Luciana Marcassa postula a existência de uma conexão *funcional* entre a re-configuração dos modos de organização do tempo livre, isto é, a

<sup>91</sup>. MARCASSA, L. *A invenção do lazer: educação, cultura e tempo livre na cidade de São Paulo (1888-1935)*. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2002, p. 11.

<sup>92</sup>. Ibid., p.12, o grifo é meu.

“invenção do lazer” e as novas relações de produção, notadamente os novos mecanismos nacionais de reprodução do capital.

No entanto, mesmo admitindo que tal conexão existisse de fato, não deriva daí, necessariamente, que o capitalismo seja a causa histórica da re-configuração do lazer. E se por acaso o fosse, seria preciso demonstrá-lo empiricamente, ao invés de simplesmente tomá-lo por deduções de uma pressuposição teórica. Do contrário, toda a análise estaria confinada a um nível pré-científico, pois não existe coerência lógica entre a transformação de conexões funcionais em explicações causais. Não é por acaso que explicações funcionais não se detêm ao estudo da gênese de fenômenos ou instituições. Ao invés disso, procura-se destacar seus efeitos objetivos para a reprodução do sistema social e, por meio desses efeitos, inferir a durabilidade ou a persistência de tais fenômenos. De qualquer outra forma, incorrer-se-ia, como disse, em infração lógica, pois as consequências de certos fatos sociais não podem ser tomadas pelas suas causas. “As causas devem ser cronologicamente anteriores ao fenômeno que se pretende explicar. Portanto, explicar a ocorrência de um fenômeno pelas suas consequências seria contrariar essa regra fundamental da explicação causal”, como bem explica Renato Perissinotto.<sup>93</sup> Assim, se o capitalismo é a causa histórica do lazer, a relação de causalidade mais profunda deste último encontrar-se-ia nas causas do próprio capitalismo. E quais seriam elas então? Quais as causas da causa? O que determinaria o determinante?

A resposta para questões desse tipo impõe o estabelecimento de uma “primazia causal” para a explicação dos fenômenos sociais, de modo que a única alternativa possível passa a ser a eleição, mais ou menos arbitrária, mais ou menos abstrata, de um único aspecto da constituição social como fator derradeiro na determinação dos fenômenos sociais. Parte da premissa que orienta implicitamente a teoria marxista é que o conjunto de condições necessárias para o funcionamento regular do sistema capitalista se reproduz espontaneamente. Nesses termos, a causa do sistema capitalista é uma causa de tipo primordial, cuja causalidade não pode nunca ser causada por algo mais. É o impasse teórico de toda explicação marxista, conforme identificara o economista polonês Adam Przeworski, para quem havia “algo de errado com uma questão cuja resposta é a primazia disso ou daquilo”. Para Przeworski, em outro sentido, o único motor da história seria os conflitos travados em condições históricas determinadas, endógenas aquele próprio contexto específico, cujos efeitos tendem a ser

---

<sup>93</sup>. PERISSINOTTO, Renato. Marxismo e ciência social: um balanço crítico do marxismo analítico. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.25, n.73, p. 113-128, 2010, p. 115.

variáveis porque tais condições são contingentes. Assim, mesmo nas situações em que as diferenças entre duas condições históricas distintas sejam mínimas, os subsequentes efeitos não se passam de forma predeterminada. “Essa não é uma conclusão agradável” dizia Przeworski, “pois implica que é difícil testar o alcance das diferentes teorias do desenvolvimento”, incluindo aí as marxistas, desnecessário dizer.<sup>94</sup>

Impactos imperceptíveis tanto sobre as condições iniciais quanto diretamente sobre as instituições podem afetar desdobramentos de conflitos com efeitos qualitativamente discerníveis [...] Uma vez que não podemos especificar completamente esse processo, observamos alguma aleatoriedade. Na verdade, exploramos essa aleatoriedade para identificar os modelos específicos desse processo [...] Quanto mais especificamos nossos modelos, mais deparamos com circuitos endógenos e assim mais difícil se torna identificar sua estrutura causal.

<sup>95</sup>

No âmbito das abordagens marxistas do lazer, desenvolvida ao largo dessas discussões, mesmo quando se admite que o conceito de lazer deva expressar a síntese de múltiplas determinações, como o faz Fernando Mascarenhas, o atual estágio do desenvolvimento capitalista é sempre apontado como o principal elemento analítico da onde se depreende toda cadeia interpretativa, o que na prática contraria a idéia de múltiplas determinações. Nesses casos, a correspondência entre uma série de dinâmicas sociais e as necessidades de acumulação do capital é dada como certa, justamente porque se pressupõe, por abstração teórica, a primazia de certos elementos na constituição das dinâmicas da sociedade: o trabalho, as condições de produção, a economia, a política, etc.<sup>96</sup>

Em direção mais ou contrária a essa, minha proposta para este trabalho é tentar afirmar a irredutibilidade da vida social à lógica econômica. Mais que isso, trata-se mesmo de destacar sua irredutibilidade a qualquer lógica particular isoladamente. Ao invés

<sup>94</sup>. Vale registro que nenhuma das críticas que vêm sendo mobilizadas até aqui partiu de setores hostis ao marxismo, mas bem ao contrário. Todos os autores que venho citando neste capítulo, de Jon Elster à Gabriel Cohen, passando por James Noble e Adam Przeworski, se definiram e foram definidos como marxistas, “marxistas confessos e irreverentes”, para usar um adjetivo de Maria Hermínia Tavares de Almeida (TAVARES DE ALMEIDA, Maria Herminia. Prefácio. In: PRZEWORSKI, Adam. *Capitalismo e social-democracia*. São Paulo: Companhia das letras, 1989, p. 7-10). O tom “irreverente” relaciona-se ao caráter heterodoxo da abordagem desses autores, que por vezes os afastava consideravelmente de algumas prerrogativas teóricas fundamentais ao marxismo ortodoxo, como a fidelidade ao método, seguindo a clássica definição de George Luckás (O que é marxismo ortodoxo. In: LUCKÁS, George. *História e consciência de classe*. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p.63-104).

<sup>95</sup>. PRZEWORSKI, Adam. A última instância: as instituições são a causa primordial do desenvolvimento econômico? *Novos estudos Cebrap*, n. 72, p. 59-77, 2005, p. 62 e 76-77, respectivamente.

<sup>96</sup>. c.f. Mascarenhas, op.cit.

disso, é a afirmação de uma cadeia de ações ampla e complexa o que parece operar simultaneamente na determinação histórica do lazer. Não se tem, portanto, uma causa derradeira, uma “primazia causal”, nem sequer uma essência. Nesse sentido, tudo que se afirma é que uma nova sensibilidade diante da natureza fora *um dos* principais fatores responsáveis pela configuração dos hábitos de lazer na natureza tal como os conhecemos atualmente: não o principal, nem tampouco o único. Uma nova conformação moral, enfim, que a partir de um determinado momento, o final do século XVIII, desenvolvendo-se de maneira mais ou menos inconsciente, na esteira da crise do Antigo Regime e progressivo colapso do sistema colonial, permitiu que certos indivíduos passassem a valorizar a dimensão estética e contemplativa da natureza, o que constitui, por sua vez, uma das condições de possibilidade para o surgimento do lazer na natureza.

Um projeto pouco ambicioso; poder-se-ia dizer, com relativa razão. Seu pressuposto é que a apreensão teórica da realidade em toda sua complexidade, quer dizer, em todas as suas múltiplas determinações é um ideal empiricamente inatingível. Assim, o mais perto que se pode chegar disso, depende de esforços coletivos e do estabelecimento de uma agenda de pesquisas a ser perseguida por toda uma comunidade. Qualquer tentativa em outro sentido, além de presunçosa, correria o sério risco de abdicar da realidade em favor da teoria; abdicar da História em favor da Filosofia. E de um ponto de vista histórico, ou científico, se quiséssemos, a disposição em submeter os enunciados teóricos ao crivo da realidade não pode ser apenas uma peça retórica.

\*       \*       \*

Em suma, para além ou para além da teoria social ou da filosofia do conhecimento subjacente às explicações históricas do lazer correntes no Brasil, é a periodização para o advento histórico desse fenômeno o que este trabalho pretende problematizar. Em outras palavras, pretende-se questionar aqui, basicamente, a idéia de que os traços específicos do lazer são características da civilização nascida da Revolução Industrial.

Nesse sentido, mesmo se admitíssemos, hipoteticamente, que o surgimento de novas relações de produção – nesse caso, a indústria – foi o que modulou às formas de organização do tempo livre que chamamos de lazer, o final do século XIX continuaria inadequado. Uma série de pesquisas históricas tem demonstrado que o trabalho no Brasil em épocas pré-industriais nem sempre se organizava sob um regime disciplinar tão radicalmente diferente daquele das indústrias manufatureiras modernas. Em tais situações, anotava-se também ordem e disciplina, sobretudo no que diz respeito ao uso social do tempo.

Vera Ferlini, por exemplo, analisando, em particular, os trabalhos dos engenhos açucareiros do nordeste brasileiro entre os idos de 1620 e 1650, comenta que “o engenho apareceu como conjunto produtivo peculiar, novo, onde as atividades necessárias para a transformação da cana em açúcar foram organizadas segundo critérios de ordem, hierarquia, especialização, sequência e disciplina”. Embora ela mesma ressalte que a presença de escravos fizesse com que a realização das condições de produção estivessem fundamentalmente baseadas em relações direta de domínio e servidão, nota-se também uma organização manufatureira determinada pelo capital mercantil. Nesse caso, é principalmente o emprego de trabalhadores brancos, livres e especializados, como os feitores e mestres de açúcar, o principal agente desse processo.<sup>97</sup>

De maneira semelhante, os trabalhos de Myriam Ellis sobre a pesca de baleia no Brasil colonial; os de Luiz Geraldo Silva sobre a pesca, os pescadores e “as gentes do mar” entre os séculos XVII e XIX; os de Diogo Carvalho Cabral sobre a extração de madeira-de-lei no recôncavo da Guanabara entre os anos 1760 e 1820, entre outros, exibem modos de produção que, em algumas etapas da sua realização, “anteciparam”, ao longo de quase todo o século XVIII ou antes, formas mais agudas de racionalização, divisão e especialização do trabalho.<sup>98</sup> Ou seja, no Brasil colônia, pré-industrial certamente, uma dinâmica de disciplinamento e regulamentação dos usos do tempo de trabalho operava com relativa rigidez; denunciando que tal rigidez não é típica, nem exclusiva ao moderno regime de produção fabril. Tal processo não dizia respeito apenas ao trabalho dos escravos, bem entendido; pois

---

<sup>97</sup>. FERLINI, Vera. *Terra, trabalho e poder: o mundo dos engenhos no Nordeste colonial*. Bauru, SP: EDUSC, 2003, p. 139.

<sup>98</sup>. Respectivamente, ver ELLIS, Myriam. *A baleia no Brasil colonial*. São Paulo: Melhoramentos / EDUSP, 1969; SILVA, Luiz Geraldo. *A faina, a festa e o rito: uma etnografia histórica sobre as gentes do mar (séculos XVII ao XIX)*. Campinas, SP: Papirus, 2001; CABRAL, Diogo de Carvalho. Floresta, política e trabalho: a exploração das madeiras-de-lei no Recôncavo da Guanabara (1760-1820). *Revista Brasileira de História*, vol. 28, n. 55, p. 217-241, 2008.

um universo de trabalhadores livres e assalariados existia no Brasil desde a chegada da frota de Cabral. Na sua maioria, esse estrato social compunha-se de homens brancos; nem escravos, nem senhores, mas trabalhadores apenas, que alienavam sua força de trabalho por um salário em nome da sobrevivência, submetendo-se a uma jornada de trabalho com duração pré-determinada, o que implicava, em contrapartida, um tempo socialmente demarcado também para o não-trabalho, que seria então ocupado nas tabernas, nos teatros, nas apresentações circenses, nas procissões e festas religiosas, nos divertimentos domésticos como baralhos ou leituras individuais, nos saraus, nas serestas, nos batuques, nos lundus, nos jogos de argolinha, nas cavalhadas ou em toda uma enorme gama de práticas e atividades que se desenvolviam.

Mesmo entre escravos, insubordinações cotidianas ou através de revoltas e levantes, incontáveis ao longo do período colonial, abriam espaços e às vezes até impunham uma série de exigências e condições ao regime de servidão. Não raro, o poder senhorial precisava negociar os termos da submissão com os próprios subjugados, fazendo-o, geralmente, através do Feitor, que intermediava às ordens da Casa Grande e às demandas da Senzala. Nestas delicadas relações de poder, havia obviamente o “tempo do senhor”, para usarmos uma expressão de João Reis para se referir ao tempo que o escravo dedicava à produção de mercadorias e serviços a serem usufruídos exclusivamente pela classe dominante. Mas havia também o “tempo do escravo”, isto é, o momento do descanso, dos batuques, das festas, do período da noite e dos domingos (geralmente inteiramente liberados do trabalho).<sup>99</sup> O viajante inglês Henry Foster, que se integrou excepcionalmente bem à sociedade escravocrata brasileira, chegando a se estabelecer de maneira mais definitiva no Nordeste, registrou com perspicácia a “inutilidade de todos os regulamentos” e a maneira como os negros “tornavam nulas as ordens de quem dá”.

Ouvia o murmúrio das vozes nas senzalas, embora me supuzessem adormecido, observava a saída de um negro a caminhar furtivamente para visitar um conhecido, morador a pouca distancia ou ir tomar parte n’algum divertimento noturno. Os negros vizinhos também convidados deslizavam, imperceptíveis, durante a treva. E’ nessas ocasiões que os planos para enganar o amo são concebidos e, nessas doces e defesas reuniões, os projetos se formam. E’ então que o proprietário de escravos reflete nessas manobras secretas, verificando a inutilidade de todos os regulamentos e de sua própria orientação. A opressão cria o desejo do ato contrário a quem oprime. O escravo tem o pendor natural para ludibriar aquele que o subjuga. E’ possível amar o senhor quando se tem o poder de deixá-lo; mas ser preso, forçado a obedecer á vontade, e ás vezes, aos caprichos alheios, desperta um

<sup>99</sup>. REIS, João. A greve negra de 1857 na Bahia. *Revista USP*, São Paulo, vol. 18, 1993, p. 8-29.

sentimento de prazer, melhor do que o castigo, em contrariar os desejos e tornar nulas as ordens de quem as dá.<sup>100</sup>

Nada disso, contudo, significa que qualquer divertimento, de qualquer época, desde que realizado fora do mundo do trabalho possa ser definido pelo conceito de lazer. Para depurar até onde é possível analisar práticas do passado valendo-se desse conceito com pertinência, é dizer, sem anacronismos exagerados, mais estudos monográficos à luz dessa interrogação precisariam ser feitos, pois a maioria dos historiadores que se envolveram no estudo de divertimentos e outras práticas lúdicas de antanho, não o fizeram considerando as discussões teóricas e conceituais da “sociologia do lazer” – o que encerra vantagens e desvantagens, diga-se em tempo (a esse respeito ver a nota 4 desse capítulo). O que este trabalho pretende sugerir é que o uso analítico do conceito de lazer pode perfeitamente se estender até o estudo de práticas de divertimento do quartel final do século XVIII. A partir dos anos 1780, aproximadamente, pode-se identificar, ao menos no contexto do Rio de Janeiro, *o início de um processo bem organizado e sistemático de apropriação e exploração comercial de práticas lúdicas*, bem como a submissão de atividades cotidianas a uma marcação de ritmos que delimitavam *de maneira relativamente clara* os momentos de trabalho e de descanso. Esses os elementos, talvez em outras palavras, que costumam caracterizar o lazer.

Admitindo-se que estejam certos tais argumentos, ou características da divisão social do trabalho industrial no Brasil não são exclusivas das sociedades industriais, datando de antes da própria invenção da indústria, ou então a época histórica que se define pelo adjetivo industrial deveria ser alargada muito consideravelmente, se estendendo para o século XVIII, XVII ou até mesmo o XVI. Em todo caso, ambas as possibilidades teriam que admitir uma definição de sociedade industrial tão abrangente que se tornaria, para a prática histórica, quase totalmente estéril.

Comentando a problemática relação entre teoria e empiria, Raymond Aron dissera que diante da constatação que a realidade contradiz uma teoria, pode-se assumir basicamente duas posições: a primeira, é a que tenta conciliar a teoria com a realidade fazendo intervir um certo número de hipóteses suplementares; a segunda, que lhe parecia mais lógica, consiste simplesmente em reconhecer que o esquema teórico foi mesmo mal construído.<sup>101</sup> Concordando com Aron e admitindo que o esquema teórico sobre o advento histórico do lazer

<sup>100</sup>. KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942, p. 291

<sup>101</sup>. ARON, Raymond. *As etapas do pensamento sociológico*. 6 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 219.

pode, de fato, ter sido mal construído, busca-se neste trabalho revisar seus quadros conceituais, sugerindo uma ampliação do período histórico dentro do qual este fenômeno vem sendo compreendido majoritariamente. Nesse sentido, os traços específicos do lazer não seriam características da civilização nascida da Revolução Industrial, ou pelo menos não apenas. Tais traços específicos, de maneira mais ampla, seriam característicos da civilização ocidental moderna, que não se limita a uma forma particular de organização do trabalho, dizendo respeito também a diferenciação estrutural de funções, a separação entre público e privado ou às sociabilidades definidas com base em princípios universalistas, fundadas em valores com alto grau de generalidade e tidas como fruto da elaboração racional, em contraste aos arranjos percebidos como fruto da emanção divina.

À luz do progressivo detalhamento empírico oportunizado pelo crescente número de estudos sobre o assunto, a distinção teórico-conceitual que opõe trabalho e lazer parece cada vez mais incapaz de capturar as sutilezas e nuances na definição desses processos. Linton Johnson, discutindo criticamente as relações entre trabalho e lazer a partir de um balanço das pesquisas a esse respeito, afirmou que muitas conclusões correntes sobre esta temática tão cara aos estudos do lazer não seriam mais que a repetição de velhas ortodoxias.<sup>102</sup> É possível que a localização do período histórico que testemunhou a emergência do lazer talvez seja mais um aspecto dessa mesma postura: a repetição de velhas ortodoxias. Pois como poderemos saber a justa medida das diferenças entre as práticas de ontem e de hoje sem as estudarmos em detalhes? Como poderemos avaliar a natureza dessas diferenças antes mesmo de as investigarmos comparativamente? Assim, sem ao menos saber exatamente as características de práticas lúdicas anteriores a Revolução Industrial, supõe-se, *a priori*, que eles dramatizariam uma descontinuidade radical com o que mais tarde chamar-se-ia lazer.

\* \* \*

A proposta de uma ampliação do escopo conceitual do lazer através de uma redefinição das explicações históricas ao redor desse fenômeno é algo que parte da

---

<sup>102</sup>. JOHNSON, Linton K. Introduction: rethinking labour and leisure. *Leisure studies*, vol. 27, n. 4, p. 369-374, 2008.



comunidade internacional vem discutindo desde os meados dos anos 1990. Embora a adoção de períodos históricos mais recentes como balizas cronológicas para a sua compreensão seja ainda predominante, existem também, desde essa época, importantes estudos apontando para a possibilidade e mesmo para a necessidade de ampliação deste quadro temporal. É nesses termos que vem sendo problematizando a distinção entre lazer moderno e divertimentos pré-modernos. Peter Burke é um dos que já questionaram a hipótese de que haveria “uma descontinuidade fundamental ou grande divisão entre sociedades industriais e pré-industriais”, onde a idéia moderna de lazer inexistiria em sociedades pré-industriais. Segundo ele, “a tese da descontinuidade não é satisfatória” porque “recorta a Europa em duas fatias”, “reduzindo grandes variedades de práticas e idéias a fórmulas simplistas”, como “festivais medievais” ou “feiras populares”.<sup>103</sup> Em sentido contrário, Burke resgata uma série de episódios que demonstrem a existência do lazer antes de 1850, que ele mesmo identifica como sendo o período em que se concentram a maioria das pesquisas históricas sobre o assunto. Nesse sentido, ele cita livros, guias, pinturas e tratados que se multiplicaram e, de diferentes formas, dedicaram incrível atenção ao assunto da recreação desde o século XVI, sugerindo que desde essa época atividades de lazer se tornaram mais visíveis e respeitáveis, atraindo cada vez mais interesses.

Joan-Lluís Marfany, aproveitando o artigo de Peter Burke, inseriu-se no debate afirmando que aqueles que acreditam poder localizar o ponto de fratura que produz uma abrupta distinção entre o lazer moderno e os divertimentos pré-modernos, o faz tão somente porque está “iludido por impressões bastante superficiais”. Ele então menciona uma série de divertimentos medievais, como a caça em Valencia por volta dos anos 1340, danças na Catalunha de 1470, a música em Siena por volta de 1313, bem como uma abundante legislação da época que pretendia proibir diversos passatempos, “indicando que eles eram praticados assiduamente”. Sua conclusão, enfim, é que “essas pessoas [da Idade Média] conheceram o que nós agora chamamos lazer”.<sup>104</sup>

No mesmo sentido, só que pouco depois, Julie Hardwick, referindo-se a França do século XVIII, chama atenção para o fato de que muitos jovens trabalhadores solteiros daquele contexto trabalhavam fora de suas casas já naquela época. Tal situação,

<sup>103</sup>. BURKE, Peter. The invention of leisure in early modern Europe. *Past and Present*, n. 146, p. 136-150, Feb. 1995, p. 137-138.

<sup>104</sup>. MARFANY, Jean-Lluís. Debate: The invention of leisure in early modern Europe. *Past and Present*, n. 156, Aug. 1997, *passim*.

segundo suas conclusões, oportunizava mais possibilidades de interações sociais no espaço público, construindo, inclusive, parâmetros de sociabilidade específicos e bem determinados. Assim, suas atividades de lazer eram claramente marcadas por rupturas com o mundo trabalho.<sup>105</sup> Por outro lado, em anos avançados do século XIX, boa parte da população francesa ainda viveria no campo, mantendo em larga medida seus antigos costumes. Mesmo entre populações urbanas, que por volta de 1870 não representavam mais que 30% da população total da França, atividades industriais eram quase todas de caráter artesanal, realizando-se, em geral, com pouquíssima presença de máquinas e ainda dentro de espaços domésticos, em plena conformidade com antigos hábitos de trabalho. Segundo Philippe Ariès, até por volta de 1906, a maioria dos trabalhadores parisienses seriam ainda artesãos vivendo em mundos semelhantes daqueles que participaram da Comuna de 1871.<sup>106</sup>

Gary Cross, mais ou menos no mesmo sentido, pesquisou a maneira através do qual os jogos e passatempos tem mudado ao longo de um período histórico de longa duração na Inglaterra e nos Estados Unidos. Seu projeto, em outras palavras, é o de determinar onde, como e porque mudaram os comportamentos com relação ao uso do tempo livre nesses dois lugares. Nesse sentido, ele argumenta que essas transformações tem ocorrido principalmente no século XVI.<sup>107</sup>

À sua maneira, portanto, cada um desses trabalhos questionam a periodização costumeiramente apontada para a localização cronológica das origens do lazer, criticando o fato dos estudos operarem sempre dentro de limites históricos cuja atenção está restrita aos últimos 200 anos.

O conceito de lazer pode parecer um fenômeno moderno e com certeza muitos dos diversos passatempos comercializados que nós associamos com sua prática contemporânea eram desconhecidos até décadas atrás. Entretanto, o uso do termo ‘lazer’ iniciou-se em séculos medievais tardios, e há 500 anos já teve as mesmas conotações conceituais que hoje em dia: tempo livre do trabalho ou de outras obrigações para levar a cabo atividades de escolha pessoal. Contudo, as formas de lazer tem tido um tempo, lugar, classe e gênero específico, e prestar atenção para as continuidades e mudanças nas suas formas é crítico para compreender as nuances da topografia do lazer como fenômeno sociológico [...] As distintivas características espaciais e sexuais que caracterizaram o lazer de trabalhadores jovens e solteiros em

<sup>105</sup>. HARWICK, Julie. Sex and the (seventeenth-century) city: a research note towards a long history of leisure. *Leisure Studies*, vol. 27, n. 4, October 2008, 459–466

<sup>106</sup>. ARIES, Philippe. *Histoire des populations françaises*. Paris : Seuil, 1976. *apud*. BRESCIANI, Maria Stella M. *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 70-74.

<sup>107</sup>. CROSS, Gary S. *A social history of leisure: since 1600*. State College: Venture, 1990.

idades modernas podem talvez oferecer alguns indicadores teóricos sugestivos das continuidades assim como das mudanças que nos exigem reconhecer a topografia social complexa da longa história do lazer.<sup>108</sup>

No Brasil, especificamente, Cecília de Salles Oliveira, ainda em 1992, chamava atenção para o fato da construção dos nexos entre trabalho e riqueza, bem como o início da preocupação com a preguiça e a vadiagem datarem, entre nós, desde os fins do século XVIII e início do XIX.<sup>109</sup> Anos depois, em trabalho sobre as festas no Brasil colonial, José Ramos Tinhorão argumentou que o século XVIII viveu um encontro entre duas diferentes tradições culturais no âmbito dos divertimentos. De um lado, antigos costumes cristãos e ibéricos; de outro, novos hábitos europeus e burgueses. Segundo ele, o caminho que conduziria à conciliação entre as velhas tradições de divertimento do Brasil colonial e as “novas formas de lazer importadas da Europa”, “começara em verdade a ser traçada no século XVIII”.<sup>110</sup>

---

<sup>108</sup>. HARWICK, Julie. Sex and the (seventeenth-century) city: a research note towards a long history of leisure. *Leisure Studies*, vol. 27, n. 4, p. 459-466, October 2008.

<sup>109</sup>. SALLES OLIVEIRA, Cecilia H. L de. Imagens do ócio na construção da disciplina de trabalho. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, vol. 12, n. 1, 2, 3, 1992, p. 257-260.

<sup>110</sup>. TINHORÃO, José R. *As festas no Brasil colonial*. São Paulo: Editora 34, 2001, p. 133.

### CAPÍTULO 3

#### A INVENÇÃO DA PAISAGEM E O LAZER NA NATUREZA

Uma nova sensibilidade diante da natureza foi um dos principais fatores responsáveis pela configuração dos hábitos de lazer na natureza tais como os conhecemos atualmente. Outros fatores, por certo, atuaram de maneira igualmente decisiva, como o foram, por exemplo, a urbanização ou a ampliação do mercado de serviços. Mesmo assim, não é exagero imputarmos relativa preponderância ao processo de “invenção da paisagem” como o catalisador de mudanças nas formas de observar, ocupar e interagir com a natureza, inclusive nos momentos de fruição do tempo livre. Dito de outro modo, a transmutação da natureza em paisagem constitui uma das principais condições de possibilidade para o advento histórico do lazer na natureza.

A chamada “invenção da paisagem” nada mais é que uma apresentação culturalmente instituída da natureza, ou seja, a construção de um equivalente simbólico que serve como ponto de encontro para todo um esforço intelectual que ordena e dá forma às nossas percepções. Assim, quando se admira uma cachoeira, se contempla um bosque ou se observa um pôr-do-sol não se está simplesmente fazendo uso dos sentidos, embora às vezes seja essa a convicção. Em cada uma dessas situações, estamos inconscientemente mobilizando um conjunto de convenções culturais que nos permitem, justamente, perceber, admirar e desfrutar certos dados da natureza tal como o fazemos. São esses artifícios simbólicos, em outras palavras, que organizam experiências e sensibilidades diante de ambientais naturais. É como se olhássemos através de um filtro, uma moldura, um quadro mental que classifica a realidade imediata dentro de uma grade interpretativa pré-determinada pela cultura.

Atualmente, considerações desse tipo já não são novidades. Muitos autores têm argumentado nessa direção. Kant, talvez um dos primeiros, afirmava, ainda em 1764, que “as diferentes sensações de contentamento ou desgosto repousam menos sobre a qualidade das coisas externas, que as suscitam, do que sobre o sentimento, próprio a cada homem, de ser por elas sensibilizado com prazer ou desprazer”.<sup>111</sup> Mais recentemente, tratando mais uma vez essa temática, especificamente, Ana Cauquelin afirmara que “elementos naturais permaneceriam

---

<sup>111</sup>. KANT, Immanuel. *Observações sobre o sentimento do belo e do sublime e ensaio sobre as doenças mentais*. Campinas: Papirus, 1993, p. 19

invisíveis se não fosse pela arte do enquadramento e da composição”.<sup>112</sup> Simon Schama, no mesmo sentido, diz que:

Antes de poder ser um repouso para os sentidos, a paisagem é obra da mente. Compõe tanto de camadas de lembranças quanto de estratos de rochas [...] a natureza selvagem não demarca a si mesma, não se nomeia [...] Tampouco a natureza selvagem venera a si mesma [...] A natureza não faz isso. Nós fazemos.<sup>113</sup>

O que todas estas reflexões sublinham, cada qual a sua maneira, é que a apreensão de pedras, matas e montanhas como experiências espirituais transcendentais ou apenas como a expressão de uma beleza sublime e pitoresca é resultado da história, e não de uma possível qualidade ontológica imanente; não da percepção em si. Um mundo de associações e sentimentos é o que lhe confere significado. “Todas as nossas paisagens, do parque urbano às trilhas na montanha, têm a marca de nossas persistentes e inelutáveis obsessões”.<sup>114</sup> Desse modo, quando contemplamos uma exterioridade, contemplamos, na verdade, nossas próprias construções intelectuais.

Determinar com precisão quando e como tal processo se instituiu é tarefa difícil. De acordo com as vontades, poder-se-ia remontar, de maneira mais ou menos acertada, a tempos remotíssimos, quase imemoriais. Os gregos, por exemplo, são citados recorrentemente, como em quase tudo, aliás. Assim, a *História dos Animais* de Aristóteles, o *Relato das Plantas* de Teofrasto, a *Historia Naturalis* de Plínio ou toda a obra dos poetas bucólicos, tais como Teócrito, Melibeus, Horácio e Virgílio, teriam operado formas de registro que não faziam mais que classificar e descrever elementos naturais, ou então celebrar com grande intensidade à sua beleza propriamente dita. As duas atitudes, de todo modo, pressupõem, em alguma medida, capacidade perceptiva para enquadrar a natureza de determinada forma.

Não por acaso, Raymond Williams, no seu famoso estudo sobre os modos de representação do campo na literatura inglesa, destaca a persistência de certas atitudes e concepções de vida rural inauguradas pelos gregos antigos. Segundo ele, temas como a queixa sobre o desaparecimento de uma velha ordem, a idéia de que houve um passado melhor e mais próspero, marcado por uma vida comunitária e de ligação orgânica entre as pessoas,

<sup>112</sup>. CAUQUELIN, Anne. *A invenção da paisagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2007, p. 10.

<sup>113</sup>. SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. 1. reimp. São Paulo: Companhia das letras, 2009, p. 17-18.

<sup>114</sup>. Ibid., p. 29.

persistiram, nas suas palavras, “com um poder extraordinário”. Essa retórica da natureza, continua, “pôde surgir e encontrar uma direção principal, que seguiu durante séculos, chegando até nós”. A conclusão, pois, é que “o significado moderno comum do bucólico, no discurso crítico de escritores do século XX, é derivado dessas formas”.<sup>115</sup>

Williams, no entanto, não destaca nenhum tipo de continuidade ininterrupta, a despeito do que essa citação pode superficialmente sugerir. Na sua interpretação, ao contrário, ao mesmo tempo em que essa retórica estabelece uma grande influência, ela foi, por outro lado, livremente revivida e adaptada pelas gerações de escritores subsequentes. O que houve, segundo ele, “foi a aplicação, em certas circunstancias socioeconômicas especiais, de idéias que, por si sós, nada tinham de novas. No entanto, como sempre ocorre nesses casos, a aplicação específica de tais idéias num contexto social concreto teve efeitos novos e singulares”. O resultado é que “todas essas coisas têm significados diferentes em épocas diferentes, colocando em questão valores bem diversos [...] as coisas que elas dizem não são todas ditas em uma mesma modalidade de discurso”. Portanto, destaca-se, a um só tempo, a persistência de imagens e associações, bem como sua criação e transformação, o que o próprio Williams descreve como “uma combinação interessante de atitudes novas e velhas”. Nas suas palavras, em suma: “o campo e a cidade são realidades em transformação [...] a coexistência da persistência com a transformação é que é realmente impressionante e interessante, e que é preciso explicar sem que uma seja reduzida à outra”.<sup>116</sup>

A beleza da natureza é considerada então como produto da cultura, o que significa que a forma de olhá-la não seguiu inabalavelmente a mesma por séculos a fio. Ao contrário, aliás, embora sempre possa haver indícios do uso e da mobilização de discursos e modos de enquadramentos mais antigos, cada tempo e cada época conheceu sua própria forma de relacionamento com o ambiente natural, que poderia supor ou não sua apreensão em termos estéticos e contemplativos.

Todavia, o interesse aqui não está numa averiguação geral das diferenças possíveis entre esses muitos modos de relacionamento. O objetivo, na realidade, é o de tentar reconstituir os modos pelos quais novas associações de imagens, temas e retóricas sobre a natureza se deram no Brasil, descrevendo e analisando a maneira pela qual se fundou entre nós

<sup>115</sup>. WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. 1. reimp. São Paulo: Companhia das letras, 1990, p. 12, 36 e 37, respectivamente.

<sup>116</sup>. Ibid., passim.

uma tradição discursiva responsável pela criação de imagens prototípicas que informaram um ideal de paisagem, determinante, no meu ponto de vista, para a constituição de lazeres na natureza. Assim, mais precisamente, o objetivo desse capítulo será o de tentar situar, da maneira mais próxima possível, o ponto de inflexão histórica em que este processo se desenvolve, apontando fatores que o condicionaram, bem como suas influências ulteriores para a formatação dos lazeres na natureza.

Para contemplar a natureza é necessário, antes de tudo, adquirir a consciência de si como alguém separado do que se vê, afinal, “o próprio conceito de paisagem implica separação e observação”.<sup>117</sup> Dito de outro modo, é preciso consolidar-se na consciência do observador a separação fundamental entre natureza e cultura, que é, nesse sentido, pré-requisito para a emergência da possibilidade de contemplação. Entretanto, a dificuldade de identificar o momento em que tal separação instituiu-se talvez seja a mesma de localizar o momento de “invenção da paisagem”. Sabemos, por exemplo, que várias épocas e lugares conheceram, por diferentes caminhos, formas de preocupação sistemática com a natureza.<sup>118</sup> Mesmo assim, muitos reconhecem que a Idade Moderna, de maneira geral, operou um profundo e considerável re-ordenamento das atitudes do homem ocidental diante do mundo natural. Pois embora o ser humano sempre tenha observado a natureza, sempre o fez de maneiras diferentes; embora sempre tenha apreendido nela alguma beleza, sempre o fez por motivos diferentes. São essas diversidades de maneiras e motivos que chamamos de cultura, instrumento por meio do qual atribuímos significados às nossas ações, idéias e comportamentos. Nesse sentido, seguindo uma vez mais as formulações de Simon Schama, “paisagem é cultura antes de ser natureza”.<sup>119</sup>

---

<sup>117</sup>. Ibid., p. 167.

<sup>118</sup>. A título de exemplo, vale mencionar que alguns apontam para o advento da agricultura e da vida sedentária como marco decisivo desse processo. Assim, chineses, sumérios, egípcios ou qualquer povo que tenha conhecido de alguma forma a irrigação, mesmo os caçadores paleolíticos, teriam vivido sob a égide de uma cultura que os distingue e os faz querer manipular e dominar a natureza. De acordo com os antropólogos Guillermo Foladori e Javier Taks, “reconhece-se, hoje, que as populações que, há cerca de 12 mil anos, cruzaram a ‘ponte’ de Beringia do nordeste asiático para o Alasca, participaram na extinção de mamutes, mastodontes e outros grandes mamíferos”, o que abalaria a convicção que culturas primitivas viveriam em harmonia e integração com a natureza [FOLADORI, Guillermo; TAKS, Javier. Um olhar antropológico sobre a questão ambiental. *Mana*: Rio de Janeiro, vol. 10, n. 2, p. 323-348, 2004, p. 324]. O historiador norte-americano Lynn White Jr., desloca um pouco a periodização e afirma que essa separação entre o homem e a natureza teria ocorrido desde o momento em que um arado com arreios fixados foi inventado, por volta do século VII d.C. [WHITE JR., Lynn. The historical roots of our ecological crisis. *Science*, vol. 155, n. 2767, p. 1203 – 1207, 1967].

<sup>119</sup>. Schama, op.cit., p. 70.

É sob este aspecto que um modo de vida particular, de uma época particular pode e deve ser associado com formas igualmente particulares de percepção do ambiente natural. Para Keith Thomas, referindo-se à Inglaterra, “foi entre 1500 e 1800 que ocorreu uma série de transformações na maneira pelas quais os homens e mulheres, de todos os níveis sociais, percebiam e classificavam o mundo natural ao seu redor”. É, portanto, entre os séculos XVI e XVIII segundo ele, que se opera “uma profunda transformação das sensibilidades”, uma autêntica “revolução das percepções”.<sup>120</sup>

Também para Robert Lenoble, a nossa natureza tem data de nascimento, pois, “se o mundo físico permanece idêntico a ele mesmo, pode tomar para o homem rostos completamente diferentes”. Nesse sentido, a partir do século XVI, segundo sua argumentação, testemunha-se o aparecimento de uma significação inteiramente nova para a idéia de natureza. Contrariando concepções anteriores, para quem a natureza era uma coisa viva e um ser inteligente, dotada de alma e de temperamento, o início do período moderno, sobretudo a partir do século XVII, inicia a edificação de uma nova noção em que o destino do homem diverge e transcende o destino da natureza. “Este acontecimento sensacional poderia receber uma data precisa, 1632”.<sup>121</sup> É o ano em que Galileu publica os *Diálogos sobre os dois principais sistemas do Mundo*.

O conteúdo deste “acontecimento sensacional”, para além do livro em si, trata da passagem gradual de uma mentalidade onde o homem reluta em ver na natureza afinidades com o que é ou deveria ser típica e exclusivamente humano, admitindo que o mundo físico possuía suas próprias leis e mecanismos de funcionamento, que já não guardavam mais nenhuma relação com os seus desejos. A natureza tornava-se autônoma, existindo por si só.

Emblematicamente, desde os idos do século XVI, anota-se um progressivo número de inventários sobre a utilidade de minerais, vegetais e animais. A classificação desses elementos, que até então sempre fora realizada a partir de critérios exógenos, tais como a ordem alfabética ou sua função medicinal, passa a ser realizada a partir de suas características intrínsecas. Obras como as de Gesner, consideradas – permitam-me o trocadilho – pedras de toque da moderna mineralogia, procuravam já no século XVI uma ordem a partir da própria

---

<sup>120</sup>. THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural*: mudanças de atitudes em relação as plantas e aos animais, 1500 – 1800. São Paulo: Companhia das letras, 1996, p. 18 e 84, respectivamente.

<sup>121</sup>. LENOBLE, Robert. *História da idéia de natureza*. Lisboa: Edições 70, 1990, p. 28 e 258, respectivamente.



forma dos minerais. De maneira análoga, e já no século XVII, John Evelyn Silva traz à tona um livro sobre técnicas de descrição e plantio de árvores, tido desde então como obra precursora da silvicultura. Em 1735, Lineu publicava *Systema naturae*, onde concebia e apresentava uma nova forma de organizar e classificar os organismos vivos dentro de uma estrutura hierárquica, tomando por base características próprias aos elementos que estão sendo classificados.

Em larga medida, é o processo mesmo de separação natureza-cultura o principal agente de todas essas transformações. “Talvez nunca antes na história o homem e a Natureza tenham separado tão radicalmente os seus destinos”.<sup>122</sup> Nesse sentido, o advento da modernidade talvez possa realmente aparecer estritamente vinculado a todo o processo, uma vez que parte da sua dinâmica diz respeito, basicamente, à emergência de uma subjetividade onde o homem transforma-se no sujeito da produção do saber. Distinguindo-se de parte das características da Idade Média, o homem moderno não seria apenas a fração de uma criação divina, cuja verdade lhe era desconhecida por estar além da sua compreensão. O homem teria se tornado, na expressão de Hans Ulrich Gumbrecht, um observador de primeira ordem.<sup>123</sup>

Mais ou menos na mesma direção, historiadores do Renascimento têm sugerido que mentalidades constituídas naquela época tornaram mais aguda essa separação, mudando dramaticamente a maneira como os homens viam a si e ao mundo. Carlos Brandão, tratando mais especificamente das concepções de corpo do período, capta a nova dinâmica estabelecendo um contraste entre a obra de diferentes artistas. De um lado, Leonardo Da Vinci, que representava o homem imerso na natureza, como se fazendo parte dela; de outro, Giorgione, que além de fazer da natureza, ao invés do homem, o motivo principal da sua pintura, a retrata como um universo distinto, enfatizando a energia e a pulsão sensorial do ambiente. Na obra de Giorgione, comenta Brandão, “a natureza é uma realidade autônoma e independente do sujeito”.<sup>124</sup>

Não é outro o motivo pelo qual se tem apontado tão regularmente para a obra desse artista, particularmente para o seu quadro *A tempestade* (Figura 1), como o momento decisivo para o surgimento de uma nova ordem de apresentação do mundo e da natureza. Segundo especialistas, o quadro é a primeira pintura de paisagem com figuras, sendo também,

<sup>122</sup>. Ibid., p. 275.

<sup>123</sup>. GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Modernização dos sentidos*. São Paulo: Ed. 34, 1998.

<sup>124</sup>. BRANDÃO, Carlos Antonio Leite. O corpo do renascimento. In: NOVAES, Adauto (org.). *O homem-máquina: a ciência manipula o corpo*. São Paulo: Companhia das letras, 2003, p. 286.

por consequência, a realização que marca o nascimento de um novo esquema perceptivo que altera as regras através da qual a natureza é observada. Trata-se, em última análise, daquilo que Erwin Panofsky chamou “a invenção da perspectiva como forma simbólica”: uma nova convenção pictórica que, doravante, governará as percepções, orientará os juízos e instaurará práticas.<sup>125</sup>



Figura 1 – Giorgione. *A tempestade* (c.1505). Obra tida como momento decisivo para o surgimento de uma nova ordem de apresentação do mundo e da natureza, representando a paisagem com figuras humanas.

Conforme aponta Keith Thomas, “toda observação do mundo da natureza envolve a utilização de categorias mentais”. E uma vez que essas categorias sejam apreendidas, continua ele, “passa a ser bastante difícil ver o mundo de outra maneira”.<sup>126</sup> Um novo esquema classificatório, torna-se progressivamente dominante por volta do período onde costumamos situar o início da Era Moderna. Daí em diante, ele irradia-se por todos os espectros da sociedade, terminando por moldar poderosamente nossas percepções e comportamentos. Natureza e cultura passam a ser compreendidas como coisas fundamentalmente distintas. Concepções que presumiam continuidade entre a esfera humana e a esfera natural, entre homens e animais ou entre homens e plantas, teriam sido profundamente abaladas. Desde então, as convicções hegemônicas, ao invés de simplesmente seguir antigas atitudes para quem homem e natureza compunham um só universo, com muitas analogias e

<sup>125</sup> PANOFSKY, Erwin. *A perspectiva como forma simbólica*. Lisboa: Ed.70, 1999.

<sup>126</sup> Thomas, op.cit., p. 62.

semelhanças entre si, começam a dar lugar a uma outra, em que estes ocupam diferentes lugares no cosmos.

Claro que nada disso transcorreu com facilidade. Novas formas de classificação simplesmente não rompiam costumes de pensamento de maneira abrupta e definitiva. “Era mais fácil proclamar essas intenções do que executá-las”, adverte-nos a esse respeito Keith Thomas.<sup>127</sup> Para o cidadão comum, era difícil deixar de ver o mundo natural como reflexo de si, espelho de seus próprios estados de espírito. Para muitos homens e mulheres, o homem e o mundo natural estariam inextricavelmente ligados por muito tempo ainda.

Nesse sentido, seria correto dizer que elementos inteiramente contrários entre si puderam co-existir simultaneamente. Formas de pensamento quase inteiramente contrastantes coabitavam um mesmo espaço social, num amálgama bastante heterogêneo de mentalidades e concepções. Dessa forma, ao mesmo tempo em que pessoas, já no século XVI, passavam a ver a natureza como autônoma, outros, como o famoso italiano renascentista Giovanni Campanella, por exemplo, defendiam, ainda no século XVII, que a Terra manifestava um ritmo tal como todos os outros seres vivos. Do mesmo modo, no momento em que Galileu e Descartes defendiam um mecanicismo que via a natureza como máquina, pessoas como La Fontaine, membro da Academia Francesa que escrevia fábulas onde animais tinham características humanas, protestavam às vezes veementemente contra a noção de que a natureza tinha um corpo vazio de espírito.<sup>128</sup> Na mesma França dos anos 1550, em que médicos naturalistas como Pierre Belon e Guillaume Rondelet dedicavam-se ao estudo da anatomia e morfologia de ervas e animais, publicando livros como *História natural dos estranhos peixes marinhos* ou *História da natureza dos pássaros*, expressando uma forma de pensamento que olha para elementos da natureza como exteriores e rigidamente demarcados da condição humana, pessoas processavam judicialmente larvas, camundongos, besouros, golfinhos, gafanhotos e sanguessugas, sob a crença de que eram criaturas de Deus e que, portanto, possuíam alma e discernimento tal como os humanos.<sup>129</sup>

---

<sup>127</sup>. Ibid., p. 81.

<sup>128</sup>. Lenoble, op.cit.

<sup>129</sup>. Sobre os processos de animais, ver o interessante e curioso relato oferecido pelo filósofo francês Luc Ferry, em *A nova ordem ecológica: a árvore, o animal e o homem*. Rio de Janeiro: Difel, 2009.

Mesmo assim, “o resultado final foi a emergência de um modo de percepção totalmente novo”.<sup>130</sup> Pois embora já existissem antes, de alguma forma, muitos hábitos relacionados a uma forma de relação com a natureza que a pressupunha separada e distinta da vida humana, ganharam novo impulso e nova formatação a partir do início do período moderno. No século XVIII, identifica-se com maior nitidez o que Raymond Williams chama de “uma mudança de gosto evidente”. Desde então, nota-se “um novo tipo de escrita”, “novos métodos literários”, “um novo tipo de registro não apenas dos fatos em si, mas também de uma nova maneira de olhar para os fatos”, “uma transformação das atitudes e sentimentos em relação à natureza observada: novos tipos de interesse na paisagem, uma nova percepção do pitoresco”. É a época que certas regiões da Inglaterra se consagraram entre viajantes e passaram a ser muito visitadas com motivações contemplativas e de deleite estético, tornando-se, nesse período, “verdadeiros centros de romaria”, conforme expressão do próprio Williams.<sup>131</sup> É a época também em que a história natural torna-se “um dos mais característicos passatempos de classe média” e o cultivo de árvores e o paisagismo, “passatempos característicos dos abastados”; quando negócios de hospedarias, vendas de cerveja e estalagens nos arredores de Londres passaram a florescer com os excursionistas de fim de semana, destaca Keith Thomas comentando o mesmo processo.<sup>132</sup>

Era esse o contexto geral em que viviam muitos dos viajantes estrangeiros que atracariam no porto do Rio de Janeiro no período de que trata esse estudo. O olhar que vai começar a inventar paisagens no Brasil é fundamentalmente europeu e estava inteiramente imerso nessas transformações. O papel desempenhado pelos filhos da terra também não escapa a esse esquema geral. Tratava-se, afinal, de brasileiros que estudaram na Europa e compartilhavam muitas cosmologias do velho continente quando do seu retorno ao Brasil. São essas concepções e experiências, portanto, desenvolvidas por toda a Europa Ocidental ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII, que se constituirão em cânones a orientar as percepções dos viajantes, através das quais textos e imagens criarão representações capazes de consagrar lugares, bem como o modo de percebê-los.

---

<sup>130</sup>. Thomas, op.cit., p. 79.

<sup>131</sup>. Williams, op.cit., *passim*.

<sup>132</sup>. Thomas, op.cit., *passim*.

## CAPÍTULO 4

### NOVAS COUSAS MARAVILHOSAS PARA SE VER

No Brasil, têm-se registros de uma atitude de encantamento com a natureza praticamente desde a chegada dos primeiros portugueses.<sup>133</sup> Sérgio Buarque de Holanda analisou em detalhes o papel que determinadas visões da natureza desempenharam sobre a colonização do país. Segundo ele, na América Portuguesa, diferente da América Hispânica, não havia grande propensão ao maravilhoso. Devido, entre outras coisas, a grande experiência de viagens de exploração anteriores, os lusitanos tiveram amortecido sua sensibilidade para o fantástico, aderindo, ao invés disso, ao “real e ao imediato”, com grande capacidade de “meticulosa observação”; “atentos, em regra geral, ao pormenor e ao episódico, avessos, quase sempre, a induções audaciosas e delirantes imaginações”. Além disso, “para que não se exagerassem os perigos da grande empresa que tinha inaugurado, importava, de antemão, abolir ali a simples possibilidade material do defeito ou dos perigos”.<sup>134</sup> Para exploradores que buscavam riquezas fáceis, não seria preciso a revolução científica do século XVII, nem a consolidação do capitalismo para ensinar-lhes que a medida de valor de certas plantas e minerais era proporcional ou a sua utilidade ou aos seus valores de uso e de troca.

Para os portugueses, portanto, era a experiência direta e imediata o que mais tendia a reger suas visões de mundo, predominando uma apreensão mais racional da natureza, avessa a representações mágicas, abrindo caminhos para uma nova sensibilidade. No entanto, Buarque de Holanda destaca também que isso não significa que os portugueses eram inteiramente insensíveis aos apelos do mistério. Numa época em que a Igreja – e o pensamento religioso de modo geral – exercia grande influência, a natureza também era apreendida pela sua capacidade de manifestar o poder e a presença de Deus. Assim, sua contemplação, justificava-se, ao mesmo tempo, na possibilidade de glorificação do seu Criador. Seguindo

---

<sup>133</sup>. A famosa carta de Pero Vaz de Caminha, apesar do inflacionado interesse pelos índios, faz alusões a uma terra de fartura e prodigalidade, com matas frondosas e exuberantes [CAMINHA, Pero Vaz de. *Carta de Pero Vaz de Caminha*. São Paulo: Martin Claret, 2002].

<sup>134</sup>. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1996, p. 1 e 209, respectivamente.

uma tradição inaugurada por Santo Agostinho, o pensamento católico português tendia fortemente a ver a natureza como expressão dos desígnios divinos.<sup>135</sup>

Sob este ponto de vista, a natureza valia menos pelo que era do que pelo que significava. Os que a descreviam em detalhes, faziam-no buscando implícitos significados, o mais das vezes religiosos. Não é outro o motivo pelo qual obras como *Frutas do Brasil*, de frei Antônio do Rosário, concentravam-se sobremaneira na tentativa de revelação dos seus sentidos ocultos da natureza. Assim, uma fruta como o maracujá, era valorizada por ser uma flora da Nossa Senhora do Rosário. O ananás, por seu turno, “sendo tão gostoso, suave e deleitável, é muito severo, áspero e cruel para os criminosos, para os que têm chagas e feridas: rigor e brandura a seu tempo”.<sup>136</sup> E assim segue-se com a cana de açúcar, o mamão e a jabuticaba.

Essas duas posturas aparentemente antitéticas, no Brasil, se combinaram e por diferentes razões acabaram incentivando, desde a chegada dos portugueses, a exaltação da natureza. Sob influência de um pensamento mais racional ou mais teológico, em todos os casos, elogiava-se à exuberância das matas, à beleza dos bosques ou à salubridade dos campos.

No século XVIII, entretanto, apesar dos antecedentes, identifica-se, também no Brasil, embora de outras formas, uma significativa mudança sobre o modo de olhar para a natureza. Nesse momento, a natureza é reduzida às suas aparências visíveis, deixando de simbolizar forças divinas ou sobrenaturais, ou ao menos deixando de fazê-lo na mesma escala de antes. É nessa época que a chamada “interpretação moral da natureza”, isto é, a idéia de que ela estava impregnada de mistérios começaria a ser liquidada, “quando o mundo principia a ser interpretado, de preferência, segundo critérios fornecidos pelas ciências físicas e matemáticas”.<sup>137</sup> É o momento definitivo do que Ana Maria Belluzzo chama da “construção histórica do observador”. Segundo ela:

Quando se busca apreender a estrutura visível dos seres, conhecendo-os um a um, em sua singularidade a partir da dimensão visível [...] A nova abordagem

<sup>135</sup>. MIRANDA, Evaristo E. de. *O descobrimento da biodiversidade: a ecologia de índios, jesuítas e leigos no século XVI*. São Paulo: Loyola, 2004.

<sup>136</sup>. ROSÁRIO, Frei Antonio do. *Frutas do Brasil numa nova, e ascetica monarchia, consagrada a santíssima senhora do Rosário*. Lisboa: Officina de Antonio Pedrozo Galram, 1702, parábola I, capítulo I, p. 3, digitalizado e disponível no sítio da Fundação Biblioteca Nacional: [http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_obrasraras/or13387/or13387\\_item1/index.html](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_obrasraras/or13387/or13387_item1/index.html). Acesso em 01 de fev. 2010.

<sup>137</sup>. Holanda, op.cit., p. 224

da ciência da natureza desenvolve-se em oposição à crença religiosa e sem preocupações morais. A natureza não é mais entendida como fruto da ação providencial, nem transmite mensagens divinas aos homens [...] O caminho do conhecimento que conduz à natureza é reduzida aos sentidos.<sup>138</sup>

Trabalhos dessa época, que tinham a declarada intenção de reformar as técnicas de produção agrícola em geral, delineiam o início dessa nova sensibilidade diante do mundo natural.<sup>139</sup> A partir de então, mais que simplesmente olhar para a natureza, vendo nela a presença e a manifestação do Espírito Santo, passa-se a fazê-lo orientado por uma pretensão de cientificidade, que busca esquadrihá-la o mais detalhadamente possível.

Tal deslocamento parece estar estreitamente relacionado às mudanças do Império Português. Segundo Ângela Domingues, “o advento da segunda metade do século XVIII coincidiu com a realização de um enorme esforço de renovação do conhecimento”, que segundo ela ainda, contou com a participação direta do Estado.<sup>140</sup> Outros autores também destacam esse período para identificação de uma nova postura de Portugal diante da natureza do Império, desencadeando um conjunto de ações coordenadas com o claro propósito de inventariar suas riquezas por meio das ciências, não obstante as polêmicas em torno da periodização mais adequada para situar o início das atividades científicas no Brasil.<sup>141</sup> Para

<sup>138</sup>. BELLUZZO, Ana Maria. A propósito d'O Brasil dos viajantes. *Revista USP*, São Paulo, n. 30, p. 08-19, 1996, p. 17.

<sup>139</sup>. São exemplos nesse sentido a publicação de trabalhos como os do baiano Baltasar da Silva Lisboa, de 1786, seguido, sobretudo, do *Discurso sobre os melhoramentos da economia rústica no Brasil*, do mineiro José Gregório de Moraes Navarro, publicado em 1799. A esse respeito ver PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

<sup>140</sup>. DOMINGUES, Ângela. Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império português em finais do Setecentos. *História, Ciência, Saúde-Manguinhos*, vol.8, suppl., p. 823-838, 2001, p. 824. Como exemplos das formas de intervenção da Coroa sob este aspecto, Ângela Domingues cita a criação ou a reforma de instituições de formação como o Colégio dos Nobres, a Academia Militar, a Universidade de Coimbra, a Academia Real de Ciências, o Real Gabinete de História Natural, o Jardim Botânico da Ajuda e a Tipografia do Arco do Cego; a requisição dos serviços de prestigiados professores de física, astronomia, química, matemática e história natural; o fornecimento de meios técnicos, humanos e financeiros à realização de viagens e pesquisas; entre outras.

<sup>141</sup>. A esse respeito, vale referência as reflexões de Carlos Filgueiras, que aponta até para acontecimentos indicativos da existência de uma ciência colonial brasileira, ao mesmo tempo em que reconhece em princípios do século XIX, o período que viu nascer, de maneira institucionalizada, organizada e regular, hábitos científicos. O autor cita, por exemplo, as repetidas petições na Bahia do século XVII, reivindicando a fundação de uma universidade no Brasil. Cita também a fundação de academias, como a “Academia científica do Rio de Janeiro”, fundada em 1772 sob incentivo do marques de Lavradio, ou a “Sociedade literária do Rio de Janeiro”, iniciativa de 1786 patrocinada por D. Luis de Vasconcelos, cujo objetivo, tal como a primeira, era “repartir as luzes científicas”. É bem verdade que às vezes essas organizações desfizeram-se “por simples falta de atividade científica organizada” [FILGUEIRAS, Carlos. *Origens da ciência no Brasil. Química Nova*, vol. 13, p. 222-229, 1990, p. 226]. De todo modo, no período colonial – especialmente no século XVIII – idéias ligadas às novas ciências experimentais alastraram-se. Segundo o autor, “Sem dúvida, a ciência como busca desinteressada de

Silvia Figueiroa, Clarete Silva e Ermelinda Pataca, por exemplo, “iniciativas de caráter cultural e científico podem ser vistas ao longo de todo o século XVIII, embora haja consenso de que esse movimento se tornou sistemático apenas a partir da atuação de Pombal” [1755].<sup>142</sup> Lorelai Kury é outra que destaca o período mais ou menos pelos mesmos motivos. Segundo ela, “nas últimas décadas do Século das Luzes, houve um incremento na dinâmica de exploração da natureza por parte dos impérios”.<sup>143</sup>

A progressiva presença de estrangeiros também contribuiu à sua maneira para a construção de um novo discurso sobre a natureza, bem como para a consolidação de uma nova forma de observá-la. Esses atores, como outros antes deles, deslumbraram-se com a singularidade da flora e fauna tropical. Entretanto, dessa vez, suas formas de narrar ou representar tais aspectos do ambiente brasileiro correspondia, em larga medida, a um novo modo de olhar a paisagem, relacionado a um imaginário informado por repertórios cientificistas, mas nem por isso destituído de poética e sensibilidade.

Para Sydney Parkinson, desenhista de história natural escocês que esteve por aproximadamente vinte dias no Rio de Janeiro, entre novembro e dezembro de 1768, todos os lados para onde se dirigia os olhos, no Rio de Janeiro, “desfrutava de esplendidas paisagens”.<sup>144</sup> Para o pouco conhecido George Mouat Keit, que chegou ao Rio de Janeiro em dezembro de 1805 a bordo do brigue de guerra britânico *Protector*, as imediações da cidade pareciam-lhe “muito agradáveis”. Sua impressão geral era que “os lugares mais selvagens são cobertos por uma grande diversidade de flores, que superam aquelas dos jardins mais elegantes da Inglaterra na quantidade e na beleza”.<sup>145</sup> O batedor de carteiras e falsário inglês James Jardy

---

conhecimento da natureza, praticada de forma contínua ou regular, com o patrocínio do estado ou de mecenas particulares, era inexistente. No entanto, havia conhecimento e prática de técnicas, às vezes bem precisas [...] ao menos algumas pessoas na colônia tinham conhecimento e estudavam mesmo algo da ciência que se fazia na Europa. Na ausência de instituições formais para o cultivo das ciências, vários particulares as estudavam de forma autodidática” [FILGUEIRAS, Carlos. Havia alguma ciência no Brasil setecentista? *Química Nova*, vol. 21, n. 3, p. 351-353, 1998, p. 351].

<sup>142</sup>. FIGUEIROA, Silvia; SILVA, Clarete; PATACA, Ermelinda. Aspectos mineralógicos das “Viagens Filosóficas” pelo território brasileiro na transição do século XVIII para o século XIX. *História, Ciência, Saúde-Manguinhos*, vol. 11, n.3, p. 713-729, 2004, p. 715.

<sup>143</sup>. KURY, Lorelai. Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810). *História, Ciência, Saúde-Manguinhos*, vol.11, sup. 1, p. 109-129, 2004, p. 111.

<sup>144</sup>Parkinson, op.cit., p. 223.

<sup>145</sup>. KEITH, George Mouat. A voyage to South América. London: Richard Phillips, 1810, p. 21-27. In: FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. *Outras visões do Rio de Janeiro Colonial: antologia de textos (1582-1808)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000, p. 290.



Vaux, por seu turno, em 1807 dizia-se deliciado com a vista da bela cidade.<sup>146</sup> No mesmo sentido, Friederich Lanstedt, pastor protestante alemão e capelão do navio inglês *Benjamin and Ann*, que permaneceu aproximadamente três meses no Rio de Janeiro, depois de ancorar na cidade no fim de abril de 1782, também destacou o aspecto pitoresco da entrada da cidade. Para ele, “quando descortinada, a paisagem exibía uma sequência de montanhas, de variadas formas, cobertas de magníficas florestas”. Já os arredores da cidade, eram “encantadores e magníficos”, de uma beleza tal que “o mais hábil pintor não conseguiria reproduzir”.<sup>147</sup> John Barrow, intendente da missão diplomática inglesa que se dirigia à China chefiada por lorde Macartney, em 1792, produziu relato ainda mais deslumbrado, declarando que ao entrar no porto do Rio de Janeiro teve os “olhos maravilhados diante da vista mais magnífica que se descortina”.

Imagine leitor, o que é estar diante de uma imensa porção de água, circundada por 30 milhas de esplendorosa floresta e por majestosas montanhas, montanhas cujos cumes, elevados e disformes, se ocultam nas nuvens e assumem uma coloração ora azul, ora púrpura. Imagine o que é ver essa porção de água alargar-se gradualmente por 12 ou 14 milhas, a contar da estreita entrada do porto, e formar um imenso lago coberto por inúmeras pequenas ilhas de diferentes formatos, todas revestidas por abundante, variada e colorida vegetação e por belos arbustos odoríficos, semeados em grande quantidade pela própria natureza. Imagine, ainda, essa bela porção de água, emoldurada, de ambos os lados, por verdes colinas de altura média – que se elevam umas acima das outras conformando uma espécie de anfiteatro –, em meio às quais pode-se avistar ao longe numerosas angras, deliciosos vales e murmurantes riachos. Imagine, enfim, leitor, uma sequência de montes Edgecombes ao redor de um lago com pelo menos cem milhas de circunferência, localizado numa região onde a primavera é eterna. Imagine tudo isso, e ainda assim não terá senão uma idéia imperfeita do magnífico quadro que a baía do Rio de Janeiro oferece aos olhos.<sup>148</sup>

Para o missionário metodista norte-americano Daniel Kidder, que esteve no Brasil em duas oportunidades entre 1836-37 e 1840-42, a vista da Glória, entre muitas outras no mesmo sentido, descortinava “primorosa paisagem”: “deslumbrante”, “encantadora”, “magnífica”, em que “nada pode haver de mais romântico”. São panoramas que excedem toda

<sup>146</sup>. VAUX, James Hardy. *Memoirs of James Hady Vaux*. London: W. Clowes, 1819, p. 117-126. In: FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. *Outras visões do Rio de Janeiro Colonial: antologia de textos (1582-1808)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000, p. 298-309.

<sup>147</sup>. LANGSTEDT, Friedrich Ludwig. Rio de Janeiro, em 1782. In: MALTE-BRUN. *Voyage à la Conchinchine*, 1789, cap. III, p. 137-149. In: FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. *Visões do Rio de Janeiro Colonial: antologia de textos (1531-1800)*. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008, p. 232.

<sup>148</sup>. BARROW, John. *Voyage to Conchinchina in the years 1792 and 1793*. London: T. Cadell and W. Davies, 1806, cap. IV, p. 72-106. In: FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. *Visões do Rio de Janeiro Colonial: antologia de textos (1531-1800)*. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008, p. 290.

a descrição, dizia com relação à vista do aqueduto da Lapa, onde “o olhar do observador pousa com prazer sobre essa extraordinária combinação de obras de arte e de belezas naturais”. A enseada de Botafogo, por seu turno, “constitui um dos quadros mais extraordinários que se podem contemplar na natureza”.<sup>149</sup>

John Luccock, comerciante inglês que viveu no Brasil entre 1808 e 1818, dizia que as paisagens cariocas formavam “um panorama de magnificência e beleza quase sem par”; “verdejante e basta, variegada e atraente”.<sup>150</sup> Em uma das descrições que faz do porto do Rio de Janeiro, fala de “uma linda perspectiva”, capaz de compor uma cena atrativa e “tão singularmente pitoresca que ninguém a pode contemplar das alturas circunvizinhas sem admirá-la”.<sup>151</sup> Já o escarpado pico do Corcovado, aos seus olhos, era “um romântico vale”; enquanto a Lagoa Rodrigo de Freitas constituía “um cenário do mais delicado gosto”.<sup>152</sup> Para este comerciante, em suma, cada uma dessas paisagens era um “cenário de grandiosidade imponente”, “capaz de fornecer assunto a espíritos da mais sólida construção”, oferecendo, aos amantes de paisagens, “um dos mais belos temas que ele possa desejar”.<sup>153</sup>

A também inglesa Maria Graham, que esteve no Brasil entre 1821 e 1823, legando-nos um instrutivo diário, em que registra detalhadamente vários pormenores significativos da vida no Brasil daqueles tempos, fala de “florestas luxuriantes”, “um panorama encantador”.<sup>154</sup>

John Mawe, outro inglês, só que mineralogista, viajou pelo Brasil entre 1809 e 1811, quando pode referir-se à baía de Guanabara como “a melhor vista da cidade”, onde suas “altivas eminências” oferecem “aspecto rico e majestoso”.<sup>155</sup> Adalberto, o príncipe da Prússia, destacava ao olhar a natureza da Tijuca o sublime cenário. A baía de Guanabara e a enseada de Botafogo, por seu turno, eram vistas como “um verdadeiro pequeno paraíso”, “das

<sup>149</sup>. KIDDER, Daniel Parish. *Reminiscências de viagens e permanência no Brasil: Rio de Janeiro e província de São Paulo*. Brasília: Senado Federal, 2001, p. 109, 115 e 117, respectivamente.

<sup>150</sup>. LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio-de-Janeiro e partes meridionais do Brasil: tomadas durante uma estada de dez anos nesse país, de 1808 a 1818*. São Paulo: Martins, 1942, p. 23-24.

<sup>151</sup>. *Ibid.*, p. 169-170.

<sup>152</sup>. *Ibid.*, p. 189-190.

<sup>153</sup>. *Ibid.*, p. 191 e 159, respectivamente.

<sup>154</sup>. GRAHAM, Maria. *Diário de uma viagem ao Brasil: e de uma estada nesse país durante parte dos anos 1821, 1822 e 1823*. São Paulo: Nacional, 1956, p. 164.

<sup>155</sup>. MAWE, John. *Viagens ao interior do Brasil*. Belo Horizonte / São Paulo: Itatiaia / Ed. da Universidade de São Paulo, 1978, p. 81.

mais viçosas matas tropicais e das mais belas formas de montanha”.<sup>156</sup> Para Johann Moritz Rugendas, pintor alemão que viajou pelo Brasil entre 1821 e 1825:

Talvez não exista no mundo região como a do Rio de Janeiro, com paisagens e belezas tão variadas, tanto do ponto de vista da forma grandiosa das montanhas como dos contornos das praias. Em virtude da multidão de enseadas e promontórios, há uma variedade infinita de panoramas, tanto para o lado da cidade como para as montanhas, tanto para o lado da baía e suas ilhas como para o mar alto. Não são menores a riqueza e a variedade da vegetação. Alguns grupos de árvores dessas florestas primitivas, que cobriam outrora as colinas e as encostas da montanha, permaneceram na vizinhança imediata da cidade. Nos vales mais longínquos e nos flancos menos abruptos dos montes, esses grupos transformam-se em bosques extensos encimados por rochas nuas. Mais perto da praia, as colinas e os vales enchem-se de plantações de café e chácaras esparsas, cercadas de bosques deliciosos e floridos de árvores e arbustos dos trópicos.<sup>157</sup>

Cada um desses casos reconhecia, desde o fim do século XVIII, ora mais, ora menos comedidamente, o valor contemplativo da natureza. E o faziam, muitas vezes, sem a necessidade de uma fundamentação ou justificativa religiosa. É essa talvez a principal inovação. Trata-se, literalmente, de uma nova maneira de olhar, que ao longo de toda a primeira metade do século XIX só faria ganhar vulto.

Evidentemente, motivos teológicos não desapareciam inteiramente do horizonte de observação dos homens dessa época, especialmente dos religiosos; padres e missionários que continuariam persistentemente visitando o Brasil a fim de realizar suas evangelizações. Estas personagens, particularmente, permaneceriam vendo na exuberância da natureza a prova da enorme força do Criador. Daniel Kidder, por exemplo, oferece um bom exemplo dos muitos possíveis sob este aspecto. Logo na chegada ao porto do Rio de Janeiro, relata-nos:

A primeira vez que se entra num porto como o do Rio de Janeiro marca, sem dúvida, uma nova época em nossa existência, pois é preciso que se seja muito pouco apreciador da natureza para que daí não se passe a render homenagem à beleza e à diversidade da Criação, bem como às mais altas manifestações do poder e da grandeza do Criador.<sup>158</sup>

<sup>156</sup> ADALBERTO. *Brasil: Amazonas-Xingu*. Brasília: Senado Federal, 2002, p. 50 e 24, respectivamente.

<sup>157</sup> RUGENDAS, Johann Moritz. *Viagem pitoresca através do Brasil*. São Paulo: Martins Fontes / EdUSP, 1972, p. 16.

<sup>158</sup> Kidder, op.cit., p. 22-23.



Figura 2 – Alfred Martinet, *Cascata pequena da Tijuca* (sem data).



Figura 3 – Rugendas, *Cascata da Tijuca* (1835).

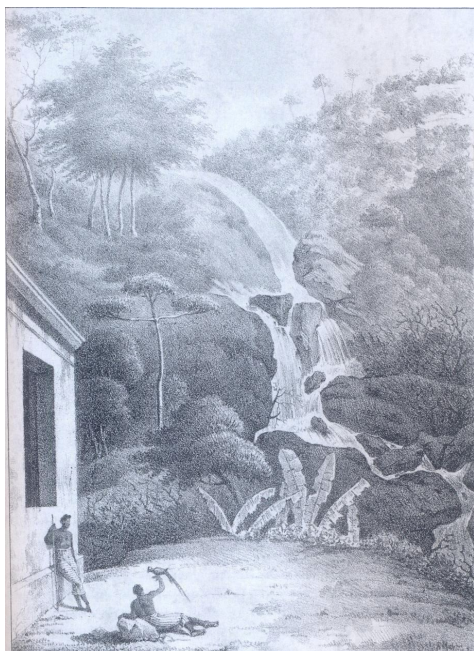


Figura 4 – Jacques Arago, *Cascatinha da Tijuca* (1823).

Textos e imagens recorrentes se acumulavam e criavam representações da natureza que se sedimentaram na condição de paisagem. A repetição sistemática das mesmas descrições, às vezes tomadas do mesmo ângulo, cristalizou repertórios discursivos capazes de estimular a contemplação desses cenários em conformidade a um consenso culturalmente estabelecido ao redor da maneira de qualificá-los e apreendê-los.



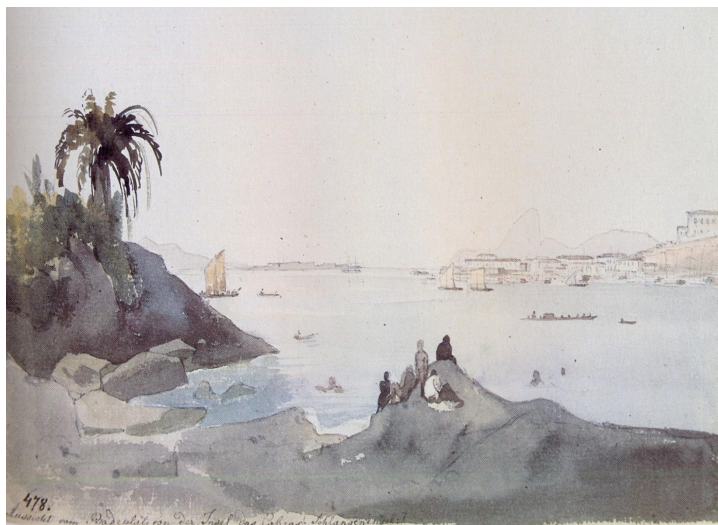


Figura 5 – Tomas Ender, *Vista do local de banho na ilha das cobras* (1817-1818).



Figura 6 – Eugene Cicere, *Rio de Janeiro, da ilha das cobras* (1852).



Figura 7 – Alfred Martinet, *Vista do Rio de Janeiro tomada da ilha das cobras* (1847).



Figura 8 – Jean-Baptiste Debret, *Negros voltando da caçada – escravos de um naturalista* (1816-1831). A imagem exhibe o regresso de um grupo de escravos que passara o dia caçando. Geralmente, aprendiam o ofício através de viajantes estrangeiros. Depois, dedicavam-se a oferecer produtos de história natural para entusiastas, o que era um mercado relativamente promissor à época. Nesse caso, obviamente, a atividade deveria assumir sentidos sensivelmente diferentes daqueles das elites.



Figura 9 – Jean-Baptiste Debret, *Mulata a caminho do sítio para as festas de natal*, (1816-1831). A gravura litografada mostra um grupo de mulheres negras se dirigindo as festas de natal em um sítio, que segundo o relato de Debret, encetavam ocasião para grandes divertimentos em meio à natureza.

A progressiva tendência de racionalização do mundo, não implicou, necessária e obrigatoriamente, uma cisão total e absoluta com antigos preceitos ligados ao misticismo. Não o fez sequer entre leigos, pois mesmo entre comerciantes e até cientistas do século XIX, supostamente menos vulneráveis aos constrangimentos decorrentes da crença num mundo ordenado pela religião, vez por outra surgiram exaltações desse tipo, ainda que não com a mesma força e regularidade de outrora. Descrições como as de Carl Friedrich Philipp von Martius, naturalista que esteve no Brasil entre 1817 e 1820, não deixavam de fazer referências a essa forma de registro. Em texto sobre a *Fisionomia do reino vegetal no Brasil*, dedicado a uma tentativa de compreensão objetiva e racional das plantas tropicais, o cientista alemão narra sentimentos de admiração e veneração diante do Criador de certo cenário. Para ele:

O peregrino sente-se aqui ao mesmo tempo elevado e inquieto. Os horrores da solidão destas sombrias trevas da floresta unem-se ao gozo duma contemplação tão estranha, e com a admiração e a veneração do Onipotente que criou aqui, diante dos nossos olhos, um novo mundo, que nos fala em linguagem antes nunca sentida e nos revela com magia, mesmo na vida modesta do silencioso reino das plantas, o vigor e a majestade de sua criação”.<sup>159</sup>

Da mesma forma, a forte presença de um discurso racional e cientificista, com grandes pretensões de objetividade, não anulava inteiramente nessas experiências a idéia de regozijo ou de prazer. Naquele contexto, olhar para a natureza como paisagem, evocando arte e sentimento, não era tão radicalmente diferente de olhá-la cientificamente, de maneira racional e objetiva. A natureza era bela, fosse o observador artista, cientista ou diletante aventureiro. O século XIX, sobretudo na sua primeira metade, ainda não conhecia a rígida separação entre arte e ciência.<sup>160</sup> Por isso expedições científicas costumavam contar com a presença de artistas. Talvez a própria capacidade de descrever em detalhes a natureza tenha habilitado os homens dessa época a perceber e descrever pormenores por vezes tão poeticamente.

<sup>159</sup>. Martius, Carl von. A fisionomia do reino vegetal no Brasil. *Arquivos do Museu Paraense*, vol. III, p. 239-271, 1943, p. 244-245; *apud.*, KURY, Lorelai. Viajantes-naturalistas no Brasil oitocentista: experiência, relato e imagem. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, vol. 8, sup., p. 863-880, 2001, p. 879.

<sup>160</sup>. Para mais detalhes a esse respeito ver GUIMARAES, Manoel Luiz Salgado. História e natureza em von Martius: esquadrinhando o Brasil para construir a nação. *História, Ciência, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, vol. 7, n. 2, p. 391-413, 2000 e especialmente NAXARA, Márcia. *Cientificismo e sensibilidade romântica: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX*. Brasília: Editoria da Universidade de Brasília, 2004.

Por sobre toda a região paira uma neblina delicada e transparente. A lua brilha entre nuvens pesadas, de formação caprichosa. O contorno dos objetos, por sua luz iluminados, torna-se nítido e preciso, enquanto uma penumbra mágica nos rouba à vista os que não a recebem de cheio. Na atmosfera tudo é serenidade e as mimosas, fechadas as folhas, dormem imóveis sob as copas escuras das mangueiras, das jaqueiras e dos jambeiros. Às vezes uma rajada de vento passa e faz fremer as folhas de um cajueiro; a grumixara e a pitangueira, assustadas, deixam cair uma chuva de flores cor de neve, perfumosas; os leques majestosos das palmeiras balançam-se lentamente sobre as árvores menores, como símbolos de paz e tranquilidade. O trilar agudo das cigarras e dos grilos e o coaxar contínuo das rãs formam uma espécie de zumbido constante que nos enche a alma de suave melancolia. De quando em quando uma lufada de perfume embalsama os ares e as flores noturnas, abrindo os seus cálices, nos vão enebriando aos poucos com sua fragrância. Agora são os cachos de paulínias ou as flores de laranjeiras. Logo mais os tufos da eupatória ou os cachos de flores das abrem-se repentinamente e vão assim mantendo uma sucessão contínua de perfumes. Silenciosamente, o mundo vegetal, iluminado por miríades de pirilampos, como outras tantas estrelas errantes, empolga a noite com seus odores deliciosos. Coriscos rutilantes riscam o céu no horizonte, sem cessar, e convidam o espírito a se elevar, em alegre contemplação, às estrelas cuja cintilação enche nossa alma de um pressentimento de maravilhas ainda mais extraordinárias.<sup>161</sup>

Estaremos longe, portanto, dos sentidos que temos atualmente para a idéia de trabalho científico. Não se tratava, na grande maioria dos casos, de uma atitude profissional. “Seria equivocado”, comenta Luciana Martins, “considerar esses viajantes como cientistas profissionais *stricto sensu*: uma grande variedade de artistas amadores, colecionadores e naturalistas autofinanciados forneciam a matéria-prima para a visão europeia dos trópicos”.<sup>162</sup> Assim, o árduo trabalho de coleta e observação de elementos da natureza, feito, ademais, sempre de maneira atenta, minuciosa, sistemática e detalhada, era também perpassado por uma postura esteta e por um forte sentido de prazer. Eram diletantes em última instância, dedicando-se à história natural no tempo livre das suas obrigações; quase como um *hobby*, um passatempo, um divertimento com certeza.

George Garder, médico inglês que esteve no Brasil entre 1836 e 1841, fala-nos de como no período em que vivia em Glasglow, ainda como estudante, dedicava-se à história natural em seu tempo livre.<sup>163</sup> No Brasil, tornou-se ávido colecionador de plantas,

<sup>161</sup>. Apud., Kidder, op.cit., p. 111.

<sup>162</sup>. MARTINS, Luciana. *O Rio de Janeiro dos viajantes: o olhar britânico (1800-1850)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 12.

<sup>163</sup>. GARDNER, George. *Viagem ao interior do Brasil*: principalmente nas províncias do Norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841. Belo Horizonte / São Paulo: Itatiaia / Ed. da Universidade de São Paulo, 1975. p. 19.



chegando a tornar-se, depois do seu regresso, diretor de um Jardim Botânico no Sri Lanka, aonde veio por acaso a falecer. John Luccock era outro que também se dedicava à história natural no seu tempo livre. Apesar dos seus interesses propriamente comerciais, Luccock, seguindo o espírito de investigação filosófica da época, não deixou de observar vários fenômenos naturais durante as muitas viagens e excursões que realizou entre 1808 e 1818, período em que permaneceu no Brasil. Conformado à regra que impôs a si mesmo, segundo conta-nos, observou e registrou tudo que lhe parecia heterogêneo e desarticulado: a refração de luz em rochedos, o volume das correntes dos canais, a velocidade das correntezas dos rios, a altura de montanhas, a circunferência de árvores, a características de insetos, a utilidade de animais, a topografia e a geografia de regiões, a composição de rochas e pedras, a condensação de nuvens e formação de tempestades, as implicações da derrubada das matas sobre o clima, sempre sentindo prazer na contemplação dos cenários.

Mas nem Luccock, nem George Garder, eram homens de hábitos excêntricos. “Fazer botânica”, como se dizia, não era exatamente um passatempo extravagante. Em várias oportunidades, eles e muitos outros viajantes do período, eram acompanhados por conterrâneos ou gente de outras nacionalidades. O próprio Luccock, durante suas viagens para o Norte, diz ter cruzado com “um grupo de patrícios seus que estavam a fazer botânica”.<sup>164</sup>

Por volta do início dos anos 1820, d. Leopoldina, austríaca, entusiasta da história natural, tinha um pequeno zoológico na Ilha do Governador, além de um gabinete de história natural, ambos devidamente nutridos através de passeios na companhia do abade Boiret, em que colhiam plantas, minerais e animais.<sup>165</sup> Daniel Kidder, apesar das motivações religiosas, também não deixou de viajar acompanhado por outros “apreciadores da natureza”, como ele mesmo diz, com quem compartilhava a “disposição para excursões campestres”. Em São Paulo, por exemplo, Kidder esteve acompanhado por Antonio Guillemín, botânico francês, amigo de Saint-Hilaire e redator do *Annales des Sciences Naturelles*. Numa dessas ocasiões, o botânico chegou a convidá-lo para escalar o morro do Jaraguá, o que fizeram “logo depois do almoço”. Depois de alguma dificuldade, oferecida sobretudo pelo “abandono do caminho”, conseguiram chegar ao cume, não sem antes alguns outros botânicos menos ilustres que os acompanhavam desistirem da empresa. “Ao atingir o pico da montanha, os nossos

<sup>164</sup>. Luccock, op.cit, p. 253.

<sup>165</sup>. CARVALHO, José Murilo de. *Pedro II*. São Paulo: Companhia das letras, 2007, p. 15.

companheiros soltaram um grito estríduo e pediram-nos um lenço com que acenar para os moradores, lá embaixo, em sinal de triunfo”.<sup>166</sup>

Assim, pelo menos duas formas diferentes de registro se combinavam e permitiam que excursões à natureza se realizassem com interesses variados. Em certa medida, aliás, motivações aparentemente divergentes se justapunham no âmbito dessas práticas. “Nessas expedições, interesses comerciais, científicos e colonialistas entrelaçavam-se com motivações teológicas, morais e estéticas”, afirma Luciana Martins.<sup>167</sup> Por outro lado, desde essa época, o referencial mais fortemente presente nas maneiras pelas quais a natureza seria observada é, sem dúvida, de ordem secular, racional e utilitária, de modo que, cedo ou tarde, “todos esses fatores contribuíram também para produzir novas atitudes com relação à natureza”, concluem Silvia Figueiroa, Clarete Silva e Ermelinda Pataca.<sup>168</sup> E essas novas atitudes diziam respeito, basicamente, a uma nova maneira de olhar, portadora de um *ethos* civilizatório e capaz, agora, “de classificar e hierarquizar o que se vê”, de acordo com a afirmação de Lorelai Kury.<sup>169</sup>

Tais concepções estarão entre os elementos mais importantes para entender o processo histórico de formação do lazer na natureza. Pois o seu advento será capaz de fornecer modelos de observação e interpretação da paisagem, que apesar das inegáveis transformações, segue desde então basicamente o mesmo até os dias de hoje. É a irradiação dessas novas sensibilidades, não sem apropriações e múltiplas acomodações, que estimulará e mesmo autorizará a ocupação de ambientes naturais com diversas motivações, que, inclusive, ultrapassam suas motivações iniciais, como é o caso da busca da natureza para o lazer. “Do amor e boa inteligência dos símbolos da natureza parece não ser preciso agora mais de um passo ao simples amor à natureza”<sup>170</sup>

Não por acaso, muitas dessas “paisagens encantadoras” descritas ao longo de quase todo o século XIX já seriam apreendidas, desde essa época, como adequados retiros de quietude para os dias de ócio; “píncaros de indescritível beleza”, onde pessoas que não fossem

<sup>166</sup>. Kidder, op.cit., p. 202.

<sup>167</sup>. Martins, op. cit., p. 12.

<sup>168</sup>. Figueiroa; Silva e Pataca, op.cit., p. 715.

<sup>169</sup>. KURY, Lorelai. Ciência e nação: romantismo e história natural na obra de E. J. da Silva Maia. *História, Ciência, Saúde-Manguinhos*, vol. 5, n. 2, p. 267-291, 1998, p. 268.

<sup>170</sup>. Holanda, op.cit., p. 229.

avessas a esforços dar-se-iam por amplamente recompensadas ao galgar-lhes os cumes, como dissera uma vez John Luccock por ocasião de um passeio ao Morro do Telégrafo.<sup>171</sup>

Esses viajantes chegavam ao Brasil com todo um imaginário a ser testado ou talvez até revisado. Traziam seus repertórios culturais específicos, que diziam respeito também as suas noções de paisagem, com a voga do pitoresco, a doutrina do sublime e toda uma complexa teia de convenções artísticas, marcada pela pintura de paisagem holandesa, o romantismo e o neoclassicismo. A realização dessas visões de mundo dar-se-ia fundamentalmente através dos textos e imagens decorrentes da viagem, onde se exercitava certa forma de classificação e percepção dos cenários naturais.

A insistente repetição de um determinado esquema discursivo, de uma determinada economia das trocas linguísticas, acaba por transformar a representação em realidade. A eficácia simbólica da linguagem, dos discursos ou das representações na construção social da realidade, está, justamente, na sua capacidade de “estruturar a percepção que os agentes sociais têm do mundo social”.<sup>172</sup> Assim, esses discursos (imagéticos ou textuais) sobre a natureza brasileira foram capazes de criar um modo de representação que se sedimentou na condição de paisagem, e através do acúmulo e da repetição sistemática das mesmas descrições, às vezes tomadas do mesmo ângulo, cristalizaram repertórios de idéias que estimulam a frequência e a contemplação desses cenários, em conformidade a um consenso culturalmente estabelecido ao redor da maneira de qualificá-los (Figuras 2 à 7).

Todo esse processo formativo acaba por dirigir as percepções, como se dizendo para onde se deve olhar, de que maneira se deve olhar e o que se deve sentir ao olhar. Tal estímulo, bem entendido, não determina à frequência ao morro da Glória ou à vista da baía de Guanabara tomada do Passeio Público, assim, tão especificamente. O que a “invenção da paisagem” estimula é a frequência e a contemplação de lugares capazes de sintetizar os princípios estéticos que essas e outras vistas são capazes de representar. Princípios que dizem respeito, por exemplo, a preferência pelo panorama que moldura uma vista abrangente ou o gosto pela terra cultivada em detrimento da terra totalmente inculta.

Assim, mesmo quando o sentido das práticas do século XIX eventualmente não se assemelha às práticas mais contemporâneas, elas são responsáveis, de todo modo, pela criação de um repositório de imagens e um arcabouço de vocabulários através dos quais tais

<sup>171</sup>. Luccock, op.cit., p. 189-190.

<sup>172</sup>. BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas linguísticas*. São Paulo: Edusc, 1996, p. 81.

experiências ganharam seus atuais sentidos e significados, ligados a idéia de que na natureza o ambiente é mais saudável, o ar é mais puro, tudo é mais livre e espontâneo, e todo esforço será recompensado pela beleza do cenário. É dessa forma e nesse sentido que ali se encontram as origens do lazer na natureza.

As sensações desencadeadas e percebidas durante a prática ordinária de alguma dessas formas de lazer só terão sentido, ou melhor, só terão o sentido que tem, na medida em que estiverem inseridos em uma ampla rede de significações, que pode ser resumida, numa só expressão, à moderna cultura paisagística. O prazer de caminhar por florestas, escalar montanhas ou simplesmente contemplar o panorama só é possível sob o marco dessa cultura. Dificilmente um aborígine sentiria satisfação em ser arremessado de uma ponte com cordas elásticas amarradas nos pés. Um comerciante veneziano do século XIV provavelmente também não desejaria gastar vultosa soma de dinheiro para ter seus dedos necrosados pelo frio do Himalaia. Todas essas ações só são possíveis porque são informadas por noções simbólicas que as afirmam como prazerosas e revigorantes; porque enxergam nas paisagens em que se desenrolam uma beleza pitoresca e gratificante. Ou seja, para ser capaz de apreender tais experiências como veículos de realização e prazer é preciso, antes de tudo, partilhar uma determinada escala de valores, uma bagagem intelectual muito específica e particular, que fora inaugurada pelo longo processo moderno de invenção da paisagem. Em 1802, o filósofo alemão Karl Gottlob Schelle já anotava, de forma tipicamente evolucionista e etnocêntrica:

Um indivíduo comum que não tenha cultivado seu espírito não sente necessidade de passear e teria dificuldade de se habituar ao passeio. A razão é muito simples. Para ser tocado pelos encantos do passeio e sentir sua necessidade intelectual é necessário ter um certo nível de cultura, uma bagagem intelectual que nem todo o mundo possui; e, conseqüentemente, é totalmente natural que um simples jornalista não possa sentir o prazer agradável de um passeio.<sup>173</sup>

Qualquer um que ainda não tenha se integrado plenamente nos marcos da cultura moderna tal como prescritas pelas lentes européias, tende a olhar experiências desse tipo com incompreensão e desdém. “É totalmente natural que um simples jornalista não possa sentir o prazer agradável de um passeio”. No Brasil, em 1792, John Barrow, intendente da missão inglesa que se dirigia à China, acompanhado em passeio pelo “dr. Gillan”, conta que

<sup>173</sup>. SCHELLE, Karl Gottlob. *A arte de passear*. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 19.

oficiais brasileiros responsáveis por acompanhar viajantes estrangeiros em terra, sequer eram capazes de acreditar que homens quisessem adentrar o território carioca a pé apenas para caçar borboletas. Perguntados sobre suas intenções, os ingleses sequer se faziam acreditar. “Para convencê-los de que, sem nenhuma ironia, dizíamos a verdade, tiramos do bolso redes, pequenas pinças, caixas, enfim, todos os instrumentos que utilizamos nesse tipo de caça”.<sup>174</sup> Por volta de 1820, Rugendas dizia que “os brasileiros do interior do país muito dificilmente se persuadem de que um europeu possa ser levado a viagens tão penosas e longínquas somente por amor a ciência”.<sup>175</sup> No mesmo sentido, um dos guias de Luccock, homem simples do interior, comentou com os familiares que os costumes do inglês pareciam-lhe “algo de fronteiro da aberração mental”, segundo nosso viajante escutara por acaso. Simplesmente não conseguia entender como aquele homem podia viajar até distantes zonas de mineração e não trazer nem ouro em pó nem jóias. Tampouco compreendia porque alguém transpunha mares, gastava dinheiro e submetia-se a fadiga sem outro propósito a não ser o de “pasmear ante as montanhas do Brasil, flunar pelos arredores de suas vilas e atirar em passarinhos”.<sup>176</sup> Seria preciso um longo processo de educação das sensibilidades para que pessoas como o guia de Luccock – e outros de maneira cada vez mais generalizada – pudessem ter em seu horizonte a possibilidade de extrair prazer de uma desinteressada caminhada pela natureza.

Não quer dizer, contudo, que tais atividades e escala de valores estivessem disponíveis exclusivamente entre estrangeiros ou entre as esferas mais altas da sociedade. Por certo, eram esses os grupos que ofereciam a maior parte de seu contingente, mas havia também a participação da gente miúda, que evidentemente significavam tais experiências à sua maneira. Jean Baptiste Debret, por exemplo, que chegou ao Brasil em 1817 junto com a chamada “Missão Artística Francesa”, permanecendo no país até 1831, quando publicou, já na França, sua influente *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*, dá-nos notícia textual e visual de duas situações que exibem a presença e a forma de adesão das camadas populares a esses costumes em princípios do século XIX. Primeiro, quando menciona negros naturalistas que caçavam animais a fim de dedicá-los, segundo ele, “especialmente às coleções de história natural, oferecendo seus achados da floresta aos amadores no Rio de Janeiro” (Figura 8). De acordo com o pintor francês, aprendia-se o ofício – e talvez o gosto pela atividade – depois de

<sup>174</sup> Barrow, op.cit., p. 297

<sup>175</sup> Rugendas, op.cit., p. 25.

<sup>176</sup> Luccock, op.cit., p. 249.

acompanhar viajantes, como escravos ou empregados, ao longo de seus passeios e perambulações pelo território brasileiro. Segundo, quando comenta as festas de Natal e de Páscoa, “épocas de divertimentos tanto mais generalizados quanto provocam mais de uma semana de interrupção no trabalho das administrações e nos negócios do comércio” (Figura 9). Nessas ocasiões, conta-nos Debret, membros das classes médias ou altas, tanto quanto artífices, aproveitavam para excursões e acampamentos nos sítios ou casas de campo de seus parentes ou amigos, localizados na vizinhança da cidade. Eram “deliciosos momentos de fresca”, em que se aproveitava “para gozar em liberdade os prazeres que essas curtas e pouco dispendiosas excursões lhes permitem”.<sup>177</sup>

*Memórias de um sargento de milícias* é outro bom testemunho sob este aspecto. Ainda que se trate de obra ficcional, seus elementos de composição têm sido reconhecidos pelo seu forte caráter documental. Nesse sentido, é possível entrever através do romance, aspectos da vida social carioca da primeira metade do século XIX, período em que se localiza temporalmente o enredo. Com ações desenrolando-se fundamentalmente nas áreas centrais do Rio de Janeiro, com personagens socialmente circunscritas a um “tipo de gente livre, modesta, que hoje chamaríamos pequena burguesia”, conforme análise de Antonio Candido<sup>178</sup>, as poucas vezes em que a cena sai desta região é justamente por ocasião de festas campestres e outras patuscadas. É quando Leonardo, personagem principal do livro, encontra e depois acompanha a família de Vidinha da Rua da Vala (atual Uruguaiana) – onde residiam – até um piquenique em Cajueiros, como se diz no capítulo XI da segunda parte<sup>179</sup>, que suponho ser o bairro dos Cajueiros, nas imediações do atual Campo de Santana, onde na ocasião encontravam-se chácaras e casas de campo usados para moradia e também para lazeres na natureza.

<sup>177</sup>. DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Tomo 2, v. 3. São Paulo: Martins / EDUSP, 1972, p. 241 e 144, respectivamente.

<sup>178</sup>. CANDIDO, Antonio. Dialética da malandragem. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 8, p. 67-89, 1970, p 76.

<sup>179</sup>. ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um sargento de milícias*. Goiânia: Educart, 2009, p. 163-166.

## CAPÍTULO 5

### A REINVENÇÃO DO LAZER

A intensidade da vida social de períodos anteriores ao das sociedades capitalistas industriais pode às vezes ser subestimada. Tratando do assunto, ainda que em outros termos, Henry Loyn chamou de grosseiramente equivocadas aquelas representações sobre a Idade Média que retratam o período como uma época obscura ou de trevas, associada apenas à repressão e à violência.<sup>180</sup> É apenas um exemplo, mas que serve para pensar, reservando-se às devidas proporções, que o passado colonial do Brasil, na condição de época pré-moderna, pode às vezes receber o mesmo tratamento. Dependendo do intérprete, tudo pode ser apresentado como um momento estéril ou estático, praticamente sem vida. Todavia, estudos têm demonstrado que, sob vários aspectos, o período foi muito dinâmico e intenso. De acordo com Ilana Blaj, por exemplo, desde o final do século XVII, o comércio de especiarias e de toda uma enorme gama de gêneros alimentícios resultou em um movimento mercantil tão amplo que foi capaz de fazer consideráveis fortunas. Já ao longo do século XVIII, algumas regiões do país tiveram crescimento demográfico superior aos 400%, o que denota também celeridade nas transformações sociais.<sup>181</sup>

Referente ao período que estamos tratando, especificamente, Mary del Priore também tecera comentários mais ou menos no mesmo sentido. Tratando da vida cotidiana da primeira metade do século XIX no Rio de Janeiro, a historiadora criticou interpretações que enfatizam a penúria material ou um panorama cultural excessivamente desolador. Em sentido contrário, ela destaca a agitação das ruas, a mobilidade social e a diversidade do consumo e do mercado de trabalho. Chama atenção, por exemplo, para o burburinho das casas de pasto, dos cafés ou das lojas da Rua do Ouvidor. Nas suas palavras, enfim, “longe da Corte amorfa que, segundo os livros de história, só a partir de 1850 e 60 apresentaria mudanças significativas, o que se depreende das fontes é o cotidiano de uma cidade portuária viva”.<sup>182</sup>

---

<sup>180</sup>. LOYN, Henry (ed.). *Dicionário da Idade Média*. 2. ed., 1. reimp., Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

<sup>181</sup>. BLAJ, Ilana. Agricultores e comerciantes em São Paulo nos inícios do século XVIII: o processo de sedimentação da elite paulista. *Revista Brasileira de História*, vol. 18, n. 36, p. 281-296, 1998.

<sup>182</sup>. DEL PRIORE, Mary. A vida cotidiana do Rio de Janeiro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, ano 168, n. 436, p. 313-333, jul. / set. 2007, p. 328.

Em certa medida, estudos históricos sobre o lazer parecem se alinhar com interpretações como essas criticadas por Mary del Priore. Geralmente, mudanças significativas no âmbito do tempo livre são contextualizadas, justamente, por volta dos anos 1850 e 1860. Argumenta-se que apenas nessa época viu-se operar uma transição para novos modelos de organização do tempo livre, atribuindo-lhes características do lazer enquanto tal.<sup>183</sup> Aqui, ponderando a respeito dessas análises, gostaria de problematizá-las, tentando exibir como antes mesmo dos anos 1850, cidades como o Rio de Janeiro já experimentavam as primeiras brisas de modernidade, os primeiros sintomas de um “cosmopolitismo tropical”, para tomar emprestado a expressão de Mary del Priore, com óbvias repercussões nos modos de se organizar e fruir o tempo livre.

Já nesse sentido, talvez a primeira noção que devesse ser discutida é aquela que sugere que apenas depois de 1808, por ocasião da transferência da Corte para o Rio de Janeiro, é que a cidade ganharia ímpeto e vigor no seu desenvolvimento. É certo que após esse episódio, tal dinâmica intensificou-se muitíssimo. Conforme mencionam muitos comentaristas, a transferência da Corte Portuguesa para o Brasil tratou-se mesmo de um acontecimento histórico excepcional, sem paralelos, “o novo descobrimento do Brasil”, de acordo com a célebre expressão de Sérgio Buarque de Holanda.<sup>184</sup> Acompanhando a família real, 15 mil portugueses, cujo contingente representava, na ocasião, quase 1/3 da população total da cidade, que era de aproximadamente 50 mil pessoas. Até 1822, segundo números divulgados por Carlos Lessa, mais 4.000 famílias de estrangeiros iriam se fixar no Rio de Janeiro.<sup>185</sup> Assim, abruptamente, criava-se uma nova demanda por produtos e serviços, que intensificaria drasticamente a atividade comercial, impactando, por consequência, hábitos e costumes de toda espécie. Todo esse processo, porém, é anterior a 1850, obviamente. Mas antes mesmo da abertura dos portos, o Rio de Janeiro já vivia sob agudos impulsos de desenvolvimento. As transformações iniciaram-se quando a cidade foi elevada à condição de sede do Vice-Reinado, em 1763, o que inaugurou um novo circuito mercantil com a expansão do estoque e circulação de capitais provenientes, sobretudo, do controle fiscal sobre o minério

<sup>183</sup>. Para dois excelentes trabalhos nessa perspectiva, ver MARCASSA, Luciana. *A invenção do lazer: educação, cultura e tempo livre na cidade de São Paulo (1888-1935)*. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2002 e CAMARGO, Haroldo Leitão. *Uma pré-história do turismo no Brasil: recreações aristocráticas e lazers burgueses (1808-1850)*. São Paulo: Aleph, 2007.

<sup>184</sup>. HOLANDA, Sérgio Buarque de. A herança colonial – sua desagregação. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, t. II, vol. 1, 1983, p. 12.

<sup>185</sup>. LESSA, Carlos. O Rio de todos os Brasis. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2005, p. 77.



das Minas Gerais e da centralização do rentável tráfico negreiro, para não mencionar as novas atividades agrícolas. “Ao findar o século XVIII, pensar o Rio como uma vila colonial [...] é um completo equívoco”.<sup>186</sup>

Ao longo de todo o século XVIII, a população da cidade triplicou, saltando dos 12 mil habitantes em 1702, para mais de 43 mil em 1799. Devido à sua nova condição, logo se tornou ponto de arribada bastante frequentado por navios estrangeiros, intensificando assim o contato com produtos e mercadorias, mas também com concepções e modos de vida de outros países. Viajantes do fim do século XVIII já relatavam, nessa época, a presença de navios sob bandeira inglesa, espanhola, francesa e holandesa no litoral brasileiro, em que pese à proibição quase absoluta de estrangeiros imposta pela Metrópole. Desde o fim da década de 1770, o governo britânico, mais particularmente, já ventilava alternativas para estabelecer uma ligação mais direta com o Brasil. A independência dos Estados Unidos em 1776 e a primeira inversão da balança comercial em relação a Portugal em 1786, seguidas de outras nos anos subsequentes, intensificaram a consciência dessa necessidade.

Nesse contexto, o contrabando e o comércio ilegal, verdadeiras instituições nacionais desde aquela época, apresentaram-se, especialmente para os britânicos, mais afetados e interessados nos acontecimentos, como uma forma indireta de agir, sem precisar enfrentar abertamente Portugal, um tradicional aliado. De acordo com a análise de José Arruda:

A agressividade do comércio de contrabando cresce a partir de 1791 – ano da segunda inversão da balança comercial –, quando a presença registrada de navios estrangeiros amplia-se na barra do Rio de Janeiro, chegando ao ápice em 1800, quando 70 barcos são registrados no porto, exatamente o mesmo número de navios aí estacionados em 1808, quando foram declarados abertos os portos brasileiros. Isso significa que a partir de 1800 os portos brasileiros estão de fato abertos pela agressiva ação inglesa.<sup>187</sup>

Gilberto Freyre também comentara como no Brasil daquela época o contrabando era “considerável”, “sistematicamente praticado em larga escala”. Em pleno século XVIII, bebidas como a cerveja inglesa, cuja venda era proibida, já gozavam de grande prestígio entre parte da elite local. A consequência final, segundo ele, era que “as muitas ‘proibições’ estimulavam no Brasil o comércio ilícito”.<sup>188</sup> De fato, não poucos viajantes deixar-

<sup>186</sup>. Ibid., p. 127.

<sup>187</sup>. ARRUDA, José Jobson de Andrade. O novo imperialismo britânico e o fenômeno Brasil. *Revista USP*, São Paulo, n. 79, p. 22-33, set. / nov. 2008, p. 29.

<sup>188</sup>. FREYRE, Gilberto. *Ingleses no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000, p. 185.

nos-iam testemunhos sob este aspecto. O inglês James Tuckley, por exemplo, primeiro-tenente do navio *Calcutta*, da marinha britânica, que permaneceu no Rio de Janeiro por vinte dias, depois de ter aportado na cidade em 29 de junho de 1803, dizia:

Navios mercantes ingleses em viagem para a Índia e navios baleeiros, que passaram pelo Rio de Janeiro em busca de provisões, encontraram um verdadeiro mercado privado à sua disposição, com tecidos, manufaturas diversas, meias, chapéus, cerveja, manteiga e queijos. Os oficiais da alfândega e os oficiais dos guardas-marinhas, constantemente em contato com os navios mercantes que entram no porto, conduzem esse negócio com muito engenho e zelo.<sup>189</sup>

Por caminhos oficiais ou oficiosos, portanto, antes mesmo de 1808 estrangeiros iam visitando ou até se estabelecendo provisoriamente no Brasil. É bem verdade que a maioria dos tripulantes desses navios estabelecia contato apenas superficial com os costumes e paisagens do país, permanecendo tão somente o necessário para se tratar de doenças, obter provisões, reparar avarias ou conduzir seus obscuros negócios por períodos de tempo que oscilavam entre alguns poucos dias a até cinco meses. Mas esse íterim, por menor que fosse, era suficiente para algum nível de contato, interação e conhecimento. Eram obrigados a “ter negócios com particulares”, recorrendo ao serviço de tradutores para relacionar-se com vendedores, proprietários de casas e instrumentos, além de uma enorme gama de outros profissionais a que constantemente recorriam, como ferreiros, calafates e carpinteiros. John Barrow, por exemplo, dá notícia de um “tal senhor Phillipe”, “proprietário de uma taverna situada no lado direito da praça principal” [o Largo do Paço], que, ao que parece, era uma dessas figuras que intermediava o contato entre estrangeiros e brasileiros. Ainda segundo Barrow, o tal senhor Phillipe, “ao notar o desembarque da tripulação de um navio ancorado no porto, corre ao encontro dessa para oferecer os seus serviços como cambista, corretor de mercadorias, intérprete, médico ou hospedeiro”.<sup>190</sup>

Alguns desses estrangeiros ainda permaneciam no país após a partida de suas esquadras, como foi o caso de um marinheiro doente do navio *L’Arc-em-ciel*, que permaneceu em terra para dar continuidade ao seu tratamento de escorbuto, sob a guarda de dom Fernando

<sup>189</sup>. TUCKLEY, James Kingston. An account of a voyage to establish a colony at Port Philip in Bass’s Strait, on the south coast of New South Wales. London: Longman, Hurst, Rees, and Orme, 1805, p. 40-113. In: FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. *Outras visões do Rio de Janeiro Colonial: antologia de textos (1582-1808)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000, p. 277.

<sup>190</sup>. BARROW, John. Voyage to Conchinchina in the years 1792 and 1793. London: T. Cadell and W. Davies, 1806, cap. IV, p. 72-106. In: FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. *Visões do Rio de Janeiro Colonial: antologia de textos (1531-1800)*. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008, p. 297.

Freire, governador do Rio de Janeiro na ocasião, que prometera enviá-lo de volta à Europa tão logo tivesse se restabelecido.<sup>191</sup> O pastor protestante alemão Friedrich Ludwig Langstedt, relatou que 63 pessoas da sua frota ficaram no hospital da cidade quando da partida de todas as vinte e quatro embarcações que a compunham em direção à Índia.<sup>192</sup>

Não sabemos o destino nem a rotina desses anônimos marinheiros durante sua estadia no Rio de Janeiro. Se por ventura fossem protestantes, é possível que tenham sido “constantemente aporrinhados com a desagradável visita de dezenas de padres”, a julgar pelo relato do já citado James Tuckley. De acordo com ele, era esse, em geral, a sina dos desafortunados estrangeiros que não seguiam do Brasil junto com suas embarcações. Àquela época, ainda segundo ele, “o pio desejo que têm [os padres] de converter os heréticos beira o fanatismo quando se trata de um protestante, pois a retratação deste vale mais do que a conversão de 100 pagãos”.<sup>193</sup>

Aporrinhados ou não, é provável, de todo modo, que esses estrangeiros, entre os meados do século XVIII e inícios do XIX, tenham se relacionado de diferentes maneiras com a gente local. Outros estrangeiros que aqui permaneceram por diferentes razões o fizeram. Foi o caso do famoso batedor de carteiras e falsário inglês James Jardy Vaux, que permaneceu no Rio de Janeiro por três meses entre maio e julho de 1807, após ter desembarcado do *HMS Buffalo*, que o levava de volta à Inglaterra depois de cumprir pena de exílio na Nova Gales do Sul. Segundo conta em suas memórias, no Brasil tentou adquirir noções mínimas da língua portuguesa. Graça a isso, diz-nos Vaux, “pude ampliar o meu conhecimento do lugar e estabelecer contato com inúmeros habitantes locais”. De fato, nas vizinhanças da estrada dos Macacos, onde estava instalado junto com a família de Philip King, governador que o contratara como secretário, fez amizade com uma família de senhoras: dona Joaquina Rosa de Lace, viúva de um oficial militar que serviu à Coroa, bem como suas filhas Ana, Preciosa, Joaquina e Joanina. Da primeira, inclusive, o velhaco angariou a simpatia, a tal

---

<sup>191</sup>. SONNERAT, Pierre. *Voyage aux Indes Orientales et à la Chine*. Paris: Dentru, Imprimeus-libraire, 1806, vol. 4, p. 1-60. In: FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. *Outras visões do Rio de Janeiro Colonial: antologia de textos (1582-1808)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000, p. 188-220.

<sup>192</sup>. LANGSTEDT, Friedrich Ludwig. Rio de Janeiro, em 1782. In: MALTE-BRUN. *Voyage à la Conchinchine*, 1789, cap. III, p. 137-149. In: FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. *Visões do Rio de Janeiro Colonial: antologia de textos (1531-1800)*. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008, p. 232.

<sup>193</sup>. Tuckley, op.cit., p. 262.

ponto que, na despedida, “ela deixou temporariamente de lado o seu extremo decoro e permitiu que eu desse um apaixonado beijo em seus lábios”.<sup>194</sup>

Durante sua estadia, foi convidado – ou acompanhou os convidados – para muitos divertimentos públicos e privados, “grandes festas patrocinadas por apreciadores de música” e “adornadas por deliciosos concertos vespertinos”. Além disso, através de suas respeitáveis amigas, obteve permissão para frequentar a Ópera. Nessas ocasiões, “como tinha imensa dificuldade em entender o enredo ou os diálogos, procurei satisfazer-me contemplando a *vista*, que se mostrou bastante interessante”.<sup>195</sup>

Provavelmente James Vaux não foi o único a valer-se da sua astúcia para burlar o sistema de vigilância que pairava sobre os estrangeiros e integrar-se minimamente na vida social da capital da colônia. Sequer a companhia de oficiais ou soldados, que só deviam abandoná-los quando retornassem às embarcações, parece ter sido capaz de impedir inteiramente isso, afinal, conforme nos ensina sugestivamente James Tuckley:

Nem as barras de ferro dos conventos são tão duras como diamantes, nem os muros tão altos que não possam ser escalados. Para mais, os olhos vigilantes do dragão que guarda a fruta do jardim das Hespérides já foram, por mais de uma vez, iludidos pela astúcia britânica ou postos para dormir pelo ouro brasileiro.<sup>196</sup>



Figura 10 – Johann Moritz Rugendas, *Porto de Estrela*, gravura (1835).

No fundo da baía de Guanabara, sob o pincel de Rugendas, o Porto de Estrela aparece agitado e muitíssimo movimentado, apesar de ter registrado más impressões sobre os serviços do lugar, no que seria contrariado por outros viajantes.

<sup>194</sup>. VAUX, James Hardy. *Memoirs of James Hady Vaux*. London: W. Clowes, 1819, p. 117-126. In: FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. *Outras visões do Rio de Janeiro Colonial: antologia de textos (1582-1808)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000, p. 301 e 308, respectivamente.

<sup>195</sup>. *Ibid.*, p. 303 e 307, respectivamente.

<sup>196</sup>. Tuckley, *op.cit.*, p. 266-267.



Figura 11 – Tomas Ender, *Veículo de passeio na baía do Rio de Janeiro* (1817-1818).

Este o transporte fartamente utilizado pelo menos ao longo das três primeiras décadas do século XIX para passeios e excursões pelas ilhas ou praias dos arredores do Rio de Janeiro.

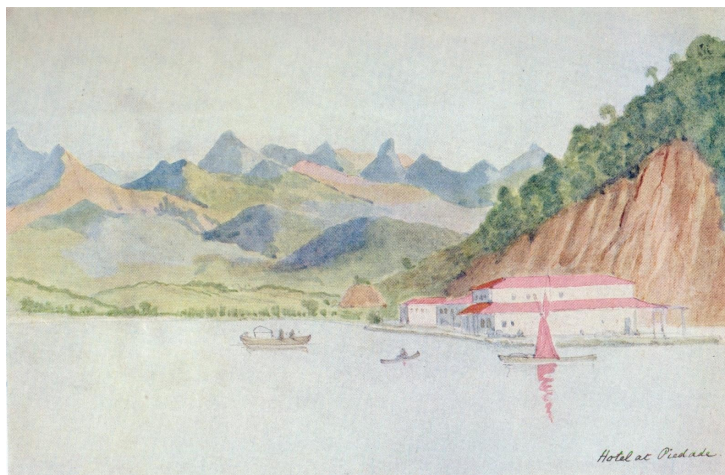


Figura 12 – Anônimo. *Hotel at Piedade*. Aquarela (1839).

Hotel próximo ao Porto de Estrela, evidenciando a existência de uma estrutura de lazer no período.

Claro que Tuckley e Vaux podem ter se beneficiado de uma época mais ou menos oportuna. No início do século XIX, sob o vice-reinado do Conde de Aguiar, a pressão política de outros impérios pela exploração, comércio e intercâmbio com as colônias portuguesas já havia induzido uma significativa diminuição do zelo com que Portugal edificava barreiras entre o Brasil e o resto do mundo. Vimos, inclusive, como nessa época, apesar da proibição oficial, já havia considerável presença de navios estrangeiros na barra do Rio de Janeiro.

Mesmo antes dessa fase, contudo, temos notícias de esforços relativamente bem-sucedidos de alguns estrangeiros para conhecer e interagir com a vida do Brasil. Samuel Holmes, por exemplo, soldado da guarda privada do lorde inglês Georges Macartney, que em

1792 foi enviado para a China a fim de estabelecer relações diplomáticas, chegou ao Rio de Janeiro em 30 de novembro daquele ano, permanecendo pouco mais de quinze dias na cidade. Holmes parece ter se incomodado com a estreita vigilância sobre os estrangeiros, sobretudo depois de ter avaliado que as mulheres cariocas eram, nas suas palavras, “bastante inclinadas ao amor”. Apesar dos aparentes inconvenientes, ele também sugere ter encontrado maneiras de ludibriar as autoridades, pois, ao fim da sua curta permanência na cidade, conclui, um tanto enigmaticamente, que “o viajante que estiver disposto *a trilhar certos caminhos* e despende algum dinheiro, consegue divertir-se no Rio de Janeiro”.<sup>197</sup>

Em tempos ainda mais afastados da abertura dos portos, quando foi revogada a proibição para estrangeiros de várias nacionalidades, têm-se notícias da interação dos estrangeiros. O já citado Sydney Parkinson, por exemplo, relata-nos a maneira pela qual ele e alguns de seus companheiros de viagem burlavam tais normas proibitivas nos idos de 1768.

Não obstante todas as precauções do vice-rei, conseguimos, em larga medida, satisfazer a nossa curiosidade. Obtivemos um razoável conhecimento do rio e do porto, por meio das diversas visitas de serviço que fizemos à terra. Frequentemente, também, escapulíamos pela janela da cabine e, utilizando um cabo, descíamos até um bote. Aproveitando a maré, seguíamos para longe dos ouvidos do sentinela e remávamos em direção a uma parte menos freqüentada do porto. Aí desembarcávamos e fazíamos breves excursões pela vizinhança da cidade – infelizmente, nunca íamos tão longe como desejávamos.<sup>198</sup>

Assim, explorando a sua maneira territórios da cidade, viajantes estrangeiros iam satisfazendo suas curiosidades sobre o até então pouco conhecido Brasil. Nesse sentido, entendimentos que destacam períodos anteriores a 1850 como marcados apenas pelo isolamento podem ser ao menos em parte relativizados. Da mesma forma, a suposta ausência de infra-estrutura ou de sistemas razoavelmente organizados para o oferecimento de serviços em geral, pode ser problematizada, o que evidentemente se aplica aos lazeres. Nessa época, não faltarão, por certo, referências à falta de divertimentos públicos; às vendas infétidas e às cozinheiras porcalhonas; aos hospedeiros de maneiras rude, “quase tão ignorantes quanto,

<sup>197</sup>. HOLMES, Samuel. The journal of Mr. Samuel Holmes. London: W. Bulmer and Co., 1978, p. 15-21. In: In: FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. *Outras visões do Rio de Janeiro Colonial: antologia de textos (1582-1808)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000, p. 254.

<sup>198</sup>. PARKINSON, Sydney. A journal of a voyage to the south seas. London: Stantifield Parkinson, 1973, p. 3-5. In: FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. *Outras visões do Rio de Janeiro Colonial: antologia de textos (1582-1808)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000, p. 223.

talvez, o possa ser um ente humano proximamente idiota e em extremo supersticioso”<sup>199</sup>; aos “miseráveis abrigos”, infestados de teias de aranha, carrapatos, ratos e morcegos; ou às acomodações que não ofereciam o menor conforto, com “cômodos muito sujos, com provisões e peças de roupa ordinárias espalhadas por toda a parte, numa desagradável confusão”.<sup>200</sup>

Tudo isso existia e compunha boa parte do cotidiano de quem pretendia viajar pelo país. Entretanto, creditar toda a verdade a descrições assim significaria deixar escapar as nuances, desprezando os registros de instalações “decentes”, “limpas” e “confortáveis”, “inteiramente de acordo com nossos hábitos europeus”, conforme dissera Robert Walsh a respeito de um rancho em Minas Gerais, “mantido por um homem prestimoso e jovial, que se mostrou muito atencioso para conosco”.<sup>201</sup> Falta a referência às “estradas mais largas e melhores”, como dizia Luccock em 1817 com relação aos caminhos de Pegado até “Pampúlia” (na grafia da época), em Minas Gerais.<sup>202</sup> Falta também a referência aos lugares em que estrangeiros podiam até mesmo se surpreender regalados com admiráveis vinhos tintos, delicados doces de compota, talheres de prata, toalhas de mesa de linho e uma série de outros artigos de luxo.

Faltam ainda as circunstâncias intermediárias, que misturavam sujeira e elegância, luxo e decadência, desafiando de certo modo a generalização unificadora, como o de uma hospedaria em Ilhéus, também em Minas Gerais, que servia jantares com talheres de prata, ao mesmo tempo em que tinha quartos com paredes borolentas, infestadas de insetos, mas com “uma cama com colchão de palha de milho, sobre o qual estavam estendidos lençóis bordados, de algodão, e um belo acolchoado de várias cores”, em instalações que “se aproximava bastante do que se poderia chamar de uma razoável hospedaria para os viajantes”, dizia o comerciante Luccock.<sup>203</sup>

A generalização que dissolve o específico, deixa às vezes de registrar também estabelecimentos de relativa reputação como o restaurante *Wullfing*, em referência ao sobrenome de seu proprietário, o alemão Friedrich, localizado à Rua dos Ourives, já no Rio de Janeiro. Segundo Ernest Ebel, alemão que esteve no Rio de Janeiro prestando serviços

<sup>199</sup>. LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio-de-Janeiro e partes meridionais do Brasil*: tomadas durante uma estada de dez anos nesse país, de 1808 a 1818. São Paulo: Martins, 1942, p. 250.

<sup>200</sup>. WALSH, Robert. *Noticias do Brasil (1828-1829)*. Belo Horizonte / São Paulo: Ed. Itatiaia / Ed. da Universidade de São Paulo, 1985, 2v, p. 29.

<sup>201</sup>. Ibid., p. 53.

<sup>202</sup>. Luccok, op.cit, p. 259.

<sup>203</sup>. Ibid., p. 54-55.

militares em 1824, era este o local em que a Imperatriz mandava buscar suas refeições sempre que vinha à cidade.<sup>204</sup> Jean Baptiste Debret, no mesmo sentido, mencionou que “em 1817 a cidade do Rio de Janeiro já oferecia aos gastrônomos recursos bem satisfatórios [...] um certo número de casas de comestíveis, bem abastecidas de massas delicadas, azeites super finos, frios bem conservados e frutas secas de primeira qualidade”. Tratava-se, segundo ele, de padarias e empórios “florescentes”, “responsáveis por refeições magníficas”, “banquetes e serviços particulares delicadamente executados”, localizados “vantajosamente no centro comercial da cidade” e frequentados especialmente por ingleses, alemães, italianos e portugueses.<sup>205</sup>

Em meados da década de 1820, do mesmo modo, já se registrava ao menos sete hotéis na cidade, para não mencionar albergues e pensões: o *O’Brion* e o *Ravot*, na Rua do Ouvidor; o *Balger* (ou *Bulcher*, de acordo com a fonte), na Rua do Rosário; o *l’Empire* e o *Campbell*, na famosa Rua Direita e o *Du Nord* e o *Ship*, do qual encontrei referências, mas não as localizações precisas. Não importa tanto que registros como os de Schlichthorst os avaliassem como “péssimos”, com “preços exorbitantes”, “comidas intragáveis” e “ínfimos vinhos portugueses e espanhóis, vendidos cinicamente como Porto e Madeira”.<sup>206</sup> O fato concreto é que tais estruturas estavam lá, disponíveis à comercialização de quem o desejasse; pessoas que, inclusive, às vezes não concordariam com o diagnóstico de Schlichthorst.

Nessa mesma época mencionavam-se vendas bem sucedidas nos arredores do Rio de Janeiro. Ernest Ebel, por exemplo, citava o estabelecimento de um brasileiro nas imediações do Porto de Estrela, que segundo o alemão, estava “fazendo bons negócios, tal a afluência de mineiros que aqui vêm ter”. Subindo a Serra da Estrela, em direção onde atualmente se encontram as cidades de Petrópolis e Teresópolis, ele citava ainda, nos mesmos termos, “a venda de um alemão, Meyer, casado com brasileira e [que] está ganhando bem”. Ali, segundo ele, podia-se comer “um saboroso peixe, acabado de pescar”, ou então “uma garrafa de excelente Pôrto”.<sup>207</sup> Já na década seguinte, só para permanecermos nos arredores do Rio de Janeiro, haveria notícias da construção do *Hotel do Porto de Piedade*, no fundo da baía

<sup>204</sup>. EBEL, Ernst. *O Rio de Janeiro e seus arredores em 1824*. São Paulo: Editora Nacional, 1972, p. 149.

<sup>205</sup>. DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Tomo 2, v. 3. São Paulo: Martins / EDUSP, 1972, p. 197-198.

<sup>206</sup>. SCHLICHTHORST, C. *O Rio de Janeiro como é (1824-1826): uma vez e nunca mais*. Brasília: Senado Federal, 2000, p. 72.

<sup>207</sup>. Ebel, op.cit., p. 157-158.



de Guanabara. Um coronel de nome Custódio Ferreira Leite seria o responsável pela iniciativa, cuja motivação era atender o crescente movimento das estradas da região em decorrência do comércio de especiarias que trafegavam por ali (Figura 12).

De maneira análoga, os transportes, que por volta de 1816 via o início do oferecimento de serviço de carruagens a cavalo ligando o Centro a Botafogo, prestigiado local de residência no campo, mas que servia também de palco para divertimentos como os banhos de mar ou as corridas de cavalo na praia, organizadas especialmente por ingleses mais ou menos nessa época.<sup>208</sup> Em 1819, segundo relato de Henry Chamberlain, militar inglês que esteve no Brasil entre 1819 e 1820, já se registrava barcas que faziam a dois vinténs por pessoa a travessia entre o Rio de Janeiro e a Praia Grande (atual cidade de Niterói).<sup>209</sup> Além disso, até por causa dessa travessia regular, a Praia Grande começava a ser procurada como instância de descanso e de lazer, tornando-se mesmo um “ponto de romaria dos habitantes europeus do Rio quando querem fazer aos domingos alguma excursão de recreio”, de acordo com a descrição de Carl Seider, aventureiro alemão que passou dez anos no Brasil movido pela esperança de fazer fortuna rápida.<sup>210</sup> É possível que o crescimento da região esteja em larga medida ligado aos seus usos lúdicos e recreativos. Debret aventou explicitamente essa hipótese ao tratar e retratar as paisagens do lugar. Segundo ele:

É a salubridade de sua situação que esta cidade deve o seu crescimento; muitos proprietários de terrenos construíram na praia uma série de pequenas habitações, nas quais se encontram todas as comodidades desejáveis para passar a estação da grande canícula e tomar banhos de mar. Os convalescentes aí vão se restabelecer, respirando o ar puro que penetra, sem obstáculos, pela entrada da enseada. O seu mercado é abundantemente abastecido e, ademais, têm-se a qualquer momento os recursos, variados das hortas e chácaras. O verde permanente de seus arrabaldes pitorescos convida à visita e dá um objetivo agradável aos passeios a cavalo, recomendados como exercício saudável. Nos domingos e festas as reuniões são muito concorridas; a música e a dança constituem o divertimento da noite.<sup>211</sup>

Essa multiplicidade de situações exige que se determine com maior precisão as circunstâncias específicas do modo de fruição do tempo livre. Isso seria capital para saber

<sup>208</sup>. MELO, Victor. *Cidadesportiva: primórdios do esporte no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará / Faperj, 2001.

<sup>209</sup>. CHAMBERLAIN, Henry. *Vistas e costumes da cidade e arredores do Rio de Janeiro em 1819-1820*. Rio de Janeiro: Kosmos Erich Eichner & CIA., 1943, p. 77.

<sup>210</sup>. SEIDER, Carl. *Dez anos no Brasil*. São Paulo: Martins, 1951, p. 32.

<sup>211</sup>. Debret, op.cit., t. 1, vol. 2, p. 146.

se, de fato, existia ou não lazer no Brasil antes de 1850. Com esse intuito, deveríamos perguntar em que medida afirmações dos estrangeiros correspondiam à realidade que tentavam descrever, uma vez que o material produzido por essas personagens têm sido bastante utilizado para a reconstituição e análise histórica de períodos anteriores a 1850, especialmente no que diz respeito aos costumes e formas de sociabilidade, como é o caso mesmo desse trabalho agora. A particularidade, sob este aspecto, é que pessoas diferentes, referindo-se basicamente às mesmas coisas, podem relatar impressões diametralmente opostas. Isso aconteceu em várias oportunidades com relação a diversos aspectos. O clima, por exemplo, para alguns era de ar fresco e saudável; para outros, um tormento quente e insalubre. Para Georges Keiths, por exemplo, viajante pouco conhecido que chegara ao Rio de Janeiro a bordo do brigue de guerra britânico *Protector*, a cidade era saudável, apesar do clima quente.<sup>212</sup> Mais ou menos do mesmo modo, para Frierrich Langsted, o tempo era tão quente e agradável que lembrava os mais belos dias de maio de sua terra, que não sabemos qual era.<sup>213</sup> Para Samuel Holmes, em contrapartida, o ar era composto por “vapores envolventes de uma atmosfera sufocante”.<sup>214</sup>

A qualidade da água da cidade, do mesmo modo, chegou a ser inclusive assunto de discordância textual explícita entre viajantes, como muitos outros temas, aliás. Frierrich Langsted, nesse sentido, registrou em suas notas de viagem que a água da cidade, “nem tem um gosto ruim nem é tão nociva como dizem alguns relatos de viagem”.<sup>215</sup> Da mesma forma o comportamento das mulheres, que para alguns era pudico e decoroso, enquanto para outros era “propenso a galanterias” ou “bastante inclinado ao amor”. Na peleja interpretativa, Arthur Phillip, almirante designado para governar os primeiros núcleos da futura Austrália, confessa que não achou as mulheres locais tão complacentes como queriam alguns estrangeiros<sup>216</sup>, ao mesmo tempo em que Watkin Tench, tenente-capitão que viajava na mesma expedição, contraria as declarações do “dr. Solander e um outro senhor do navio do capitão Cook”, e resigna-se com o fato de nem ele, nem nenhum dos membros da sua tripulação chegarem a ter visto sequer uma senhora atirar flores sobre os estrangeiros a título

<sup>212</sup>. KEITH, George Mouat. *A voyage to South América*. London: Richard Phillips, 1810, p. 21-27. In: FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. *Outras visões do Rio de Janeiro Colonial: antologia de textos (1582-1808)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000, p. 290.

<sup>213</sup>. Langstedt, op.cit., p. 226.

<sup>214</sup>. Holmes, op.cit., p. 254-255.

<sup>215</sup>. Langsted, op.cit., p. 227.

<sup>216</sup>. PHILLIP, Arthur. *The voyage of Governor Phillip to Botany Bay*. London: John Stockdale, 1789, cap. IV, p. 29-35. In: FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. *Visões do Rio de Janeiro Colonial: antologia de textos (1531-1800)*. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008, p. 241.

de declaração amorosa. Segundo admite: “fomos infelizes ao ponto de, todas as tardes, caminharmos sob os balcões e janelas sem sermos honrados com nenhum buquê”.<sup>217</sup>

Claro que poderíamos pensar, não sem alguma razão, que cada uma dessas impressões sobre cada um desses aspectos da vida no Rio de Janeiro foi resultado do conhecimento da cidade em circunstâncias peculiares. A época em que Samuel Holmes esteve na cidade, pode ter sido muito mais quente e úmida do que a época em que Georges Keiths a visitava, talvez por resultado da ação de algum desconhecido fenômeno meteorológico, talvez uma espécie de *El Niño* pré-industrial. Existe também a real possibilidade de cada viajante ter se submetido a experiências significativamente diferentes, o que resultaria, por suposto, em descrições antagônicas. Enquanto uns podem ter tido a sorte de cruzar com senhoras amáveis e gentis, outros podem ter tido o azar de hospedar-se em casa de gente rude e arrogante, o que mudaria sensivelmente suas avaliações sobre o caráter do povo local. Mas existe também a possibilidade de cada um desses viajantes simplesmente ter encarado suas respectivas experiências sob pontos de vistas radicalmente distintos. Assim, enquanto para James Vaux, o batedor de carteiras, tudo parecia agradabilíssimo, a ponto de estar disposto, com grande prazer, nas suas palavras, a despendar o resto dos seus dias na América do Sul<sup>218</sup>, para Samuel Holmes, o soldado de guarda privada do lorde Georges Macartney, a cidade era mal construída e o palácio do vice-rei “arquitetonicamente medíocre”. Os habitantes locais, “mergulhados na ociosidade e no deboche”, eram “hipócritas e dissimulados [...] supersticiosos, ignorantes, ricos, preguiçosos, orgulhosos e cruéis”, além de indolentes e vaidosos.<sup>219</sup>

Tratam-se simplesmente de pontos de vista irreconciliáveis. De acordo com as suas respectivas trajetórias biográficas, origens de classe, expectativas e escala de valores, o que para uns poderia ser insuportável, para outros seria apazível e corriqueiro.<sup>220</sup> E o mesmo poderia se pensar sobre o modo de avaliar o conforto, as instalações ou a qualidade e

<sup>217</sup>. TENCHA, Watkin. A narrative of the expedition to Botany Bay. London: J. Debrett, 1789, cap. V, p. 20-31. In: FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. *Visões do Rio de Janeiro Colonial: antologia de textos (1531-1800)*. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008, p. 258-259.

<sup>218</sup>. Vaux, op.cit., p. 307.

<sup>219</sup>. Holmes, op.cit., p. 253-254.

<sup>220</sup>. Até o que será alvo de observação é influenciado por essas características. Evidentemente, só o que lhes surpreendia ou tinha valor especial *a seus olhos* era incorporado e tratado nos seus relatos e narrativas. A diversidade de origens e ocupações corresponde à variedade de percepções sobre a cidade. Dessa forma, a característica do relato estará muito relacionada às origens sociais ou as atribuições ocupacionais do interlocutor. Caso fosse um militar, o relato tendia a concentrar-se, sobremaneira, em detalhadas descrições de instalações militares, na capacidade de defesa da cidade ou no contingente de soldados, sublinhando seus uniformes e formas de organização. Caso fosse um naturalista ou pintor de paisagens, seu interesse tenderia mais claramente à descrição da natureza propriamente dita.

quantidade dos serviços de lazer oferecidos durante as viagens. Rugendas, por exemplo, por volta dos anos 1830, avaliou o Porto de Estrela, na baía de Guanabara, muito visitado à época, como um lugar onde o europeu deve “despir-se, não raro por muito tempo, de todas as facilidades e comodidades da vida européia”.<sup>221</sup> Não seria essa, contudo, a opinião de Lucock. Quando visitou o local pela segunda vez, em 1816, anotou que a aldeia gozava, na ocasião, “da variedade de confortos que a riqueza crescente do lugar lhe tinha permitido reunir”.<sup>222</sup> O movimento de tropeiros, crescente, provavelmente estimulou a abertura de negócios como hotéis e tabernas.

Desse modo, convivendo conflituosamente com descrições que maldizem instalações e condições de viagem em geral, as que falam de quartos decentes, em estalagens que tentam fazer jus ao nome, com paredes faustosamente pintadas, como aquela em que o reverendo Walsh se hospedou em Valença, no interior do Rio de Janeiro, que contava com uma sala de jantar, “mobiliada caprichosamente com cadeiras verdes e frisos dourados, uma mesa coberta com um oleado, um espelho e cortinas nas janelas”.<sup>223</sup> Os caminhos para aquelas regiões, nas imediações de Vassouras, segundo seu relato, eram “de tantos recursos como qualquer estrada inglesa afastada da capital ou de outras grandes cidades”.<sup>224</sup> Em 1828, referindo-se a uma venda em Jacutinga, localizada a aproximadamente quarenta quilômetros da capital, diz ser um lugar que mais parecia um grande armazém, “onde se vende tudo, como as lojas do interior da Inglaterra”. Ali, o britânico e seus acompanhantes puderam fazer “substanciosa refeição”. E apesar de isolado, “era ali o empório que supria todo o distrito, tendo em estoque tudo o que o povo precisava”.<sup>225</sup>

Nessa perspectiva ainda, Lucock, durante sua estadia em “Pirasenunga” (sic), conta como foi sua chegada à venda em que ia se hospedar. O amigo que lhe acompanhava já havia jantado. “Outro jantar, porém”, relata-nos, “foi imediatamente encomendado, servido com notável rapidez”. Logo em seguida, “indicaram-me um pequeno cômodo, faustosamente pintado com terras nacionais e no qual se achava uma elegante cama com cobertas e travesseiros de algodão fino, enfeitado com trabalhos de agulha e orlado de

<sup>221</sup>. RUGENDAS, Johann Moritz. *Viagem pitoresca através do Brasil*. São Paulo: Martins Fontes / EdUSP, 1972, p. 21.

<sup>222</sup>. Lucock, op.cit., p. 226.

<sup>223</sup>. Walsh, op.cit., p. 40.

<sup>224</sup> Ibid., p. 37.

<sup>225</sup>. Ibid., p. 27.

renda de Bruxelas”. Em outra viagem, no caminho em direção ao rio São João, conta ter se hospedado em acomodações de “singular conforto”. Segundo ele:

o jantar era muito bem preparado e servido sôbre uma mesa. Encontramos também camas de estrado de madeira e esteiras limpas e, conquanto estivesse o dormitório atravancado de canastras e arreios, havia espaço bastante para que nos deitássemos e desfrutássemos de um repouso grato e seguro.<sup>226</sup>

Todas essas impressões contrastam-se vivamente com imagens de escassez e de penúria. Mesmo antes dos viajantes oitocentistas, homens do século XVIII, como Pierre Sonerat, sem desenvolver nenhuma especial simpatia pela gente do Brasil, já que fez comentários bastante duros a alguns dos costumes locais, sobretudo à ociosidade e a falta de espírito industrioso, consegue, assim mesmo, ter olhos para aspectos positivos. Classificara a casa que alugou para sua permanência de quase 30 dias como “uma estadia cômoda e saudável”. Mais ainda, fala do Rio de Janeiro como cidade capaz de promover uma vida prazerosa, onde “não falta nada do que é essencial e agradável à existência”. Interessante também aos propósitos do debate que estou sugerindo é sua postura relativamente sensível às peculiaridades locais, que afirma serem as “diferenças de qualidade em certos produtos, diferenças comuns em todo mundo”.<sup>227</sup>

Além de Sonerat, outros reconheceram a relatividade em torno do julgamento dos serviços, do conforto e dos padrões de sociabilidade. John Barrow, por exemplo, reconhecia que “os hábitos diferem segundo países, e o julgamento dos costumes de um determinado povo, quando formulado a partir de testemunhos oculares, pode ser profundamente equivocado”.<sup>228</sup> Daniel Kidder, nesse mesmo sentido, afirmava que “como em todas as partes do mundo, a maneira de viver de cada um varia, conforme as suas condições, desde a mais requintada etiqueta dos ricos até os hábitos simples e rústicos do povo”. Sob este aspecto, depois de ter “privado com famílias brasileiras de distinção”, Kidder se convencera de que “os brasileiros sabem perfeitamente apreciar os artigos finos que o comércio lhes apresenta”.<sup>229</sup> Luccock, mais ou menos nos mesmos termos, também reconheceu que a provisão de certas regiões não era propriamente parca. Ao invés disso, tratava-se tão somente,

<sup>226</sup>. Luccock, op.cit., p. 236.

<sup>227</sup>. Sonnerat, op.cit., p. 210 e 216, respectivamente.

<sup>228</sup>. Barrow, op.cit., p. 303-304.

<sup>229</sup>. KIDDER, Daniel Parish. *Reminiscências de viagens e permanência no Brasil: Rio de Janeiro e província de São Paulo*. Brasília: Senado Federal, 2001, p. 88-89.

nas suas palavras, de “idéias diversas das nossas no que tange à questão de conforto e regalo”.

<sup>230</sup> São palavras de um homem aparentemente diferente daquele que desembarcou no país em 1808, estupefato com as diferenças de costumes. Talvez aqui a postura do inglês já não demonstrasse querer encontrar a Inglaterra no Brasil, como muitos de seus conterrâneos foram criticados por fazer. Mas se por acaso ainda o quisesse, bastaria caminhar até a Rua Direita (atual Primeiro de Março), que desde os fins do século XVIII abrigava lojas e armazéns “dignos das cidades da Europa”, conforme dissera o criado pessoal do intendente da missão britânica que se dirigia à China, Aeneas Anderson; lugar onde se encontrava lojas “repletas de tecidos de Manchester e de outras mercadorias inglesas”, segundo avaliação de George Satauton, da mesma comitiva.<sup>231</sup> O Rio de Janeiro, de fato, desde essa época já não era uma vila colonial isolada do mundo.

Além da sensibilidade às diferenças, as condições objetivas oferecidas ao viajante também concorriam para a natureza variada das suas impressões. Eram situações bastante plurais, algumas, de fato, inteiramente miseráveis, outras, contudo, faustosas e até quem sabe agradáveis. Os próprios viajantes poderiam perceber tamanha diversidade. Rugendas foi um dos que chamara atenção para o convívio contrastante de cidades com poucos recursos e outras com muitas comodidades, esboçando, inclusive, uma explicação para o quadro. Barbacena, em Minas Gerais, por exemplo, parecia-lhe abastada e “industrial” – o que era um elogio nada desprezível para a época. A razão para essa situação, segundo interpretação do próprio Rugendas, era o intenso comércio existente entre Minas Gerais, Goiás e Rio de Janeiro, que animava e mantinha a passagem de grande número de tropas pela cidade, trazendo e levando suas mercadorias. Do mesmo modo e pelos mesmos motivos, a cidade de São João del Rei, com cerca de oito mil almas à época, com suas ruas “todas calçadas” e lojas “bem providas de mercadorias européias, de fazendas e artigos de luxo”. Rugendas, em outras palavras, sugeria que a condição de entreposto comercial favorecia o luxo e a riqueza, sem, todavia, garantir-lhes necessariamente. Para ele, “quanto mais nos afastamos dos portos de mar, maior simplicidade encontramos”.<sup>232</sup>

<sup>230</sup>. Luccock, op.cit., p. 253.

<sup>231</sup>. ANDERSON, Aeneas. A narrative of the British embassy to China in the years 1792, 1793 and 1794. London: J. Debrett, cap. I, p. 16-24. In: FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. *Visões do Rio de Janeiro Colonial: antologia de textos (1531-1800)*. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008, p. 271.

<sup>232</sup>. Rugendas, op.cit., p. 30.

Correspondências históricas entre o afastamento dos portos e o aumento da simplicidade dão credibilidade às conclusões do pintor alemão. Em São Paulo, já uma cidade com comércio relativamente dinâmico, Daniel Kidder instalara-se numa hospedaria sob direção de um “tal Charles”, francês casado com portuguesa, onde, segundo ele, podiam quedar-se “confortavelmente instalados”.<sup>233</sup> Luccock, na sua primeira visita à Magé, na companhia de um professor inglês de medicina e química, após uma grata e faustosa refeição preparada na venda da cidade, conta que os levaram a um aposento em que havia uma cama para cada um, “munido ainda dos demais confortos necessários”. Tais “confortos necessários” seriam uma mesa, “juntamente com um castiçal, um espelho, um jarro d’água, e uma garrafa com dois quartilhos de aguardente francesa”. Não é de espantar. Tratava-se, segundo Luccock, de “uma das localidades mais importantes das vizinhanças da capital”, “bem situada”, com “várias ruas bem arrumadas, muitas casas de superior qualidade, um bom mercado de peixe e uma ótima igreja”.<sup>234</sup>

Assim, parece que os próprios viajantes podiam reconhecer e ter plena consciência da diversidade de situações que poderiam envolvê-los. Sabiam que uma viagem até Cuiabá não era o mesmo que uma viagem até Vassouras, assim como um passeio pela ilha do Governador era diferente de uma expedição até o Piauí. Estavam certos na distribuição desigual entre precaução e relaxamento em cada uma dessas circunstâncias, afinal, excursões pelos arredores das principais cidades à época poderiam dispor de relativa abundância de serviços de apoio e estrutura para o lazer. São as nuances que às vezes escapam.

Ainda em 1816, evidenciando sutilmente a existência de uma pequena rede comercial nesse sentido, Luccock conta-nos ter alugado uma lancha para excursionar pela baía de Guanabara a fim de “fazer observações”. Em ocasiões assim, segundo ele, alugam-se embarcações “com o mesmo cuidado e tal variedade de confortos como se se destinara a tomar o oceano”.<sup>235</sup>

O pintor austríaco Tomas Ender, que esteve no Brasil entre 1817 e 1818, registrou em imagens uma dessas embarcações. Tratava-se de um meio de transporte relativamente simples, às vezes impulsionado por remos, mas também dotado de velas, para os dias de melhor vento. À sua traseira, uma pequena cobertura, para abrigar parte dos

---

<sup>233</sup>. Kidder, op.cit., p. 158.

<sup>234</sup>. Luccock, op.cit., p. 230.

<sup>235</sup>. Ibid., p. 222.

passageiros das intempéries climáticas (Figura 11). Localizavam-se principalmente junto ao Arsenal, que Ernest Ebel classificou como “o principal logradouro para a locação de transportes por água”. O preço do serviço, em 1824, oscilava entre alguns poucos vinténs até 480 réis, de acordo com o tamanho, qualidade e estado de conservação das embarcações, ou até mesmo as circunstâncias da viagem. “Na companhia da ralé”, explica Ernest Ebel, a travessia até a margem direita da baía de Guanabara, três quartos de légua de distância e com duração aproximada de uma hora, custava em média 40 réis (valor e condições confirmadas por Carl Seider). “Convém, portanto, fretá-las individualmente mesmo a 320 réis ou uma pataca”.<sup>236</sup>

O alemão C. Schlichthorst, que entre 1824 e 1826 esteve no Brasil servindo às tropas militares, não parece ter dado ouvido a tais recomendações. Acabou por descrever-nos de modo totalmente diverso o interior de uma dessas embarcações, “das mais frágeis que existem” segundo ele, “cheia de gente de toda espécie”. De acordo com Schlichthorst, uma vez dentro do barco, “cada qual procurava um cantinho sob o palheiro que a cobria à meia-nau, a fim de se defender dos raios do sol e de qualquer chuva inopinada [...] Gordíssima negra estabelecera à proa da embarcação uma cantina ambulante, servindo-nos excelente café”.<sup>237</sup>

A avaliação de Daniel Kidder, por seu turno, aponta outra direção, mas próxima das de Luccock. Para ele, que seguiu o exemplo de muitos viajantes da época e também se valeu desses serviços, os barcos oferecidos eram bem “proporcionados” e capazes de conduzir seus passageiros, conforme ele mesmo diz, “tão rápida e confortavelmente quanto poderíamos ter desejado”. À sua época, em meados da década de 1830, Kidder menciona já uma oferta bastante abundante nesse sentido.

Quando chegamos ao ponto onde devíamos tomar a embarcação, fomos, como de costume, assaltados por cerca de cinquenta barqueiros, em tremenda concorrência, oferecendo botes, faluas ou canoas e enaltecendo os seus serviços; todos reclamavam preferência e alardeavam a superioridade dos seus barcos. Esses homens pertencem a numerosa classe de escravos adestrados no mister de catraieiros e empregados no transporte de passageiros no interior da baía.<sup>238</sup>

<sup>236</sup>. Ebel, op.cit., p. 59 e 88, respectivamente.

<sup>237</sup>. Schlichthorst, op.cit., p. 216-218.

<sup>238</sup>. Kidder, op.cit., p. 157.



Não deriva daí, evidentemente, que toda aquela “numerosa classe de escravos que se empregavam no transporte de passageiros”, o fizesse sempre atendendo homens motivados por intenções de lazer e divertimento. A maioria das pessoas, provavelmente, deveria buscá-los com finalidades diversas, que diziam respeito, inclusive e talvez sobretudo, a necessidades de caráter mais laboral. Todavia, é certo que alguns os procuravam a fim de garantir os meios para os seus passatempos, quer fosse “fazer observações”, quer fosse divertir-se “em traçar esboços das paisagens por meio de uma câmara escura”<sup>239</sup>, como fazia “um senhor” que ia junto ao barco de Luccock por um passeio na baía, que, aliás, foram frequentes para o comerciante inglês.

Tudo isso, na medida em que vai evidenciando a presença de uma complexa rede comercial que vende e aluga produtos e serviços destinados ao lazer de parte da população, somada à existência, como já destaquei, de uma estrutura mental que reconhece o espaço de diferença entre trabalho e tempo livre, vai contrariando também a idéia de que períodos anteriores a 1850 não conheceram lazer.

Os registros sobre a oferta de serviços de entretenimento, além de relativos e altamente subjetivos, oscilavam em razão das circunstâncias materiais mais gerais a que cada localidade e situação específica estava submetida. Viagens para regiões muito afastadas das principais cidades tendiam, de fato, a expor os viajantes a infortúnios e desconfortos de toda ordem. Viagens pelos arredores, no entanto, pareciam tender mais frequentemente a relativa abundância de serviços, ainda que exceções pudessem ocorrer nos dois casos. A vida nos arredores das cidades mais ricas e populosas parecia mais favorável ao consumo do luxo europeu, inclusive no que diz respeito ao lazer. O Rio de Janeiro, como vimos, conheceu a instalação de tabernas, vendas, casas de pasto, restaurantes e hotéis antes dessa época.

É provável, então, que as dificuldades de identificar fenômenos ligados ao lazer antes da segunda metade do século XIX devam-se menos a sua inexistência propriamente dita e mais a empecilhos metodológicos ou inadequação dos quadros teóricos adotados. Assim, o modo de interpretação histórica do lazer que geralmente prevalece e para o qual este trabalho pretende-se uma crítica, toma a perspectiva e o ponto de vista dos países capitalistas avançados como paradigma e padrão de medida em relação aos quais

---

<sup>239</sup>. Tratava-se, provavelmente, da “Câmara Wollaston”, também conhecida por “Câmara Lúcida”, instrumento inventado por William Hayde Wollaston e que possuía um dispositivo que permitia desenhar o contorno de paisagens através de um sistema de prismas e espelhos, que refletia o objeto no papel, possibilitando, então, a cópia dos seus contornos.

transformações de outros contextos serão confrontadas e mensuradas.<sup>240</sup> Supõe-se certa inevitabilidade no modo de desenvolvimento das sociedades, ao mesmo tempo em que se opõe centro e periferia de maneira às vezes exagerada, como se ocupassem pólos antagônicos no âmbito do sistema internacional de divisão social do trabalho.<sup>241</sup>

O resultado é que discussões históricas sobre o lazer no Brasil, tomando como referência as condições e os modos de normatização do tempo livre da Europa ou de parte dela, ao invés de se ocuparem de analisá-lo tal como era aqui, tendem a enfatizar aquilo que ele não era, de modo que é a sua negatividade o que acaba por lhe definir. É como se uma prática social em situação periférica, na medida em que se afaste do modelo paradigmático dos países centrais tidos como ideal, simplesmente deixasse de existir. Não há espaço para a diferença, ou a diferença se transforma em inferioridade, o que é pior. O que é impensável, em todo caso, é a existência no Brasil oitocentista de um lazer à européia. Isso, contudo, não implica necessariamente na impossibilidade do lazer.

Atualmente, admite-se que uma grande variedade de modos de vida e configurações sociais pode ser chamada de moderna.<sup>242</sup> É esse o caso, inclusive, de sociedades que não se conformam bem aos padrões organizacionais da Europa, ou aquilo que se imagina serem os padrões organizacionais da Europa. Estudos mais detalhados têm mostrado que a

<sup>240</sup>. Para uma crítica ao que poderíamos chamar de “ideologia da inautenticidade da modernidade brasileira”, que aventava a possibilidade do pensamento social brasileiro ter incorporado certo eurocentrismo e, por isso, ter desprezado as variedades possíveis no interior das modernidades ocidentais, desconsiderando, no limite, os elementos específicos da formação social brasileira, ver especialmente os trabalhos de Jessé Souza, e também os de Sergio Tavolaro: SOUZA, Jessé. *A modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2000; SOUZA, Jessé. *A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003; TAVOLARO, Sergio. Existe uma modernidade brasileira? Reflexões em torno de um dilema sociológico brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 20, n. 59, 2005; TAVOLARO, Sergio. Quando discursos e oportunidades políticas se encontram: para repensar a sociologia política da cidadania moderna. *Novos estudos*, n. 81, p. 117-136, 2008; TAVOLARO, Sergio. Para além de uma “cidadania à brasileira”: uma consideração crítica da produção sociológica nacional. *Revista Sociologia Política*, vol. 17, n. 32, p. 95-120, 2009.

<sup>241</sup>. Em 1976, Maria Silvia Carvalho Franco já comentava criticamente interpretações que opunham centro e periferia, argumentando que ambos os pólos, ao invés de ocuparem posições antagônicas no âmbito do sistema internacional de produção, estariam submetidos a um mesmo modo de organização, apenas com a peculiaridade de favorecerem diferentes momentos da constituição e reprodução do capital. Segundo ela, o ideário que vê na Europa a fonte das idéias desenvolvidas no Brasil constitui-se numa teoria dualista que, em si mesma, deveria ser questionada, criticando também a inclinação intelectual que reconhece na Europa o centro produtor das relações socioeconômicas, ao mesmo tempo em que vê nas colônias tão somente o seu produto, destacando que uma série de dicotomias e polarizações equivocadas derivaria daí (CARVALHO FRANCO, Maria Silvia de. As idéias estão em seu lugar. *Cadernos de Debate*, n. 1, p. 61-64, 1976). Mais recentemente, Alfredo Bosi também dedicara algumas palavras a questão ao comentar a respeito do par formalmente dissonante entre escravismo e liberalismo (ver BOSI, Alfredo. A escravidão entre os dois liberalismos. In: \_\_\_\_\_. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992).

<sup>242</sup>. EISENSTADT, Shmuel. Multiple modernities. Cambridge, *Daedalus*, v. 129, n. 1, p.1-29, 2000.

diferenciação estrutural de funções, a secularização e a separação entre as esferas pública e privada, que de acordo com o “imaginário sociológico hegemônico da modernidade” – para usar uma expressão de Sergio Tavolaro – caracterizariam, em tese, uma ordem normativa tipicamente moderna, se encontravam, mesmo na Europa, antes do período que convencionalmente é ou era apontado para identificação desses elementos. Por outro lado, têm-se também estudos sobre períodos posteriores destacando a presença de padrões de comportamento social que contrariam essa tríade normativa. Os sentidos das transformações históricas, portanto, foram plurais, relativos e multidirecionais, tanto nos países periféricos, quanto nos países centrais.

Margaret Somers, por exemplo, argumenta que a separação das esferas pública e privada na Inglaterra dos séculos XVII e XVIII variava em função de contextos e culturas locais específicos. Em certas regiões rurais da época, proprietários de terra monopolizaram a participação na arena pública, a ponto de serem capazes de impor seus interesses privados, diluindo ou borrando, portanto, a demarcação entre as fronteiras dessas duas esferas de ação social. Em outras regiões, diferentemente, trabalhadores conseguiram evitar que fontes privadas de poder atuassem sobre instituições públicas, mantendo, desse modo, desde o século XVII, uma diferenciação entre essas duas esferas.<sup>243</sup>

Em outro sentido, estudos como os de Thompson mostraram que costumes populares mantiveram com vigor padrões de sociabilidade anteriores ao início das transformações desencadeadas pelos processos de modernização. *A formação da classe operária inglesa* exibe como entre o fim do século XVIII e início do XIX as classes populares da Inglaterra foram reticentes em adotar alguns padrões de conduta típicos à modernidade. A vida nas cidades ou o trabalho na fábrica, por exemplo, foram duramente rechaçados. Antigos camponeses, vivendo em grandes cidades, tentavam dotar seus novos espaços de convívio de alguma familiaridade. Assim, tabernas, bares e igrejas iam se configurando como lugares sociais onde antigas formas de sociabilidade se manifestavam e se combinavam com um novo modo de vida. No ambiente de trabalho, buscava-se maneiras de realizar as tarefas em conformidade com antigos hábitos, flexibilizando o cumprimento de horários, desrespeitando a etiqueta e o decoro comportamental, bebendo durante o expediente, escapando para

---

<sup>243</sup>. SOMERS, Margaret. Citizenship and the place of the public sphere: Law, community, and political culture in the transitions to democracy. *American Sociological Review*, vol. 58, out., p. 587-620, 1993.

pequenos passeios ou não retornando depois de garantir a quantidade de dinheiro que lhes parecia suficiente.<sup>244</sup>

Em todos os casos, é a rígida distinção e abrupta descontinuidade entre sociedades modernas e pré-modernas o que está sendo questionado em última instância, ou ainda a suposta homogeneidade dos modos de organização social. Processos de modernização não afetaram da mesma forma e na mesma intensidade diferentes grupos sociais. A modernidade, nesse sentido, realizou-se de maneira distinta, isto é, múltipla, entre homens e mulheres, ricos e pobres, burgueses e trabalhadores, moradores da cidade e do campo, Europa e Terceiro Mundo.

Tudo isso, em suma, sugere a necessidade de ampliação do escopo conceitual da modernidade, bem como do lazer, de modo que essas noções tornem-se capazes de apreender a grande variedade de experiências sociais que teve e tem lugar no âmbito das sociedades modernas (no plural). Novas configurações do tempo livre na Europa moderna são uma, entre muitas possíveis. Não há necessidade de as tomarmos como padrão, a partir do qual configurações do tempo livre em outros contextos seriam medidas. É nesse sentido que se encaminham as idéias centrais desse trabalho. Ao menos desde o quartel final do século XVIII brasileiro, dispõe-se de evidências que autorizam afirmar a existência de práticas, bem como uma estrutura mental e uma escala de valores em conformidade ao que chamaríamos hoje lazer.

---

<sup>244</sup>. THOMPSON, Eduard P. *A formação da classe operária inglesa*. 3 v. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

## CAPÍTULO 6

### CASAS DE CAMPO, CHÁCARAS E QUINTAS

No período posterior a 1850, práticas de lazer na natureza parecem estar solidamente definido, não só entre estrangeiros, mas também entre os nativos da terra. José de Alencar, por exemplo, comentava nessa época sobre o Passeio Público, além de entusiasmar-se com passeios pelas frondosas cercanias da Tijuca, onde ambientou mais de um de seus romances, sem mencionar outros recantos como o Jardim Botânico, que se por acaso não foi propriamente frequentado pelo literato, certamente o foi por muitos dos seus contemporâneos.

Entretanto, nenhum desses costumes apareceu pela primeira vez nessa época. A história do seu desenvolvimento remonta pelo menos aos fins do século XVIII, concomitantemente ao próprio despertar do sentimento para as belezas da natureza. Talvez por isso seja possível ir retrocedendo cronologicamente até, justamente, por volta desse período, sem nunca perder inteiramente contato com vestígios da presença desses hábitos.

Por volta de 1840, figuras como D. Pedro II, por exemplo, já “adorava uma viagem”, segundo José Murilo de Carvalho. “Tinha vocação de andarilho e uma vontade insaciável de conhecer novos lugares e pessoas”.<sup>245</sup> Algumas dessas viagens tinham sentido claramente político, servindo basicamente ao cumprimento das obrigações reais diante do trono: selar a paz com líderes de revoltas, distribuir títulos e honrarias a figuras eminentes ou apenas visitar e conhecer províncias mais afastadas da Corte. Outras, no entanto, destinavam-se apenas a “saciar a fome imperial de conhecer pessoas e lugares”. Pode-se dizer, nesses casos, que se tratava de viagens de prazer, mais do que de negócios, mesmo quando a postura imperial – assim como provavelmente a postura contemporânea de outros segmentos não necessariamente nobiliárquicos – seguia o bom e velho receituário dos naturalistas, isto é, mesmo quando se concentrava mais nas instituições de cultura, educação e ciência do que na natureza paisagística propriamente dita.

Anotava detalhadamente todos os passos, os locais visitados, a geografia, a temperatura, a altitude, as pessoas com quem falava e os assuntos das conversas. Planejava com minúcias o roteiro e o seguia rigorosamente.

---

<sup>245</sup>. CARVALHO, José M. de. *D. Pedro II*. São Paulo: Companhia das letras, 2007, p. 137.

Estudava com antecedência os lugares aonde ia, levava livros que os descreviam e conferia a exatidão das descrições.<sup>246</sup>

Pelos idos de 1840, tais costumes parecem, de fato, ir solidificando-se. A alemã Ida Reyer Pfeiffer, por exemplo, depois de viúva, iniciou por essa época uma sucessão de viagens pelo mundo, uma das quais a trouxe ao Brasil em 1856. Trata-se, quase radicalmente, de experiências de viagem descompromissadas, isto é, empreendidas pelo simples prazer de fazê-las, motivada por uma “paixão autêntica pelas viagens”, como ele diz, embora a viajante ainda mantivesse o costume de apresentar seus relatórios a sociedades científicas de Berlim. Mesmo assim, os motivos e a maneira pela qual ela mesma confessa suas finalidades denuncia um agudo sentido de ludicidade.

Assim como o pintor se empenha em reproduzir a imagem e o poeta em formular seus pensamentos, eu me empenho em ver o mundo [...] Ficarei feliz se a narrativa de minhas aventuras chegar a proporcionar aos dignos leitores uma parte mínima do infinito prazer que me deram [...] Talvez haja quem pense que a vaidade foi a única razão para viagem tão longa. Nada tenho a responder, apenas o desafio a fazer o que fiz; então não de se convencer de que, é preciso estar animado da paixão autêntica pelas viagens e ter o invencível desejo de se instruir e explorar países até agora desconhecidos.<sup>247</sup>

Retrocedendo ainda mais, até a década de 1820, outros vestígios sob este aspecto continuarão presentes. Ernest Ebel, já naquela ocasião, dá testemunho sobre o hábito de passar o domingo no campo. Conta que costumava passar domingos e feriados fazendo passeios até o campo, como o que fizera na Páscoa de 1824, quando se dirigiu à propriedade do seu jovem amigo Frolich, sito à Rua São Cristóvão, número 2, “onde decorreram as horas agradavelmente, junto de quase todos os alemães atualmente no Rio”.<sup>248</sup>

Robert Walsh, de maneira semelhante, narra um passeio até Irajá, (localizado de acordo com seus cálculos a aproximadamente vinte léguas do centro do Rio, em que aproveitou, basicamente, para coletar insetos e capturar um tatu), onde encontrou Mr. Willis, um inglês casado com uma brasileira, “senhora de maneiras finas”, e proprietário de uma casa com estábulo e uma venda.

Defronte da casa achavam-se agrupados alguns ingleses ligados a firmas comerciais do Rio, que tinham vindo passar no campo o domingo, que era

<sup>246</sup>. Ibid.

<sup>247</sup>. PFEIFFER, Ida. *Voyage d'une femme autour du monde*. Paris: Librairie L. Hachette, 1858, p. XI, *apud*. MOREIRA LEITE, Miriam L. *Livros de viagem* (1803-1900). Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 1997, p. 42-43.

<sup>248</sup>. EBEL, Ernst. *O Rio de Janeiro e seus arredores em 1824*. São Paulo: Editora Nacional, 1972, p. 137.

também dia santo. Eles se divertiam jogando malha e se exercitando em outros esportes violentos, sob um sol escaldante e bebendo cerveja para se refrescar. É curioso observar com que pertinácia os nossos compatriotas se apegam aos seus velhos hábitos nos mais inusitados lugares.<sup>249</sup>

Pelo caminho, notava-se já considerável quantidade de casas de campo, segundo relata Walsh. Talvez não fossem exatamente casas de campo, mas o que aos olhos de um inglês entendia-se por esse termo. Eram, na verdade, “uma sucessão de chácaras e quintas – nomes que designam as casas de campo dos brasileiros de classe alta”, como ele mesmo admite. Ainda assim, o sentido geral dessas construções já era em larga medida motivado pelos mesmos sentimentos de uma casa de campo dos ingleses, qual seja, “mansões construídas por mercadores e negociantes aposentados, do Rio, os quais, tendo acumulado uma certa fortuna na cidade, decidiram gastá-la embelezando o campo – uma prova não só da crescente prosperidade da região como do bom gosto e da sensibilidade de seus habitantes”.<sup>250</sup>

Em outras partes da cidade seria possível encontrar construções do mesmo gênero. No início dos anos 1830, o sopé das montanhas da Tijuca, por exemplo, era ocupado, segundo visão de Daniel Kidder, “pelo que se poderia chamar casas de campo”.<sup>251</sup> Nos arredores daquela região se encontraria ainda uma das mais famosas da época, a Quinta da Boa Vista – também chamada Quinta Imperial. O palácio foi originalmente construído em 1803 pelo comerciante português Elias Antonio Jorge, conhecido como Turco Elias, um dos maiores traficantes de escravos à época e que, após a chegada da família imperial, decidiu doá-lo ao príncipe regente em troca de um título de nobreza e de um salário vitalício. Desde então, sobretudo a partir da chegada da princesa Leopoldina, em 1817, o lugar passou por sucessivas reformas arquitetônicas e paisagísticas, com significativos melhoramentos nos jardins.<sup>252</sup> Segundo impressão de Daniel Kidder, a Quinta era um dos mais interessantes e instrutivos passeios que se podia fazer pela circunvizinhança do Engenho Velho. O motivo de tal interesse residia na capacidade do lugar em combinar elementos cênicos que iam da presença de campos extensos e bem cuidados até as alamedas largas e sombreadas, “ladeadas de sebes floridas de mimosas”, passando por cursos d’água naturais e artificiais.

<sup>249</sup>. WALSH, Robert. *Notícias do Brasil (1828-1829)*. Belo Horizonte / São Paulo: Ed. Itatiaia / Ed. da Universidade de São Paulo, 1985, p. 23.

<sup>250</sup> Ibid.

<sup>251</sup>. KIDDER, Daniel Parish. *Reminiscências de viagens e permanência no Brasil: Rio de Janeiro e província de São Paulo*. Brasília: Senado Federal, 2001, p. 139.

<sup>252</sup>. CASADEI, Thalita de Oliveira. Glaziou e a imperial Quinta da Boa Vista. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, n. 348, p. 245-249, 1985.

Os terrenos que circundam a residência do soberano são extensos e mais ou menos cuidados. Largas alamedas, sombreadas por belas mangueiras e outras árvores de qualidade, desenvolvem-se em curvas graciosas e correm ao lado de cursos d'água ora naturais, ora artificiais. Aqui vêem-se tanques de pedra onde robustas lavadeiras batem roupa; acolá um lago com repuxo ao centro, e, ancorado à margem, o bote no qual Sua Majestade às vezes se entretém.<sup>253</sup>

Ainda por volta dos fins da década de 1810, um comerciante inglês de nome George March, sócio do irmão Thomas na firma *March, Irmão & Companhia*, apontado como um dos principais negociantes do Rio à época, teria estabelecido uma casa de campo em Teresópolis, a fazenda *Sant'Ana*. Mais precisamente, a Fazenda de Santa Ana do Paquequer teria sido criada em 1818, podendo ser tomada como o acontecimento que marca “o início da vida de Teresópolis como ‘estância de verão’ e ‘o hábito de veraneio na serra’ que dele teria se comunicado a outros estrangeiros e a brasileiros. Uma revolução nada insignificante nos hábitos ou estilos de vida da gente mais ilustre da Corte”, conforme afirma Gilberto Freyre no seu livro *Ingleses no Brasil*.<sup>254</sup>

Segundo estudo de Gilberto Ferrez, George March chegou ao Rio de Janeiro em 1813, estabelecendo-se, de início, na Rua dos Pescadores (atual Visconde de Inhaúma). Negociava especialmente com a Suécia e a Inglaterra, produtos que iam desde ferro e aço, até carvão de pedra, trigo, tecidos e máquinas em geral. Era um comerciante de grosso trato. Pouco depois se mudou para uma chácara em Botafogo, que alguns chegaram a chamar “Aldeia Inglesa”, tal era a atração que o lugar exercia sobre os súditos de Sua Majestade Britânica. De acordo com Otto von Kotzebue, oficial da marinha russa que esteve no Brasil em 1823, Botafogo era um lugar em que as pessoas ricas do Rio de Janeiro tinham suas casas de campo, “cujos ares, pretendem, são mui saudáveis”.<sup>255</sup>

Às margens da enseada de Botafogo, March tornou-se vizinho de figuras como o conde de Langsdorff, do Duque de Alafões ou do rico comerciante alemão Theremin, que costumava, inclusive, ser usada pelo Imperador para banhos de mar. Mais do que simplesmente viver na vizinhança de um círculo prestigiado, March era um dos seus integrantes. Condizente com sua condição de classe, ele relacionava-se com a “boa sociedade” carioca de então, com quem compartilhava valores e cosmologias. Para a sua fazenda na Serra

<sup>253</sup>. Kidder, op.cit., p. 145.

<sup>254</sup>. FREYRE, Gilberto. *Ingleses no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000, p. 52.

<sup>255</sup>. GARCIA, Rodolfo. O Rio de Janeiro em 1823, conforme a descrição de Otto von Kotzebue, oficial da Marinha Russa. Rio de Janeiro, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 80, p. 507-525, 1916, p. 511.



dos Órgãos, era frequentemente acompanhado por membros do alto escalão. Pouco a pouco, divulgavam-se as amenidades e vantagens do clima da serra, angariando-lhe reputação. O aumento do fluxo de visitantes – esclarece Ferrez – forçou a construção de novas casas no interior da propriedade, que doravante seriam alugadas.

Homem de posses e de bom gosto, March tornou-se logo grande propagandista das belezas naturais, da fertilidade e do clima admirável de suas terras e, tudo isso, relativamente perto da Côrte. Quando subia, era sempre acompanhado por amigos, ministros, cônsules, viajantes, cientistas, a quem convidava para, juntos, desfrutarem aquêlê rincão da serra. Foi assim que principiaram a afluir à Fazenda dos Órgãos, no verão, visitantes a procura de clima mais ameno do que o do Rio. Em pouco tempo, a casa principal da fazenda tornou-se pequena e o nosso anfitrião viu-se forçado a construir pequenas casas, que alugava.<sup>256</sup>

Um dos principais testemunhos sobre o modo de organização da fazenda *Sant'Ana* é um diário legado pelo também inglês Edward Winnie Fry. Além dos detalhes a cerca das casas de campo, esse diário também testemunha parte do modo de composição e operação dessa rede de relações entre a nascente burguesia carioca.

Edward Winnie Fry chegou ao Rio de Janeiro em 1810. Sua primeira ocupação foi a de empregado da firma comercial *House of Cunningham Dun & Co.* Em 1817 tornou-se um dos seus sócios, que passou a se chamar *Bourdon & Fry*. Inicialmente, ocupou uma residência na Rua Direita, no segundo andar sobre a loja onde trabalhava, como era comum na época. Pouco depois, em progressiva ascensão, mudou-se para uma casa no Morro da Glória, também muito apreciado pelos ingleses; depois para uma chácara no Catete. Em 1826, como prova incontestada da sua ascensão social, mudou-se finalmente para Botafogo, mais precisamente para a antiga residência de William Harrison, comerciante inglês, amigo de George March e àquela altura já frequentador da Fazenda de Santa Ana do Paquequer.

Agora Edward Fry também fazia parte do círculo dos ricos. Nessa condição, tornou-se amigo de George March, passando logo em seguida a frequentar sua fazenda. Consta que sua primeira visita ao local aconteceu em maio de 1826, mesmo ano em que adquirira sua casa em Botafogo. Estava à procura de clima mais temperado no verão, segundo ele mesmo conta em seu diário: “o objetivo da excursão era achar um lugar onde a família pudesse passar dois ou três meses de verão para fugir ao calor”.<sup>257</sup> Na ocasião, registrou também a realização

<sup>256</sup>. FERREZ, Gilberto. *Colonização de Teresópolis: à sombra do Dedo de Deus (1700-1900)* – da fazenda March à Teresópolis. Rio de Janeiro: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1970, p. 42.

<sup>257</sup>. *Ibid.*, p. 49-54.

de passeios em que se gozava do ar fresco e dos aspectos luxuriantes da vegetação da Serra dos Órgãos.

Foi pouco antes dessa data que George March começou a construção de casas para amigos que queriam passar o verão na serra. A primeira, provavelmente por volta de 1825, foi, justamente, para William Harrison – a pessoa de quem Edward Fry comprara sua nova residência em Botafogo e quem provavelmente apresentara-o a George March. A segunda foi para o próprio Edward Fry, que a ocupou pela primeira vez em fevereiro de 1827. Além das descrições do seu diário, Fry legou-nos também um desenho a lápis de uma dessas casas, a que ele mesmo passou a ocupar a partir dessa data (Figura 15). Nas ocasiões em que se instalavam nessas construções, conforme Fry registra em seu diário, aproveitava-se para caminhar e ir desfrutar paragens como a cascata do Paquequé.<sup>258</sup> Às vezes, permanecia-se na serra seguidamente até meados de abril, como fez Fry e sua família nesta ocasião, quando então regressavam ao Rio de Janeiro. O direito de desfrutar essas delícias custava um aluguel de 153 mil e seiscentos réis por ano.

Ainda que os ingleses tivessem considerável proeminência nesses costumes, tendo exercido, inclusive, certo pioneirismo sob este aspecto, eles não eram os únicos a buscarem climas mais amenos durante as temporadas de muito calor no Rio de Janeiro. O conde de Langsdorff, por exemplo, alemão naturalizado russo, residente em Botafogo e que no Brasil cumpriu missão diplomática entre 1824 e 1829, também se notabilizou nesse sentido. A *Fazenda Mandioca*, de sua propriedade, também figurou na lista dos bons sítios de descanso e divertimento em meio à natureza do período. Seu conterrâneo Schlichthorst dizia que os jornais alemães da época muito falavam do lugar, apresentando-o como uma “maravilha da agricultura”.<sup>259</sup> Para além dessa dimensão produtiva, que também existia na propriedade de George March, seus atributos de doce recanto natural eram igualmente destacados e reconhecidos. O austríaco Tomas Ender, quando sofreu um esgotamento depois de trabalhar compulsivamente em suas gravuras, buscou refúgio, precisamente, na fazenda de Langsdorff. Localizada nas imediações do Porto de Estrela, na direção de Teresópolis, a paisagem da Serra dos Órgãos e da Serra da Estrela teria fascinado Tomas Ender.<sup>260</sup>

<sup>258</sup>. Ibid., p. 59.

<sup>259</sup>. SCHLICHTHORST, C. *O Rio de Janeiro como é* (1824-1826): uma vez e nunca mais. Brasília: Senado Federal, 2000, p. 216.

<sup>260</sup>. WAGNER, Roberto. *Tomas Ender no Brasil* (1817-1818): aquarelas pertencentes à Academia de Belas Artes em Viena. Áustria: Akademische Druck- u. Verlagsanstalt, 1997, p. 38.

O também alemão Ernest Ebel foi outro que conheceu o lugar. Acompanhado por um amigo, o ex-oficial bávaro Herr Von Weeg, alugou uma canoa de toldo com dois remadores e às onze horas da manhã partiu em direção ao Porto de Estrela. “O tempo estava magnífico e na água não sentíamos calor; contudo o vento soprando fraco, ficamos na dependência dos remos, assim mesmo andando bastante depressa. Foi um belo passeio porque a faixa litorânea e as ilhas ofereciam sempre renovadas perspectivas”. Em lá chegando cumpriu a rotina convencional nessas situações: empreendeu uma excursão pela mata virgem, onde, segundo ele, era “forte a sensação que se tem ao penetrarmos sob a sombra copada de tantas árvores venerandas, cujas raízes abrem-se caminho no solo através de troncos caídos e semidecompostos”.<sup>261</sup>

A idéia de ter um lugar no campo – especula o arquiteto Witold Rybczynski – “provavelmente passou a tomar corpo na mesma época em que as pessoas começaram a viver em cidades. Foi uma reação às exigências de leis e regras que regiam comportamento na sociedade urbana”. Mais especificamente, contudo, “a idéia de fazer uma casa de campo rústica surgiu com o movimento romântico europeu, no final do século XVIII”. Nesse caso, cita-se como exemplo a construção do *Petit Trianon*, que edificado a mando do rei Luis XV por volta de 1750 para funcionar como zoológico e jardim botânico, ocupou desde então lugar preponderante nos divertimentos da corte francesa. Entre 1762 e 1768, o espaço passou por ampliações para ser oferecido a uma das amantes do rei, Madame de Pompadour, que faleceu em 1764, ainda durante as obras. Luis XV, sem imaginar uso mais criativo, decidiu oferecê-lo à sua nova amante, Condessa do Barry, que usufruiu das instalações até 1774, quando Luis XVI subiu ao trono depois da morte do pai e logo o ofereceu à esposa, Maria Antonieta: “Vós amais as flores, Senhora, tenho um bouquet a oferecer-vos. É o Trianon”. Até por volta de 1783, Maria Antonieta empreende uma série de reformas, especialmente pensadas para atender seu gosto pelo rústico e seguir a moda que se anunciava entre a aristocracia da época: faz-se então um parque com lago artificial, hortas, pomares, uma pequena montanha, uma gruta atapetada de falsas verduras e jardins organizados à moda inglesa, além de toda uma aldeia com cabanas, um teatro e um salão de música. É o que faz Rybczynski chamar o lugar de “o primeiro *cottage orné*, ou melhor, *village orné*”.<sup>262</sup>

<sup>261</sup>Ebel, op.cit., p. 156 e 166, respectivamente.

<sup>262</sup>RYBCZYNSKI, Witold. *Esperando o fim de semana*. Rio de Janeiro: Record, 2000, p. 146-148, respectivamente.



Figura 13 – Tomas Ender. *Parte de trás da casa de campo do Sr. Conde da Barca* (1817-1818).

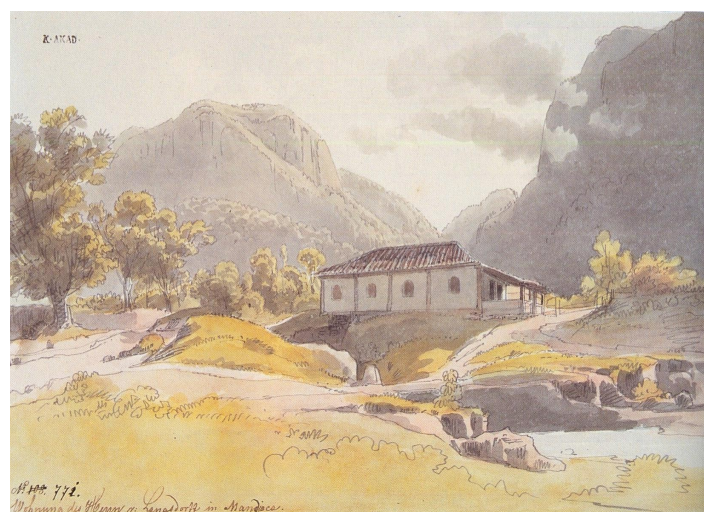


Figura 14 – Tomas Ender. *Moradia do Sr. v. Langsdorff na Mandioca* (1817-1818).

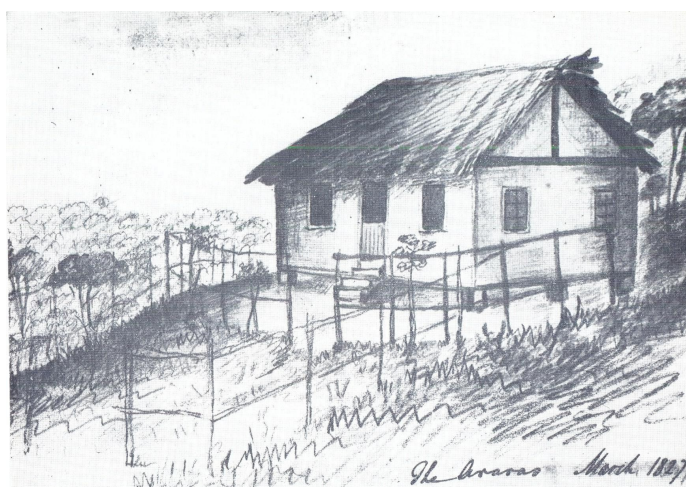


Figura 15 – Edward Fry. *The Araras* (1827).

As três imagens retratam casas de campo, construídas nos arrabaldes do Rio de Janeiro para serem utilizadas como local de moradia, repouso ou diversão.

No Brasil, ao menos desde os meados do século XVIII, têm-se notícias de grandes comerciantes portugueses que “passavam as festas” em chácaras nos arredores da cidade. Entre o final daquele século e o início do seguinte, o costume foi pouco a pouco se irradiando. A já citada construção do palácio da Quinta Imperial, em 1803, é um exemplo nesse sentido. A propriedade de outras figuras da elite como conde da Barca é outro do mesmo tipo (Figura 13 e 14).

Em São João del Rey, Minas Gerais, no início do século XIX muitos dos comerciantes possuíam “casas fora da vila, nelas passando boa parte de seu tempo”. Segundo avaliação de Luccock, eram casas “agradavelmente situadas sôbre eminências, descortinando lindos panoramas das cercanias, ou então no recesso de fundos vales que as interceptam”. Apesar das vantagens, em algumas dessas propriedades, como na do rico senhor João Batista Machado, encontrava-se todas as belezas da natureza, “mas nenhum dos confortos de que abunda da casa do mais humilde dos negociantes da Inglaterra”. Na residência desse comerciante, em particular, “os quartos eram compridos, mas sujos e vazios de mobília; não havia vidros às janelas, nem tão-pouco dependências fora da casa apropriadas à categoria de seu dono, embora fosse êle o único em tôda a vizinhança a possuir coche”. O jardim, apesar de grande e fértil, com grande variedade de plantas, “é arranjado com a maior das faltas de gosto”, enfeitado de maneira tosca, com potes quebrados e “cousas indecentes”. Mas o que mais indignou o inglês foi o fato da maior parte daquela “palhaçada” ter sido levada pelo proprietário mesmo, “que se gaba de que ‘não perde nada, ao contrário, aproveita o que os outros põem fora’”. Em outros jardins da região, entretanto, continua Luccock, “domina gosto muito mais fino”. Eram jardins ornados com vasos e estátuas, com canteiros elevados entre paredes três pés acima do nível comum dos passeios, “à maneira do que se usa nas nossas estufas”, isto é, à maneira das estufas construídas na Inglaterra. Alguns deles, além disso, seriam ornamentados com árvores “capazes de propiciar gratos retiros, não fossem elas talhadas à modo rígida e artificial das avenidas de Versalhes”.<sup>263</sup>

Porém, depois de 1808, com a frequência cada vez mais regular de estrangeiros, uma sensível mudança foi progressivamente sendo notada, sobretudo através dos ingleses. Ao invés de apenas edificar uma casa para festas e dias-santo, “os britânicos fizeram desses arredores pontos de residência”, aponta Gilberto Freyre, que os chama de “os

---

<sup>263</sup> LUCOCK, John. *Notas sôbre o Rio-de-Janeiro e partes meridionais do Brasil*: tomadas durante uma estada de dez anos nesse país, de 1808 a 1818. São Paulo: Martins, 1942, p. 314-315.

descobridores dos melhores e mais saudáveis recantos de residência”.<sup>264</sup> Até então, a construção de chácaras e quintas empenhava-se por deixá-las próximo das ruas e estradas, conforme anotara o tenente Henry Chamberlain, ainda em 1819.

Imitando os seus ascendentes de Portugal, os brasileiros gostam de construir suas casas de campo ao longo das estradas para gozar o que chamam ‘a passagem’, isto é, apreciar o povo passando na estrada. Raramente demonstram gosto mais apurado que o do caso presente, em que se vê uma casa num lugar mais afastado, onde o proprietário, rodeado pelas belezas desta encantadora região, pode gozar o seu agradável retiro e as brisas refrescantes do mar.<sup>265</sup>

Já os britânicos, seguindo às vogas do pitoresco, se esforçavam em construir casas para residência nos arredores, tal como um refúgio da cidade, um lugar para o deleite, calmo e natural, próximo às matas ou defronte ao mar, com vistas panorâmicas, rodeadas pelas belezas desta encantadora região, onde se podia gozar agradável retiro e brisas refrescantes do mar.

Esta foi sem dúvida uma das revoluções mais significativas causadas ou operadas pelos britânicos nos hábitos ainda coloniais e meio mouriscos, ou antes, orientais, do Brasil: o deslocamento – que se verificou lentamente – das residências mais nobres de habitantes das cidades, de sobrados situados no centro, para subúrbios que passaram a ser elegantes, tornando-se deselegante para o burguês fino e rico residir no centro comercial. Pois o exemplo inglês foi imitado por brasileiros e portugueses: os anúncios de jornais da época indicam a valorização das casas de sítio ou das chácaras para residência – e não apenas para passatempo de festas.<sup>266</sup>

A opção dos ingleses não era fortuita. Estava inteiramente subordinada a uma dada estrutura de sentimentos, que é aquela cujo surgimento está relacionado ao processo de “invenção das paisagens”. Assim, os mesmos atributos que os faziam encarar a natureza como dadivosa e exuberante, ou julgar passeios como interessantes e instrutivos, faziam-nos também eleger lugares como adequados a construção de casas para moradia. Tratava-se, em todo caso, da valorização de uma beleza da natureza equilibrada entre o cultivo ordenado e “a mais selvagem das confusões”, dizia um viajante estrangeiro referindo-se ao caos da natureza tropical em estado selvagem.

<sup>264</sup>. Freyre, op.cit., p. 187 e 186, respectivamente.

<sup>265</sup>. CHAMBERLAIN, Henry. *Vistas e costumes da cidade e arredores do Rio de Janeiro em 1819-1820*. Rio de Janeiro: Kosmos Erich Eichner & CIA., 1943, p. 133.

<sup>266</sup>. Freyre, op.cit., p. 187.

John Luccock, durante visita a uma fazenda, foi consultado pelo proprietário a respeito do melhor sítio para a construção de uma casa. Logo se apontou “para o cume de uma pequena colina coroada de mato, como local em que pensássemos poder êle desfrutar de ar puro e panorama agradável”. Diante da sugestão, um grupo de escravos foi prontamente ordenado a abrir uma picada até o lugar, “a-fim-de que melhor pudéssemos examinar o sítio”. No entanto, “de tal forma enganaram-se quanto às ordens recebidas que deixaram de pé o mato do cume, o que nos impediu de olhar em volta, como se estivéssemos enfeixados entre altas muralhas”. Foi preciso mais três horas de trabalho escravo para derrubar árvore por árvore, até que finalmente descortinou-se o panorama.

O efeito foi tal como se se tivesse puxado uma cortina. No mesmo instante se abriu ante nós a vista completa da cidade de São Sebastião, com suas baías, ilhas, praias e montanhas circunjacentes, de parceria com uma imensa extensão de oceano. Os próprios escravos emudeceram de pasmo, sentindo os efeitos da beleza indizível abateram-se de-súbito sobre êles. Tanto o silêncio como o clamor que seguiu foram ambos igualmente expressivos; nos idiomas diversos de que usam os originários de três setores diferentes do globo, o mesmo sentimento se viu expresso: ‘Que mundo bom, êsse em que habitamos!’.<sup>267</sup>

---

<sup>267</sup>. Luccock, op.cit., p. 199.

## CAPÍTULO 7

### EPOPÉIAS EM DIAS DE PRAZER

Alguns dos lugares que reuniam qualidades para a construção de uma casa de campo, também eram palcos de outros lazeres na natureza. Por volta de 1819, Henry Chamberlain falou do palácio onde funcionava o convento de São Bento, situado sobre um morro ao norte da ilha das cobras, também muito frequentada como sítio de lazer, lugar “muito apreciado como mirante”, “não só porque a brisa sopra com toda frescura, como por dominar uma extensa vista da entrada do porto e do oceano, ao longe”.<sup>268</sup>

No mesmo sentido, mas em outro ponto da cidade, Luccock fala em 1816 de uma “linda casita pertencente ao Barão do Rio Preto”, localizada, segundo ele, próximo a extremidade oriental da Ilha do Governador. Segundo as informações do comerciante inglês, esta linda casita teria sido a primeira no gênero a ser erguida no Brasil, “em local que o Regente visitava com prazer na época em que não possuía casa de campo própria [...] A ilha foi convertida em campo de caça real e o Barão, embora não seja caçador, nomeado seu guarda”.<sup>269</sup>

Sua condição de linda casita é mais difícil de avaliar, apesar da descrição pormenorizada deixada por Luccock. Mas quanto a ter sido a primeira construção do gênero no Brasil, bem como de propriedade do Barão do Rio Preto, o inglês – ou o seu tradutor – estava enganado. Pois a informação do local estar situado na Ilha do Governador e ter sido usado pelo Regente para construir ali um campo de caça real faz pensar que se tratava de uma propriedade do barão do Rio Seco e não do Rio Preto. Joaquim José de Azevedo é quem seria designado chefe da chamada “Coutada Real”, criada por decreto de 12 de agosto de 1811, o mesmo em que o encarregava pela sua “inspecção” e “direcção”, auxiliado por um primeiro e um segundo couteiro, Manoel Francisco da Costa e José Francisco, respectivamente.<sup>270</sup> Em 22

---

<sup>268</sup>. CHAMBERLAIN, Henry. *Vistas e costumes da cidade e arredores do Rio de Janeiro em 1819-1820*. Rio de Janeiro: Kosmos Erich Eichner & CIA., 1943, p. 30.

<sup>269</sup>. LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio-de-Janeiro e partes meridionais do Brasil*: tomadas durante uma estada de dez anos nesse país, de 1808 a 1818. São Paulo: Martins, 1942, p. 223.

<sup>270</sup>. Decreto de 12 de agosto de 1811, encarrega ao conselheiro Joaquim José de Azevedo da inspecção e direcção da real coutada da ilha do governador. In: BRASIL. *Coleção das leis do Império do Brasil* (1808-1889), p. 85. Disponível em: [http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-B3\\_24.pdf](http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-B3_24.pdf). Acesso em 12 jan. 2010.



de agosto do mesmo ano, ainda viria à luz o decreto aprovando o “regulamento para regimen de real coutada da Ilha do Governador”. Segundo este, a coutada era “reservada unicamente para o divertimento de sua Alteza Real”<sup>271</sup>, condizendo com as definições da época, que dizia ser uma coutada, de acordo com Bluteau, “lugar murado onde se cria animais, ou terra para caça. Pedaco de terra onde é proibido caçar sem licença do príncipe”.

Pouco tempo depois, já se tem registro da augusta presença na ilha. De acordo com correspondência do funcionário régio Luis Joaquim dos Santos Marrocos, datada de 28 de outubro de 1811, “S. A. R tem estado há dias na Ilha do Governador, divertindo-se e gozando do belo ar que estes políticos modernos lhe acham”.<sup>272</sup> Consta que D. João às vezes percorria grandes distâncias a pé ou a cavalo, além de transportar-se para ali em épocas de entrudo, como o fez em 1818, talvez para evitar a agitação das ruas da Corte.

Em 1821, D. Pedro aboliu a Coutada Real sob a alegação que a reserva de caça era prejudicial à agricultura, permitindo então que seus súditos a usufruíssem livremente. Em 1824, Ernest Ebel foi um dos que o fizera. Ele realizara, especificamente, um “passeio de mar à Ilha do Governador”. Conta que o fez durante um feriado e na companhia de Herr Stockmeyer, um corretor alemão residente na Rua do Ouvidor, casado com uma brasileira, com quem, inclusive, chegou a ter um filho. “Nestes ainda fortes calores”, conta-nos Ebel, “é um prazer organizar passeios marítimos. Começa-se por visitar os navios que chegam, na ânsia de sabermos as novidades da Europa, ou fazem-se excursões maiores até São Cristóvão e outros pontos da baía, para só voltar ao escurecer”.<sup>273</sup>

Mas mesmo no período em que a Ilha do Governador, em particular, era reservada unicamente para o divertimento de Sua Alteza Real, outras, de outro modo, poderiam ser visitadas. E em certa medida é certo que o foram. Luccock foi um dos que se valeu muitas vezes de tais recantos para seus lazeres, relatando-nos com mais detalhes um dia de passeio por outra ilha da baía de Guanabara. Não a localiza com exatidão. Diz apenas tratar-se de um “passeio junto com uma família brasileira a uma das ilhas próximas ao litoral

<sup>271</sup>. Decreto de 22 de agosto de 1811, aprova o regulamento para regimen de real coutada da Ilha do Governador. In: BRASIL. *Coleção das leis do Império do Brasil* (1808-1889), p. 88-93. Disponível em: [http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-B3\\_25.pdf](http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-B3_25.pdf). Acesso em 12 jan. 2010.

<sup>272</sup>. MARROCOS, Luis Joaquim dos Santos. Cartas escritas no Rio de Janeiro à sua família em Lisboa, de 1811 a 1821. In: *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, vol. LVI, 1934. Rio de Janeiro: Ministério da Educação, 1939, p. 41, *apud.*, IPANEMA, Cybelle. *História da ilha do governador*. Rio de Janeiro: Ed. Marcello de Ipanema, 1991, p. 180.

<sup>273</sup>. EBEL, Ernst. *O Rio de Janeiro e seus arredores em 1824*. São Paulo: Editora Nacional, 1972, p. 95.

sul”. Seguindo suas coordenadas, que além de apontar-lhe a direção, sugere a existência de uma construção que poderia servir de abrigo nos dias de passeio e relata uma missa vespertina realizada no “Hospital dos Lázaros”, infere-se que se tratava da ilha das Enxadas, que abrigou o mencionado hospital até 1823. Sobre o local, apenas consegui apurar que antes de ser requisitada pelo Príncipe-Regente para a construção de um hospital para marinheiros ingleses, era de propriedade do capitão Filipe Antônio Barbosa, sobre quem também não obtive maiores informações, mas que teria construído ali, ainda nos primeiros anos do século XIX, um sobrado, uma capela, um armazém e um cais.

Quanto aos detalhes do passeio, sabemos que partiram por mar por volta das quatro horas da madrugada de um dia santo, “carregando farnel e uns tantos artigos de mesa mais essenciais”. Não diz, mas é provável que para o deslocamento tenham contratado na praia do Arsenal os serviços de um catreiro, alugando-lhe o barco, como o próprio Luccock fizera tantas outras vezes. Uma vez na ilha, a primeira providencia, além de desembarcar a equipagem, foi a de dirigir-se a uma capela para ouvir missa. O inglês, ao que parece, nisso não acompanhou seus amigos, como os chama. Ao regressarem, no entanto, compartilhou com eles o café da manhã, “cena de ruí-dosa alegria e bom-humor”. Na seqüência, “cada qual tratou de se divertir por sua conta e aos seus companheiros”. Mais especificamente, isso é importante:

Desafiavam-se ambos os sexos em feitos de rapidez, agilidade ou fôrça, com risos e alegrias sem limitações, dando largas à vivacidade de seus espíritos [...] Quando o sol subiu demasiado para que ainda nos permitisse semelhantes exercícios contínuos, a conversa, os jogos de carta e a música preencheram o intervalo que se antepunha ao almôço.<sup>274</sup>

Estas eram atividades em grupo, em que todos pareciam participar dos mesmos divertimentos. Além delas, às vezes ocorria de se subdividirem, cada qual com seus interesses. Luccock, por exemplo, acompanhado por alguns companheiros, decidiu gastar uma hora numa excursão de canoa pelas redondezas. Seu objetivo, segundo conta-nos, era “extrair das profundezas alguns desses animalzinhos singulares que abundam na baía do Rio-de-Janeiro e que creio eu, compensariam largamente uma investigação detalhada dos ictiólogos”. Depois do almoço, “altamente substancioso”, um inevitável repouso. A maioria dormiu em esteiras estendidas sob árvores, mas alguns teriam gozado das “acomodações de um leito”, provavelmente oferecido em troca de pagamento em dinheiro em alguma das instalações da

<sup>274</sup>. Luccock, op.cit., p. 169.

ilha. Por volta das quatro da tarde, “todos tornaram-se a reunir-se, sentando-se em roda no capim, conversando, cantando e gozando das mesmas alegrias, mas já atenuadas”. Ao toque da Ave-Maria regressaram, não sem antes ir novamente ouvir missa, a qual, dessa vez, o protestante inglês parece não ter conseguido escapar.<sup>275</sup>

A descrição de Debret sobre as atividades realizadas nos acampamentos dos sítios e chácaras durante as festas da Páscoa e do Natal (Figura 9, capítulo 3) apontam mais ou menos para os mesmos elementos. Depois da viagem em direção aos arredores da cidade, às vezes mais, às vezes menos longa, seguia-se uma noite de sono e descanso em esteiras desenroladas no chão, “cada qual com seu pequeno travesseiro”. No dia seguinte, no entanto:

Os mais ativos se separam para ir passear ou banhar-se nos pequenos rios que descem das montanhas vizinhas. O exercício da manhã abre o apetite; volta-se para almoçar, mas inventam-se divertimentos mais tranquilos para o momento do sol forte até uma hora da tarde quando se janta. De quatro à sete dorme-se e, depois da Ave-Maria dança-se durante toda a noite ao som do violão.<sup>276</sup>

Um passeio de Carl Seider à Praia Grande – que vimos ser à época um “ponto de romaria dos habitantes europeus do Rio quando querem fazer aos domingos alguma excursão de recreio” – reitera as circunstâncias. Depois da viagem de barco atravessando a baía de Guanabara:

Tudo então é vida e rumor; não falta música, dança, e cantoria, alegria, expansividade e loucura. Vinho e amor dão a nota fundamental na epopéia desse dia de prazer. Vai-se tecendo contente o sonho até noite adentro e acorda-se na manhã seguinte com dor de coração e de cabeça, pois o reino da bemaventurança dissipou-se ante a pressão dos trabalhos diuturnos dum presente de lutas.<sup>277</sup>

Era assim, portanto, que se desfrutava um dia dedicado ao lazer na natureza em princípios do século XIX: cantando, dançando e tocando música; jogando cartas; excursionando de canoa; descansando em esteiras sob árvores; conversando ou desafiando homens e mulheres para “feitos de rapidez, agilidade ou força”, tudo com “risos e alegrias sem limitações, dando largas à vivacidade de seus espíritos”, ou protagonizando “episódios felizes, cuja recordação encantar-se-á um dia a velhice”.<sup>278</sup>

<sup>275</sup>. Ibid., p. 170.

<sup>276</sup>. DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Tomo 2, v. 3. São Paulo: Martins / EDUSP, 1972, p. 144.

<sup>277</sup>. SEIDER, Carl. *Dez anos no Brasil*. São Paulo: Martins, 1951, p. 32-33.

<sup>278</sup>. Debret, op.cit., p. 144.

Além das ilhas ou praias, excursões às montanhas cariocas eram altamente recomendadas. O Corcovado, por exemplo, deveria ser “o primeiro passeio que o visitante deve fazer no Rio de Janeiro”, segundo sugestão de Daniel Kidder. Sua considerável altitude, garantia ao observador “o maior e o mais belo panorama jamais contemplado por olhos humanos”. Para ele, “por mais que contemplássemos aquele panorama deslumbrante, magnífico, os nossos olhos jamais se fartavam”.

Eram passeios movidos pela busca de exercício ou de solidão, capazes de proporcionar “inefável repouso ao espírito”. À época de Kidder, por volta do início dos anos 1840, já se fazia referência a um rancho situado “a não longa distancia do cume”, onde se podia parar para almoçar durante o trajeto de ascensão. No mesmo sentido, no alto da montanha, foram instalados sob uma rocha enorme, quase destacada do resto da montanha, alguns postes de ferro a fim de “evitar acidentes”. Tal medida garantiria que a tal rocha pudesse sustentar sobre ela “cinquenta pessoas, todas apreciando o panorama ao mesmo tempo”.<sup>279</sup> Gravuras de Joseph Alfred Martinet, francês que chegou ao Brasil em 1841 a bordo do *Le Béranger*<sup>280</sup>, considerado por Gilberto Ferrez “o melhor litógrafo que por aqui trabalhou”<sup>281</sup>, mostram esses arredores do Rio de Janeiro, bem como esses “melhoramentos”, deixando ver os costumes de visita das paragens como retiro de lazer e contemplação nos idos daqueles anos. Mais particularmente, uma série de três desenhos sobre as vistas da cidade tomadas do Corcovado exibe a maneira pela qual tais passeios pareciam realizar-se, denotando, de certo modo, tratar-se de costume relativamente consolidado (Figuras 16, 17 e 18).

Ainda nos anos 1820, relatos de Debret já falavam de uma clareira que fora aberta no Corcovado para a instalação de um telégrafo de sinais logo depois da Independência. Essa clareira, segundo ele, logo passou a servir às refeições campestres da corte. Nas suas palavras:

A partir desse momento, a viagem ao Corcovado tornou-se um passeio para a Corte, os estrangeiros e o resto da população ativa, que a isso consagrava o domingo. Com efeito, esse trajeto, admirável pela variedade do solo, apresenta a cada passo deliciosas paradas, algumas das quais, procuradas por

<sup>279</sup>. KIDDER, Daniel Parish. *Reminiscências de viagens e permanência no Brasil*: Rio de Janeiro e província de São Paulo. Brasília: Senado Federal, 2001, p. 113 e 114, respectivamente.

<sup>280</sup>. FERREIRA, Orlando da Costa. *Imagem e letra*. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 1994, p. 388.

<sup>281</sup>. FERREZ, Gilberto. *Iconografia do Rio de Janeiro (1530-1890): catálogo analítico*. Rio de Janeiro: Casa Jorge Editorial, 2000, 2 vols.

suas nascentes e pela frescura de suas folhagens, são continuamente freqüentadas por grupos numerosos que aí passam de bom grado um dia inteiro.<sup>282</sup>

Aproximadamente 20 anos antes das litografias de Martinet, seu conterrâneo Debret já mencionava um “*rond-point*” (sic) que se encontrava à pequena distância do cume, perto da nascente mais alta. O local, de acordo com o relato do pintor francês, era “bem abrigado e preparado graças a uma pequena derrubada e reservado pelo Imperador a um acampamento provisório para os dias em que a Corte aí vai fazer uma refeição campestre”.<sup>283</sup>

Por volta de 1824, C. Schlichtorst também considerava este mesmo caminho “sobremodo atraente”, ao mesmo tempo em que o reconhecia como sendo “freqüentemente percorrido por estrangeiros”.<sup>284</sup> Schlichtorst, do mesmo modo, também mencionava instalações pelo caminho, como é o caso de um telheiro aberto para dar descanso aos cavalos ou, mais emblematicamente, uma cabana onde jovem suíça de nome Luísa, servia “modesto almoço com natural alegria, a todos encantando pelo interessante contraste da sua formosura virginal com a sensual beleza das cariocas”.<sup>285</sup>

Não sabemos se é aquela mesma instalação a que se referiu Daniel Kidder pelos idos de 1840. No cume da montanha, entretanto, é certo que as construções anotadas por Schlichthorst referem-se as mesmas registradas por Debret entre 1816 e 1831, e confirmadas pelas litografias de Martinet ainda entre as décadas de 1840 e 1850 (ver Figuras 16 à 19). Trata-se, nas palavras de Schlichthorst, de “um pavilhão hexagonal” e “longo mastro do telégrafo”. À sua época, não havia ali, no cume, especificamente, possibilidade de adquirir bebidas ou alimentos. Segundo ele, “na casinha do telégrafo encontramos dois velhos inválidos prepostos à sua guarda”. A condição frustrou a esperança do alemão de obter pelo menos farinha e cachaça, haja vista que suas próprias provisões já haviam sido devidamente devoradas. Mas se o dinheiro não tinha ali qualquer utilidade, palavras amáveis e gentileza garantiram o mínimo, pois os guardas ofereceram seu jantar aos estrangeiros.

<sup>282</sup>. Debret, op.cit., p. 276.

<sup>283</sup>. Ibid.

<sup>284</sup>. Não por acaso, pessoas de diferentes nacionalidades cruzavam-se vez por outra por algum desses caminhos. O próprio Schlichtorst [*O Rio de janeiro como é* (1824-1826): uma vez e nunca mais. Brasília: Senado Federal, 2000, p. 205] registra um curioso encontro com “Mistress Graham”. A dama encontrava-se no alto do Corcovado, assentada junto à fonte que abastecia a cidade através do Aqueduto, esboçando à vista do vale e das serras que emolduram o olhar, ao mesmo tempo em que bebia chocolate “num copo e não numa xácara, acontecimento na verdade inaudito na vida de uma inglesa”.

<sup>285</sup>. Schlichtorst, op.cit., p. 202.

O jantar dos dois inválidos consistia em carne-seca assada nas brasas e feijão abundantemente temperado com pimenta e suco de limão. Os bons homens o compartilharam conosco, mas tivemos de saciar a terrível sede, que nos veio depois, na linfa cristalina da fonte. Ambos desculparam a falta absoluta de bebidas alcoólicas com o mesmo motivo: a propensão de cada um deles para escorropichar o líquido que houvesse. Todavia, confessaram que, sendo o caminho freqüentemente percorrido por estrangeiros, seria bom negócio tê-las à venda.<sup>286</sup>

Portanto, embora o período entre 1840 e 1850, de fato, registre uma tendência cada vez maior na disseminação e consolidação desses hábitos, antes disso se tem indícios que atestam, de maneira até bastante óbvia, um processo de formação ao menos relativamente deflagrado. Além dos exemplos já citados envolvendo Debret e Schlichtorst, poderíamos mencionar ainda, permanecendo nos caminhos do Corcovado, o caso de Tomas Ender. Sabe-se, com certeza, que por volta de 1817 o pintor austríaco realizou uma excursão por estas paragens na companhia dos pesquisadores bávaros Martius, Spix, uma figura de nome Slaminy, dois escravos, além do diplomata russo no Brasil, Conde de Langsdorff. Deste passeio – que provavelmente foi seguido de outros – resultaram duas belas imagens, um desenho a lápis e uma aquarela, a saber: *Café da manhã no Corcovado* (Figura 21) e *Uma excursão ao Corcovado* (figura 20), respectivamente. O primeiro, inclusive, traz inscrições na parte de baixo da gravura indicando o posicionamento de cada uma das personagens representada.

Para além do Corcovado, ainda nos primeiros anos do século XIX, outras escarpas das encostas cariocas serviriam não só aos passeios a pé ou a cavalo, mas também ao desejo de galgar-lhes os cumes. Daniel Kidder, durante passeio ao morro do Pão de Açúcar, em que recolheu – segundo relata – “minerais e conchas nas pedras fragmentadas de sua base”, aproveita o ensejo para dar breves notícias das várias tentativas feitas no sentido de escalá-lo, embora ele mesmo admita jamais ter sentido tal desejo.

Dizem que um oficial inferior da marinha norte-americana foi o primeiro a conceber e executar o arrojado plano de escalar suas escarpas rochosas. Todavia, há quem queira reivindicar essa glória para um marinheiro austríaco. Seja qual tenha sido o primeiro a subir ao Pão de Açúcar, o fato é que a primeira mulher a tentar a empresa foi D. América Vespuci, em 1838: tendo, porém, falhado a dama ousada, pode-se supor que, por um gesto de cavalheirismo, os moços estivessem, desde então, desinteressados da tentativa.

<sup>286</sup>. Schlichtorst, op.cit., p. 208.

Mais tarde, porém, outros, afrontando graves perigos e mesmo correndo risco de vida, conseguiram atingir o topo da pedra.<sup>287</sup>

América Vespucci teria sido uma italiana que esteve no Brasil, tendo, supostamente, escalado ou tentado escalar a montanha por volta de 1838. Particularmente, não encontrei nada mais concreto sobre a personagem, tampouco sobre o seu feito. De maneira mais geral, contudo, a própria realização da escalada dessa montanha pelos idos desses anos é controverso. A data e os autores do feito são até hoje móveis de imprecisões especulativas. Em 1917, o historiador William Koebel já sinalizava nesse sentido, embora terminasse por atribuir a façanha a um marinheiro inglês, que, segundo ele, teria subido o Pão de Açúcar e fixado em seu topo uma *Union Jack*.<sup>288</sup>

É perfeitamente possível que a empresa tenha sido, de fato, mais uma das muitas fanfarrônicas de marinheiros, costumeiramente vistos ao redor das ruas portuárias jogando, bebendo, interagindo com mulheres de “má sorte” ou simplesmente cometendo toda sorte de escândalos que a boa educação cala e a moral impede de citar. Por outro lado, graça entre os montanhistas cariocas a história de Enrieta Carstiers, uma inglesa que ainda em 1817 teria, aí sim, escalado o Pão de Açúcar e desfraldado a bandeira da Inglaterra em seu topo. No entanto, apesar da força dessa tradição oral e das muitas referências a tal acontecimento, também não encontrei nenhum documento que a confirmasse.

Por volta de 1819, Henry Chamberlain comentara a respeito de uma “tradição corrente” que destacava “o capitão de uma nau mercante” como o primeiro autor de tal proeza, pelos idos de 1818, de acordo com o que se dizia. Em seguida, o tenente inglês passa a narrar em detalhes a realização da proeza, bem como sua percepção e conseqüências:

---

<sup>287</sup> Kidder, op.cit., p. 118.

<sup>288</sup> KOEBEL, William Henry. *America: a history of british activities in exploration, military adventure, diplomacy, science and trade, in Latin America*. New York: 1917, p. 372.



Figura 16 – Alfred Martinet, *Rio de Janeiro e seus arredores (do Corcovado) n. 1*, Gravura (sem data).

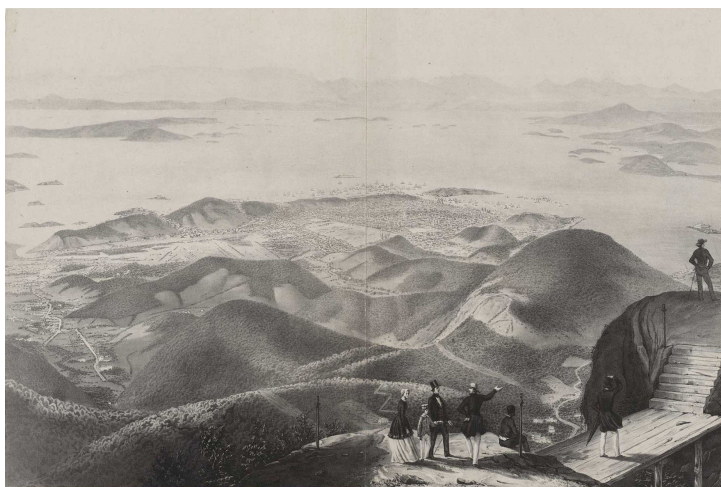


Figura 17 – Alfred Martinet, *Rio de Janeiro e seus arredores (do Corcovado) n. 2*, Gravura (sem data).



Figura 18 – Alfred Martinet, *Rio de Janeiro e seus arredores (do Corcovado) n. 3*, Gravura (sem data).  
A série de três gravuras retrata os costumes de lazer da elite, além de exibir melhoramentos nesses sítios de prazer na natureza.



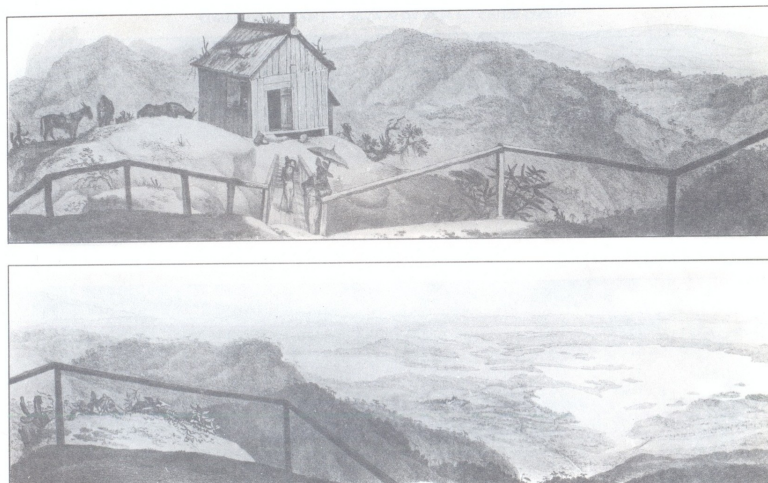


Figura 19 - Jean-Baptiste Debret, *Panoramas do interior da baía do Rio de Janeiro*. (1816-1831). A gravura, tal como a série de Alfred Martinet, exhibe construções no alto do Corcovado, usadas durante os passeios e excursões àquela localidade



Figura 20 – Tomas Ender, *Uma excursão ao Corcovado* (1817-1818).



Figura 21 – Tomas Ender, *Café da manhã no Corcovado* (1817-1818). As duas imagens de Tomas Ender exibem cenas de uma excursão ao Corcovado. A segunda, pelas características, provavelmente realizou-se rapidamente no local, apenas para fixar seus elementos na memória ou então para servirem de rascunho no futuro para formas mais elaboradas, como eram comum na ocasião.





Figura 22 – Nicolas Taunay. *Vista da baía do Rio tomada das montanhas da Tijuca e do Alto da Boa Vista* (1816-1821).

No canto inferior direito do quadro, em miniatura, uma família desfruta os prazeres do contato e da imersão lúdica na natureza durante seu tempo livre.



Figura 23 – Tomas Ender, *Grande cachoeira da Tijuca* (1817-1818).

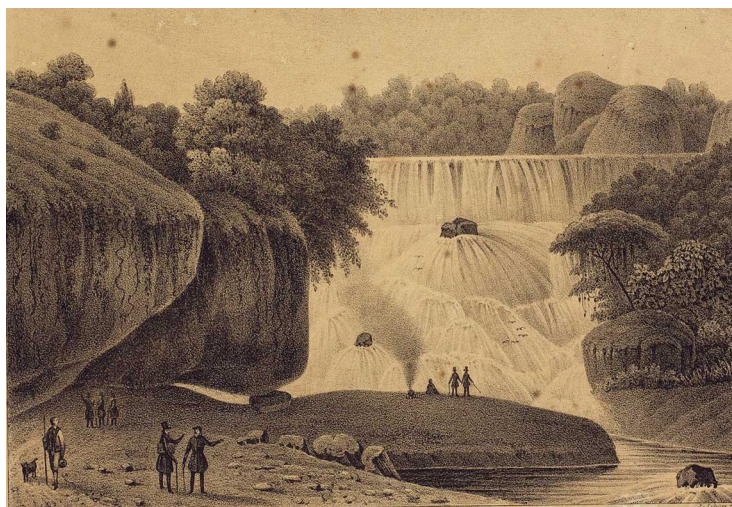


Figura 24 - Jan Frederik Schutz, *Cascata da Tijuca*, litografia (sem data).

Duas imagens exibindo a utilização das cachoeiras da Tijuca como sítio para o lazer da época.

No ano de 1818, um grupo de jovens fidalgos, pertencentes ao séquito do Embaixador Austríaco Conde Eltz, resolveu fazer a tentativa. E, acompanhado por dois oficiais e alguns marinheiros de duas fragatas (austríaca e inglesa) ancorados na Baía, conseguiram o intento. Escolheu-se o lado Este por ser o mais fácil para subida, porém custarem-lhe duas horas de perigos e exaustivos esforços, para galgar o pico. Depois de depositarem, debaixo de uma pedra, uma garrafa contendo um papel com o nome dos expedicionários, e de terem erigido um mastro e içado uma bandeira branca, com uma cruz encarnada, iniciaram a descida. Mas ao chegarem ao pé do morro não foi sem grande espanto que receberam voz de prisão e foram conduzidos à casa de Guarda. Entrementes, a bandeira fôra vista na cidade, criando grande alarme e consternação. Houve quem supusesse fôsse sinal de revolução, outros que um inimigo tinha desembarcado e alguns pensaram que não seria de todo impossível ser aquilo obra do diabo. Foram enviados mensageiros ao Rei em Santa Cruz afim de transmitir a assombrosa notícia. Ordens foram dadas para que se retirasse a bandeira, e um capitão, aventureiro e leal, apresentou-se voluntariamente para fazê-lo. Por isso foi, ao que consta, promovido imediatamente a major. De forma que a brincadeira trouxe vantagem para alguém”.<sup>289</sup>

Antes ainda, naquela comitiva inglesa que se dirigia à China em 1792, “o senhor George Stauton, juntamente com um grupo de pessoas, fez uma excursão até uma montanha chamada Pão de Açúcar”; é o que sabemos através de Aeneas Anderson, criado pessoal do embaixador que chefiava a missão.<sup>290</sup> Ao que parece, George Staunton não teria chegado a escalar a montanha. Independente disso, o certo mesmo é que, subindo ou não até os seus cumes, passeios pelas montanhas começaram a se formar como costumes no Brasil já na transição dos séculos XVIII e XIX. Ao lado de passeios de barco, piqueniques, domingos e dias-santo em casas de campo, essa era mais uma opção de lazer na natureza.

O ar frio, puro e revigorante de montanhas como as do Corcovado, de Teresópolis, mas também da Tijuca era mais e mais procurado para curar-se de enfermidades comuns da cidade, ou apenas para se entregar à rudeza da vida simples e solitária, conforme esclarecia Daniel Kidder a respeito da Tijuca, dizia que “estando situado tão próximo do Rio de Janeiro, esse local é bastante procurado, principalmente na estação estival [...] Nessa época, todas as casas são alugadas, em geral, para famílias estrangeiras”.<sup>291</sup> Luccock, antes dele, dizia

<sup>289</sup>. Chamberlain, op.cit., p. 53-54. Parece-me bastante interessante destacar a presença de alguns elementos que continuariam a perfazer os costumes de montanhistas cariocas ao longo de quase todo o século XX, como é o caso do hábito de deixar no alto da montanha um papel com o nome dos participantes da empresa ou o de içar bandeiras.

<sup>290</sup>. ANDERSON, Aeneas. A narrative of the British embassy to China in the years 1792, 1793 and 1794. London: J. Debrett, cap. I, p. 16-24. In: FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. *Visões do Rio de Janeiro Colonial: antologia de textos (1531-1800)*. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008, p. 316.

<sup>291</sup>. Kidder, op.cit., p. 144.

que “a cascata, bem como seu cenário pitoresco”, atraíam “os habitantes da cidade, em seus dias de repouso”.<sup>292</sup> Henry Chamberlain foi outro que recomendou o passeio, classificando sua paisagem como “pitoresca” e seus caminhos como “românticos e lindos”, merecedores da “atenção dos forasteiros que visitam o país”. Destacava que no sopé da correnteza formada por uma volumosa cascata, havia “mesas de refeições que os visitantes trazem sempre consigo por não haver nas vizinhanças nada que se possa comer ou beber, além da água dos rios”.<sup>293</sup>

Nicolas Taunay foi outro estrangeiro que visitou as cercanias da Tijuca. Nesse caso, inclusive, mais do que uma simples visita, Taunay estabeleceria residência no local, às margens de uma cachoeira que mais tarde até levaria o seu nome, tal o nível de associação que estabelecera com o lugar. Em 1872, no seu romance *Sonhos d'Ouro*, ambientado na Tijuca, José de Alencar faria uma verdadeira ode ao lugar que dali por diante se reconheceria pelo nome “Cascatinha Taunay”:

Há cascatas muito mais ricas e abundantes do que essa, não só na grande massa das águas como na vastidão e aspereza dos penhascos. Têm, sem dúvida, aspecto mais soberbo e majestoso, inspiram n'alma pensamentos mais graves e sublimes. A Cascatinha da Tijuca, porém, prima pela graça; não é esplêndida, é mimosa; em vez de pompa selvagem respira uma certa gentileza de moça elegante; bem se vê que não é filha do deserto; está a duas horas da Corte, recebe freqüentemente diplomatas, estrangeiros ilustres e a melhor sociedade do Rio de Janeiro.<sup>294</sup>

Afamado pintor francês, Taunay era um especialista em paisagens. Antes mesmo de vir ao Brasil, já era apaixonado pelas cenas da natureza. Em 1776, excursionou com amigos pela Sabóia e pela Suíça, onde fazia perambulações por florestas, observando rochas, árvores e rios. Por volta de 1793, refugiou-se do conturbado contexto político francês comprando uma casa que pertencera a Rosseau, em Montmorency, local muito arborizado, localizado a poucos quilômetros de Paris, em que se buscava sossego e inspiração. Em 1816, novamente por motivações de ordem política, Taunay viajou para o Brasil, acompanhando um grupo de artistas, a maioria colegas da Academia Francesa de Artes, que tomavam a mesma decisão. De acordo com Lilia Schwarcz, “Nos primeiros momentos de instalação na corte do Rio de Janeiro, Taunay pensava apenas na possibilidade de ficar apartado da guerra e de retratar, mais uma vez, a natureza”. Com esse espírito, adquiriu assim que pôde um terreno de 422 mil metros quadrados, na Tijuca, onde construiu então uma casa, “pequena, mas

<sup>292</sup> Luccock, op.cit., p. 191-192.

<sup>293</sup> Chamberlain, op.cit., p. 53-54.

<sup>294</sup> ALENCAR, José de. *Sonhos d'ouro*. São Paulo: Ática, 1981, p. 21.

confortável”. Na Tijuca recuperou o costume de empreender longas caminhadas pela floresta. “Taunay sempre se considerara um ‘amigo da natureza’, e a Tijuca relembra seu refúgio em Montmorency”.<sup>295</sup>

Seus quadros eram a expressão dos seus sentimentos diante da natureza local. Mergulhado na paisagem grandiosa, nota-se uma visão claramente encantada, emocionada até, em que o homem aparece sempre em miniatura, diminuto diante da majestade e exuberância das florestas tropicais. No que toca as diversões campestres, *Vista da baía do Rio tomada das montanhas da Tijuca e do Alto da Boa Vista* é um dos melhores exemplos (Figura 23). O quadro exhibe pessoas desfrutando de momentos agradáveis em meio à natureza, acompanhadas, como de praxe, por um escravo negro, de pé, carregando grande volume sobre a cabeça. Segundo análise de Lilia Schwarcz, trata-se de um grupo de nobres em trajes bem definidos aproveitando do ambiente campestre. Segundo ela ainda, a cena mais parece uma paródia do gênero *fêtes galantes*, estilo de pintura que exibia os prazeres da aristocracia, entre os quais o passeio no campo, e que na ocasião fazia bastante sucesso na França.

Apesar da notabilidade, Taunay não fora o primeiro, tampouco o único a tomar a iniciativa de ir morar na Tijuca. Quando conheceu o local, ali já havia propriedades semelhantes a que ele próprio pretendia construir. Muitas, inclusive, eram de contrerrâneos seus: franceses que pretendiam explorar a fertilidade da terra ou apenas usufruir do seu agradável clima. Conde de Gestas, cônsul da França no Brasil, muito conhecido à época, foi provavelmente um dos primeiros a ocupar um sítio na Tijuca. Sua *Fazenda Bela Vista* era o resultado da aquisição de uma sesmaria até então de propriedade do Visconde de Asseca. Sob o comando do Conde de Gestas, a fazenda ficaria conhecida por abrigar o que havia de mais avançado no setor agrário, além das costumeiras amenidades. Consta que D. João era visita freqüente. O sucesso do empreendimento atraiu outras pessoas e logo o conde de Gestas se veria acompanhado: Conde de Scey, Baronesa de Rouan, Príncipe Montbéliard, madame Roquefeuil e Louis Lecesne (ou Lezesne, de acordo com as fontes) eram alguns dos nomes que passariam a habitar as frondosas serras da Tijuca. Se nos princípios do século XIX o bairro de Botafogo ficou reconhecido por alguns como “Aldeia Inglesa”, devido ao grande número de estrangeiros dessa nacionalidade que residiam no local, a serra da Tijuca bem poderia ter sido brindada com o nome de “Aldeia Francesa”.

<sup>295</sup>. SCHWARCZ, Lilia. *O sol do Brasil*. São Paulo: Companhia das letras, 2008, p. 243 e 258, respectivamente.

Quanto as possibilidades de valer-se do lugar para lazeres em geral, desde os fins do século XVIII registra-se acontecimentos nesse sentido. Em 1792, John Barrow fala de uma “curta excursão ao vale da Tijuca”, onde descansou sob a “sombra fresca de majestosas árvores”, ouviu o “concerto campestre executado por inúmeros pássaros”, além de ter apreciado uma “magnífica cascata”, que lhe pareceu “ser freqüentemente visitada, pois havia uma grande quantidade de nomes gravados sobre as paredes de uma caverna das imediações”.

296

---

<sup>296</sup>. BARROW, John. A voyage to Conchinchina in the years 1792 and 1793. London: T. Cadell and W. Davies, 1806, cap. IV, p. 72-106. In: FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. *Visões do Rio de Janeiro Colonial: antologia de textos (1531-1800)*. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008, p. 308.

## **CAPÍTULO 8**

### **SER ÚTIL AINDA QUE BRINCANDO**

Em fins do século XVIII, um dos principais atrativos para o lazer de alguns habitantes do Rio de Janeiro era o Passeio Público. Ana Maria de Carvalho refere-se ao lugar como “o primeiro local de lazer do carioca”. Talvez não tenha sido propriamente o primeiro, pois antes dele havia lugares como a Casa da Ópera e o Teatro dos Vivos, que foram edificadas especificamente para o oferecimento regular de divertimentos. Mas o Passeio Público foi certamente o mais ostensivo nesse sentido, isto é, o que mais exibiu uma profunda articulação com um amplo programa de reformas políticas e urbanas, que além de espaços de lazer, incluía também o saneamento, o abastecimento de água e o embelezamento da cidade, tudo com a firme intenção de deflagrar o progresso da civilização na Colônia. À frente da ambiciosa missão, um homem de idéias esclarecidas, D. Luis de Vasconcellos e Souza. Por trás do surto de racionalização urbanística, o desejo de adequar a cidade aos modernos conceitos iluministas das capitais européias, um processo de civilidade e esclarecimento, do qual o Passeio Público era peça-chave.

Desde a segunda metade do século XVIII, Portugal vivia sob influencia de modernas concepções filosóficas, nomeadamente o Iluminismo. Mas em 1777, a ascensão de D. Maria I ao trono deu início ao período da “viradeira”. Conhecida pela sua extrema devoção religiosa, sua coroação fez logo afastar o homem forte do reinado anterior, Marques de Pombal, déspota esclarecido, empenhado em adaptar a moderna filosofia das Luzes às necessidades do sistema colonial português. Contrariando parte das orientações da antiga Secretaria de Estado, D. Maria permitiu até uma retomada da influência da Igreja – cujo poder havia sido drasticamente reduzido. Entre outros acontecimentos decorrentes, professores e alunos da Universidade de Coimbra, recém reformada em seus estatutos, foram presos ou expulsos pela Inquisição sob acusação de heresia.

O período, entretanto, não foi dotado de tanto radicalismo quanto parece. No dizer de Fernando Novais, que analisou justamente o período entre a ascensão de D. Maria I e a regência de D. João, “o período que se segue ao ‘consulado pombalino’ aparece-nos muito

mais como seu desdobramento que sua negação”.<sup>297</sup> Ainda segundo ele, os anos entre 1750 e 1777 serviram à criação de condições e pré-requisitos para uma ulterior incorporação do pensamento ilustrado. Como resultado, o período da “viradeira”, a despeito dos antagonismos ideológicos declarados ao governo anterior, foi palco de um conjunto de ações que seguiram reformando o antigo sistema colonial nos mesmos termos que aquele praticado por Pombal. Aprofundou-se a dinamização da produção colonial, com incentivo à diversificação da agricultura e introdução de novas culturas; também das preocupações com melhorias das técnicas de produção agrícola, da reforma do ensino, do combate ao contrabando e do estímulo ao comércio entre as Colônias, inclusive com autorização para que certos gêneros de produção girassem livremente entre alguns dos seus portos.

A nomeação de D. Luis de Vasconcellos como vice-rei em meados de 1778 é mais uma ação inserida, de certo modo, nesse conjunto de iniciativas. Instruído por Martinho de Melo e Castro, Secretario de Estado do novo governo português, a construção do Passeio Público estava radicalmente circunscrita a todo um conjunto de ações. Pretendia-se mesmo, de acordo com análise de Nireu Cavalcanti, oferecer aos cariocas a possibilidade de “demonstrarem o grau de civilidade que possuíam, bem como os gestos e as maneiras de uma educação requintada”.<sup>298</sup> Particularmente, o lugar equivalia no dizer de Ana Maria de Carvalho, à implantação decidida e triunfante do programa iluminista na capital do vice-reino. Segundo ela:

À Corte monárquica interessava seduzir e controlar àquela inquieta burguesia colonial (à sombra da qual se gerara), que estava se tornando perigosamente representativa na sociedade carioca não só pelos vínculos financeiros que começara a estabelecer com a aristocracia rural, como pelo desprestígio sofrido pelo clero confessional a partir da administração pombalina. Fez-se necessário evidenciar-lhe um espaço. O modelo escolhido foi um dos mais representativos do ideal de civilidade instituído nas modernas cidades européias da época: um monumental jardim público, como sinônimo de bom gosto, luxo e entretenimento – uma expressão da natureza dominada pela razão do homem.<sup>299</sup>

A expressão “sou útil ainda que brincando”, imprensa na Bica do Menino, escultura de um cupido alado que compunha parte das construções do Passeio era o reflexo

<sup>297</sup>. NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 2001, p. 224.

<sup>298</sup>. CAVALCANTI, Nireu. *O Rio de Janeiro setecentista*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004, p. 314.

<sup>299</sup>. MONTEIRO DE CARVALHO, Ana Maria Fausto. *Mestre Valentim*. 1. reimp. São Paulo: Cosac & Naif, 2003, p. 15.



acabado do próprio pensamento iluminista, que pretendia aproximar o fazer artístico de um forte senso de utilitarismo, “uma expressão da natureza dominada pela razão”.

São muito poucas as informações a respeito do seu processo de construção e idealização. Através dos traços assumidos, reconhece-se hoje que estivesse influenciado e conformado à moda do Passeio Público de Lisboa, cuja construção, por sua vez, articulava-se com o “plano de reedificação da Baixa”, projeto de reconstrução da capital portuguesa depois do terremoto de 1755, que mais do que simplesmente reconstruir o que havia sido destruído, pretendia estabelecer horizontes racionalmente planejados de crescimento urbano.

A construção do Passeio de Lisboa, especificamente, iniciou-se por volta de 1764, sob o projeto do arquiteto português Reinaldo Manuel dos Santos, com o objetivo de contribuir para o ordenamento do espaço público e para a formosura e saneamento da cidade.<sup>300</sup> Foi-lhe destinado terrenos da Horta Seca e dos Palácios Castelo-Melhor, de propriedade da família, justamente, de D. Luis de Vasconcellos.



Figura 25 – *D. Luis de Vasconcelos e Souza*, (sem data).

Imagem de D. Luis de Vasconcelos, vice-rei que se empenhou em mudar a fisionomia urbana do Rio de Janeiro, construindo, entre outras coisas, o Passeio Público da cidade.

<sup>300</sup>. LE CUNFF, Françoise. Do passeio público ao parque da liberdade. *Camões*, n. 15/16, 2003.



Figura 26 - Leandro Joaquim, *Lagoa do Boqueirão da Ajuda*, óleo sobre tela (1789). O quadro exhibe a região onde atualmente se encontra o Passeio Público, provavelmente momentos antes de ser aterrado.



Figura 27 – Richard Bates, *Terraço do Passeio Público visto da Igreja de N. S. da Glória*, Aquarela (1809).

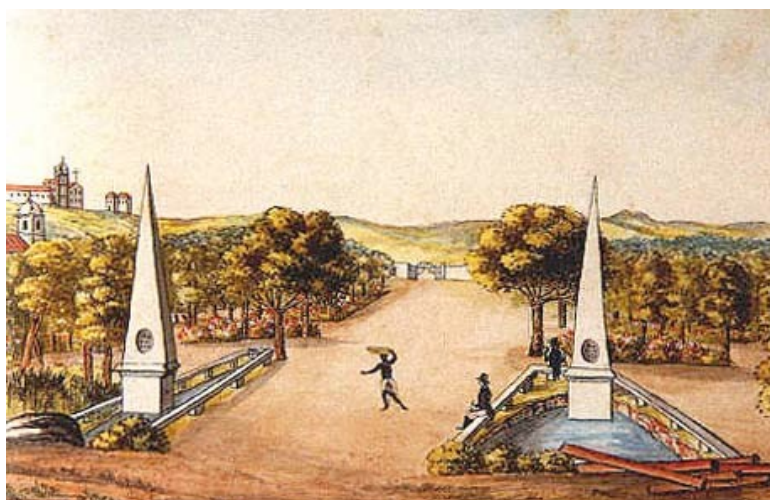


Figura 28 – Franz Fruhbeck, *Passeio Público*, guache sobre papel (1817).



Figura 29 – Tomas Ender. Grupo no passeio público (1817-1818).



Figura 30 – Alfred Martinet, O Passeio público, Litografia (1847).



Figura 31 – Alfred Martinet, Passeo Publico, Litografia (sem data).





Figura 32 – K. Loeillot de Mars, *O Passeio Público – entrada*, Litografia aquarelada (1835).



Figura 33 – Eugene Cicère, *Panorama do Rio de Janeiro tomada do Passeio Público*, Litografia (1854).

No Rio de Janeiro, tudo indica que as obras de aterramento visando o Passeio Público iniciaram-se em 1779. Portanto, quase imediatamente à sua chegada ao Brasil, que aconteceu em março daquele ano, o novo vice-rei já deflagrara as primeiras iniciativas para levar adiante suas ambições urbanizadoras, entre as quais se incluía a construção do Passeio Público. Iniciou-lhes com o aterramento da Lagoa do Boqueirão da Ajuda e imediações, a partir de material retirado com o desmonte do outeiro das Mangueiras, um contraforte do morro do Desterro, situado próximo à Lapa (Figura 26). Os recursos para o empreendimento vinham do trabalho de uma “casta de vadios que commettem insultos e

extravagancias inauditas”. Detidos na fortaleza da ilha das cobras, para onde eram enviados os acusados e detidos por essa infração, a intenção, na verdade, era puni-los com demonstrações severas que servissem de exemplo e de estímulo para coibir tal tipo de comportamento; “reprimir o vício, promover o trabalho, e tirar da ociosidade uma espécie de lucro, e de ganho de utilidade d’aquelles mesmos que o desprezam”, conforme declara o próprio vice-rei no seu relatório ao Conde de Resende. Além disso, utilizava-se também dos rendimentos decorrentes do açoite de escravos, devidamente guardados num cofre no calabouço daquela mesma fortaleza, a fim de servirem às obras públicas da cidade, particularmente à construção do Passeio. “Todos estes rendimentos, que se tem apurado por um methodo e escripturação abreviada, se tem consumido nas obras do passeio público, a que as pequenas rendas da camara, e as poucas forças da fazenda real não podiam acudir”.<sup>301</sup>

Entretanto, um ofício que prestava contas à Metrópole sobre as rendas e as despesas no Vice-Reino datado de julho de 1781, quando as obras já haviam se iniciado, não menciona nenhum gasto específico com a construção do Passeio propriamente dito.<sup>302</sup> Não quer dizer que iniciativas nessa direção não tivessem já se deflagrado. Diferentemente, a notícia apenas confirma que frentes de trabalho compostas pelos “vadios” detentos na ilha das cobras tenham sido diretamente empregadas na sua construção.

Informações precisas sobre o término da obra ou sobre possíveis cerimônias de inauguração também são pontos obscuros. Supõe-se razoavelmente que por volta de 1783 as obras de construção tenham se encerrado. Segundo avaliação de Moreira de Azevedo.

No fim de quatro annos de trabalho estava concluído o Passeio que abriu-se em 1783, talvez em algum dia de festejo real; e desde então tornou-se um lugar de recreio público, e o ponto preferido pelo povo que ahi ia esparecer, apreciar o luar límpido, o bater das ondas, o aroma alpestre do arvoredo, e o gorgueio dos passarinhos. De noite nos bancos de pedra collocados sob as arvores ouvia-se tanger a viola, ou gemer a rabeca ao som melodioso de alguma voz que entoava cantigas em voga.<sup>303</sup>

<sup>301</sup>. VASCONCELLOS DE SOUZA, Luis de. Relatório do vice-rei do estado do Brasil Luiz de Vasconcellos ao entregar o governo ao seu successor o conde de Resende. *Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*, Rio de Janeiro, tomo XXIII, 1860, p. 183.

<sup>302</sup>. VASCONCELLOS E SOUZA, Luis de. Novas culturas, obras publicas, rendas e despezas do Brasil nos tempos coloniais. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, tomo LI, parte 2, p. 183-194, 1888.

<sup>303</sup>. AZEVEDO, Moreira de. *O Rio de Janeiro: sua história, monumentos, homens notáveis, usos e curiosidades*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1877, p. 448.

Indício nesse sentido seriam as palavras do poeta Bartholomeu Antonio Cordovil dando notícia sobre o início do funcionamento dos jacarés de bronze do Passeio Público, muito possivelmente escritas justamente em 1783, pois, nesse ano, o poeta mudar-se-ia para Goiás na companhia do governador Tristão da Cunha Menezes. Portanto, é razoável supor que seus versos tenham sido escritos antes da sua viagem. De maneira até mais ostensiva, em 1785, já se registrava versos dedicados ao Passeio, dessa vez de autoria do poeta Manoel Ignácio da Silva Alvarenga.<sup>304</sup> Sabe-se também que em 1786 o Passeio Público serviu de palco para as comemorações do casamento de D. João com D. Carlota Joaquina. A esta altura, o lugar já era reconhecido como “a Praça mais lustrosa e pública da cidade”, segundo registra Luiz Edmundo em seu livro sobre o *Rio de Janeiro no tempo dos vice-reis*.<sup>305</sup>

Mas não deixa de ser curioso que a principal personagem a qual a história do Passeio Público estaria tão firmemente associada não tenha se preocupado em fazer muitas referências a sua realização. Apesar de a construção parecer importante às suas finalidades modernizadoras, D. Luiz de Vasconcellos apenas a cita tangencialmente em uma ou duas oportunidades. O relatório ao seu sucessor, por exemplo, que se apresenta como um balanço final de toda sua gestão – que se estendeu até junho de 1790 – prefere concentrar-se nas suas ações de ordenação de exércitos e guarnições; nos empreendimentos de introdução de novas culturas; no estabelecimento de novas aldeias para cessar com as extorsões e as desordens dos “Índios bárbaros”, como fez nos distritos de “Campos do Goytacaz”; nas iniciativas de promover estabelecimentos úteis ao progresso, como o incentivo à mineração; nos melhoramentos tais como a introdução da criação de animais na fazenda real, que se encontrava reduzida à “tristíssima situação”; e sobretudo na demarcação dos domínios do interior da América meridional, talvez por considerá-las “um dos negócios mais importantes d’este governo”.<sup>306</sup>

De todo modo, em que pese o silêncio de seu principal mentor, não parece exagerado entender a construção do Passeio Público como uma importante realização da ilustração setecentista luso-brasileira. Uma série de outras iniciativas importantes sob este mesmo aspecto também não foram citadas, como a manutenção de sociedades literárias e academias de ciência ou a fundação da Casa dos Pássaros. O Passeio Público, além da sua

<sup>304</sup>. Ibid., p. 451 e 449, respectivamente.

<sup>305</sup>. EDMUNDO, Luis. *O Rio de Janeiro no tempo dos vice-reis* (1763-1808). Brasília: Senado Federal, 2000, p. 222.

<sup>306</sup>. Vasconcellos de Souza, 1860, p. 184.

natureza e dimensão intrinsecamente “ilustrada”, tratava-se, sem dúvida, de uma obra de vulto, que mobilizava uma complexa tecnologia de construção para os padrões da época. Foi preciso, afinal, desmontar todo um morro, realizar o aterramento de uma lagoa, aplainar o terreno, além de construí-lo propriamente; esforço, ademais, sempre justificado por razões civilizadoras.

Entretanto, a julgar pela avaliação do próprio D. Luis de Vasconcellos a respeito da dificuldade em outras iniciativas de se converterem os brasileiros aos novos costumes, sua capacidade efetiva de êxito pode ter sido bastante relativa. O incentivo a novas culturas como o linho cânhamo, por exemplo, padecia tanto pela falta de recursos para promovê-la, quanto pela relutância da população em incorporá-la. Nas palavras do próprio Vasconcellos, em ofício da época:

Devo confessar a V. Excellencia, que os effeitos vão correspondendo muito mal ás minhas dilligencias, e que faltam os meios proporcionados para se conseguir um fim tão importante, como se dezeja, e eu procuro. A repugnância d’estes moradores a novas culturas, tantas vezes lamentada, é muito maior a respeito da coxonilha [...] Recebem com uma violência qualquer das razões.<sup>307</sup>

A relutância dos brasileiros em incorporar novos hábitos não esteve restrita apenas a plantação de novas culturas. Em 1799, ainda na esteira da política pombalina de modernização, diversificação econômica e promoção de uma nova ética do trabalho, foi criada em Lisboa a Casa Literária do Arco do Cego, que se articulava com todo o projeto iluminista do Império lusitano. Apesar de ter funcionado por apenas três anos, suas impressoras foram capazes de publicar mais de 80 obras, entre originais e traduções. Apenas para a capitania de São Paulo, segundo cálculos de Roberto Wegner, foram enviados 2.300 livros em 11 remessas, quase todos versando sobre técnicas de melhoramento agrícola e temas afins. Desse total, apenas 25%, aproximadamente, teriam saído dos estoques para as mãos de brasileiros até 1803.<sup>308</sup>

Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça, governador da capitania de São Paulo à época, era um dos que se mostrava desde o início muito pessimista quanto ao destino do material. Já em 1799 anotara em carta a d. Rodrigo de Souza Coutinho, ministro do Ultramar do Estado português na última década do século XVIII, a falta de compradores para

<sup>307</sup>. Vasconcellos, 1888, p. 184.

<sup>308</sup>. WEGNER, Roberto. Livros do arco do cego no Brasil colonial. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, vol. 11, supl. 1, p. 131-140, 2004, p. 136.

os impressos que recebera do Arco do Cego, bem como a negligência e o descuido que havia no cultivo das artes e ciências, de maneira mais geral. Nas palavras de Melo Castro e Mendonça: “não há quem se anime a comprar um só livro, de maneira que muitos dos que se tem espalhado, têm sido dados por mim”. Em outra passagem, dois anos depois, reiterava: “estes livros não tem tido nesta capitania a extração que mereciam, e que eu me prometi quando os recebi”. Segundo avaliação do próprio governador, diretamente incumbido na missão de difundir os novos livros, bem como as idéias que eles traziam consigo, a preferência geral era pelos textos clássicos ou pelos religiosos.<sup>309</sup>

No caso do Passeio Público, contudo, sua mera construção, assim como todo o empenho de D. Luis de Vasconcellos, já denuncia uma clara expectativa por parte das classes dirigentes que o concebeu e o realizou – a despeito da eficiência em realizar suas finalidades. Claro que isso não diz tudo, pois é comum que haja descompasso entre as intenções planejadas e a sua efetiva realização, como as próprias palavras de D. Luis de Vasconcellos sobre a dificuldade de se iniciar o plantio de novas culturas denunciam. É possível, nesse sentido, que o Passeio Público não tenha cumprido os objetivos para o qual fora planejado. É possível, por exemplo, que a população simplesmente não tenha aderido ao costume que o espaço previa e de certo modo induzia, ou então que os usos que a população lhe destinasse contrariassem talvez quase inteiramente as nobres idéias de “civilidade” e “boas maneiras” inicialmente pretendidas com a sua construção. Senão vejamos.

De acordo com as impressões de George Hamilton, cirurgião inglês que esteve no Rio em princípios de 1791, o terraço do Passeio, que ele julgava possuidor de um “mobiliário extremamente requintado”, capaz de oferecer um agradável descanso para um viajante ocioso, era “freqüentado pelas pessoas da moda”, onde “por vezes são realizadas reuniões vespertinas”.<sup>310</sup> Informação tanto quanto diferente da legada por James Tuckley, que um ano depois, no fim de 1792, dizia que no inverno o Passeio ficava vazio. Segundo ele:

As mulheres ficam constantemente em casa e os homens, dependendo do charmoso incentivo da presença feminina, não querem desperdiçar o seu tempo num passeio improdutivo. Seguindo o exemplo do sexo oposto, eles parecem preferir depender o seu tempo na mais completa indolência e, como

<sup>309</sup>. Ibid., p. 137.

<sup>310</sup>. HAMILTON, George. A voyage round the world, in his Majesty's frigate Pandora. Performed under the direction of captain Edwards in the years 1790, 1791, and 1792. Berwick / London: W. Phorson / B. Law and son, 1793, p. 12-19. In: In: FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. *Outras visões do Rio de Janeiro Colonial: antologia de textos (1582-1808)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000, p. 241.



uma andorinha, permanecer em estado de letargia até a entrada da primavera.  
<sup>311</sup>

Por outro lado, George Stauton, secretário daquela missão diplomática inglesa que se dirigia à China em 1792, tenderia a concordar com George Hamilton e discordar de James Tuckley ao dizer que o Passeio Público, “construído para promover a saúde e o prazer dos cariocas”, era o lugar onde a boa sociedade freqüentemente se reunia. Fala já da realização de concertos musicais que adentrariam a noite, bem como variadas formas de divertimento, de modo geral. Nas suas palavras:

Durante a bela estação, as pessoas que gostam de se divertir podem passear por este jardim e, às vezes, apreciar aí algum concerto. Nessas ocasiões, são organizadas excelentes ceias, acompanhadas de música e fogos de artifício, que se alongam pela noite adentro [...] Neste jardim, denominado Passeio Público, os habitantes locais podem, em suma, encontrar variadas formas de divertimento.<sup>312</sup>

John Barrow, em dezembro de 1792, apesar de ter se indignado com a presença de plantas importadas da Europa, que lhe pareciam ter “uma aparência pouco viva”, dizia também tratar-se de “uma obra que muito contribui para a saúde e o divertimento da população”. Segundo ele:

Conta-se que os habitantes locais costumam reunir-se algumas vezes no Passeio Público. Nessas ocasiões eles jantam, passeiam, tocam música, soltam fogos de artifício; enfim, divertem-se até avançada hora da noite. Durante nossa permanência na cidade, entretanto, não tivemos oportunidade de presenciar esse acontecimento.<sup>313</sup>

Aparentemente, todos esses viajantes foram pessoalmente visitar o Passeio, procedimento comum, quer fosse por iniciativa própria, quer fosse por convite dos governadores, ou outros conhecidos, que às vezes inclusive os acompanhavam, como ocorreu à lorde Macartney, segundo conta-nos seu criado pessoal. O propósito poderia ser diplomático,

<sup>311</sup>. TUCKLEY, James Kingston. An account of a voyage to establish a colony at Port Philip in Bass's Strait, on the south coast of New South Wales. London: Longman, Hurst, Rees, and Orme, 1805, p. 40-113. In: FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. *Outras visões do Rio de Janeiro Colonial: antologia de textos (1582-1808)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000, p. 263-264.

<sup>312</sup>. STAUTON, George L. Na authentic account of an embassy from the King of Great Britain to the Emperor of China. London: W. Bulmer and Co., 1797, vol. I, cap. V, p. 151-190 In: FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. *Visões do Rio de Janeiro Colonial: antologia de textos (1531-1800)*. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008, p. 275-276.

<sup>313</sup>. BARROW, John. A voyage to Conchinchina in the years 1792 and 1793. London: T. Cadell and W. Davies, 1806, cap. IV, p. 72-106. In: FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. *Visões do Rio de Janeiro Colonial: antologia de textos (1531-1800)*. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008, p. 293-294 e 306, respectivamente.

ou apenas de apresentar-lhes o lugar. As descrições que oferecem, portanto, tendem a ser exatas, às vezes até minuciosamente, conforme se confirma em outras fontes.

Falavam, então, com justeza, das espécies variadas de plantas nos canteiros, das gramíneas, dos jasmims, das vinhas e madressilvas, dos caminhos em linha reta sombreados por mangueiras, das fontes de cobre e de bronze, do tanque de mármore, das pinturas e ornamentos daqueles cômodos octogonais no seu terraço. São dados mais objetivos, digamos assim: a descrição física do que estava ao alcance dos olhos, abstendo-se, tanto quanto possível, de julgamentos estéticos mais subjetivos, ainda que eventualmente um ou outro olhar botanicamente mais destreinado se equivocasse quanto a descrição da vegetação do jardim. De qualquer forma, tudo bem menos susceptível às variações de humor que afetavam a descrição de tantos outros aspectos da vida no Brasil.

Quanto à avaliação geral da regularidade da frequência das visitas da população ao lugar, diferentemente, é bem provável que tais relatos ofereçam apenas informações de segunda mão, transmitidas por informantes brasileiros ou não, embora John Barrow tenha sido o único a reconhecer explicitamente isso, admitindo que não tivera a chance de testemunhar as muitas diversões as quais ele próprio se refere. Torna-se, portanto, mais difícil dizer em que medida exatamente essas informações, em especial, são ou não precisas. Vimos, por exemplo, que George Stauton afirmava ser o Passeio Público um recinto em que a boa sociedade *frequentemente* se reunia, mas quão frequentemente é um detalhamento em aberto.

Porém, saber mais precisamente o quanto era ou não frequentado o Passeio é deveras importante para se avaliar com mais rigor a maneira pela qual o costume estava de fato sendo incorporado pela população carioca nesse período. Ao mesmo tempo, inferir tal informação apenas através dos textos disponíveis é difícil, pois as descrições são, em geral, imprecisas a esse respeito. O recurso às imagens, nesse contexto, poderia ser uma interessante alternativa. Desenhos e pinturas como as de Desmond, Eugene Cicere, Tomas Ender, Franz Fuhbeck, Alfred Martinet ou K. Loeillot de Mars estariam em condições potenciais de dar o testemunho visual sobre a forma e a intensidade de visita ao Passeio Público àqueles tempos. Ao longo de praticamente toda a primeira metade do século XIX, foi relativamente grande o número de registros pictóricos sobre o Passeio Público.

Na litografia *Panorama do Rio de Janeiro tomada do Passeio Público* (Figura 33), de 1854, de Eugene Cicére, vêem-se seis mulheres conversando e passando o tempo tranquilamente sobre o terraço do Passeio. Com pequenas variações, esta será uma tônica comum em muitas imagens sobre o tema. Nesse caso, destaca-se no primeiro plano o deleite do momento, retratado de maneira quase intimista, prescindindo do panorama a que outros por vezes recorreram em outras ocasiões. Ressalte-se, além disso, a presença de três negras: duas jovens e uma mais criança, provavelmente escravas acompanhando suas senhoras. Seus pés descalços denunciam sua condição. De acordo com os costumes da época, aparecer em público com seus escravos era uma atitude distintiva, quanto mais se os negros se apresentassem bem trajados.

Em *O Passeio Público*, de 1817, assinado por Franz Fruhbeck, “pintor e desenhista desconhecido”, como disse Carlos Oberacker Jr.<sup>314</sup>, vê-se de ângulo distante dois homens nas imediações de uma das torres do Passeio. Eles descansam e contemplam a natureza do lugar quase displicentemente, enquanto observam um negro passar com grande peso sobre a cabeça (Figura 28). Na obra de mesmo nome, de Martinet (Figura 30), de 1847, o ponto de vista é um pouco mais próximo que a de Fruhbeck, e a cena relativamente mais animada. Nas áreas do Passeio, vários membros da elite caminham ou conversam entre si. Em outro desenho, do mesmo autor (Figura 31), é o terraço o tema de interesse, mas capturando o mesmo burburinho que a vista anterior.

Em K. Loeillot (Figura 32), de 1835, focalizado na entrada do Passeio, indica-se situação igualmente movimentada. Primeiro pelas quituteiras do lado direito, provavelmente “negras de ganho”, situadas à margem do portão de entrada dos jardins, preparando suas iguarias para compra e venda; depois pelos cortesãos que vão chegando: um a pé, com seu guarda-sol; outro de liteira, carregado por escravos. A cena sugere dinamismo também pela presença dos guardas, de pé no portão, talvez para impedir entrada de gente indesejada, ou talvez apenas para garantir o decoro, ainda tão instável e susceptível à recaídas ignóbeis naqueles tempos. Por último, claro, o casal de transeunte que se vê ao fundo, já em plena deambulação no interior do Jardim.

Tomas Ender, além dos muitos panoramas em perspectiva sobre o lugar que realizou como bom paisagista que era, também registrou a vida no interior do Passeio. No seu

<sup>314</sup>. OBERACKER Jr., Carlos. Franz Josef Fruhbeck: pintor e desenhista desconhecido. *Humboldt*, n. 7, p. 64-67, 1963.

desenho *Grupo no passeio público*, o artista retratou o que parece ser uma conversa entre um homem branco e um negro à beira da Bica do Menino, observado de perto por mais quatro pessoas negras, sendo duas mulheres e dois homens. A mais distância, aparentemente sem integrar aquele grupo, um negro, talvez mais velho, simplesmente contempla a paisagem, ou quem sabe esperar sua vez de pegar água na fonte.

Não que essas produções fossem desprovidas de um elaborado processo de “construção”. Aqui também não se pode esperar encontrar a reprodução pura, fiel e objetiva da realidade da época. Definitivamente nenhuma dessas imagens pode ser tomada apenas como traduções visuais do contexto que elas representavam. Não se vê nelas apenas cenas que ilustram uma experiência. Como toda obra de criação, elas também se constituem como uma representação. Assim, por maior que fosse o esforço de imprimir nessas telas atributos capazes de apreender a realidade testemunhada, a forma de fazê-lo não estaria livre de idéias e concepções anteriores a esse contato, prisioneiras de convenções estéticas e de um repertório cultural previamente selecionado. “O artista não é um câmera, mas um comunicador ou comunicadora com sua própria agenda”, afirma Peter Burke comentando esse processo.<sup>315</sup> Os artistas, então, utilizavam-se, inevitavelmente, de referências, técnicas e formas de pensamento herdadas, nesse caso, do seu passado europeu.

Além dessa possibilidade de idealização, sempre presente, havia ainda a coerção exercida pela demanda dos clientes. A obra dos artistas, nesse sentido, deveria ser realizada de forma a atender ao gosto do seu público potencial. A partir da década de 1820, algumas cidades da Europa testemunhavam uma progressiva expansão do mercado de aquarelas. O impulso para esse ramo de negócios vinha de burgueses ciosos de obras menores, mais verossímeis, capazes de expressar com mais liberdade os sentimentos do artista e ligadas a cenas do cotidiano, como concertos, piqueniques, atividades de caça, feiras ou teatros amadores, nas quais os próprios burgueses poderiam, afinal, figurar como protagonistas. Eram obras, enfim, sensíveis aos apelos do cotidiano do cidadão comum e mais condizentes a uma nova estrutura de sentimentos.

Em larga medida, pode-se imaginar que era esse o mercado consumidor que muitos dos artistas que comentamos acima tinham em mente no momento em que executavam seus desenhos no Brasil. E ainda que não houvesse o mercado europeu, no período de que

---

<sup>315</sup>. BURKE, Peter. *Testemunha ocular: história e imagem*. Bauru, SP: Edusc, 2004, p. 111.

datam as imagens citadas, o Rio de Janeiro já experimentava uma sutil expansão no seu mercado de artes, propício, sobretudo, a comercialização de outros gêneros que não a pintura a óleo. A litografia, graças a seu processo tecnicamente mais simples, mais acessível e mais barato, ia pouco a pouco se consolidando no mercado editorial. Segundo Orlando da Costa Ferreira, desde 1819 via-se anúncios nos jornais cariocas anunciando a venda de livros ilustrados pela “arte litográfica”. Em princípios de 1832, o autor estima que três litografias particulares estavam estabelecidas na cidade, que ia, de acordo com suas palavras, se povoando de litógrafos e litografias. Ao longo daquela década, instalar-se-iam, ainda segundo o autor, “os primeiros ateliês litográficos realmente importantes do Rio de Janeiro”. Em meados de 1850, haveria treze oficinas, “entre as quais nove de grande importância”. Até o fim daquela década esse número seria superior a vinte.<sup>316</sup>

Já por volta dos anos 1830, trabalhos como os do litógrafo Johann Jacob Steinmann marcavam claramente a tendência de se produzir imagens do cotidiano, distanciadas dos eventos oficiais e concentradas na representação de temas do dia-a-dia ou de tipos populares. Nesses casos, em se tratando de imagens concebidas desde o início para a venda em série, era preciso estar atendo ao interesse do público. Dessa forma, o reconhecido desejo do século XIX pela “cópia fiel do real” desempenhava importante papel. Assim, uma imagem para ser comercialmente promissora deveria cumprir fundamentalmente dois requisitos: colocar as pessoas comuns no centro da ação, além de evocar fidelidade da representação.

Parte dos estabelecimentos litográficos particulares que se instalaram no Rio de Janeiro a partir de 1830 pretendiam atender essa demanda por imagens de representação dos costumes. De acordo com Renata Santos, “rapidamente a oferta de imagens sobre assuntos de repercussão cotidiana se multiplicou”. Do mesmo modo, álbuns e vistas de paisagens vendidas a 500 réis eram grandes sucessos editoriais. “Desde meados da década de 1840, as estampas avulsas de paisagens passaram a ser anunciadas em jornais com frequência. Analisando o *Jornal do Comércio*, é evidente a enorme disputa por esse mercado”.<sup>317</sup>

---

<sup>316</sup>. FERREIRA, Orlando da Costa. *Imagem e letra*. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 1994, p. 358 e 366, respectivamente.

<sup>317</sup>. SANTOS, Renata. *A imagem gravada: a gravura no Rio de Janeiro entre 1808 e 1853*. Rio de Janeiro: Casa da palavra, 2008, p. 110.

Assim, em que pese todas as seleções, distorções, erros e imprecisões, motivadas tanto pelos modelos interpretativos herdados da Europa, quanto pela exigência comercial que visava atender a expectativa dos futuros compradores, havia, assim mesmo, relativo nível de realismo nessas figuras. Não por acaso, pesquisas históricas já puderam valer-se de imagens produzidas nesse contexto para fazer avançar seus estudos. Robert Farris Thompson, por exemplo, identificou na litografia *Mascarada anticlerical*, de Debret, uma bandeira que sinalizava a tradição *nsungwa*, o que trouxe novos elementos para interpretação histórica do Congo. De acordo com Valéria Lima, de quem extraí esse exemplo, “Debret talvez nem soubesse ao certo o significado desses elementos, mas sua fiel observação contribuiu, independentemente do processo de composição ao qual submeteu sua imagem, para que sua obra se tornasse evidência documental para o tema em questão”.<sup>318</sup>

É mais ou menos nesses termos que estou sugerindo que as obras sobre excursões campestres ou sobre o Passeio Público podem ser tomadas como recurso de prova da existência do lazer na natureza em princípios do século XIX (ou antes, por outros recursos). As imagens, combinadas a outras fontes, podem ser tomadas como evidência documental que confirma essa hipótese. Nesse sentido, todas as imagens apresentadas aqui exibem situações em que o Jardim aparece registrado com a viva presença de visitantes. Obviamente, nenhum desses registros, datados do transcorrer da primeira metade do XIX, esclarece a respeito da vitalidade da vida social no Passeio no século anterior.

A este respeito, Hugo Segawa oferece uma contribuição através de suas próprias conclusões. Segundo ele, “passada a administração do seu criador, D. Luís de Vasconcelos, o recinto entrou em decadência. Os vice-reis que o sucederam, até a chegada da família real portuguesa em 1808, pouco fizeram pela manutenção do Passeio”. Ele aponta para uma atmosfera geral de repressão movida pelos temores da Metrópole, que desde 1790, após a devassa de movimentos separatistas, teria promovido uma conjuntura pouco favorável às reuniões, aos encontros e às mobilizações públicas.<sup>319</sup> Interpretação que, à sua maneira, o saiba ou não o autor, encontra eco em outros escritos anteriores.

Particularmente, em que pese às reincidências dessa interpretação e o caráter relativamente repressor que, de fato, rondaram os anos imediatamente pós-inconfidências, não

<sup>318</sup> LIMA, Valéria. *J.-B. Debret: historiador e pintor*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007, p. 160.

<sup>319</sup> SEGAWA, Hugo. *Ao amor do público: jardins no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel / Fapesp, 1996, p. 98 e 99, respectivamente.

estou ainda inteiramente convencido sobre o declínio do prestígio do Passeio Público no período. Não encontrei nenhuma evidencia que sugerisse mais concretamente que a partir de 1790 o lugar tenha entrado em decadência, ainda que também não tenha encontrado nada de mais definitivo em contrário. Amiúde, as fontes são ambivalentes a esse respeito. Mas se não servem como prova peremptória do dinamismo e vivacidade do lugar, constituem-se ao menos como indícios, bastante consideráveis por sinal.

Minha hipótese é que a compreensão da história do Passeio Público como sendo viva e animada no período do vice-rei D. Luis de Vasconcellos, ao mesmo tempo em que tímida e canhestra nos anos que se seguem, é resultado de um enquadramento de memória, que tem, inclusive, data de nascimento bem determinado entre os escritos brasileiros: 1862, ano da publicação de *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*, de Joaquim Manoel de Macedo. Claramente informado pela descrição de estrangeiros, trata-se de um relato em forma de crônica em que o autor convida o leitor a um passeio pela capital do Império a fim de conhecer sua história, seus recantos e monumentos, entrelaçando aspectos anedóticos e históricos, oficiais e oficiosos. Pode-se dizer que é o livro que inaugura entre os brasileiros a tradição que vê o Passeio nos anos 1780 como áureo e os subseqüentes como decadentes. É o livro que, além disso, inaugura uma série de outras interpretações que, nos anos seguintes, tornar-se-ão lugar comum sobre a história do Passeio.

O livro como um todo é altamente corrosivo quanto à avaliação da índole nacional. Manoel de Macedo não perde uma oportunidade sequer de destilar duras críticas as incúrias da administração pública, ao desmazelo com que governantes conduziam suas ações políticas ou a preguiça e ineficiência com que obras e reformas eram realizadas ou deixadas de se realizar. Nostalgicamente então, como que enaltecendo o passado para criticar o presente, registra-se o jardim nos tempos do vice-rei Luis de Vasconcellos como época de pura animação, festas entusiasmadas, bailes concorridos e ceias fraternais.

Nas noites de brilhante luar dirigiam-se alegremente para o Passeio Público, numerosas famílias, galantes ranchos de moças, e por conseqüência, cobiçosos ranchos de mancebos; e todos depois de passear pelas frescas ruas e pelo ameno e elegante terraço, iam, divididos em círculos de amigos, sentar-se às mesas de pedra, e debaixo dos tetos de jasmims odoríferos ouviam modinhas apaixonadas, e lundus travessos, cantados ao som da viola e da guitarra, rematando sempre esses divertimentos com excelentes ceias dadas ali mesmo.<sup>320</sup>

<sup>320</sup>. MACEDO, Joaquim Manoel de. *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2004, p. 127-128.

É esta a imagem que se cristalizaria no imaginário do Rio de Janeiro; esta, ou aquela edificada pouco antes por José de Alencar em algumas das suas crônicas, em que ele falava do abandono e do pouco caso com que o governo imperial vinha tratando um espaço “tão naturalmente inclinado aos bons costumes”, mas que por causa disso, justamente, não mais se frequentava, ou melhor, não mais se frequentava pela “boa sociedade”, reduzido, portanto, a um “mesquinho passatempo de caixeiro e estudante”, “distração do podre que não tem saraus e reuniões”, dizia com essas palavras o beletrista nos idos de 1840.<sup>321</sup>

As duas visões, em conjunto, acabam se reforçando. Ambas falam, a um só tempo, de um passado melhor e mais glorioso e de um presente decadente e antiquado. Falam, em suma, de uma cidade ideal, em detrimento de uma cidade real, como bem assinalou a análise de Fátima Rocha: um registro disfórico que nega o presente idealizando o passado ou o futuro.<sup>322</sup> A questão, portanto, não é que o Passeio tenha literalmente entrado em decadência, mas sim que tenha sido avaliado dessa maneira, talvez, até, por causa do seu público frequentador, que de certo modo poderia contrariar as expectativas para qual o lugar fora planejado. Assim, a despeito da presença de caixeiros e estudantes no Passeio, reconhecida por José de Alencar, é seu abandono e esvaziamento que se reitera, mobilizando o ideal de invisibilidade das classes populares.

Referindo-se a essa época e reproduzindo essa mesma estrutura discursiva, só que mais de oitenta anos depois, José Marianno escrevera, em 1943, que o parque apresentava então aspecto desolador, quase totalmente abandonando durante a semana, “onde perambulavam mulatos suspeitos, de gestos dengosos, a tresandar banha de cheiro”. Segundo ele, “vivera o Passeio Público seus mais gloriosos dias durante os últimos anos do governo de seu augusto protetor, o Vice Rey Dom Luiz de Vasconcellos e Souza”.<sup>323</sup>

José Marianno Filho não fora o único, tampouco o último a retomar essa mesma perspectiva, insistindo, inclusive, no mesmo ponto de vista. Esses argumentos irão ser tomados de empréstimo sucessivamente. Já citamos a obra de Moreira de Azevedo, que em 1877 também falava de áureos tempos do Passeio Público logo após o término das suas obras

<sup>321</sup>. ALENCAR, José. *Ao correr da pena*. São Paulo: Global, 2003, p. 43.

<sup>322</sup>. ROCHA, Fátima Cristina Dias. Percorrendo o passeio em boa companhia. *Revista Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n. 20-21, p. 41-57, jan./dez. 2007.

<sup>323</sup>. MARIANNO, José. *O passeio público do Rio de Janeiro (1779-1783)*. Rio de Janeiro, 1943, p. 39 e 32, respectivamente.



de construção. Armando de Magalhães Correa, do mesmo modo, inserindo-se também nessa tradição e dando-lhe continuidade, escreve em *Terra Carioca*, publicado em livro em 1939:

No vice-reinado do Conde de Rezende, nada se fez nesse recanto bem carioca. Devido ao pouco caso e ao descuido dos sucessores de Luiz de Vasconcellos, bem como as intempéries, arruinou-se [...] Assim, estraçalhado e sufocado, pouco resta dêste recanto admirável do tempo dos vice-reis!<sup>324</sup>

Nomeadamente, cita-se o sumiço das efigies da cascata e do portão principal em 1831, o desaparecimento da estátua de mármore que pousava sobre a fonte dos Amores durante as reformas de 1835, o rápido arruinamento das melhoras introduzidas com a nova reforma de 1839, semelhante com o que sucedeu com as obras de 1854, além da crítica sutil em torno do projeto de transformação radical do jardim de 1862, para ficamos apenas nos eventos do século XIX. Não obstante o considerável número de obras e reformas é o abandono e o declínio que ganham destaque.

No entanto, nenhuma dessas interpretações apresenta o caminho através do qual chegaram as suas conclusões. Parecem mesmo tratar-se apenas da repetição de *certas* afirmações legadas por *certas* personagens acerca do Passeio Público. Mas aqui também se anotavam, evidentemente, afirmações em contrário. Em 1792, época do governo de Conde de Resende, Aneas Anderson dissera que o lugar tinha “função recreativa muito intensa em *certas épocas do ano*”.<sup>325</sup> Jacques Arago, que esteve no Brasil por volta de 1817, declarou, mais ou menos no mesmo sentido, que “antes da chegada da corte ao Rio [1808], os brasileiros reuniam-se nos jardins públicos, e lá quase todas as noites, ao som de instrumentos do país, dedicavam-se a jogos e danças”.<sup>326</sup> Para Debret (no Brasil entre 1816 e 1831), o Passeio Público do Rio de Janeiro era muito frequentado aos domingos e dias de festa.<sup>327</sup> O também francês Abel du Petit-Trouars, que conheceu o Passeio na segunda metade da década de 1830, dizia que o jardim era pequeno, muito cuidado e estava sempre completamente deserto, “excepto aos domingos”.<sup>328</sup>

<sup>324</sup>. MAGALHÃES CORREA, Armando de. *Terra carioca: fontes e chafarizes*. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, vol. 170, p. 1-214, 1935, p. 50-51.

<sup>325</sup>. ANDERSON, Aeneas. A narrative of the British embassy to China in the years 1792, 1793 and 1794. London: J. Debrett, cap. I, p. 16-24. In: FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. *Visões do Rio de Janeiro Colonial: antologia de textos (1531-1800)*. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008, p. 312, o grifo é meu.

<sup>326</sup>. ARAGO, Jacques. *Promenade autour du monde, pendant les années 1817, 1819 e 1820*. Paris: Leblanc, 1822, t. 1, p. 549-555, apud., SCHWARCZ, Lilia. *O sol do Brasil*. São Paulo: Companhia das letras, 2008, p. 190.

<sup>327</sup>. DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Tomo 2, v. 3. São Paulo: Martins / EDUSP, 1972, t. 1, vol. 2, p. 248.

<sup>328</sup>. PETIT-TROUARS, Abel Du. *Voyage autour du monde sur la frégate, La Vénus: pendant les années 1836-1839, publié par ordre du Roi, sous les auspices du ministre de la marine*. Paris: Gide et J. Baudry Éditeurs, 1840,

Portanto, uma conclusão razoável quanto a real incorporação daquele espaço à vida cotidiana da população talvez seja perceber a frequência ao Passeio como algo que alternava períodos de maior visitação com outros de mais ostracismo. O certo, enfim, é que desde o fim de suas obras o local parece ter servido de palco para vários divertimentos de algumas almas cariocas de então, ainda que de maneira ora mais, ora menos animada. É o que importa verdadeiramente para as finalidades desse trabalho. Ainda que longe de um divertimento de massas, como começaríamos a conhecer progressivamente a partir dos anos 1820 e 1830, aproximadamente, ele assim mesmo existia e o fazia, mais que isso, já inteiramente conformado aos padrões de sociabilidade e comportamento que poderíamos chamar pelo nome lazer.

## CONCLUSÃO

A construção da concepção que distingue e demarca socialmente trabalho de não-trabalho já estava em curso ao menos desde o fim do século XVIII brasileiro. Primeira evidencia nesse sentido são os registros etimológicos de certas palavras em língua portuguesa.<sup>329</sup> Desde a primeira metade do século XVIII se tem notícias de obras como o dicionário de Raphael Bluteau (redigido em 10 volumes entre 1712 e 1728), em que a palavra ócio aparece definida como “descanço, quietação, espaço de tempo em que cessamos de obrar, ou trabalhar”.<sup>330</sup> Trabalho, em contrapartida, apresenta-se como “exercício, negação do ócio”. Mais que isso, cada um desses termos edifica uma gradação de valores muito próxima da que conhecemos atualmente através da contraposição entre trabalho e lazer, qual seja, a perspectiva e o desejo por um tempo de trabalho socialmente demarcado, que se acredita moralmente digno, em contraste a um tempo ocioso, a que uma pessoa pode dedicar-se livremente longe e depois das obrigações de trabalho.<sup>331</sup> Assim, o ócio, para Bluteau, era “a origem de todos vícios, fomento de todas as desordens, ferrugem que consome o vigor do animo, traça que roí a robusteza do corpo, letargia mortal dos viventes, insensível ruína dos Reinos”. De maneira ainda mais emblemática, “ociosidade” é definida como:

O vício de quem perde e gasta tempo inutilmente. Quem povoa as terras de tantos pobres e mendigos, os paços de tantos inábeis, os montes de tantos ladrões, os teatros de tantos chocarreiros, os prostíbulos de tantas más mulheres, senão o câncer da ociosidade? O tear onde se tece todas as ruindades, a sementeira de todos os vícios, o resvaladeiro de todos os bons e

<sup>329</sup>. De acordo com estudos de José Pedro Machado [MACHADO, José Pedro. *Dicionário etimológico de língua portuguesa* – com a mais antiga documentação escrita e conhecida de muitos vocábulos estudados. vol. 2, 2. ed. Lisboa: Confluência, 1967, p. 1390], no século XV, já se tem registro da palavra lazer. De acordo com o mesmo autor, sua forma arcaica, *lezer*, data de meados do século XIII, registrada nos versos de João Soarez Somesso, trovador português medieval, compilado e publicado em Lisboa, no século XVIII, na coletânea *Cancioneiro da Biblioteca Nacional*, naquele que é provavelmente o primeiro registro conhecido da palavra [C.f. CANCIONEIRO DA BIBLIOTECA NACIONAL DE LISBOA. *Cancioneiro da Biblioteca Nacional*: antigo Colocci-Brancuti. vol. 3. Lisboa: R. de Portugal, 1953, n. 88. Edição fac-símile disponível na biblioteca do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo].

<sup>330</sup>. Todas as citações sobre a referida obra que vão se seguir, dizem respeito à segunda edição de 10 volumes publicada em Lisboa, em 1789, pela Officina de Simão Thaddeo Ferreira, sob o título original *Vocabulário portuguez e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico, brasilico, comico, critico, dogmatico, etc. autorizado com exemplos dos melhores escriptores portuguezes e latinos, e oferecido a el-rey de Portugal D. João*, digitalizada pelo Instituto de Estudos Brasileiro da Universidade de São Paulo e disponível em: <http://www.ieb.usp.br/online/index.asp>. Acesso em 19 set. 2008.

<sup>331</sup>. TOMLINSON, Alan. Ócio. In: OUTHWAITE, Tom (ed.). *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1996, p. 533-534.

o precipício de todos os maus é a ociosidade. Não há vício que acenda nos moços tanto fogo e nos velhos crie tanto carcoma, aos bons ponha em tanto perigo e aos maus faça tanto dano. Quem excita as fedições nos povos e enche de escândalos os Reinos.

Em contrapartida, o seu oposto, o trabalho, é apresentado como positividade. Nas suas palavras, “nasceu o homem para trabalhar, como a ave para voar. Até no Paraíso Terrestre e no estado da inocência, estava Adão obrigado a trabalhar”. Falando de “ócio inútil” e “divertimentos ilícitos”, a conclusão de Bluteau é que “a virtude consiste na ação e na virtude consiste a nossa felicidade; a agitação e o movimento vinculados à ação são mais aptos para nos beatificar que o descanso e o ócio”.

De certo modo, essas definições serão reiteradas no dicionário de Antonio de Moraes Silva, de 1813, dando continuidade ao desenvolvimento da estrutura de sentimentos que essas palavras informavam.<sup>332</sup> Palavras relacionadas ao lazer, como ócio, por exemplo, aparece, nesse caso, como “desocupação, ociosidade; folga ou tempo de folga; ocupação entretida que não exige grande aplicação ou ponderação”; enquanto o ocioso seria o “vadio, que não se ocupa em coisa alguma; que está de folga; que está sem exercício”.<sup>333</sup> A segunda edição registrava o vocábulo lazer e outros termos congêneres em sentidos claramente modernos, isto é, muito próximos aos significados que lhes atribuímos atualmente. De acordo com sua definição, lazer era “vagar; commodidade”; enquanto *lezer*, sua forma arcaica, seria “descanso; tranquilidade; folga; lazer”. Ambas já apareciam relacionadas aos seus respectivos vocábulos em francês e em inglês, quais sejam, *loisir* e *leisure*.

Nada disso encerra a questão, é verdade, pois a complexidade das transformações sociais não pode ser reduzida ao estudo etimológico das palavras. A linguagem também é, ela própria, o resultado de forças sociais condicionadas culturalmente. As palavras de um dicionário, nesse sentido, não necessariamente expressam perfeitamente os valores de uma sociedade, isto é, não funcionam como o espelho translúcido de toda uma cultura, como

<sup>332</sup>. Telmo Verdelho analisou mais detalhadamente os empréstimos e inovações entre a obra dos dois dicionaristas. Segundo ele, Moraes Silva aproveitou cerca de 30% das informações do trabalho de Bluteau; acrescentou 22.000 entradas, ao mesmo tempo em que eliminou 16.000. Todavia, os aproximadamente 50% do texto claramente recuperado do dicionário de Bluteau, sofreu laboriosa revisão [VERDELHO, Telmo. O dicionário de Moraes Silva e o início da lexicografia moderna. In: HEAD, Brian Franklin (org.). *História da língua e história da gramática*: actas do encontro. Braga: Universidade do Minho, 2003, p. 473-490].

<sup>333</sup>. Essa e outras citações dessa obra que vão se seguir adiante referem-se à segunda edição, de 1813, em dois volumes, publicada em Lisboa pela Typographia Lacerdina, sob o título “Diccionario da lingua portugueza - recopilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por Antonio de Moraes Silva”, digitalizada pelo Instituto de Estudos Brasileiro da Universidade de São Paulo e disponível em: <http://www.ieb.usp.br/online/index.asp>. Acesso em 05 nov. 2008.

de resto, nenhuma fonte o faz. A validade das suas definições é relativa e pode não apreender a complexidade da dinâmica de transformação lingüística (e social) na qual ela própria estava inserida. O significado atribuído a cada um dos seus vocábulos é objeto de disputa e pode não ser compartilhado por todos os usuários de um mesmo léxico. Em certo sentido, os dicionários geralmente têm mais utilidade para rastrear os sentidos atribuídos às palavras pelas elites que os escrevem, do que os sentidos atribuídos às palavras pelo povo em geral, que muitas vezes sequer os lê ou os conhece.<sup>334</sup> Assim, a maneira pela qual um cidadão comum nomeia a realidade que o cerca pode seguir inabalavelmente idêntica por anos a fio, a despeito das mais profundas mudanças que lhe tenham ocorrido. “As transformações”, adverte Marc Bloch, “operam-se quase sempre muito lentamente para serem perceptíveis aos próprios homens que afetam. Eles não experimentam a necessidade de mudar o rótulo, porque a mudança do conteúdo lhes escapa”.<sup>335</sup> Por outro lado, segue ele, há situações em que mudam os nomes sem que qualquer variação nas coisas tenha ocorrido. A evolução da linguagem, desse modo, pode levar ao desaparecimento de antigas palavras ou ao aparecimento de outras, sem que as realidades a que elas serviam para notar fossem minimamente afetadas.

De todo modo, essa dimensão vocabular é inegavelmente um indício importante. “O advento do nome é sempre um grande fato, mesmo se a coisa o havia precedido; pois marca a etapa decisiva da tomada de consciência”.<sup>336</sup> Há casos em que a simples mudança na forma de nomear e descrever práticas ou objetos, apesar de todas as possíveis similitudes e continuidades, sintetiza uma aguda mudança de sensibilidades. Nesse caso, pode-se dizer então que a partir dos meados do século XVIII, iniciar-se-á a construção de elementos valorativos na caracterização do trabalho e do não-trabalho, que os dotarão de noções e valores análogos aos sentidos encerrados pelo conceito de lazer tal como concebemos atualmente. A partir dessa época, uma teia de significados e uma rede de relações semânticas denunciam, de maneira mais explícita que outrora, a existência de uma estrutura mental que conhece e identifica o espaço de diferença entre o tempo do trabalho e o do não-

<sup>334</sup>. Para um debate a respeito do uso do dicionário como fonte, ver CHARTIER, Roger. Text, symbols and frenchness. *The Journal of Modern History*, vol. 57, n. 04, p. 682-695, 1985; DARTON, Robert. História e antropologia. In: \_\_\_\_\_. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das letras, 1990,

<sup>335</sup>. BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002, p. 137.

<sup>336</sup>. Ibid., p. 142.

trabalho, no que algumas teorias do lazer chamariam de “artificialização do tempo de trabalho”.<sup>337</sup>

Para além destas dimensões conceituais, outras dinâmicas na esfera do tempo livre nessa mesma época reforçam tal interpretação. A partir de fins do século XVIII, administradores portugueses ou estudantes brasileiros egressos da recém reformada Universidade de Coimbra começavam a operar e propagar concepções de mundo resultantes de uma ambiência intelectual secular e marcada por ideais de progresso e eficácia. Assim, essa nova elite ilustrada vai se engajar na redefinição de técnicas de produção e na difusão de novos valores sociais, entre os quais a desaprovação do ócio, da preguiça e da indolência. Desde então, passaram a condenar a vadiagem e exaltar o trabalho. D. Luís Antônio de Souza Botelho Mourão, o Morgado de Mateus, governador de São Paulo, dizia emblematicamente por volta de 1770, que dois vícios dominavam o povo e eram responsáveis pela sua pobreza: a presunção e a preguiça.<sup>338</sup> D. Luis de Vasconcellos e Souza, vice-rei do Brasil entre 1778 e 1790, advogava a promoção do trabalho para tirar os vadios da ociosidade.<sup>339</sup> Baltazar da Silva Lisboa, recém egresso da Universidade de Coimbra, advogava no fim da década de 1780, que os negros escravos deveriam receber dias da semana para labutarem o seu próprio sustento, ao invés de passarem o domingo “embriagados e nutrindo os vícios de sua natural frouxidão”. Na mesma época, José Vieira Couto, outro egresso de Coimbra, recomendava para o aprimoramento da mineração a abolição dos feriados e dias santos, único meio capaz de incentivar uma ética do trabalho contínuo, segundo ele. Pelos anos de 1820 e 1830, claramente dentro do mesmo *continuum* argumentativo, Marechal Arouche de Toledo Rendon afirmava que “a vadiação por si só é um crime público dos mais prejudiciais ao Estado”, enquanto Muniz de Souza criticava o relaxamento dos costumes e condenava danças, festas e o abuso de bebidas, afirmando que “a ociosidade no Brasil é o tronco de todos os vícios”.<sup>340</sup>

Além disso, a própria postura adotada pelo Estado português, de maneira mais geral, inaugurava novas formas de interdição do comportamento lúdico na Colônia – algo

<sup>337</sup>. Para uma boa síntese das relações entre as teorias do lazer e o processo de “artificialização do trabalho”, ver MELO, Victor. *Esporte e lazer: conceitos*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009.

<sup>338</sup>. FLEXOR, Maria Helena Ochi. Preguiça colonial. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro: Sociedade de Amigos da Biblioteca Nacional, n. 17, fev. 2007, p. 21.

<sup>339</sup>. VASCONCELLOS DE SOUZA, Luis de. Relatório do vice-rei do estado do Brasil Luiz de Vasconcellos ao entregar o governo ao seu successor o conde de Resende. *Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*, Rio de Janeiro, tomo XXIII, 1860, p. 183.

<sup>340</sup>. PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004, p. 65, 114 e 190, respectivamente.

obviamente articulado com a intenção de promoção do trabalho com um valor em si mesmo. Jogos de argolinhas, bailes pastoris, danças e touradas, se já existiam antes, passaram por profundas alterações a partir desse período, ganhando outras dimensões, sobretudo por causa das tentativas de controle e normatização racional. Desde então, a Coroa passou a investir na divulgação de regras de conduta e civilidade através da promoção de celebrações e outras festas públicas. Assim, desfiles de carros alegóricos funcionavam como suporte para a divulgação de novas concepções morais; a queima de fogos de artifício também eram instrumentos de propaganda governamental. De forma, talvez, ainda mais exemplar, produzia-se e distribuíam-se publicações destinadas a orientar o modo de organização e realização das festas: reflexo do empenho do poder oficial em modificar códigos culturais e impor um determinado processo civilizatório.

Tais iniciativas pretendiam, explicitamente, dissipar o “conteúdo desordeiro das danças de preto”, perseguir as “libações de caráter”, impedir “jogos profanos e cantigas desonestas”, admoestar “batuques contrários ao sossego público”, interromper o contágio das “escandalosas relaxações” e findar com o “conteúdo desordeiro” dos costumes populares.<sup>341</sup> O aumento das iniciativas nesse sentido mostra que, a partir do final do século XVIII, crescia o interesse em tentar controlar com novas intenções os divertimentos da população. Em outras palavras, isto quer dizer que começava a aparecer iniciativas para a regulamentação e justificação moral e racional dos divertimentos, no que poderíamos chamar dos primeiros esforços para institucionalizar o lazer no Brasil, isto é, para a criação de espaços e pré-disposições destinadas a ocupação do tempo livre de maneira estruturada e codificada de acordo com uma determinada escala de valores, que desde então serão os valores que orientam os comportamentos lúdicos no sentido de tentar transformá-los em lazer.

Em certa medida, a comprovação dessa hipótese, de que o processo histórico de formação do lazer no Brasil pode remontar aos fins do século XVIII, é um problema de ordem conceitual; alertaram-me ao longo de toda elaboração desse trabalho. No Rio de Janeiro, o fez Victor Melo; em Goiânia, Luciana Marcassa; em Campinas, Flavia dos Santos – só para citar os mais insistentes. O que se entende por lazer nesse caso? Foi-me indagado em inúmeras oportunidades. A resposta a esta pergunta, realmente, pode determinar a justa medida do sucesso ou do fracasso deste empreendimento.

<sup>341</sup>. DEL PRIORE, Mary. *Festas e utopias no Brasil colonial*. São Paulo: Brasiliense, 2000, p. 49, 96 e 92, respectivamente.

Em linhas gerais, o conceito assumido aqui era tal qual usualmente definido entre os especialistas no assunto: um tempo livre das obrigações sociais. No capítulo 2, a fim de precisar melhor a definição, sugeri uma mais detalhada, onde o lazer seria *um processo bem organizado e sistemático de apropriação e exploração comercial de práticas lúdicas*, bem como a submissão de atividades cotidianas a uma marcação de ritmos que delimitavam *de maneira relativamente clara* os momentos de trabalho e de descanso. É nesses termos que se apresenta a hipótese de que a ocorrência histórica do lazer poder ser registrada no Brasil ao menos desde os fins do século XVIII.

Desde o início, entretanto, não se tratava apenas de estender ou encurtar os sentidos do conceito de lazer. A questão fundamental, embora dissesse respeito a isso também, não era limitar-se ao objetivo de dizer se tal ou qual prática é ou não lazer. O problema histórico de que tratou este trabalho também não se resume em esboçar uma definição prévia que fosse ora mais, ora menos adequada. Conceitos, afinal, não se depuram, constroem-se, ensinava-nos a esse respeito Max Weber. Ou seja, não é um domínio empírico de fatos que define a validade de um conceito, que, no caso das Ciências Sociais, tem sempre um caráter transitório e vigência limitada. O fato desta construção conceitual se apresentar de maneira mais acabada em dado momento (como no relatório final da pesquisa) não deve fazer esquecer que ela é, de todo modo, objeto de uma construção sistemática. Nesse sentido, o principal mérito de um conceito construído rigorosamente é dar-se conta dos limites de sua própria validade. Assim, uma das implicações das conclusões desse estudo diz respeito a problematizar as feições que vêm historicamente caracterizando o lazer, tanto no passado, quanto no hodierno. Pois se acaso não pudéssemos chamar de lazer o hábito de caçar borboletas em fins do século XVIII simplesmente por tratar-se de um hábito de poucos, seria esse também o caso de hábitos atuais como ir ao cinema, dado que 90% das cidades brasileiras não o possuem? E o que dizer das viagens de férias, dos teatros, dos museus, além de uma infinidade de outros costumes de diversão restritos a certos grupos, mas que são costumeiramente tratados e classificados como lazer?

Parte das críticas que recebi durante a elaboração deste trabalho, nas vezes em que o discuti em certos círculos, diziam respeito, justamente, à idéia de que as práticas tratadas aqui não poderiam ser tratadas pelo conceito de lazer, justamente porque elas não constituíam, à sua época, um fenômeno generalizado por vários estratos da sociedade, isto é,



para além de um grupo limitado de indivíduos. De fato, até onde as fontes com as quais trabalhei autorizam, devo concordar que nada do que foi descrito nos capítulos anteriores pode ser tomado como algo amplamente difundido. Tentei esclarecer esse ponto logo na introdução de três maneiras: circunscrevendo o estudo à parte da elite local, sugerindo uma distinção entre a história do lazer propriamente dita e a história do seu processo de formação, além de admitir que este trabalho estaria ocupado apenas com o primeiro. O argumento, basicamente, é que depois da data que encerra o período a qual esse estudo se dedicou, 1838, o lazer na natureza já não estaria mais em formação, mas sim devidamente formado; “em algumas circunstancias, inclusive, até em pleno desenvolvimento, amadurecido, em condições, de todo modo, de disseminar-se”. Além disso, o fato dos hábitos aqui analisados estarem circunscritos a certos grupos naquele momento não implica na impossibilidade da sua difusão. As formas de domínio das classes dominantes se referem, mais que tudo, à imposição de critérios legítimos de legitimidade. A dominação, em outras palavras, repousa na legitimação pelos dominados dos valores que fundamentam a posição de domínio dos dominantes. As formas de domínio das classes dominantes, portanto, não dependem de superioridade numérica. A burguesia, afinal, sempre foi uma classe minoritária sob esse aspecto.

Se esses fossem os motivos que impediriam uma aplicação adequada do conceito de lazer no estudo daquele contexto, referente ao final do século XVIII, então todos os seus usos, no estudo de qualquer período histórico, provavelmente deveriam ser radicalmente re-pensados. Pois quantos compartilharam do imaginário e da escala de valores dramatizados pela ideia de lazer? Quantas práticas estiveram claramente conformadas às prescrições normativas encerradas por este conceito? Os motivos que eventualmente exigiriam uma abdicação desse termo para o estudo de práticas anteriores ao fim do século XIX, provavelmente atuam também no momento de se estudar quaisquer outras épocas, tornando sua utilidade analítica no mínimo questionável. Tal dilema se expressaria nos seguintes termos: ou abandona-se o conceito de lazer em favor de outros, mais gerais e de uso corrente, como divertimento; ou admite-se que o conceito tem validade excessivamente estreita; tão estreita que talvez tenha muito pouco a dizer sobre as dinâmicas de uma sociedade em geral. Em suma, ou o estudo do lazer o deixam de ser, ou se resignam a uma incontornável fragilidade conceitual, que seria também teórica.

Atualmente não seria delirante dizer que a capacidade descritiva do conceito de lazer não é generalizável, no sentido de ser consideravelmente incapaz de descrever comportamentos lúdicos que não os das classes dirigentes. Já avancei esses argumentos em outra oportunidade e vou me permitir retomá-los aqui.

O lazer, no meu ponto de vista, é uma tentativa razoavelmente bem sucedida de regulamentar, codificar e disciplinar os divertimentos, a fim de acomodá-los a parâmetros de cultura e de comportamento caros a uma estrutura de sentimentos tipicamente burguesa, portanto, em conformidade com sensibilidades que valorizam a ordem, a assepsia, a precisão, o autocontrole, a polidez, o desempenho e a erudição. Em geral, tal categoria não evoca sentidos que descrevam ou caracterizem formas de fruição do tempo livre características às culturas populares. Nesse sentido, o lazer é uma importante ferramenta de representação de valores dominantes, cujo desenvolvimento institucional teve e tem ainda grande relação com as idéias hegemônicas de uma sociedade capitalista.<sup>342</sup>

Na época a que se refere este estudo, testemunhava-se no Brasil uma transição nas visões de mundo em uma série de aspectos, inclusive no que toca à organização social dos tempos ou à fruição dos momentos de festa e diversão. Nomeadamente, tratava-se do início do processo de formação de um “espírito burguês”, isto é, a progressiva e paulatina formação da disposição de espírito para a poupança e para o lucro, combinado à propensão de converter a acumulação de riqueza em fonte de independência e poder.

A crise do Antigo Regime, com o progressivo colapso do sistema colonial, que até então bloqueava o crescimento interno da economia, abriu a possibilidade para que uma parte das elites locais se afastasse do mundo moral da aristocracia. Pouco a pouco, abandonava-se o código de honra que degradava as atividades econômicas para começar, em sentido contrário, a exaltá-las.

Os casos que mencionei ainda pouco ilustram bem esse processo. A postura de D. Luís Antônio de Souza Botelho Mourão, de D. Luis de Vasconcellos e Souza, de Baltazar da Silva Lisboa, de José Vieira Couto, de Arouche de Toledo Rendon ou de Muniz de Souza, entre outros que poderiam ser citados, exemplificam uma nova maneira de conceber e se relacionar com o trabalho e com as atividades produtivas que, pouco a pouco, inaugurariam um novo tipo de ação econômica. Esses já não seriam mais uma “classe ociosa”. Não porque não pudessem, mas porque não desejavam sê-lo. Orientados moralmente em outra direção,

<sup>342</sup>. DIAS, Cleber. Ter ou não ter lazer: reflexões sobre os seus conceitos e políticas sociais. In: MONTEIRO, Monica; DIAS, Cleber (orgs.). *Lazer e periferia: um olhar a partir das margens*. Rio de Janeiro: Instituto Usina Social, 2009, p. 83.

valorizavam o trabalho e o empreendedorismo, a organização racional e a busca de eficiência. Assim, cada vez menos comprometidos com o código ético senhorial patrimonialista, tornar-se-iam comerciantes, bancários, funcionários públicos ou profissionais liberais urbanos, “representantes mais característicos e modernos do ‘espírito burguês’”, diria Florestan Fernandes. Ocupações que, não por acaso, esses citados agora e todas as outras personagens que figuraram neste trabalho desempenharam. Digo não por acaso porque, citando uma vez mais Florestan Fernandes, “certas qualidades ou atributos básicos do ‘espírito burguês’ se associam crescentemente ao estilo de vida imperante nas cidades e às formas de socialização dele decorrentes”.<sup>343</sup> E o lazer certamente seria uma dessas formas de socialização. Pois na esteira desse processo, inúmeras novas formas de divertimento seriam “inventadas”, ou então antigas seriam conformadas a um novo modelo, que estou chamando aqui de “tipicamente burguês”, que se caracterizaria por seu caráter mais individualista, por pautar-se em novas noções de conforto e por serem comercializados como bens de consumo, tidos, dali em diante, como indispensáveis à vida cotidiana.<sup>344</sup>

Estas talvez sejam as principais implicações teóricas desse trabalho. Acaso todas essas ideias tenham resultado em qualquer tipo de fracasso, fica ainda a expectativa de ter sido, pelo menos, um malogro fecundo, capaz de re-orientar a forma como os problemas de pesquisa são apresentados nessa área, ou até mesmo incitar a realização de outros estudos históricos.

---

<sup>343</sup>. FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. 5. ed. Rio de Janeiro: Globo, 2006, p. 45 e 34, respectivamente.

<sup>344</sup>. GAY, Peter. *A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud: a educação dos sentidos*. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

## REFERÊNCIAS

ADALBERTO. *Brasil: Amazonas-Xingu*. Brasília: Senado Federal, 2002.

ALENCAR, José de. *Sonhos d'ouro*. São Paulo: Ática, 1981.

\_\_\_\_\_. *Ao correr da pena*. São Paulo: Global, 2003.

ALMEIDA, Felipe Quintão; VAZ, Alexandre Fernandes. Do giro linguístico ao giro ontológico na atividade epistemológica em Educação Física. *Movimento*, Porto Alegre, vol. 16, n. 3, p. 11-29, jul. / set. 2010.

ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um sargento de milícias*. Goiânia: Educart, 2009.

ANDERSON, Aeneas. A narrative of the British embassy to China in the years 1792, 1793 and 1794. London: J. Debrett, cap. I, p. 16-24. In: FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. *Visões do Rio de Janeiro Colonial: antologia de textos (1531-1800)*. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.

ARON, Raymond. *As etapas do pensamento sociológico*. 6 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. O novo imperialismo britânico e o fenômeno Brasil. *Revista USP*, São Paulo, n. 79, p. 22-33, set. / nov. 2008.

AZEVEDO, Moreira de. *O Rio de Janeiro: sua história, monumentos, homens notáveis, usos e curiosidades*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1877.

BARROW, John. Voyage to Conchinchina in the years 1792 and 1793. London: T. Cadell and W. Davies, 1806, cap. IV, p. 72-106. In: FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. *Visões do Rio de Janeiro Colonial: antologia de textos (1531-1800)*. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.

BELLUZZO, Ana Maria. A propósito d'O Brasil dos viajantes. *Revista USP*, São Paulo, n. 30, p. 08-19, 1996.

BETRAN, Javier. Dossier las actividades físicas de aventura em la naturaleza: análisis sociocultural. *Apunts*: Barcelona, n. 41, p. 5-8, jul. 1995.

BETRAN, Javier; BETRÁN, Albert. La crisis de la modernidad y el advenimiento de la posmodernidad: el deporte y las prácticas físicas alternativas em el tiempo de ocio ativo. *Apunts*: Barcelona, n. 41, p. 10-29, jul. 1995.

BLAJ, Ilana. Agricultores e comerciantes em São Paulo nos inícios do século XVIII: o processo de sedimentação da elite paulista. *Revista Brasileira de História*, vol. 18, n. 36, p. 281-296, 1998.

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário portuguez e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico, brasilico, comico, critico, dogmatico, etc. autorizado com exemplos dos melhores escriptores portuguezes e latinos, e oferecido a el-rey de Portugal D. João*. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789.

BONNELL, Vitoria; HUNT, Lynn. Introduction. In: BONNELL, Vitoria; HUNT, Lynn (ed.). *Beyond cultural turn*. California: University California Press, 1999, p. 1-34.

BOSI, Alfredo. A escravidão entre os dois liberalismos. In: \_\_\_\_\_. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BOURDIEU, Pierre. Por uma ciência das obras. In: BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas*. Campinas, SP: Papirus, 1997, p. 53-73.

\_\_\_\_\_. *A economia das trocas lingüísticas*. São Paulo: Edusc, 1996.

BRANDÃO, Carlos Antonio Leite. O corpo do renascimento. In: NOVAES, Adauto (org.). *O homem-máquina: a ciência manipula o corpo*. São Paulo: Companhia das letras, 2003.

BRASIL. “Decreto de 12 de agosto de 1811, encarrega ao conselheiro Joaquim José de Azevedo da inspecção e direcção da real coutada da ilha do governador”. In: BRASIL. *Coleção das leis do Império do Brasil (1808-1889)*. p. 85 Disponível em: [http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-B3\\_24.pdf](http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-B3_24.pdf). Acesso em 12 jan. 2010.

\_\_\_\_\_. “Decreto de 22 de agosto de 1811, approva o regulamento para regimen de real coutada da Ilha do Governador”, p. 88-93. Disponível em: [http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-B3\\_25.pdf](http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-B3_25.pdf). Acesso em 12 jan. 2010

BRESCIANI, Maria Stella M. *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BRETAS, Ângela. O serviço de Recreação Operária: a singularidade de uma experiência (1943-1945). In: ALVES JUNIOR, Edmundo; MELO, Victor; BRETAS, Ângela (orgs.). *Lazer e cidade: reflexões sobre o Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Shape, 2008.

BURKE, Peter. *Testemunha ocular: história e imagem*. Bauru, SP: Edusc, 2004.

\_\_\_\_\_. *História e teoria social*. São Paulo: Ed. da Unesp, 2002.

\_\_\_\_\_. The invention of leisure in early modern Europe. *Past and Present*, n. 146, p. 136-150, Feb. 1995.

CABRAL, Diogo de Carvalho. Floresta, política e trabalho: a exploração das madeiras-de-lei no Recôncavo da Guanabara (1760-1820). *Revista Brasileira de História*, vol. 28, n. 55, p. 217-241, 2008.

CABRAL, João de Pina. Semelhança e verossimilhança: horizontes da narrativa etnográfica. *Mana*, vol. 9, n. 1, p. 109-122, 2003.

CALAFATE, Pedro. *A idéia de natureza no século XVIII em Portugal (1740-1800)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1994.

CAMARGO, Haroldo Leitão. *Uma pré-história do turismo no Brasil: recreações aristocráticas e lazeres burgueses (1808-1850)*. São Paulo: Aleph, 2007.

CAMINHA, Pero Vaz de. *Carta de Pero Vaz de Caminha*. São Paulo: Martin Claret, 2002.

CANCIONEIRO DA BIBLIOTECA NACIONAL DE LISBOA. *Cancioneiro da Biblioteca Nacional*: antigo Colocci-Brancuti. vol. 3. Lisboa: R. de Portugal, 1953, n. 88.

CANDIDO, Antonio. Dialética da malandragem. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 8, p. 67-89, 1970.

CARVALHO FRANCO, Maria Silvia de. As idéias estão em seu lugar. *Cadernos de Debate*, n. 1, p. 61-64, 1976.

CARVALHO, José Murilo de. *Pedro II*. São Paulo: Companhia das letras, 2007.

CASADEI, Thalita de Oliveira. Glaziou e a imperial Quinta da Boa Vista. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, n. 348, p. 245-249, 1985.

CAUQUELIN, Anne. *A invenção da paisagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

CAVALCANTI, Nireu. *O Rio de Janeiro setecentista*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

CHAMBERLAIN, Henry. *Vistas e costumes da cidade e arredores do Rio de Janeiro em 1819-1820*. Rio de Janeiro: Kosmos Erich Eichner & CIA., 1943.

CHARTIER, Roger. *As origens culturais da Revolução Francesa*. São Paulo: Ed. da Unesp, 2009.

\_\_\_\_\_. A “nova” história cultural existe? In: LOPES, Antonio H.; VELLOSO, Monica P.; PESAVENTO, Sandra J. *História e linguagens: texto, imagem, oralidade e representações*. Rio de Janeiro: 7 letras / Casa Rui Barbosa, 2006, p. 29-44.

\_\_\_\_\_. Text, symbols and frenchness. *The Journal of Modern History*, vol. 57, n. 04, p. 682-695, 1985.

CLOCLET, Ana Rosa. *Inventando a nação: intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros na crise do Antigo Regime Português (1750-1822)*. São Paulo: Hucitec, 2006.

COHEN, Gerald. Resposta ao artigo “Marxismo, funcionalismo e teoria dos jogos”, de Jon Elster. *Lua Nova*, maio, 1990.

COHN, Gabriel. Introdução. In: WEBER, Max. *Sociologia*. 2. Ed. São Paulo: Ática, 1982, p. 24-25.

CROSS, Gary S. *A social history of leisure: since 1600*. State College: Venture, 1990.

DARTON, Robert. História e antropologia. In: \_\_\_\_\_. *O beijo de Lamourett: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das letras, 1990.

\_\_\_\_\_. *O grande massacre dos gatos e outros episódios da história francesa*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DE GRAZIA, Sebastian. *Tiempo, trabajo y ocio*. Madrid: Tecnos, 1994

DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Tomo 2, v. 3. São Paulo: Martins / EDUSP, 1972.

DEL PRIORE, Mary. A vida cotidiana do Rio de Janeiro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, ano 168, n. 436, p. 313-333, jul. / set. 2007.

\_\_\_\_\_. *Festas e utopias no Brasil colonial*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

DIAS, Cleber. Teorias do lazer e modernidade: problemas e definições. *Licere*, Belo Horizonte, vol. 12, n. 2, jun. 2009. Disponível em: [http://www.anima.eefd.ufrr.br/licere/pdf/licereV12N03\\_ar1.pdf](http://www.anima.eefd.ufrr.br/licere/pdf/licereV12N03_ar1.pdf). Acesso em 30 set. 2010.

\_\_\_\_\_. Ter ou não ter lazer: reflexões sobre os seus conceitos e políticas sociais. In: MONTEIRO, Monica; DIAS, Cleber (orgs.). *Lazer e periferia: um olhar a partir das margens*. Rio de Janeiro: Instituto Usina Social, 2009.

\_\_\_\_\_. *Urbanidades da natureza: o montanhismo, o surfe e as novas configurações do esporte no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

DIAS, Cleber; ALVES JUNIOR, Edmundo. *Entre o mar e a montanha: esporte, aventura e natureza no Rio de Janeiro*. Niterói, RJ: EdUFF, 2007

DIAS, Cleber; ALVES JUNIOR, Edmundo; MARIANO, Zenaide. Quem é quem no montanhismo brasileiro? In: DIAS, Cleber; ALVES JUNIOR, Edmundo (Orgs.). *Em busca da aventura: múltiplos olhares sobre esporte, lazer e natureza*. Niterói, RJ: EdUFF, 2009.

DOMINGUES, Ângela. Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império português em finais do Setecentos. *História, Ciência, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, vol.8, supl., p. 823-838, 2001.

DOUGLAS, Sessoms. The 1960s: a pivotal decade for recreation research. *Journal of leisure research*, vol. 32, issue 1, p. 143-146, 2000.

DUMAZEDIER, Joffre. *Sociologia empírica do lazer*. São Paulo: Perspectiva / SESC, 1999.

- EBEL, Ernst. *O Rio de Janeiro e seus arredores em 1824*. São Paulo: Editora Nacional, 1972.
- EDMUNDO, Luis. *O Rio de Janeiro no tempo dos vice-reis (1763-1808)*. Brasília: Senado Federal, 2000.
- ELLIS, Myriam. *A baleia no Brasil colonial*. São Paulo: Melhoramentos / EDUSP, 1969.
- ELSTER, Jon. Marxismo, funcionalismo e teoria dos jogos. *Lua Nova*, n. 17, jun. 1989.
- EISENSTADT, Shmuel. Multiple modernities. Cambridge, *Daedalus*, v. 129, n. 1, p.1-29, 2000.
- FALCON, Francisco. *A época pombalina: política econômica e monarquia ilustrada*. São Paulo: Ática, 1982.
- FEBVRE, Lucien. Los orígenes del espíritu moderno: libertinaje, naturalismo y mecanicismo. In: \_\_\_\_\_. *Erasmus, la contrarreforma y el espíritu moderno*. Barcelona: Martinez Roca, 1970.
- FERLINI, Vera. *Terra, trabalho e poder: o mundo dos engenhos no Nordeste colonial*. Bauru, SP: EDUSC, 2003.
- FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. 5. ed. Rio de Janeiro: Globo, 2006.
- FERREIRA, Orlando da Costa. *Imagem e letra*. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 1994.
- FERREZ, Gilberto. *Iconografia do Rio de Janeiro (1530-1890): catálogo analítico*. Rio de Janeiro: Casa Jorge Editorial, 2000, 2 vols.
- \_\_\_\_\_. *Colonização de Teresópolis: à sombra do Dedo de Deus (1700-1900) – da fazenda March à Teresópolis*. Rio de Janeiro: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1970.
- FERRY, Luc. *A nova ordem ecológica: a árvore, o animal e o homem*. Rio de Janeiro: Difel, 2009.
- FIGUEIROA, Silvia; SILVA, Clarette; PATACA, Ermelinda. Aspectos mineralógicos das “Viagens Filosóficas” pelo território brasileiro na transição do século XVIII para o século XIX. *História, Ciência, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, vol. 11, n.3, p. 713-729, 2004.
- FILGUEIRAS, Carlos. Havia alguma ciência no Brasil setecentista? *Química Nova*, vol. 21, n. 3, p. 351-353, 1998.
- \_\_\_\_\_. Origens da ciência no Brasil. *Química Nova*, vol. 13, p. 222-229, 1990.
- FLEXOR, Maria Helena Ochi. Preguiça colonial. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro: Sociedade de Amigos da Biblioteca Nacional, n. 17, fev. 2007, p. 21.
- FOLADORI, Guillermo; TAKS, Javier. Um olhar antropológico sobre a questão ambiental. *Mana*: Rio de Janeiro, vol. 10, n. 2, p. 323-348, 2004.



FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

FREYRE, Gilberto. *Ingleses no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.

GARCIA, Rodolfo. O Rio de Janeiro em 1823, conforme a descrição de Otto von Kotzebue, official da Marinha Russa. Rio de Janeiro, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 80, p. 507-525, 1916.

GARDNER, George. *Viagem ao interior do Brasil*: principalmente nas províncias do Norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841. Belo Horizonte / São Paulo: Itatiaia / Ed. da Universidade de São Paulo, 1975.

GAY, Peter. *A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud*: a educação dos sentidos. São Paulo: Companhia das letras, 1998

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GRAHAM, Maria. *Diário de uma viagem ao Brasil*: e de uma estada nesse país durante parte dos anos 1821, 1822 e 1823. São Paulo: Nacional, 1956.

GUIMARAES, Manoel Luiz Salgado. História e natureza em von Martius: esquadrinhando o Brasil para construir a nação. *História, Ciência, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, vol. 7, n. 2, p. 391-413, 2000.

GUMBRECHT, Hans U. *Modernização dos sentidos*. São Paulo: Ed. 34, 1998.

HAMILTON, George. A voyage round the world, in his Majesty's frigate Pandora. Performed under the direction of captain Edwards in the years 1790, 1791, and 1792. Berwick / London: W. Phorson / B. Law and son, 1793, p. 12-19. In: FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. *Outras visões do Rio de Janeiro Colonial*: antologia de textos (1582-1808). Rio de Janeiro: José Olympio, 2000.

HARWICK, Julie. Sex and the (seventeenth-century) city: a research note towards a long history of leisure. *Leisure Studies*, vol. 27, n. 4, p. 459-466, October 2008.

HEMPEL, Carl G.. A lógica da análise funcional. In: BIRNBAUM, P; CHAZEL, F (orgs.). *Teoria sociológica*. 2. ed. São Paulo: Hucitec / Edusp, 1977, p. 232-252.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do paraíso*: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1996.

\_\_\_\_\_. A herança colonial – sua desagregação. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, t. II, vol. 1, 1983.

HOLMES, Samuel. The journal of Mr. Samuel Holmes. London: W. Bulmer and Co., 1978, p. 15-21. In: FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. *Outras visões do Rio de Janeiro Colonial*: antologia de textos (1582-1808). Rio de Janeiro: José Olympio, 2000.

HUNT, Lynn. Apresentação: história, cultura e texto. In: HUNT, Lynn (org.). *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

IANNI, Octavio. *Enigmas da modernidade-mundo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

IPANEMA, Cybelle de. *História da ilha do governador*. Rio de Janeiro: Ed. Marcello de Ipanema, 1991.

JARVIE, Grant; MAGUIRE, Joseph. *Sport and leisure in social thought*. London; New York: Routledge, 1994.

JASPERS, Karl. Método e visão de mundo em Weber. In: COHN, Gabriel (org.). *Sociologia: para ler os clássicos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Azougue, 2007.

JOHNSON, Linton K. Introduction: rethinking labour and leisure. *Leisure studies*, vol. 27, n. 4, p. 369-374, 2008.

JHONSON, Richard. Against absolutism. In: SAMUEL, Raphael (ed.). *People's history and socialist theory*. London: Routledge & Kegan Paul, 1981, p. 386-396.

KALBERG, Stephen. *Max Weber: uma introdução*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

KANT, Immanuel. *Observações sobre o sentimento do belo e do sublime e ensaio sobre as doenças mentais*. Campinas: Papirus, 1993.

KEITH, George Mouat. A voyage to South América. London: Richard Phillips, 1810, p. 21-27. In: FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. *Outras visões do Rio de Janeiro Colonial: antologia de textos (1582-1808)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000.

KIDDER, Daniel Parish. *Reminiscências de viagens e permanência no Brasil: Rio de Janeiro e província de São Paulo*. Brasília: Senado Federal, 2001.

KOEBEL, William Henry. *America: a history of british activities in exploration, military adventure, diplomacy, science and trade, in Latin America*. New York: 1917.

KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.

KURY, Lorelai. Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810). *História, Ciência, Saúde-Manguinhos*, vol.11, sup. 1, p. 109-129, 2004.

\_\_\_\_\_. Viajantes-naturalistas no Brasil oitocentista: experiência, relato e imagem. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, vol. 8, sup., p. 863-880, 2001.

\_\_\_\_\_. Ciência e nação: romantismo e história natural na obra de E. J. da Silva Maia. *História, Ciência, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 2, p. 267-291, 1998.

LAFARGUE, Paul. *O direito a preguiça*. 2. ed. São Paulo: HUCITEC / UNESP, 2000.

LANGSTEDT, Friedrich Ludwig. Rio de Janeiro, em 1782. In: MALTE-BRUN. *Voyage à la Conchinchine*, 1789, cap. III, p. 137-149. In: FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. *Visões do Rio de Janeiro Colonial: antologia de textos (1531-1800)*. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.

LE CUNFF, Françoise. Do passeio público ao parque da liberdade. *Camões*, n. 15/16, 2003.

LENOBLE, Robert. *História da idéia de natureza*. Lisboa: Edições 70, 1990.

LESSA, Carlos. O Rio de todos os Brasis. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

LIMA, Valéria. *J.-B. Debret: historiador e pintor*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

LOYN, Henry (ed.). *Dicionário da Idade Média*. 2. ed., 1. reimp., Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio-de-Janeiro e partes meridionais do Brasil: tomadas durante uma estada de dez anos nesse país, de 1808 a 1818*. São Paulo: Martins, 1942.

LUCKÁS, George. O que é marxismo ortodoxo. In: LUCKÁS, George. *História e consciência de classe*. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p.63-104.

MACEDO, Joaquim Manoel de. *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2004.

MACHADO, José Pedro. *Dicionário etimológico de língua portuguesa – com a mais antiga documentação escrita e conhecida de muitos vocábulos estudados*. vol. 2, 2. ed. Lisboa: Confluência, 1967.

MAGALHÃES CORREA, Armando de. Terra carioca: fontes e chafarizes. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, vol. 170, p. 1-214, 1935.

MARCASSA, Luciana. *A invenção do lazer: educação, cultura e tempo livre na cidade de São Paulo (1888-1935)*. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2002.

MARFANY, Jean-Lluís. Debate: The invention of leisure in early modern Europe. *Past and Present*, n. 156, Aug. 1997.

MARIANNO, José. *O passeio público do Rio de Janeiro (1779-1783)*. Rio de Janeiro, 1943.

MARINHO, Alcyane. Lazer, meio ambiente e turismo: reflexões sobre a busca pela aventura. *Licere*: Belo Horizonte, vol. 10, n. 1, abril de 2007, p. 7. Disponível em: <<http://www.lazer.eefd.ufrj.br/licere>>.

MARINHO, Alcyane; INÁCIO, Humberto. Educação física, meio ambiente e aventura: um percurso por vias instigantes. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Campinas, v. 28, n. 3, p. 55-70, maio 2007.

MARQUES, A. H. de Oliveira. *Breve história de Portugal*. Queluz de Baixo: Presença, 2005.

MARTINEZ, J. A. Garcia. Werner Sombart. In: Sombart, Werner. *Lujo y capitalismo*. Madrid: Guillermo Dávalos, 1958.

MARTINS, Luciana. *O Rio de Janeiro dos viajantes: o olhar britânico (1800-1850)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

MASCARENHAS, Fernando. *Entre o ócio e o negocio: teses acerca da anatomia do lazer*. Tese (doutorado): Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física, Campinas, SP, 2005.

MASCARENHAS, Gilmar. A leviana territorialidade dos esportes de aventura: um desafio à gestão do ecoturismo. In: BRHUNS, Heloísa; MARINHO, Alcyane (Orgs.). *Turismo, lazer e natureza*. Campinas, SP: Manole, 2002.

MAWE, John. *Viagens ao interior do Brasil*. Belo Horizonte / São Paulo: Itatiaia / Ed. da Universidade de São Paulo, 1978.

MELO, Victor. *Esporte e lazer: conceitos*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009

\_\_\_\_\_. *Cidadesportiva: primórdios do esporte no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará / Faperj, 2001.

MIRANDA, Evaristo E. de. *O descobrimento da biodiversidade: a ecologia de índios, jesuítas e leigos no século XVI*. São Paulo: Loyola, 2004.

MONTEIRO DE CARVALHO, Ana Maria Fausto. *Mestre Valentim*. 1. reimp. São Paulo: Cosac & Naif, 2003.

MORAES SILVA, Antônio de. Dicionário da língua portuguesa – recopilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por Antonio de Moraes Silva. 2. ed. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813. Disponível em: <http://www.ieb.usp.br/online/index.asp>. Acesso em 05 nov. 2008.

MOREIRA LEITE, Miriam L. *Livros de viagem (1803-1900)*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 1997.

NAXARA, Márcia. *Cientificismo e sensibilidade romântica: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX*. Brasília: Editoria da Universidade de Brasília, 2004.

NOBLE, James. Marxian functionalism. In: BALL, Terence; FARR, James. *After Marx*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

\_\_\_\_\_. O reformismo ilustrado luso-brasileiro: alguns aspectos. *Revista Brasileira de História*, n. 7, p. 105-118, 1984.

OBERACKER Jr., Carlos. Franz Josef Fruebeck: pintor e desenhista desconhecido. *Humboldt*, n. 7, p. 64-67, 1963.

PADILHA, Valquíria. Introdução. In: PADILHA, Valquíria (Org.). *Dialética do lazer*. São Paulo: Cortez, 2006.

PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

PANOFSKY, Erwin. *A perspectiva como forma simbólica*. Lisboa: Ed.70, 1999.

PARKER, Robert. *A sociologia do lazer*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

PARKINSON, Sydney. A journal of a voyage to the south seas. London: Stantifield Parkinson, 1773, p. 3-5, In: FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. *Outras visões do Rio de Janeiro Colonial: antologia de textos (1582-1808)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000.

PARSONS, Talcott. *O sistema das sociedades modernas*. São Paulo: Pioneira, 1974.

\_\_\_\_\_. *Sociedades: perspectivas evolutivas e comparativas*. São Paulo: Pioneira, 1969.

PEREZ, Léa Freitas. Do lazer à festa: em questão o solo epistêmico da modernidade ocidental. *Licere*, Belo Horizonte, vol. 12, n. 2, jun. 2009, p. 1-15.

PERISSINOTTO, Renato. Marxismo e ciência social: um balanço crítico do marxismo analítico. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.25, n.73, p. 113-128, 2010.

PHILLIP, Arthur. The voyage of Governor Phillip to Botany Bay. London: John Stockdale, 1789, cap. IV, p. 29-35. In: FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. *Visões do Rio de Janeiro Colonial: antologia de textos (1531-1800)*. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.

PRATT, Mary. *Os olhos do império*. Bauru, SP: Edusc, 1999.

PRZEWORSKI, Adam. A última instância: as instituições são a causa primordial do desenvolvimento econômico? *Novos estudos Cebrap*, n. 72, p. 59-77, 2005.

REIS, Bruno W. P. O conceito de classes sociais e a lógica da ação coletiva. *Dados*, Rio de Janeiro, vol. 34, n. 3, p. 415-441, 1991.

REIS, Leôncio; CAVICHIOLO, Fernando; STAREPRADO, Fernando. A ocorrência histórica do lazer: reflexões a partir da perspectiva configuracional. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Campinas, vol. 30, n. 3, mai. 2009.

REIS, João. A greve negra de 1857 na Bahia. *Revista USP*, São Paulo, vol. 18, 1993, p. 8-29.

REIS, José Carlos. *História e teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade*. E ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.

RINGER, Fritz K. A metodologia de Max Weber: unificação das ciências culturais e sociais. São Paulo: EDUSP, 2004

RINGER, Fritz K. O declínio dos mandarins alemães: a comunidade acadêmica alemã, 1890-1933. São Paulo: EDUSP, 2000.

ROCHA, Fátima Cristina Dias. Percorrendo o passeio em boa companhia. *Revista Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n. 20-21, p. 41-57, jan./dez. 2007.

ROSÁRIO, Frei Antonio do. *Frutas do Brasil numa nova, e ascetica monarchia, consagrada a santíssima senhora do Rosário*. Lisboa: Officina de Antonio Pedrozo Galram, 1702. Disponível em: [http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_obrasraras/or13387/or13387\\_item1/index.html](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_obrasraras/or13387/or13387_item1/index.html). Acesso em 01 de fev. 2010.

RUGENDAS, Johann Moritz. *Viagem pitoresca através do Brasil*. São Paulo: Martins Fontes / EdUSP, 1972.

RUSSELL, Bertrand. *A economia do ócio*. Rio de Janeiro: Sextante, 2001.

RYBCZYNSKI, Witold. *Esperando o fim de semana*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SAHLINS, Marshall. *Cultura e razão prática*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

\_\_\_\_\_. Introdução. In: SAHLINS, Marshall. *Cultura na prática*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2004.

SALLES OLIVEIRA, Cecília H. L. de. Imagens do ócio na construção da disciplina de trabalho. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, vol. 12, n. 1, 2, 3, p. 257-260, 1992.

SANTOS, Renata. *A imagem gravada: a gravura no Rio de Janeiro entre 1808 e 1853*. Rio de Janeiro: Casa da palavra, 2008.

SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. 1. reimp. São Paulo: Companhia das letras, 2009.

SCHEER, Monique. From majesty to mystery: change in the meanings of black madonas from the 16<sup>th</sup> to the 19<sup>th</sup> centuries. *American Historical Review*, v. 107, issue 5, p. 1.412-1.440, Dec. 2002.

SCHELLE, Karl Gottlob. *A arte de passear*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

SCHLICHTHORST, C. *O Rio de janeiro como é (1824-1826): uma vez e nunca mais*. Brasília: Senado Federal, 2000.

SCHWARCZ, Lilia. *O sol do Brasil*. São Paulo: Companhia das letras, 2008.

SEBAG, Lucien. *Marxismo y estructuralismo*. 3. ed. Madrid: Siglo XXI, 1976.

SEGAWA, Hugo. *Ao amor do público: jardins no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel / Fapesp, 1996.

SEIDER, Carl. *Dez anos no Brasil*. São Paulo: Martins, 1951.

SILVA, Luiz Geraldo. *A faina, a festa e o rito: uma etnografia histórica sobre as gentes do mar* (séculos XVII ao XIX). Campinas, SP: Papirus, 2001.

SIMMEL, George. O estrangeiro. In: MORAES FILHO, Evaristo de (org.). *Simmel: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.

SOMBART, Werner. *Lujo y capitalismo*. Madrid: Guillermo Dávalos, 1958.

SOMERS, Margaret. Citizenship and the place of the public sphere: Law, community, and political culture in the transitions to democracy. *American Sociological Review*, vol. 58, p. 587-620, out. 1993.

SONNERAT, Pierre. Voyage aux Indes Orientales et à la Chine. Paris: Dentru, Imprimeus-libraire, 1806, vol. 4, p. 1-60. In: In: FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. *Outras visões do Rio de Janeiro Colonial: antologia de textos (1582-1808)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000, p. 188-220.

SOUZA, Jessé. *A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

\_\_\_\_\_. *A modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2000.

SPIEGELL, Gabrielle. Introduction. In: SPIEGELL, Gabrielle. *Practicing history: new directions in historical writing after the linguistic turn*. New York: Routledge, 2005, p. 1-31.

STAUTON, George L. Na authentic account of an embassy from the King of Great Britain to the Emperor of China. London: W. Bulmer and Co., 1797, vol. I, cap. V, p. 151-190. In: FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. *Visões do Rio de Janeiro Colonial: antologia de textos (1531-1800)*. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.

TAVARES DE ALMEIDA, Maria Herminia. Prefácio. In: PRZEWORSKI, Adam. *Capitalismo e social-democracia*. São Paulo: Companhia das letras, 1989, p. 7-10.

TAVOLARO, Sergio. Para além de uma “cidadania à brasileira”: uma consideração crítica da produção sociológica nacional. *Revista Sociologia Política*, vol. 17, n. 32, p. 95-120, 2009.

\_\_\_\_\_. Quando discursos e oportunidades políticas se encontram: para repensar a sociologia política da cidadania moderna. *Novos estudos*, n. 81, p. 117-136, 2008.

\_\_\_\_\_. Existe uma modernidade brasileira? Reflexões em torno de um dilema sociológico brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 20, n. 59, 2005.

TENCH, Watkin. A narrative of the expedition to Botany Bay. London: J. Debrett, 1789, cap. V, p. 20-31. In: FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. *Visões do Rio de Janeiro Colonial: antologia de textos (1531-1800)*. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.

THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitudes em relação as plantas e aos animais, 1500 – 1800*. São Paulo: Companhia das letras, 1996.

THOMPSON, Eduard P. *A formação da classe operária inglesa*. 3 v. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TINHORÃO, José R. *As festas no Brasil colonial*. São Paulo: Editora 34, 2001.

TOMLINSON, Alan. Ócio. In: OUTHWAITE, Tom (ed.). *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1996, p. 533-534.

TRIMBERGER, Ellen K. E. P. Thompson: understanding the process of history. In: SKOCPOL, Theda (ed.). *Vision and method in historical sociology*. Cambridge, 1984.

TUCKLEY, James Kingston. An account of a voyage to establish a colony at Port Philip in Bass's Strait, on the south coast of New South Wales. London: Longman, Hurst, Rees, and Orme, 1805, p. 40-113. In: FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. *Outras visões do Rio de Janeiro Colonial: antologia de textos (1582-1808)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000.

TURNER, Victor. *A floresta de símbolos: aspectos do ritual Ndembu*. Niterói, RJ: EdUFF, 2005.

VASCONCELLOS DE SOUZA, Luis de. Relatório do vice-rei do estado do Brasil Luiz de Vasconcellos ao entregar o governo ao seu successor o conde de Resende. *Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*, Rio de Janeiro, tomo XXIII, 1860.

\_\_\_\_\_. Novas culturas, obras publicas, rendas e despesas do Brasil nos tempos coloniais. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, tomo LI, parte 2, p. 183-194, 1888.

VAUX, James Hardy. Memoirs of James Hady Vaux. London: W. Clowes, 1819, p. 117-126. In: FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. *Outras visões do Rio de Janeiro Colonial: antologia de textos (1582-1808)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000, p. 298-309.

VEBLEN, Thorstein. *A teoria da classe ociosa: um estudo econômico das instituições*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

VERDELHO, Telmo. O dicionário de Moraes Silva e o início da lexicografia moderna. In: HEAD, Brian Franklin (org.). *História da língua e história da gramática: actas do encontro*. Braga: Universidade do Minho, 2003, p. 473-490.

VEYNE, Paul. *O inventário das diferenças*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

WAGNER, Roberto. *Tomas Ender no Brasil (1817-1818): aquarelas pertencentes à Academia de Belas Artes em Viena*. Áustria: Akademische Druck- u. Verlagsanstalt, 1997.

WALSH, Robert. *Noticias do Brasil (1828-1829)*. Belo Horizonte / São Paulo: Ed. Itatiaia / Ed. da Universidade de São Paulo, 1985, 2v.



WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília / São Paulo: Unb / Imesp, 2004, vol. 1.

\_\_\_\_\_. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Martin Claret, 2003.

\_\_\_\_\_. *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Martin Claret, 2003.

\_\_\_\_\_. *Metodologia das ciências sociais*. São Paulo / Campinas, SP: Cortez / Ed, da Unicamp, 1999, parte 1.

\_\_\_\_\_. A “objetividade” do conhecimento nas Ciências Sociais In: WEBER, Max. *Sociologia*. 2. Ed. São Paulo: Ática, 1982.

WEGNER, Roberto. Livros do arco do cego no Brasil colonial. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, vol. 11, supl. 1, p. 131-140, 2004.

WEINSTEIN, Barbara. História sem causa? A nova história cultural, a grande narrativa e o dilema pós-colonial. *História*, vol. 22, n. 2, p. 185-210, 2003.

WHITE JR., Lynn. The historical roots of our ecological crisis. *Science*, vol. 155, n. 2767, p. 1203 – 1207, 1967.

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. 1. reimp. São Paulo: Companhia das letras, 1990.